Marilda Rosa Galvão Checcucci Gonçalves da Silva

A VOCAÇÃO RELIGIOSA

COMO ESTRATÉGIA FAMILIAR DE REPRODUÇÃO DA VIDA CAMPONESA

ENTRE ITALIANOS DO VALE DO ITAJAÍ / SC

Campinas
junho/1998

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP

Si38v

Silva, Marilda, Rosa Galvão Checcucci.
A vocação religiosa como estratégia familiar de reprodução da vida camponesa entre italianos do Vale do Itajaí -SC / Marilda Rosa Galvão Checcucci Silva. -- Campinas, SP : [s.n.], 1998.

Orientador : Olga de Moraes von Simson.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Imigração. 2. Família. 3. Igreja Católica. 4. Materialismo. 5. Camponeses. 6. Parentesco. I. Simson, Olga de Moraes von. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação.

Marilda Rosa Galvão Checcucci Gonçalves da Silva

A VOCAÇÃO RELIGIOSA

COMO ESTRATÉGIA FAMILIAR DE REPRODUÇÃO DA VIDA CAMPONESA

ENTRE ITALIANOS DO VALE DO ITAJAÍ / SC

Orientadora: Profª. Drª. **Olga de Moraes Von Simsom** – DECISAE/FE

Este exemplar corresponde à redação final

da Tese defendida por: Marilda Rosa Galvão

Checcucci Gonçalves da Silva

E aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: 30/06/98

Assinatura: Olga R. de Moraes von Simson
orientadora

UNICAMP
BC

Campinas
junho/1998

UNIDADE BC
N.º CHAMADA:
T UNICAMP
SI38N
V Ex.
TOMBO BC/ 35307
PROC. 395/98
C D X
PREÇO R$ 11,00
DATA 02/10/98
N.º CPD

CM-00117440-1

Comissão Julgadora:

Lúcia Nogueira Negrão

Elisa Akasaki Yoshitake

Zilda de B. Tabaro

Olga R. de Moraes von Simson

Tese apresentada como exigência parcial para obtenção do Título de DOUTOR em EDUCAÇÃO na Área de Concentração: Ciências Sociais Aplicadas à Educação
à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da Profa. Dra. **Olga de Moraes Von Simsom** – DECISAE/FE.

Campinas
Junho/1998

DEDICATÓRIA

Aos meus pais,
Deolindo Checcucci Filho
e Edith Galvão Checcucci
(in memoria)

AGRADECIMENTOS

Na realização deste trabalho contei, de maneiras diversas, com a colaboração de várias pessoas. Dentre estas, gostaria de destacar as seguintes:

Profª. Drª. Olga de Moraes von Simsom, minha orientadora;

Profª. Drª. Neusa Gusmão;

Prof. Dr. Lísias Negrão;

Profª. Drª. Letícia Bicalho Canedo;

Profª. Anita Moser;

Profª. Drª. Fátima Dias;

Os colegas do Grupo de Estudos de Migração do Centro de Memória da UNICAMP;

Os interlocutores que me forneceram os dados de pesquisa.

Foi também importante a bolsa de doutorado – com duração de 3 anos e 9 meses – concedida pela CAPES, através da UNICAMP.

SUMÁRIO

RESUMO

INTRODUÇÃO 1

I. A ITÁLIA RURAL NO SÉCULO XIX E A EMIGRAÇÃO PARA O SUL DO BRASIL 7

I.1. As regiões expulsoras 7

I.1.1. A Região do Trentino Alto-Adige 9

I.1.2. A Região Lombarda 11

I.1.3. A Região Vêneta 16

I.2. Os fatores da expulsão 18

I.3. As regiões receptoras 24

I.3.1. O Vale do Itajaí e sua ocupação 34

I.3.2. O universo empírico: Primeiro Braço do Norte (Massaranduba) e Rodeio (12 e Sede). 40

I.3.2. 1) Primeiro Braço do Norte 40

I.3.2. 2) Rodeio 44

I.4. A Política imigratória e a gênese do campesinato do nordeste catarinense 53

II. FAMÍLIA, PARENTESCO E IDENTIDADE NA CONSTRUÇÃO DA VOCAÇÃO RELIGIOSA NO VALE DO ITAJAI 63

II. 1. O Mundo que os imigrantes camponeses encontraram 63

II. 2. As capelas como comunidades espontâneas de relações primárias 66

II. 3. A figura do padre "leigo" 68

II. 4. A organização religiosa dos imigrantes italianos em São Paulo 72

II. 5. O catolicismo dos migrantes 75

II. 6. As práticas do catolicismo popular nas localidades pesquisadas 79

II. 7. A Escola 87

II. 8. O processo de romanização 91

III. A RECRIAÇÃO DA CULTURA CAMPONESA NO SUL DO BRASIL E NORDESTE CATARINENSE 95

III. 1. Características do povoamento nas áreas coloniais 98

III. 2. A pequena propriedade e a organização social da comunidade rural 101

III. 3. O trabalho familiar 104

III. 4. A família e a transmissão da propriedade 118

III. 5. As práticas de ajuda mútua 140

III. 6. O trabalho acessório do camponês 141

III. 7. A força de trabalho assalariada 143

III. 8. A propriedade da terra 145

III. 9. A propriedade dos meios de produção 146

III.10. A jornada de trabalho 148
III.11. Elementos do imaginário e da cultura camponesa 148
III.12. Considerações sobre os camponeses do Nordeste Catarinense 152

V. TRAJETÓRIA DE CONSTRUÇÃO DA VOCAÇÃO RELIGIOSA 164

IV. 1. Motivo para a entrada nos Seminários e Conventos 164
IV. 2. Arregimentação das vocações 185
IV. 3. Modelos possíveis na comunidade para quem quisesse sair do Campesinato 190
IV. 4. O processo de cooptação pela instituição dos futuros religiosos 192
IV. 5. A sustentação econômica dos filhos nas Instituições Religiosas 195
IV. 6. A crise da Vocação 198
IV. 7. Motivo para a desistência 200
IV. 8. Desistências em grupo 203

V. A VOCAÇÃO RELIGIOSA COMO UMA DAS ESTRATÉGIAS DE MANUTENÇÃO DA VIDA CAMPONESA DO VALE DO ITAJAI 207

ANEXO 1 211

ANEXO 2 237

ANEXO 3 238

ANEXO 4 243

SUMMARY 251

RESUMO

Em meados do século XIX grupos familiares camponeses do norte da Itália abandonam suas aldeias de origem, pressionados pela situação de miséria em que se encontravam, como também impelidos pelo desejo de reconstruir na América um modelo de sociedade que já estava se deteriorando pela ascensão do sistema capitalista de produção que trazia em seu bojo, mudanças profundas no modo de ver e viver o mundo. Atraídos pela possibilidade de se tornarem proprietários da terra, livrando-se dos "siori" e ganhando autonomia para trabalharem para si e suas famílias, garantindo desse modo a tradição de valores que durante muito tempo lhes tinham sido caros, tais como a família, a fé e o trabalho, migram para o estado de Santa Catarina, ocupando a região das florestas, localizada entre o litoral e o planalto.

Ao chegarem e diante das dificuldades e adversidades encontradas, quando além de ter que enfrentar um ambiente desconhecido, careciam da assistência do governo brasileiro e da pátria de origem, bem como da assistência espiritual constante a que estavam acostumados na Itália, acabaram por criar aqui um tipo de comunidade sem paralelo, cuja sociabilidade estará centrada em torno da capela. Aliada a uma visão sacral do mundo, o tipo de religiosidade que irá emergir aí, de características marcadamente popular estará centrada no culto familiar aos santos erigidos em pequenos capitéis ou capelas, novenas e procissões, benção de plantas, animais.

No primeiro quartel do nosso século e de maneira estratégica, tal tipo de religiosidade será combatida pelos religiosos que da Europa se instalam nestas regiões para assisti-los e que vêm imbuídos do objetivo de implementação do processo de romanização.

Tal processo tem como estratégia central a substituição das lideranças leigas e a centralização de toda a vida religiosa na figura do padre e na formação de um clero nativo que possa garantir a sua continuidade. A presença marcante da Igreja Católica se fará de várias maneiras, tais como a substituição e criação de novas Ordens e Associações religiosas sob a tutela do padre e em substituição à leiga, da sua presença constante junto às famílias e através do ensino religioso. Este processo será responsável pela criação de um ambiente de santidade, reforçador de um ethos local que irá propiciar a passagem por seminários e conventos da maior parte da população residente nestas áreas. O grande número de vocações por outro lado espelhará também a situação estrutural vivida pelos imigrantes, que já a partir da segunda geração não disporá de mais terras para dar aos filhos e que passa a ver enquanto tal a possibilidade de ter um filho/a religioso/a ou ao menos "com estudo" como garantia de sua ascensão social. Isto irá permitir o retardamento da fragmentação da propriedade e a manutenção do patrimônio familiar com o conseqüente deserdamento daqueles filhos que migram e/ou se tornam religiosos/as.

Para os filhos, por sua vez, a vocação religiosa estará condicionada às técnicas de recrutamento e sedução desenvolvidas pelas Instituições Religiosas.

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta os resultados de um estudo realizado sobre o processo de construção da vocação religiosa, entre a população camponesa de origem italiana da região do Vale do Itajaí - situada a nordeste do estado de Santa Catarina, local para onde se dirigiu uma das correntes migratórias, no processo de colonização européia ocorrido no Estado, em meados do século passado.

O meu interesse por esse tema data de 1988. Nesta época, havia concluído o mestrado e ingressara na FURB, instituição de ensino à qual me encontro vinculada, situada em Blumenau, cidade inserida na região em estudo. Começou aí um certo processo de "estranhamento"[1] do ambiente cultural no qual a partir daí me encontrava . A presença constante de religiosos entre docentes e discentes chamou-me atenção. Entre os alunos, a maioria constituída de pessoas provenientes do campo, com um ethos local muito diferenciado devido à tradição européia presente nas regiões de imigração, detectei alguns religiosos e a experiência de alguns em terem passado por uma instituição religiosa. A conversa com alguns destes sobre esta experiência aguçou ainda mais o meu estranhamento e a minha curiosidade. Buscando posteriormente elementos que pudessem saciar a minha curiosidade, e fornecer dados que me permitissem entender aquela problemática, recorri à história local e regional e fui me surpreendendo cada vez mais com o que encontrava.

De fato, quando comecei a compreender melhor a história e a sociologia da região, através das poucas publicações existentes, percebi a importância que tinha havido, para os imigrantes e seus descendentes, da figura do padre e o quanto a presença de religiosos tinha se tornado marcante nas suas vidas local e familiar. Pude perceber também, a importância da imigração européia para a história da igreja Católica em Santa Catarina e para a religiosidade popular também aí existente (e de maneira similar para a região Sul do Brasil), transformando o panorama religioso local com a vinda de inúmeras Ordens e Congregações Religiosas de origem européias, masculinas e

[1] Acredito que o meu processo de "estranhamento" não ocorreu por puro acaso, em parte ele se deve ao fato de, enquanto antropólogos, estarmos sempre sendo treinados a descentrar o olhar. Este descentramento, um pressuposto da abordagem antropológica é conseguido através da operação intelectual, cognitiva, afetiva que permite que tornemos aquilo que é familiar em exótico e o exótico em familiar. Sem dúvida alguma foi, pela não familiaridade que eu, enquanto antropóloga e ítalo-brasileira-nordestina, estranhei determinadas características da cultura local.

femininas, que então se estabeleceram com o propósito de prestar assistência aos imigrantes.

Na verdade, por trás dessa assistência espiritual também se expressavam, as dificuldades encontradas por estas Ordens e Congregações religiosas de permanecerem na Europa, que estava passando por profundas transformações em decorrência da expansão do capitalismo. As idéias liberais, então em voga, não se coadunavam com a manutenção destas instituições, que estavam sendo fechadas e muitos religiosos sendo perseguidos. Apesar disso o poder da igreja irá se renovar fora da Itália, através da imigração, do ultramontanismo e do processo de romanização como se verá nesse trabalho. Este último se constituirá no projeto de imposição para todo o mundo do modelo europeizado de Catolicismo.

De fato naquela região as vocações religiosas foram e continuam sendo - embora hoje com menor intensidade - uma constante, principalmente a partir da década de 30, sendo marcante a influência dos religiosos na vida do imigrante. Ter um filho padre era, para as famílias dos colonos, sinal de prestígio e status, e a figura do padre e da Igreja Católica teve importância crucial nas comunidades que se formaram. Ele exercia uma parcela de poder e liderança muito grandes, chegando até mesmo a conduzir, em muitos momentos, a política imigratória na região. (BERRI, 1988)

De acordo com SEYFERTH, eram os descendentes de colonos alemães, poloneses e italianos do Sul do Brasil os que haviam fornecido os maiores contingentes de vocações religiosas do país, tendo havido desde o início da imigração preocupação da Igreja Católica com a formação do clero e incentivo por parte das famílias para que filhos e filhas seguissem a carreira eclesiástica. Existiam alguns exemplos extremos dessa vocação religiosa, como o do casal Adriano e Filomena Bernardi, mencionado por COSTA (apud SEYFERTH, 1990:49), que possuía 14 filhos dos quais 12 eram religiosos, freiras ou padres, não parecendo ser este um caso isolado.

Ela também informava que em quase todas as cidades mais importantes da região existiam seminários maiores e menores (correspondendo aos ensinos superior e médio), como era o caso de Porto Alegre, São Leopoldo, Blumenau, Brusque, Caxias do Sul, etc., que possuíam seminários para a formação inicial do candidato a padre ou mesmo escolas superiores de teologia. Eles se originaram, em parte, das escolas mantidas pela paróquia, pois o ensino primário foi, durante muito tempo, ministrado em escolas particulares da comunidade ou da igreja. Na verdade, as áreas de colonização, durante todo o século XIX, não haviam recebido maior atenção das autoridades

provinciais, e mesmo o ensino primário fora descuidado, ou melhor fora deixado sob a responsabilidade dos imigrantes. (SEYFERTH, 1990:50)

Desse modo coube, segundo a autora, aos "padres e pastores e aos próprios colonos a construção das escolas – muitas vezes identificadas com a própria capela, que servia como local de culto e sala de aula. Essa situação só vai se modificar muito depois, com a progressiva instalação de escolas públicas, principalmente após 1937, quando o ensino em língua estrangeira foi proibido no país. Mas a escola particular vinculada à igreja persistia ainda, com grande influência nas comunidades." (SEYFERTH, 1990:50)

Ela chama atenção ainda para um aspecto pouco explorado na questão do ensino religioso, qual seja, a de sua alta proporção quando comparada à do país como um todo. Não se tratava simplesmente da presença de conventos ou de ordens religiosas vinculadas ao ensino leigo, mas de um número elevado de escolas destinadas à formação de sacerdotes – os seminários. Um exemplo dessa intensidade, fornecido por ela, era "o município de Brusque (SC) que com uma população de pouco mais de 50 mil pessoas, possuía dois seminários, um deles bastante antigo." (SEYFERTH, 1990:50)

Percebi então que havia me deparado com uma problemática rica e interessante e que me parecia de extrema relevância para a compreensão da própria formação sociocultural da região, em vista disso decidi-me por realizar esta pesquisa.

Buscando uma explicação para tal fenômeno e tendo como foco central do meu trabalho a família camponesa de colonos, busquei em áreas tais como a dos estudos sobre parentesco, religião e imigração, subsídios para desenvolver a minha pesquisa, já que do meu ponto de vista parecia existir a confluência de três projetos na configuração da trajetória dos religiosos que necessitavam ser explicitados: o da família, o da igreja e o individual.

Além dessa questão, tornava-se necessário esclarecer o que, no contexto da história da imigração italiana em Santa Catarina, havia permitido a emergência de uma estrutura de plausibilidade que garantia a sustentação da vocação, uma vez que a situação no contexto da imigração em São Paulo mostrava-se inteiramente diversa. Ainda que pese a intensa imigração ocorrida nesse Estado, a presença numerosíssima das congregações européias, o surto de vocações sempre foi um pálido reflexo do que acontecia nas colônias do Sul. (BEOZZO, 1983:116)

Em termos metodológicos utilizou-se basicamente de um levantamento de campo, tal como vem sendo realizado na abordagem antropológica clássica, servindo-se

de técnicas que vem sendo utilizadas tradicionalmente por esta disciplina. Neste caso o pesquisador em geral conjuga dados da observação e de entrevista com resultados de outros materiais obtidos, tais como fotografias, registros documentais, produções do próprio grupo pesquisado, o que acaba por produzir uma produção "densa" da realidade estudada. Um outro aspecto desse tipo de abordagem, é a existência de um esquema aberto e artesanal de trabalho que permite um transitar constante entre observação e análise, entre teoria e empiria. Neste processo pode-se ainda partir de questões bem claras e definidas, ou de um esquema teórico incipiente que vai se construindo e se estruturando ao longo da pesquisa. A flexibilidade do esquema de trabalho deve ser, no entanto, aproveitada para uma ampliação e enriquecimento da teorização e não como pretexto para justificar a falta de um caminho teórico definido. (ANDRÉ, 1984:38,39)

Como desejava trabalhar a partir das categorias dos próprios informantes, optei por realizar entrevistas coletando histórias de vida de duas delas, aqueles que haviam estado em uma Instituição religiosa (ex-seminaristas, ex-noviças e ex-religiosos de ambos os sexos) bem como religiosos e religiosas de diferentes gerações, situados na faixa de 30 a 71 anos de idade, além de alguns dos membros de suas famílias, quando a partir de suas falas isto se mostrou importante para o melhor conhecimento da temática pesquisada. A incorporação na entrevista dos primeiros mostrou-se fundamental na coleta dos dados, não somente pelo fato de através destes ter conseguido chegar a alguns religiosos, como pelo próprio tipo de dado conseguido neste caso.

O termo história de vida abarca procedimentos e abordagens as mais variadas, conforme o uso que dela vem sendo feito por pesquisadores dentro de diferentes tradições disciplinares, tais como a literatura, a história, a sociologia, a educação, a psicologia e a antropologia, onde seu uso sempre teve um lugar de destaque. A riqueza com o seu trabalho reside em outorgar um lugar de privilégio à experiência vivida, em sentido longitudinal, e em possibilitar a integração de percepções individuais e pautas universais de relações humanas, através de articulações temporais, sendo fundamental sob esse aspecto para a compreensão dos atores a partir de seus próprios pontos de vista e para a compreensão de processos sociais mais amplos que os indivíduos.

Por história de vida, se entende o "relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu". Através dela se delineiam "as relações com os membros de seu grupo, de sua profissão, de sua camada social, de sua sociedade global, que cabe ao pesquisador desvendar." (QUEIROZ, 1988:20)

Na coleta da história de vida estimulou-se o informante a expressar-se livremente, mas introduziu-se também gradativamente um conjunto padronizado de perguntas constantes de um roteiro, na medida em que estas não tivessem sido respondidas. (THOMPSON, 1992:158)

O fato de se privilegiar um roteiro com temas padronizados não significou, no entanto, que este se manteve sempre o mesmo, durante todo o transcorrer da pesquisa, pois como explicita Zeila DEMARTINI (1992:45) ao tratar dessa questão, "a postura mais aberta e o modo de formular as questões nos momentos 'certos' depende não só da experiência do pesquisador, mas também do próprio conjunto de conhecimentos que ele vai acumulando ao longo do processo de pesquisa, por esse motivo é muito difícil estabelecer um roteiro único a ser seguido nas várias entrevistas, pois a cabeça do pesquisador que faz a primeira ou a segunda entrevista é por isso mesmo diferente daquela que vai fazer a quinta, a décima, ou a vigésima. É um processo acumulativo, que resulta da escuta atenta e da reflexão sobre as informações que vão sendo coletadas, e que implicam em novos questionamentos nas entrevistas subsequentes. Sem contar que nunca se sabe a priori o que vai ser contado em cada nova entrevista, nem 'como' vai ser contado."

Além da realização de entrevistas, procedeu-se de forma mais intensiva à observação de três localidades, situadas na área de colonização em estudo, e inseridas nos atuais municípios de Rodeio e Massaranduba. Uma destas localidades situada na antiga linha denominada Primeiro Braço do Norte (Massaranduba) e as outras duas Rodeio 32 e a Sede do município do mesmo nome. Normalmente aproveitou-se a própria ida ao local, para a realização de entrevistas com a observação dos mesmos. Estas localidades foram escolhidas por se encontrarem localizadas em municípios que são representativos das respectivas formações históricas e características socioculturais da região de colonização italiana. A população residente nestes municípios são grupos com situação social homogênea, sendo a maioria proprietários privados da terra e utilizando força de trabalho familiar. Buscava-se através da observação da vida cotidiana das famílias destas localidades, compreender melhor a dinâmica do contexto familiar e religioso onde transcorria a vida dos colonos. Embora tenha entrevistado uma maioria de informantes destas três localidades, também entrevistei alguns provenientes de outras localidades que guardam semelhanças com as observadas, dado a oportunidade que se me apresentou de obter informações importantes para a pesquisa.

O trabalho de campo foi realizado em momentos e espaços de tempo distintos. Além das localidades pesquisadas foram realizadas entrevistas em Florianópolis (cidade onde resido), como também nas cidades de São Paulo, Campinas, Curitiba e Porto Alegre, para onde se distribuíram alguns religiosos provenientes da região estudada.

Iniciei as entrevistas por informantes que me haviam sido indicados por conhecidos. A partir das primeiras entrevistas, as escolhas e seqüências foram ditadas por uma dinâmica própria. Após esse primeiro momento, foram se formando algumas redes de informantes em torno de vizinhos, amigos ou parentes. Este movimento fez com que eu percebesse a importância de trabalhar no interior dessas redes, fazendo com que eu me centrasse mais em entrevistar pessoas ou religiosos/as de uma mesma família, ou de gerações diferentes.

Isto me levou a perceber aspectos importantes das trajetórias geracionais, como por exemplo a recorrência em gerações consecutivas de pais e filhos de uma mesma família, ou de pessoas das várias gerações de uma mesma família, enriquecendo os dados, pois se cruzavam informações tanto em termos horizontais como de sua seqüência temporal.

As entrevistas tiveram uma duração média de duas horas e foram registradas em gravador, com exceção de uma única cujo entrevistado recusou-se a gravá-la.
Normalmente, ocorreram num clima de confiança

I. A ITÁLIA RURAL NO SÉCULO XIX E A EMIGRAÇÃO PARA O SUL DO BRASIL

I.1. As regiões expulsoras

É impossível entendermos o cotidiano do imigrante italiano no Novo Mundo, seus anseios e formas de resistência à proletarização, se negligenciarmos suas raízes históricas. Nessa linha, é preciso estar atento aos valores próprios da sociedade pré-industrial e às diferenças regionais existentes, que os faziam identificar-se como vênetos, calabreses, lombardos e outros, muito mais do que como italianos (ALVIM, 1986:61), dado que no momento da imigração, a Itália não concluíra ainda seu processo de unificação nem definira totalmente o seu território.

A partir de 1870, recém unificada politicamente, a Itália encontra dificuldades em unir as regiões separadas em ducados, principados, etc., pela língua, cujos dialetos são tão diferentes no agreste Piemonte, nas planícies da Lombardia, ou nas quebradas da Calábria. Faltava portanto, à consciência nacional, a adoção de uma política de adaptação à nova ordem relacionada ao amadurecimento da consciência nacional e ao fortalecimento econômico. (CENNI, 1975:1969)

Tais diferenças, assim como aquelas entre setentrionais e meridionais, irão refletir ao nível do comportamento dos imigrantes no ato de imigrar e em suas possíveis escolhas do destino no momento da imigração. (ALVIM, 1986:66-67) O imigrante italiano, desde o primeiro momento de sua aproximação com a nova sociedade, conseguiu optar entre a vida no campo e na cidade, assim como manteve certa autonomia na escolha de seu trabalho, apoiando-se em valores do mundo camponês de onde saíra e que a expansão capitalista ainda não conseguira destruir. O comportamento dos setentrionais emigrados para o sul do Brasil, sob esse aspecto é exemplar, ligando-se ao contexto histórico-social de origem e aos fatores que permitiram uma redistribuição do imigrante italiano entre a cidade e o campo. A característica essencial da emigração no sul do Brasil foi seu destino profissional praticamente unívoco: embora não faltassem indivíduos que, não tendo direito à terra, exerciam atividades artesanais, 95% se dedicavam à agricultura. (TRENTO, 1989:97).

A característica marcante neste caso é a presença de grande maioria de imigrantes agricultores, vindos daquelas regiões do Norte da Itália que não haviam

conseguido acompanhar as mudanças exigidas pela introdução das relações de produção capitalistas no campo. A deterioração das condições dos pequenos camponeses da Itália, a partir dos anos 70, torna disponível para a aventura transoceânica um contingente de força de trabalho interna, impossibilitado de manter a posse da terra. Não é por acaso que o fluxo emigratório desse período concerne essencialmente às zonas em que mais vigorava o sistema de cultivo direto em pequenos lotes de terra. (TRENTO, 1989:79)

Conforme SABBATINI (apud TRENTO, 1989:79-80) embora semelhante, no ritmo e nas motivações ao Rio Grande do Sul, em Santa Catarina bem como o Paraná, a emigração italiana foi numericamente bem menos significativa (TRENTO, 1989:83) Em ambos os Estados, o fluxo terminou praticamente após 1893.

Em Santa Catarina, os imigrantes foram predominantemente de origem trentina, vêneta e lombarda, além de um contingente emiliano de peso numérico bem menor. (TRENTO, 1989:81) Vênetos, lombardos e trentinos eram na sua quase totalidade agricultores. (ALVIM 1986:67) Tal fato por si só já denota uma tentativa de aglutinação segundo regiões de origem, como também uma certa escolha na região de destino dos imigrantes, fenômenos não estudados ainda no Brasil.

Podemos pensar a partir destes dados iniciais que o imigrante italiano que escolheu o sul do Brasil como local de destino, se comportou de acordo com um "habitus" (no sentido em que o define BORDIEU) adquirido na região de origem, que irá condicionar a sua inserção nas diversas regiões da sociedade receptora e as atividades que irá desenvolver. Tal habitus reflete a sua situação de inserção social no campo e no contexto histórico mais geral que se encontrava inserido.

Os italianos e tiroleses que povoaram o nordeste catarinense - onde estão situadas as localidades que se tomou como referência empírica (Rodeio, Massaranduba) - eram provenientes de três regiões situadas ao Norte da Itália, a Região do Trentino Alto-Adige, da Lombardia (Bergamascos e Mantuanos) e do Vêneto. No quadro que se fará referência a seguir, de descrição e caracterização dessas regiões, é possível verificar-se que o fenômeno da transição capitalista italiana que será abordado em continuação a esta caracterização, se espelhou pelas regiões sucessivas e que a emigração caminhou paralelamente a essa transformação. (ALVIM, 1986:63)



I.1.1. A Região do Trentino Alto-Adige

A Região possui dois nomes porque consta de duas partes distintas: a parte meridional, o Trentino, que tem como capital Trento e a parte setentrional é denominada Alto-Adige, tendo Bolzano por capital. À época da grande emigração a região fazia parte do Império Áustro-Hungaro, conhecida como Tirol. Somente no século XX, pelo Tratado de Saint Germain (1919) passou a fazer parte da Itália. (SANTOS, 1996:26))

A Região Trentina caracteriza-se por ser região "única de montanha, praticamente privada de território plano além dos 100 metros acima do mar, o que significa que quando se fala da utilização da sua superfície, se faz no sentido vertical...".

Sendo que "69,9% o território situa-se além dos 1.000 metros, isto determina um forte limite à superficie agrária cultivável."(GRANDI apud SANTOS, 1996:26)

GRANDI (apud SANTOS, 1996:27) expõe, ainda, que uma estatística relativa ao ano de 1890 revelava que 71,10% da população ativa dessa região, tinha como profissão a agricultura, e mais 10% 'profissão primária', diversa daquela, mas ligada ao mundo rural. Em 1889 o número de emigrados legais além-mar chegava a 25.000. Nos inícios dos anos 90, 7% da população estava além-mar e 8% emigrando temporariamente. A agricultura e a criação constituíam-se na principal fonte de renda da população.

> *"O Trentino não era a região industrializada... Sua estrutura industrial era tecnologicamente superada, filha de um artesanato passado antes de uma nova classe empresarial."*(GROSSELLI apud SANTOS, 1996:27)

Constituíam-se portanto, os trentinos, em uma população basicamente homogênea de camponeses, vivendo na condição de proprietários ou mezzadri, em pequenas e médias propriedades rurais. Essa população camponesa, dentro do aspecto moral, era fortemente tangenciada pelos mandamentos da Igreja Católica, através de seus bispos e curas:

> *"A moral camponesa era a moral católica, e a única verdadeira autoridade reconhecida pelo camponês se identificava com a hierarquia eclesiástica. A autoridade estatal era pura contingência histórica: não era o Kaiser a suprema autoridade, mas o Papa de Roma."*(GROSSELLI apud SANTOS, 1996:27)

A igreja era portanto a grande autoridade para a sociedade trentina, não sendo de estranhar que o principal jornal de Trento, na época, fosse justamente controlado pelo Arcebispado. (SANTOS, 1996:27)

O periódico *La Voce di Trento* foi um dos que mais deu destaque ao significativo número de pessoas que na época abandonavam a comunidade atraídos pelas promessas contidas no ato de emigrar, denunciando questões sociais pertinentes à situação dos camponeses na tentativa de inibir a emigração daqueles que se deslocavam para a América, diferentemente dos jornais liberais mais conservadores e menos críticos em suas posturas face a situação destas populações. (SANTOS, 1996:27-29)

Independente das contingências políticas que fizeram do Trentino uma terra pertencente à coroa dos Absburgos, à Baviera ou ao reino Itálico manipulando pela

França, a sociedade trentina permanecera camponesa e centrada na terra. A família era a célula econômica e social mestra de tal sociedade e a igreja Católica, entendida tanto como estrutura quanto conjunto de leis codificadas, fornecia opções éticas e morais, mitos e tensões que a mesma mediava com o poder político que, vez por outra, se instalava na região (configurando-se a mesma igreja, em última instância, como poder político perante a classe camponesa). O guia do camponês não era o Imperador, nem o intelectual liberal: era o padre, o clero que por sua vez podia até ser liberal ou carbonário, mas cuja conduta não podia nunca distanciar-se demasiado daquela igreja oficial e de seu chefe supremo. (GROSSELLI, 1987:)

I.1.2. A Região Lombarda

Diferente da Região do Trentino Alto-Adige a Região Lombarda embora pertencendo ao 'arco alpino italiano', possui uma área de planícies de 47% do total de seu território. O restante são áreas de colina (12,4%) e áreas de montanha (40,6%). (BRAUDEL, 1966: 71) Pode-se dizer ainda como Braudel que a Lombardia é, à sua maneira, uma "ilha continental entre os Alpes e os Apeninos, entre o Piemonte rústico e a região meio bizantina de Veneza." (BRAUDEL, 1966:184)

O autor em o "Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico", situa a vida na montanha como uma primeira etapa da história do Mediterrâneo e dá como explicação para isto, a vasta gama de recursos da montanha, como também o fato de as planícies serem inicialmente zonas de águas estagnadas e de malária quando não eram dominadas por rios de caudal e curso imprevisíveis. Por isso não devemos nos iludir, sobre o papel das planícies no Mediterrâneo, ainda que estas evoquem ao contrário das montanhas, abundância, facilidade, riqueza, vida agradável. (BRAUDEL, 1966:71) Sendo as zonas montanhosas zonas de escoamento, as planícies servem normalmente de coletores para as águas, e, durante o Inverno, estação normal das chuvas, o seu destino mais provável é a inundação, catástrofe que só pode ser evitada com barragens, valas de desvio e mil outras precauções. (BRAUDEL, 1996:71-74) Com a água nem sempre escoada vem as doenças tais como a malária, a peste, as febres, etc.

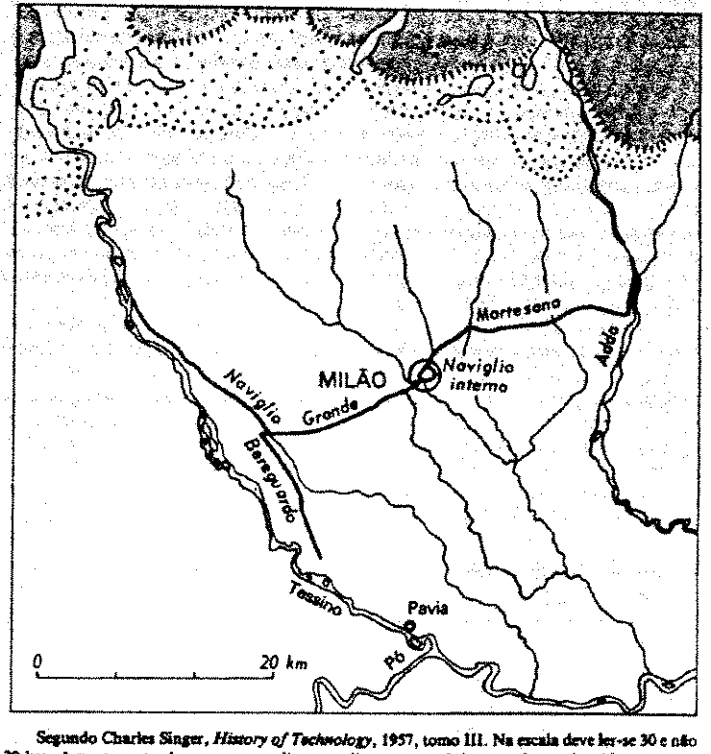
Será por isso que o primeiro passo para a conquista das planícies estará em vencer "a água malsã e jugular da malária", para depois trazer novas águas, estas vivas, que permitissem a irrigação. (BRAUDEL, 1966:79) Será este o caso da Lombardia no Mediterrâneo, onde somente graças à iniciativa de grandes capitalistas no século XVI,

irá se criar na sua zona mais baixa, importantes arrozais nas zonas inundadas. (BRAUDEL, 1996:83)

Tendo a Baixa Lombardia de um lado os Alpes, grande massa rochosa com pastagens e florestas na faixa dos 700 aos 1500 m e estéril acima desta última altitude; e do outro lado os Apeninos, de onde se lançam para a planície torrentes impetuosas que arrastam consigo grandes volumes de cascalho e calhaus, mas que, chegando o Verão, secam a ponto da água escassear não só para a rega como para o próprio consumo dos homens, tão desolados acima dos 1000 m como os Alpes acima dos 2000. No verão são muito escassas as zonas verdes aproveitáveis para cabras e carneiros. (BRAUDEL, 1966:86)

Entre estas duas muralhas, a Baixa Lombardia é um complexo de colinas, de planaltos, de planícies, de corredores fluviais. As colinas são a zona da oliveira e da vinha, e até mesmo dos citrinos na vizinhança dos grandes lagos alpestres. Só há "planaltos" propriamente ditos a norte: em primeiro lugar um planalto não irrigado, grande massa retangular apoiada a sul numa linha entre Vicolundo e Vaprio, no rio Adda, onde abundam estéreis extensões de urzes e se cultiva a amoreira; segue-se-lhe um baixo planalto irrigado, em forma de triângulo cujo lado meridional se estende de Magenta, no Tessino, a Vaprio, no Adda, e onde medram os trigos, as amoreiras, os prados... (BRAUDEL, 1966:86)

3. Os grandes canais da planície lombarda



Segundo Charles Singer, *History of Technology*, 1957, tomo III. Na escala deve ler-se 30 e não 20 km. A zona pontuada representa colinas e sedimentos morénicos em frente dos Alpes.

O setor mais importante desta baixa região lombarda é a grande planície aluvial entre esse planalto irrigado e as colinas que precedem os Apeninos; isto é, o fundo da concha, zona clássica dos arrozais, dos prados e das não menos importantes pradarias artificiais. (BRAUDEL, 1966:87)

Esta planície resulta, de acordo com Braudel, integralmente da ação do homem, que desbastou os relevos originais, fez desaparecer os pântanos e aproveitou inteligentemente a água que os longos rios recolheram dos glaciares dos Alpes. Esta última tarefa já estava em marcha pelo menos por volta de 1138, com as obras dos Beneditinos e dos monges de Cister, instalados em "Chiaravalle". Em 1179 começavam as obras do Naviglio Grande completado em 1257 pelo podestá Beno Gozzodini. Assim, as águas do Tessino chegaram a Milão através de um rio artificial de quase 50 km. de comprimento e destinado simultaneamente à irrigação e à navegação. Antes de 1300 procedeu-se à derivação do Sesia para criar a roggia Basca, mais tarde saneada para permitir a criação das roggie Birags, Bolgara e várias outras que servirão para irrigar Novarese e Lomellina. Em 1456 Francisco Sforza abre o canal da Martesana, com mais de 30 km. de comprimento, que permitiu fazer chegar a Milão as águas do Adda, e que se tornou navegável com as obras de alargamento empreendidas em 1573. Dado que Ludovico o Mouro já o tinha ligado ao Naviglio Grande, a obra de 1573 permitiu que os dois grandes lagos lombardos, o Commo e o Maior, ficassem em comunicação no próprio coração do Estado. Milão passou a ser uma importante estação fluvial, o que lhe permitiu diminuir consideravelmente as despesas de transporte que oneravam a importação do trigo, do ferro e sobretudo da madeira e a exportação , no sentido do Pó e de Ferrara, das grandes peças de artilharia saídas das suas fundições, e superar, portanto, a condição de cidade de interior, sua principal fraqueza. (BRAUDEL, 1966:88)

Estas indicações, ainda que respeitando apenas as vias aquáticas, demonstram como foi lenta a conquista do solo cultivável. Conquista que se fez por etapas, cada uma das quais correspondeu ao assentar de novos estratos humanos de tal modo que as três Lombardias, ainda que geograficamente encaixadas umas nas outras, representam, de um ponto de vista social, grupos humanos diferentes. A alta Lombardia, região montanhosa e pastoril que a norte toca a zona dos Brughiere, é a terra de pequenos proprietários, pobres mas livres, que persistiam tenazmente em produzir nas suas terras tudo o que precisavam, incluindo o mau vinho. Mais abaixo, planalto irrigado da alta planície, região das fontes (das fontanili) e das grandes pastagens, começa a propriedade nobiliária e eclesiástica. É esta a zona dos castelos, das terras de renda, das casas das

Cartuxas no meio das grandes árvores. Cá mesmo em baixo é a zona dos grandes arrozais dos capitalistas, cuja iniciativa revolucionária permitiu superar o problema da agricultura nestas terras inundadas; estamos, certamente, perante um caso de progresso econômico, mas poderá dizer-se que o foi também em termos sociais? (BRAUDEL, 1966:89)

O Arroz da Lombardia terá significado penosa escravatura para trabalhadores tanto mais indefesos quanto a sua desunião impedia um protesto eficaz. Os arrozais não exigem mão-de-obra permanente, mas necessitam, em contrapartida, de consideráveis massas de trabalhadores na época das sementeiras, do transplante e da colheita. É uma cultura totalmente assente em migrações sazonais, e que não exige a presença do proprietário na exploração senão para proceder a pagamentos e vigiar os grupos de trabalhadores. (BRAUDEL, 1966:89)

Passa-se o mesmo com quase todas as culturas de planície. Terras fáceis de trabalhar, onde os sulcos podem alinhar-se em paralelas, prestam-se ao uso regular de bois e búfalos, à maquinaria animal, e só na época das colheitas e vindimas é que exigem elevada quantidade de tarefeiros montanheses. Após algumas semanas de trabalho, os tarefeiros regressam às suas terras num destino de autênticos proletários rurais. Mas, muitas vezes, não é menos proletário o camponês sedentário, instalado com casa na planície.

O inquérito espanhol feito em 1547 à propriedade na Lombardia indica que os camponeses não chegam a possuir 3% da fértil região baixa, enquanto as terras pobres de cima são em grande maioria de propriedade camponesa. Nada melhor que estes números referentes à Lombardia para ilustrar a condição humana nas regiões de planície. Sujeito a miseráveis condições de higiene e saúde, o camponês local pratica uma sobriedade forçada. Muitas vezes recém-chegado, homem simples agarrado à sua montanha, é enganado pelo patrão ou pelo capataz. Sob muitos aspectos, e independentemente da sua condição jurídica, é uma espécie de escravo colonial. A planície pertence ao senhor, afirma Braudel (1966:89-90) sendo sobretudo a zona por excelência da grande propriedade, mesmo quando ainda não sofreu beneficiações. Esta situação mantém-se praticamente até os dias atuais. Antes das últimas beneficiações, 38% do solo da Campagna pertencia a quatro grandes proprietários. Contraditoriamente, "as regiões montanhosas continuam, em geral, reservadas à pequena propriedade". (BRAUDEL, 1966:90)

A Região da Lombardia compreende nove Províncias: Milão, Brescia, Bergamo, Varese, Como, Pavia, Mântua, Cremona e Sondrio. Mântua, cidade localizada na planície, inclui-se entre aquelas que, apesar de estarem em vantagem geográfica quanto a localização, também sofriam com toda a crise que naqueles tempos atingia o campo:

> *a economia agrícola mantuana, na época pós-unitária teve um andamento largamente positivo, porém as quedas de preço verificadas no mercado internacional já atingiram a província em 1874, e colocaram em crise total a economia em 1880.* (BRAGA apud SANTOS, 1996:30)

A partir de então a situação dos camponeses, que já era péssima, torna-se insustentável. Sendo uma área de população basicamente camponesa, sobretudo de mezzadri (meeiros), a crise dos anos Oitenta irá ocasionar a queda de preços dos produtos mantuanos destinados ao comércio, constituído principalmente de cereais, colocando em risco deste modo as propriedades agrícolas que se mantinham às custas de contratos onerosos, assim como as outras de um modo geral. A miséria tomou conta da população camponesa, levando a uma alimentação basicamente maídica e aumentando o número de doentes desta Província, afetados pela pelagra. (SANTOS, 1996:31)

Devido às condições explicitadas, a Província de Mântua está entre aquelas que propiciaram considerável contingente emigrantista. Povoada por uma população camponesa paupérrima, a emigração foi sempre uma opção de sobrevivência. Os números apresentados por GANDINI (apud SANTOS, 1996:31) apontam claramente a tendência da população mantuana para a emigração, tanto periódica quanto permanente.

Alguns anos, como os biênios 1876-1878, 1887-1888, além do ano de 1891, demonstram expressivas "ondas" de emigrantes. A imprensa foi o termômetro de todo o fenômeno, manifestando-se justamente nestes períodos com centenas de artigos alusivos ao fato.

Significativo já pelo próprio nome sobre as condições sociais do camponês nesse período é o semanário "*Il Pellagroso*" que em suas treze aparições incitava os camponeses contra sua exploração pelos proprietários de terras. Suas críticas iam desde a parca alimentação, condições de habitação e as doenças causadas pela avitaminose. (SANTOS, 1996)

Depois da Província de Como, a de Bergamo foi, entre as províncias lombardas, a que teve o maior número de emigrantes, e segundo NEIRETTI (apud SANTOS, 1996:35) 15,81% de bergamascos emigrados dirigia-se para a América. Pode-se concluir, portanto que a tendência emigrantista da Província de Bérgamo era muito mais a emigração periódica, para países europeus, do que a emigração propriamente dita. Mas de qualquer forma, o autor expõe que a emigração representava um remédio tanto para a condição de vida das famílias quanto para a depressão econômica dos vales. Com a saída dos emigrantes, para quem ficava, segundo pesquisas ministeriais - restava colher os benefícios de uma menor concorrência no mercado de trabalho e portanto um salário um pouco melhor.

Assim como outros montanheses, já no século XVI, devido à extrema pobreza os de Bérgamo, põe-se a emigrar, não havendo lugar no mundo segundo BRAUDEL (apud BANDELLO, 1966:56) onde não se encontre pelo menos um. A transumância o mais poderoso desse movimento das alturas para as planícies, mas também de ida-e-volta faz parte destes deslocamentos dos montanheses. Também os lombardos realizam este movimento indo aos milhares procurar trabalho nas planícies. (BRAUDEL, 1966:59-60)

O fato novo para a década de 70 é a emigração transoceânica, que transforma a emigração periódica em permanente.

I.1.3. A Região Vêneta

A Região do Vêneto, no norte da Itália, está entre aquelas que propiciaram um maior contingente emigratório. Segundo as colocações de Marco NEIRETTI (apud SANTOS, 1996:37), entre 1876 e 1900 o número de emigrantistas vênetos atingiu 1.787.783, dos quais 426.558, o que representa 23,85% do total, dirigiram-se para países transoceânicos.

A Região Vêneta é formada por sete Províncias: Veneza, Vicenza, Pádua, Treviso, Rodrigo, Belluno e Verona. Udine, que hoje faz parte do Friuli, pertencia à época, à Região.

A Região se estende entre os Alpes Carnicos e Dolomíticos e o Mar Adriático, e seu território equivale a 6,09% do território italiano. (SANTOS apud PEZZETA, 1996:37)

Os altos percentuais do contingente emigratório, segundo Neiretti, foram determinados por uma dramática crise da subsistência, péssimas colheitas e calamidades naturais decorrentes de um quadro crescente de degradação da montanha. (NEIRETTI apud SANTOS, 1996:37) Conforme palavras de Roselys Correa dos SANTOS:

> *O outro componente era do tipo estrutural como a falta, em toda a região, de alternativas de trabalho e de polos de forte atração, o esgotamento de alguns recursos minerais, o estabelecimento de cotas para os abates florestais, as modificações territoriais decorrentes de uma articulação dos transportes que, com as ferrovias anularam antigos meios de transporte, e acabaram por tirar da população, as poucas fontes de renda. Não por acaso, que a ação propagandística para estimular a emigração, desenvolvida por agentes de companhias de navegação e de contratantes, suscitaram no Vêneto um verdadeiro êxodo para a América. Episódios traumáticos marcaram a história da emigração vêneta: na montanha se registrou o despovoamento de várias zonas dos vales do rio Piave, do Boite, dos pré-alpes Carmicos e dos compressórios do Agordino, enquanto nos campos aconteceram partidas em massa para a Argentina e para o Brasil.* (apud MODESTI, 1996:38)

Nas províncias de Belluno e Treviso, a primeira na montanha e a segunda na planície a situação era de crise. A miséria endêmica fazia com que a migração periódica fosse fato comum a ambas, desde épocas imemoriais. O fato novo, para o último quartel do século XIX, foi a mudança na sistemática emigracionista, que de periódica passou a permanente, buscando o continente americano como objetivo.(MODESTI apud SANTOS, 1996:38) Os clérigos de Feltre, condenaram na época a falta de interesse por parte do governo, e da maioria dos proprietários fundiários, que não se preocupavam em conhecer de fato as necessidades da terra e de seus trabalhadores, e assim forçavam muitos camponeses a abandonar a terra natal. (SANTOS, 1996:41)

Observamos neste caso que do mesmo modo que a Região Lombarda, descrita anteriormente, a emigração passou de periódica a permanente, devido à complexificação e desestruturação crescente da vida camponesa em conseqüência das mudanças que estavam ocorrendo com a entrada das relações capitalistas no campo.

I.2. Os fatores da expulsão

Como vimos, o quadro que oferece a descrição das regiões emigrantistas do Norte da Itália apontam para fatores de "expulsão" de seus habitantes. Este quadro por sua vez se insere num contexto mais amplo a que foi a expansão do Capitalismo Industrial e Financeiro europeu. Alguns autores italianos chegaram recentemente a esta conclusão, de que a emigração de massa só pode ser analisada dentro deste quadro mais amplo - o do crescimento mundial do capitalismo. (FRANZINA apud ALVIM, 1986:23)

As condições particulares em que a Itália se insere nesse mecanismo a transformaram em uma das maiores fornecedoras de mão-de-obra barata no final do século XIX[1]. Chega-se assim, à plena compreensão do que foi o fenômeno emigratório italiano: decorreu da expansão do capitalismo, que induziu a Itália a se desfazer, entre imigrantes temporários e permanentes, de nada menos que "vinte milhões de indivíduos, entre 1861 e 1920". (SORI apud ALVIM, 1986:24) Ainda que esses números não correspondam aos de uma saída definitiva, impressiona o peso que a emigração representou para a Itália. (ALVIM, 1986:24)

Segundo Giórgio CANDELORO (apud ALVIM, 1986:24), nos países que sofreram um processo de industrialização rápido e intenso no final do século XVIII, o incremento demográfico e a emigração representaram um momento particular dessa transformação da estrutura, de basicamente agrícola para basicamente industrial. E a emigração, por sua vez, cessou quando o nível de industrializações permitiu a absorção do excesso de mão-de-obra. Mas nos países em que o desenvolvimento industrial foi lento ou insuficiente, o incremento demográfico e a emigração se prolongaram.

A Itália, sem dúvida, pertence a esse segundo grupo. Mais do que isso, nas palavras de CANDELORO, "a emigração torna-se um fenômeno essencial de equilíbrio sócio-econômico (...) no período em que se verificou a decolagem industrial da Itália norte-ocidental, e continuou depois disso como condição necessária para o desenvolvimento econômico, devido ao desequilíbrio que se estabeleceu entre o Norte e o Sul do país, até hoje não superado." (CANDELORO apud ALVIM, 1986:24)

A expulsão maciça era um fato, permitindo que um autor da época afirmasse:

> *A emigração, para a Itália, é uma necessidade. Precisamos que partam de 200 a 300 mil indivíduos por ano, para que possam*

[1] O caso italiano não é o único. A Alemanha precede entre 1850 a 1870

encontrar trabalho os que ficam. (LONGHITANO apud ALVIM, 1986:24)

País de território limitado, a Itália teve, até o início do século XIX, sua economia calcada na agricultura. O quadro, porém, era bastante delicado:

"Dos 288.538 Km^2 de sua superfície total, quase 2/3 são cobertos pelas cadeias dos Alpes e dos Apeninos. Destes, 56.000 Km^2, no mínimo, são rochosos ou saibrosos, e por isso refratários a qualquer produção vegetal e nem mesmo os 2/3 restantes são muito produtivos." (UBALDI apud ALVIM, 1986:25)

Nessas condições naturais, a economia agrícola demorou a apresentar os sinais do desenvolvimento capitalista. Ainda no período da unificação (1870), várias regiões italianas tinham características feudais e semifeudais bastante acentuadas - era o caso de todo o Sul do país e parte da Itália Setentrional. (ALVIM, 1986:25)

Numa tentativa simplificada de visualizar a história da unificação italiana, pode-se dizer que, na segunda metade do século passado, tendia-se a considerar o Norte do país como uma mancha industrializada. Ali se praticava uma agricultura de moldes capitalistas, portadora da bandeira progressista e realizadora da unificação - enquanto o Sul era retrógrado, com uma economia agrícola que ainda guardava aspectos de servidão. (ALVIM, 1986:25)

Na realidade, "não é só o pequeno proprietário ou o arrendatário da Basilicata ou da Calábria, que tem, na época da unificação, uma ligação ainda muito frágil com a economia de mercado, ainda que só a local. Também o meeiro de regiões desenvolvidas, como a Toscana e a Lombardia, enfrentava o mesmo problema: consumia a maior parte dos produtos do trabalho que não era obrigado a entregar ao proprietário da terra. Isso explica a extrema variedade e interposição de culturas numa mesma propriedade, o que constitui a característica agronômica de grande parte da Itália, mas também representa sério obstáculo ao aperfeiçoamento da exploração, porque cada camponês deve produzir o seu trigo, as suas verduras, o seu cânhamo, a sua fruta." (SERENI apud ALVIM, 1986:27)

Ainda G. CANDELORO, analisando as particularidades do caso italiano, observa que: "Em todos os países que se tornaram capitalistas, houve, ainda que de formas diferentes e muitas vezes até de modo incompleto, uma acumulação originária, no sentido marxista, no sentido marxista da expressão (...) que nada mais é do que o

processo histórico da separação do produtor dos meios de produção. (...) Na Itália, porém, esta acumulação não seguiu passo a passo o roteiro clássico, em que o capitalismo, 'tanto na Inglaterra quanto nos principais países europeus que se industrializaram no século XIX, firmou-se primeiro na agricultura e depois na indústria (...). Na Itália (quando da passagem para a industrialização), a transformação capitalista da agricultura tinha sido total numa área relativamente reduzida, a planície padana (...) enquanto em outras regiões ela se realizara ou estava se realizando de modo bastante incompleto, dando origem a formas híbridas de relações de produção e não tinha sequer ocorrido em vastas regiões da Itália meridional nem nas Ilhas." (CANDELORO apud ALVIM, 1986:26)

Esse panorama, no entanto, só pode ser compreendido dentro do quadro dos acordos políticos que impulsionaram a unificação do país e o seu desenvolvimento. É pela composição de classes, que serviu de fundo a esses episódios, que se pode entender a particularidade do caso italiano e a razão pela qual a expulsão dita "permanente" ocorreu de maneira diferente conforme as regiões. (ALVIM, 1986:26)

É bom lembrar que a burguesia que "executou o processo de unificação nacional levou-o avante não através de uma revolução agrária - que sozinha teria destruído as relações semifeudais no campo, liberando-o para o desenvolvimento capitalista -, mas sim através da conquista régia e de compromissos com a velha classe dominante dos grandes proprietários fundiários, semifeudais, cujo poder econômico permaneceu praticamente intacto no campo (...). Após a unificação, a burguesia industrial e comercial constitui ainda uma parte bastante limitada da classe política italiana. Sua grande maioria compõe-se de grandes e médios proprietários de terra". (SERENI apud ALVIM, 1986:27)

Foram necessários muitos anos para que o grupo burguês alcançasse o controle político e econômico do país, para que conseguisse dar o salto da faz de acumulação para uma fase predominantemente industrial, obrigando os estratos apegados a uma economia de caráter essencialmente agrícola a ceder às leis de um mercado cada vez mais internacional. (ALVIM, 1986:27)

Nesse período as classes subalternas foram envolvidas numa cadeia irreversível de eventos. Nas regiões em que a indústria se desenvolveu ocorreu a proletarização da mão-de-obra expulsa do campo. Onde o embrião industrial não vingou, deu-se a emigração temporária, obrigando pequenos e médios proprietários, para se manterem, a enviar um ou mais membros da família para trabalhar como operário ou mesmo

camponês em outros países, em geral europeus; e, finalmente, a emigração definitiva, ou de "grande duração", manifestou-se nas regiões onde os resíduos feudais acentuados impediam qualquer mudança estrutural. Neste caso, a única saída para o excedente populacional foi a diáspora. (ALVIM, 1986:27)

Diante dessas opções, era praticamente inviável uma reação organizada e homogênea. Por isso a resposta política das classes subalternas italianas têm um caráter aparentemente desconexo. Ela nada mais é do que a resistência imediata a situações particulares que tinham de ser enfrentadas: no Sul, no primeiro momento, o brigantaggio[2] foi uma resposta individual, rapidamente sufocada; (SERENI apud ALVIM, 1986:27) houve greves de massa em regiões onde as relações capitalistas tinham já se firmado no campo - é o caso, por exemplo dos movimentos grevistas do Vale Padana, alguns movimentos da Lombardia e Emília Romagna; e, finalmente, como última resposta, a emigração, que mesmo sendo uma fuga da miséria cruel que devastava algumas regiões da Itália, não deixou de ter um caráter político. Esse aspecto é nítido nas canções e poesias populares que acompanhavam os viajantes sem volta - ali se vê claramente que a emigração não era só a busca do Eldorado, mas uma recusa em continuar sob a exploração. (ALVIM, 1986:28)

Grosselli ao reportar-se à história da classe camponesa da Itália setentrional e sobretudo trentina, situa o significado da crise ocorrida, com a entrada das relações capitalistas no campo, e observa que até esta época a sociedade trentina tinha se mantido radicada na terra. Durante centenas de anos esta região havia permanecido como uma das mais pobres da Europa, vivendo de uma economia agrícola quase auto-suficiente, organizada em uma sociedade camponesa praticamente impermeável às influências externas, situada em vales estreitos e impérvios junto a montanhas altas e cobertas de bosques.

O ciclo agrário e suas crises não desconjunturaram tal sociedade, nem o pôde a endêmica falta de terras férteis e facilmente cultiváveis: o mecanismo encontrou uma saída própria que foi a emigração temporânea. Os camponeses se dispersaram pela Europa, ocupando-se em mil trabalhos, especialmente durante as estações mortas para a

[2] Convencionou-se denominar brigantaggio a várias insurreições de bandos armados, no Sul da Itália, entre 1961 a 1865 e logo após a unificação. Não tinham uma ideologia clara de oposição quanto aos grupos dominantes. Muitas vezes, participavam das insurreições camponesas contra os senhores feudais, mas também insurgiam-se para servir a fins políticos dos grupos detentores, como os Bourbon na época do domínio napoleônico, na Itália meridional. Vários pesquisadores contemporâneos têm-se esforçado para dar o merecido caráter histórico a esses movimentos, pois foram importantes no momento em que ocorreram (ALVIM, 1986:27-28 em nota de rodapé).

agricultura e assim recompunham aquele rendimento. (GROSSELLI, 1987:16) Com a década de 70 no entanto, a questão muda de figura, a força desagregadora do capitalismo cada vez mais se fazia presente, não restando ao campônio outra alternativa a não ser aquela que naquele momento se apresentara, a de mudar a sociedade, frente às opções que se colocavam de uma urbanização e conseqüente proletarização, ou seja transformar-se em força de trabalho disponível para a indústria, ou uma utópica transformação/modernização da atividade deles, impossível para a maioria.

Estava-se diante da ascensão do sistema capitalista de produção que trazia em seu bojo mudanças profundas no modo secular de ver e viver o mundo. Nesta situação o camponês, segundo GROSSELLI (1987:16-17), encontrou uma solução "camponesa" para a situação. "Não procurou, de modo algum, mudar a sociedade, mas somente mudou de sociedade, transferiu-se para a América onde procurou, e em parte conseguiu, reconstruir um novo núcleo social segundo o modelo daquele deixado na pátria. Não pertencia à lógica camponesa a mudança repentina e violenta das estruturas econômicas, sociais e políticas e se talvez isso acontecera alguma vez (referimo-nos às revoltas camponesas dos séculos precedentes), ora não mais subsistia.

Para ele esta "fuga" representou uma recusa dentro dos limites da moral camponesa da época. (GROSSELLI, 1987:16) A moral camponesa era a moral do "dá a César o que é de César, do ama teu próximo como a ti mesmo". E a Igreja tinha ensinado ao camponês a não rebelar-se, porque isto sintonizava com os seus dogmas, substancialmente pacifistas e não violentos, seja porque a mesma Igreja fazia parte como estrutura daquela ordem de coisas que estavam pesando mortalmente sobre a vida das massas camponesas (ainda mais que os máximos vértices eclesiásticos eram de extração nobre ou da alta burguesia).

Houve portanto da parte dos campônios um certo tipo de revolução, como interpreta GROSSELLI: "contudo a classe camponesa com a sua 'fuga' não tencionou anular-se, suicidar-se, abrir caminho para os tempos novos (...) a revolução camponesa, pois pode ser entendida como recusa de uma sociedade e construção de uma nova sociedade (ainda que sobre modelos antigos) não internamente ou sobre ruínas da sociedade, mas num contexto geográfico novo."(GROSSELLI, 1987:17) Tal fato fica confirmado na própria paisagem que oferece o Vale do Itajaí aos seus visitantes e observadores, onde "paesi" e "dorfens" se sucedem na ocupação do novo território [3].

[3] Os termos "paesi" e "dorfens", estão sendo utilizados aqui para caracterizar o tipo de recriação ocorrida no território catarinense com a vinda dos imigrantes de origem italiana e alemã respectivamente,

De fato a "fuga" para a "Mérica" manifestava um certo espírito de rebelião, uma forma de rebelar-se contra os "siori", os senhores donos de terra. A raiva camponesa embora contida devido à moral e ética católicas que permeavam a do campônio vai aparecer em cartas enviadas da América e canções populares. A própria América, "se transformou em 'sonho' porque representava a verdadeira liberdade, mais que qualquer idéia napoleônica ou liberal que eram vistas como ideologias urbanas, dos 'ricos', novos instrumentos para justificar seus privilégios. 'Liberté, egalité, fraternité, vocês a cavalo e nós a pé', parodiavam os camponeses as palavras de ordem de Napoleão. Neste sonho estava presente tudo o que a classe camponesa anelava: a terra em abundância e sobretudo de propriedade, mas também a falta de ricos e do seu sistema social, e enfim a promessa que a família camponesa teria sido finalmente unida e que seu chefe ou o filho não teriam sido enviados cada quatro ou cinco anos a combater na guerra. Uma extensão de terra suficientemente grande, livre de qualquer vínculo, em que pudessem manter a própria família, era o centro essencial das esperanças camponesas. Esta terra era virgem, não conhecia organizações sociais, o camponês não teria encontrado aí os "ricos", suas leis e também isso era importante para quem tinha sido libertado da servidão da gleba havia menos de trinta anos e que desde sempre tinha sido considerado seu inferior." (GROSSELLI, 1987:102)

Além dos fatores externos, a emigração européia portanto, obedece também a uma lógica, decorrente da própria condição camponesa e de uma ideologia que privilegia a terra como requisito de reprodução social, isto é, de uma redução "camponesa", consubstanciada num ethos camponês. Essa condição provoca impasses, e os movimentos migratórios são uma resposta a tais impasses, associados à pressão demográfica, e aos recursos, e aos modelos de organização social. (WOORTMANN, E. 1995:115-116)

Tanto o fracionamento da propriedade como sua indivisão conduzem à migração. O primeiro processo torna as parcelas de terra crescentemente insuficientes para a produção e para a reprodução social. A alternativa do uso da força de trabalho em outras atividades, como o artesanato - tal como ocorre em Flandres, em Portugal e em outras partes da Europa, assim como nos Açores - é um expediente temporário, mas não constitui solução a longo prazo. A proletarização urbana é outra solução, mas a

---

reproduzindo elementos da paisagem e do modo de vida típicos das regiões de origem, tanto das aldeias italianas (paesi) quanto alemãs (dorfens), diferentes de outros tipos de ocupação campesina ocorrida no resto do país.

migração é uma solução mais coerente com o que se poderia chamar de uma identidade camponesa: ela permite a reprodução, enquanto camponeses, não só daqueles que migram, mas igualmente daqueles que ficam; ela significa a busca de novas terras, em outro lugar, e a preservação da terra no lugar de origem. (WOORTMANN, E. 1995:116)

A emigração, é portanto também desencadeada a partir do próprio sistema camponês. Ela é, ao mesmo tempo, desencadeada por e organizada pelo sistema de parentesco: uma dimensão desse sistema, como o padrão de herança, expulsa pessoas; outra dimensão, o "espírito de parentesco", faz com que a migração se faça através de grupos de parentes (irmãos, primos, etc., assim como afins) que irão replicar o modelo em outro lugar - para, em seguida, recomeçar tudo de novo? (WOORTMANN, E. 1995:116)

Entre os colonos entretanto, em muitos casos as explicações individualizantes, encobrem os aspectos estruturais e históricos do processo, ocultando o processo enquanto uma solução estrutural que, viabiliza a reprodução de um todo social, passando a serem vistas como opções individuais. Alternativamente, o processo migratório corresponde à desagregação de um sistema camponês, por efeito de paradoxos internos a ele: muitos filhos garantem a força de trabalho na produção, mas implicam herdeiros demais que inviabilizarão a reprodução do campesinato no tempo. (WOORTMANN, E. 1995:117)

Dificilmente a febre emigratória do século XIX, ressaltada por FLORES, AZEVEDO e outros, poderia ser explicada por um súbito florescimento de individualidades "irrequietas". Em verdade, pode-se pensar que a própria emigração permitiu a continuidade de uma condição camponesa mais confortável nas áreas de origem. (WOORTMANN, E. 1995:118)

A própria lógica interna da pequena propriedade estimula a emigração. Alguns devem sair para que a propriedade e a família que lhe corresponde possam permanecer. É a própria emigração que constitui o futuro possível para quem fica. Ao fechamento no lugar de origem corresponde a abertura de um espaço social em outro lugar, mas esse novo espaço permite como que uma "reabertura" temporária do espaço fechado original. (WOORTMANN, E. 1995:118) Recria-se inicialmente o mesmo modelo cultural vigente nas regiões de origem das zonas receptoras.

Entre os alemães existem também aqueles casos de artesãos que não querendo trabalhar em fábricas, saem da Alemanha postergando o processo de proletarização por mais de um século; ainda que na maioria dos casos seus descendentes venham a se

defrontar novamente, com a opção entre a proletarização e a migração. (WOORTMANN, E. 1995:118)

Os não-herdeiros de famílias mais abastadas, com a indenização recebida, instalavam-se na América como médios ou mesmo grandes proprietários; os filhos de camponeses mais pobres tornavam-se colonos "fracos" no país de destino. (WOORTMANN, E. 1995:121) Isto irá ocorrer com os colonos europeus que se instalaram no sul. Deste modo, se as catástrofes acentuam o processo emigratório, a "tradição emigratória" a que se refere WILLIAMS (apud WOORTMANN, E. 1995:121) se acha embutida, como já disse, na própria tradição sucessória do campesinato: os que não herdam, migram. Alternativamente, quando a partilha é igualitária, ela termina por provocar a emigração, para que a terra se reagrupe em gerações seguintes. (WOORTMANN, E. 1995:121)

De um modo geral, o século XIX encontra a Europa num processo de crescimento demográfico[4], associado a uma melhoria das condições sanitárias e ao progresso da medicina. Entre 1750 e 1870 se configura um aumento populacional que Ellen WOORTMANN (apud BELTRÃO, 1995:119) define como "período de explosão", seguido de uma redução, tanto na natalidade como na mortalidade, até 1950. (WOORTMANN, E. 1995:119)

Esse crescimento está também associado ao desaparecimento das grandes epidemias, como cólera, varíola, tifo, etc., que grassaram em toda a Europa, do século .XVI ao XVIII. Na Espanha, por exemplo, entre 1647 e 1652 morreram cerca de um milhão d.e pessoas - aproximadamente a metade da população. Em 1665, somente em Londres, morreram entre 70 mil e 100 mil pessoas, de uma população total de 400 mil (LEBRUN apud WOORTMANN, E. 1995:119)

Se essas catástrofes foram reduzidas, não desapareceram, contudo, por completo. Na Lombardia, por exemplo, a cólera reduziu a taxa de aumento populacional a aproximadamente a metade; a partir de 1855 a população volta a crescer, caracterizando-se uma pressão demográfica sobre a terra (AZEVEDO, 1975). Outras doenças, como o bócio, afetavam a saúde da população, como no Piemonte, com sua

[4] No século XVII a Europa como um todo experimentou um aumento populacional significativo (Ellen Woortmann apud Lebrun, 1995:119). Em 1740, a França passara de 20 para 24,5 milhões de habitantes, e para mais de 29 milhões em 1800. A Inglaterra, que em 1740 possuia 5,5 milhões de habitantes, passou a contar, em 1800, com mais de 8,5 milhões, em função do aumento da taxa de natalidade, associada à queda da idade média do primeiro casamento e à diminuição do celibato. Na França, pelo contrário, a partir da segunda metade do século XVIII observa-se a limitação voluntária da natalidade. O que explica

alta incidência de idiotas e cretinos. O bócio teve alta incidência em todos os Alpes. (WOORTMANN, E. 1995:120)

No Alto Milanese, era elevada a incidência de tuberculose, anemia e defeitos físicos, que a população atribuía aos casamentos consangüíneos. (AZEVEDO apud WOORTMANN, E. 1995:120) A pelagra igualmente colheu sua parcela de almas: na Itália recém-unificada, quase 93 mil pessoas morreram dessa doença. Somente no Vêneto, uma das áreas de emigração para o Brasil, quase 30 mil casos de morte foram registrados, passando para 55 mil em 1867. (WOORTMANN, E. 1995:120)

O regime fundiário europeu, como mostra MAYER (apud WOORTMANN, E. 1987), projetou o Ancien Régime até a época da Primeira Grande Guerra. A grande concentração de terra, na França, na Inglaterra e na Alemanha fazia com que a maior parte das propriedades rurais não passasse de "meros retalhos de terra". Na Inglaterra, em 1873, 7 mil famílias monopolizavam 80% das terras. Na Alemanha, em 1907, havia 5,5 milhões de propriedades com entre 2,5 e cinqüenta acres, e 280 mil unidades com mais de cinqüenta acres. Cerca de 8 mil famílias controlavam 15% de toda a superfície cultivada. (WOORTMANN, E. 1995:121) Na Itália, 60% da população ativa se localizava na agricultura, mas 80% dela não possuía terra. Por outro lado a situação dos parceiros era bastante desfavorável, dadas as taxas em dinheiro ou produto que eram obrigados a pagar. (AZEVEDO apud WOORTMANN, E. 1995:121)

É preciso ressaltar, ainda que, com o advento do século XIX, termina a "idade de ouro" da indústria doméstica camponesa, que conseguia contrabalançar a exiguidade de terras. Na Europa em geral, a incapacidade da indústria doméstica de competir com a indústria fabril provoca distintas reações. Nas regiões onde o sistema de herança viabilizava o acesso à terra, verificou-se um "fechamento" do sistema econômico camponês, que se voltou para a produção de subsistência. A tendência predominante, porém, foi a proletarização, que engrossou os contingentes envolvidos na Revolução de 1848. (WOORTMANN, E. 1995:122)

O papel das Igrejas também influiu no processo emigratório, particularmente quando consideramos sua dimensão temporal. Como mostra Goody (apud WOORTMANN, E. 1995:122), desde a baixa Idade Media, a Igreja se estratificava em um alto e um baixo clero, compostos por contingentes sociais diferenciados em sua origem. O primeiro era parte de um jogo político entre as grandes famílias e a Igreja. Aquelas

---

aí, o aumento populacional é a queda da mortalidade e a expectativa de um período reprodutivo maior.

famílias destinavam parte de seus membros ao alto clero (e também à carreira militar) como parte de seus projetos de poder. Era freqüente a conexão entre um monastério e uma "casa" (GOODY apud WOORTMANN, E. 1995:122); esta última doava os fundos para a construção daquele, recebendo em troca sua direção em caráter hereditário. Criam-se, assim, as "dinastias eclesiásticas". Era freqüente que grandes senhores destinassem parte de suas terras à Igreja, em troca de posições elevadas para seus descendentes na hierarquia eclesiástica. Desse continente emergiu boa parte dos teólogos católicos (WOORTMANN, E. 1995:122)

Replicando em sua organização interna o modelo da sociedade maior, a Igreja possuía o seu baixo clero, recrutado, em larga medida, a partir do campesinato. Se, após o Concílio de Trento, a situação desse baixo clero foi melhorada em seus aspectos materiais, não se eliminou a percepção hierárquica da Igreja: o baixo clero, de baixa origem social, devia se ocupar daquelas ovelhas do rebanho cristão cujo papel era o de trabalhar para o sustento das demais ordens sociais. (WOORTMANN, E. 1995:122)

De qualquer forma, o ingresso nesse baixo clero constituía uma alternativa vantajosa para o campesinato e - assim como entre os colonos no Brasil - um meio de afastar os filhos da herança. Saía-se de um universo regido pelo pai para ingressar no universo dirigido pelo Papa. (WOORTMANN, E. 1995:122)

Havia outra dimensão secular da Igreja, que contribuiu para estimular a emigração: os tributos obrigatórios. Além dos dízimos, resultantes da associação entre a Igreja e o Estado, existiam ainda os pesados custos cerimoniais - bem acima do que Wolf chama de "fundo cerimonial" do campesinato. (WOLF apud WOORTMANN, E. 1995:123) Eram as despesas relativas a batizados, comunhão, casamentos, enterros, etc., assim como as promessas e expiações, e as dispensas. Estas últimas relacionam-se diretamente a padrões de casamento fundamentais para o campesinato. (WOORTMANN, E. 1995:123) A dispensa neste caso era fundamental no caso do casamento com parentes consangüíneos.

Da aliança entre a igreja e o Estado decorria também as exigências de que os camponeses provassem possuir o mínimo necessário para o estabelecimento de um novo casal. Os não-herdeiros, e mesmo aqueles que, sendo herdeiros presumidos, não haviam ainda recebido a herança, tinham suas possibilidades de casamento bastante dificultadas, ou eram mesmo condenados ao celibato. Tratava-se, com freqüência, de um celibato formal, pois homens e mulheres solteiros, desde o ponto de vista legal, mantinham

---

(WOORTMANN, E. 1995:119)

relações estáveis, das quais decorria um considerável número de filhos ilegítimos, legitimados quando o casamento se tornava possível. (WOORTMANN, E. 1995:123)

Em meados dos anos 70, solucionando, ao mesmo tempo, um problema que o governo começava a sentir com uma certa apreensão: a progressiva germanização das províncias sulinas devido à organização das colônias alemãs e à sua total impermeabilidade em relação à população local e ao Brasil em geral e a deterioração das condições dos pequenos camponeses na Itália, neste mesmo período, torna disponível para a aventura transoceânica um contingente de força de trabalho interna, impossibilitado de manter a posse da terra. Não é por acaso que o fluxo emigratório desse período concerne essencialmente às zonas em que mais vigorava o sistema de cultivo direto em pequenos lotes de terra:

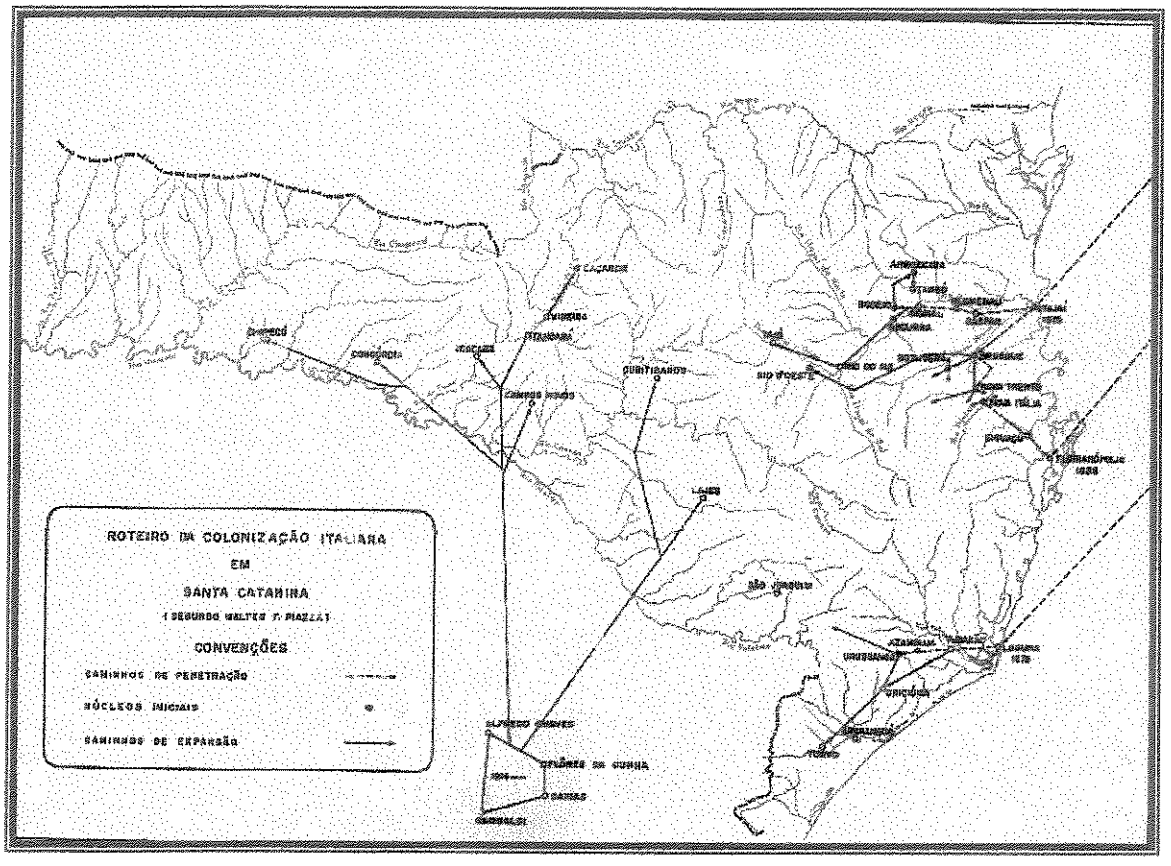
> *Como sempre acontece, a depressão atinge antes e mais duramente as áreas economicamente marginais, nesse caso, as áreas de 'pequena produção independente', de um lado, por seu tamanho e marginalidade, incapazes de inserir-se vantajosamente na produção para o mercado, e, do outro lado, estranguladas pela impossibilidade de sobrevivência do núcleo familiar numa economia de subsistência.* (TRENTO, 1989:77)

Por outro lado, e aqui intervém a complementaridade das causas de "expulsão" e de "atração", o sul do Brasil oferecia, aparentemente, as condições mais vantajosas para esse tipo de emigrante, cuja maior aspiração ainda era representada pela posse da terra. De fato, mesmo que através da abertura de novos cultivos em terras virgens, a região oferecia a esse emigrante a possibilidade de tornar-se, em poucos anos, dono de um sítio de dimensões em média bem maiores do que ele tinha tido na pátria, possibilidade que a Argentina já não oferecia, por ter iniciado a política de colonização antes que o país vizinho. (TRENTO, 1989:79-80) Sem dúvida, para a escolha do destino final também contribuíram as notícias sobre o clima das regiões do sul do Brasil, suficientemente semelhante ao italiano e capaz de assegurar o cultivo de produtos aos quais o emigrante estava acostumado e sobre os quais tinha uma bagagem mínima de conhecimentos. Embora as condições oferecidas pelo governo brasileiro fossem as mesmas em todo o território nacional, não foi por acaso que a corrente migratória italiana desse período dirigiu-se quase que exclusivamente para o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná,

desertando de todas as outras províncias imperiais, exceto, em parte, o Espírito Santo. (TRENTO, 1989:80)

Mas para a maioria dos meridionais, e mesmo dos setentrionais de outras regiões, a posse da terra não era sua maior ambição. (ALVIM, 1986:70)

I.3. As regiões receptoras



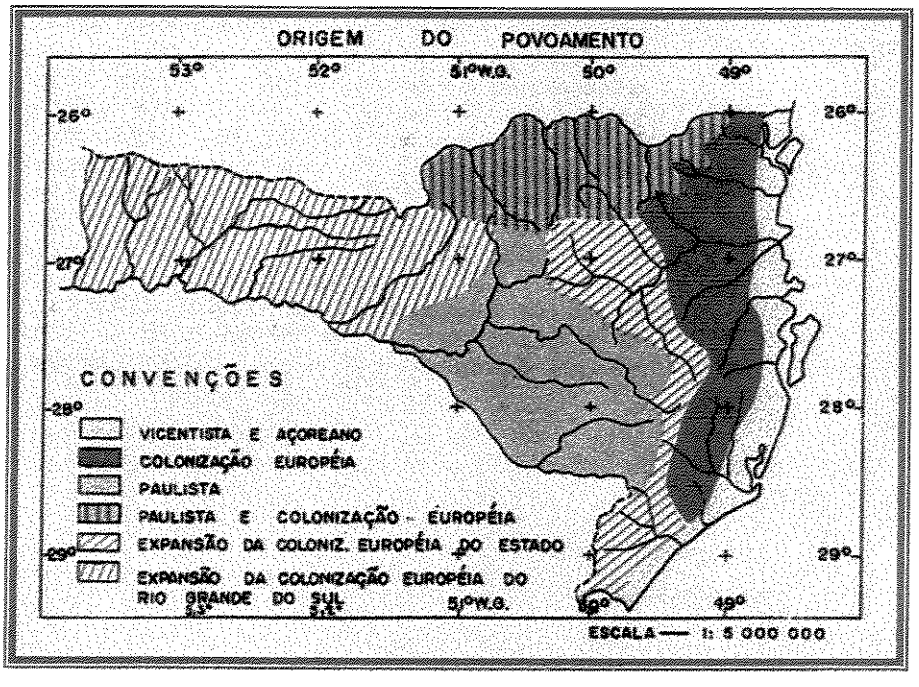
Duas correntes migratórias de origem italiana se deslocaram no século passado para o estado de Santa Catarina. Uma primeira que irá se estabelecer a nordeste do estado entre o litoral e o planalto, na região de florestas (mata atlântica) vinda diretamente da Itália (1875), das regiões do Vêneto, Lombardia e Tirol Meridional, na época sob a dominação austríaca. Uma segunda corrente que ocupou o Oeste catarinense num momento posterior a este (1910), sendo formada pela população proveniente de antigas colônias italianas formadas no Rio Grande do Sul, tendo saído no entanto das mesmas regiões de origem da Itália.

No sul além de receberem italianos das antigas colônias do nordeste catarinense, formaram colônias próprias, tendo sido localizadas nos vales dos rios Tijucas e Tubarão, onde desenvolveram diversas colônias. Outros povos também se incorporaram a esse

processo de colonização, embora com pequenos contingentes de imigrantes, como, por exemplo, poloneses, russos e austríacos. (SANTOS, 1995:79)

De 1919 a 1921 novas correntes surgiram para o norte catarinense. O Governo do Estado contratou a construção das estradas para Lages e Curitibanos, pelo Itajaí do Oeste e seu afluente Trombudo, fazendo o pagamento em terras, na mesma região. As companhias que se organizaram para a colonização dessas terras iniciaram a forte propaganda nas antigas colônias do litoral. Do Braço Norte, no município de Tubarão, Urussanga e Araranguá, núcleos que tinham alcançando a maturidade, afluíram os colonos que constituem, hoje, a maior parte da população do valo do rio Itajaí do Oeste. (PELUSO JR, 1991:169)

Observa-se no processo de colonização européia através de núcleos coloniais do sul do Brasil, incluindo-se a região em estudo, que a sua expansão para outros locais e formação de novos núcleos, com o processo de migração dos seus membros, será uma constante na trajetória do italiano e seus descendentes. Isso se explica pelo fato da colonização ter assumido a característica de uma frente de expansão. As atividades econômicas fundamentais desses empreendimentos permite que surjam uma sucessão de colônias no Vale do Itajaí, como também em outras regiões do estado. Os imigrantes se instalavam com base na agricultura, assim, um casal se localizava num lote, e iniciava seu desbravamento, chagavam os filhos, e o casal aumentava a sua produção conforme as crianças iam crescendo e cooperando no trabalho. Quando o primeiro filho chegava à idade de casar, ocorria a necessidade de adquirir um novo lote colonial. Era nesse



instante que a frente agrícola avançava. O ciclo reiniciava-se. (SANTOS 1995:81) Em alguns casos estas migrações ocorreram em massa e tiveram o aval ou foram orientadas por religiosos que se encontravam nas localidades prestando assistência aos colonos.

Isto ocorreu por exemplo1 no caso da população saída de Rodeio, que irá migrar da antiga colônia, dando origem a novas, que irão formar os atuais municípios de Taió, Salete, Rio dos Cedros, Encanto, Encruzilhada, Benedito Novo e Massaranduba orientados pelos frades franciscanos, que, como se verá no capítulo III tiveram uma atuação importante na região.

Entre os dois grupos por mim estudados a migração dos filhos para novas terras torna-se comum a partir da segunda geração, devido ao esgotamento e à escassez de terras na localidade. Esta fator como se verá ocorre principalmente em conseqüência do tamanho inicial dos lotes (em média 25 hectares) e das partilhas efetuadas em família.

Os dados disponíveis mostram, inequivocamente, que a questão fundiária nessa região de colonização européia se caracterizou pela escassez de terras desde o início, apesar de toda uma visão oficial responsável pela divulgação do mito de abundância de terras cultiváveis para imigrantes. Tanto em colônias oficiais ou não ocorreu excesso de demanda por terras. As terras foram todas demarcadas em lotes coloniais, com exceção de umas poucas áreas particulares que haviam sido ocupadas por comerciantes de madeira antes e depois de iniciado o processo de colonização. (SEYFERTH, 1985:4) Tal fato tinha como objetivo, deixar a terra valorizar com a ocupação dos lotes pelos colonos, para vendê-la mais tarde com maiores lucros aos mesmos.

Os lotes foram distribuídos por compra aos imigrantes que afluíram entre 1850 e a 1ª Guerra Mundial. Nesse período a entrada de imigrantes foi ininterrupta; por volta de 1910, mesmo as picadas mais distantes já estavam ocupadas. Com isto, reduziu-se consideravelmente a oferta de novos lotes com financiamento do governo, e as terras nas mãos de particulares ficaram muito caras. A terra, enfim, tornou-se mercadoria escassa e cara muito antes de terminar o processo de colonização. O parcelamento dos lotes ou a expulsão de camponeses a partir da 2° geração foi tanto decorrente da inexistência de terras agrícolas disponíveis para venda, como da falta de recursos da maioria dos colonos para a compra de novas.

O problema da escassez de terras nunca foi resolvido; toda a área foi demarcada e ocupada e, com poucas exceções, os colonos não se dispunham a vender parte de suas terras, mesmo quando a oferta ultrapassava o valor real das mesmas. Foram poucos os imigrantes que deixaram a região ou que abandonaram os seus lotes depois de

efetivamente estabelecidos. Durante o período de implantação e desenvolvimento do sistema de colonização os colonos que abandonaram seus lotes foram substituídos por outros. Como a compra de 25 hectares tinha financiamento do governo (a maior parte das terras eram devolutas), o não pagamento das parcelas ou o abandono do lote faziam com que o mesmo voltasse à posse do Estado, podendo ser concedido a outro imigrante. A quantidade de lotes demarcados, por sua vez, era sempre inferior à demanda. Os ranchos da administração estavam sempre repletos de famílias que aguardavam a demarcação das terras, com o tempo de espera nunca inferior a seis semanas. Mesmo com a diminuição do fluxo imigratório, após 1910, persistiu o problema de falta de terras, agravado pela demanda da 2ª. e 3ª. geração de colonos, descendentes dos primeiros imigrantes; e aqueles que chegaram mais tarde receberam terras em áreas muito distantes, de difícil acesso e impróprias para a agricultura (SEYFERTH, 1985:5), tendo sido este o caso da maioria dos italianos e tiroleses que se dirigiram para o Vale.

Informações obtidas em entrevistas e histórias de vida levantadas por SEYFERTH, permitindo retraçar a trajetória de famílias de imigrantes desde o século XIX, mostram que houve condições para acumulação de renda por parte de algumas famílias, mas as possibilidades de ampliar os 25 hectares originais eram bastante reduzidas. Após a 2ª geração, ficou bastante difícil manter as propriedades indivisíveis. Para muitas famílias, inclusive, tornou-se impraticável manter a condição camponesa pois esta não é concebida fora do contexto em que o grupo doméstico tem a propriedade da terra. Diante de uma eventual partilha da propriedade familiar e sendo impossível um acordo entre os herdeiros, foram acionadas algumas alternativas. (SEYFERTH, 1985:6) Inicialmente o caminho foi e continua sendo a migração para áreas de ocupação mais recente, como também mais recentemente a proletarização ou o assalariamento e a transformação em operários-camponeses. As primeiras indústrias nas proximidades das colônias foram implantadas no final do século XIX, numa época em que ainda era relativamente grande o número de imigrantes recém-chegados.

Uma outra forma de resolver o problema da fragmentação da propriedade, que se encontra presente entre colonos alemães católicos (que formam uma minoria no Vale), tendo sido mais comum entre os colonos de origem italiana, é o estímulo de enviar filhos e filhas para a carreira religiosa: a vocação religiosa é tomada como uma estratégia para reduzir o número de herdeiros. Nesses casos, o que seria a indenização pela perda da terra, ou o dote (no caso das mulheres), servem para custear os "estudos religiosos".

O sistema de colonização adotado pelo governo brasileiro, segundo a lei de 19 de janeiro de 1867, e aplicado nas colônias, se resumiu ao seguinte:

O governo escolhia um território situado nas terras livres, pertencentes ao estado, e o dividia em colônias, cujas dimensões variavam segundo as circunstâncias e lugares. Assim, no território que a União concedeu à província, em 1869, para fins de colonização, cada légua quadrada era dividida em diversas linhas e as linhas, em lotes rurais. Todo o trabalho de divisão das terras era feito por engenheiros agrimensores, contratados pelas autoridades competentes. (MANFROI, 1975:113)

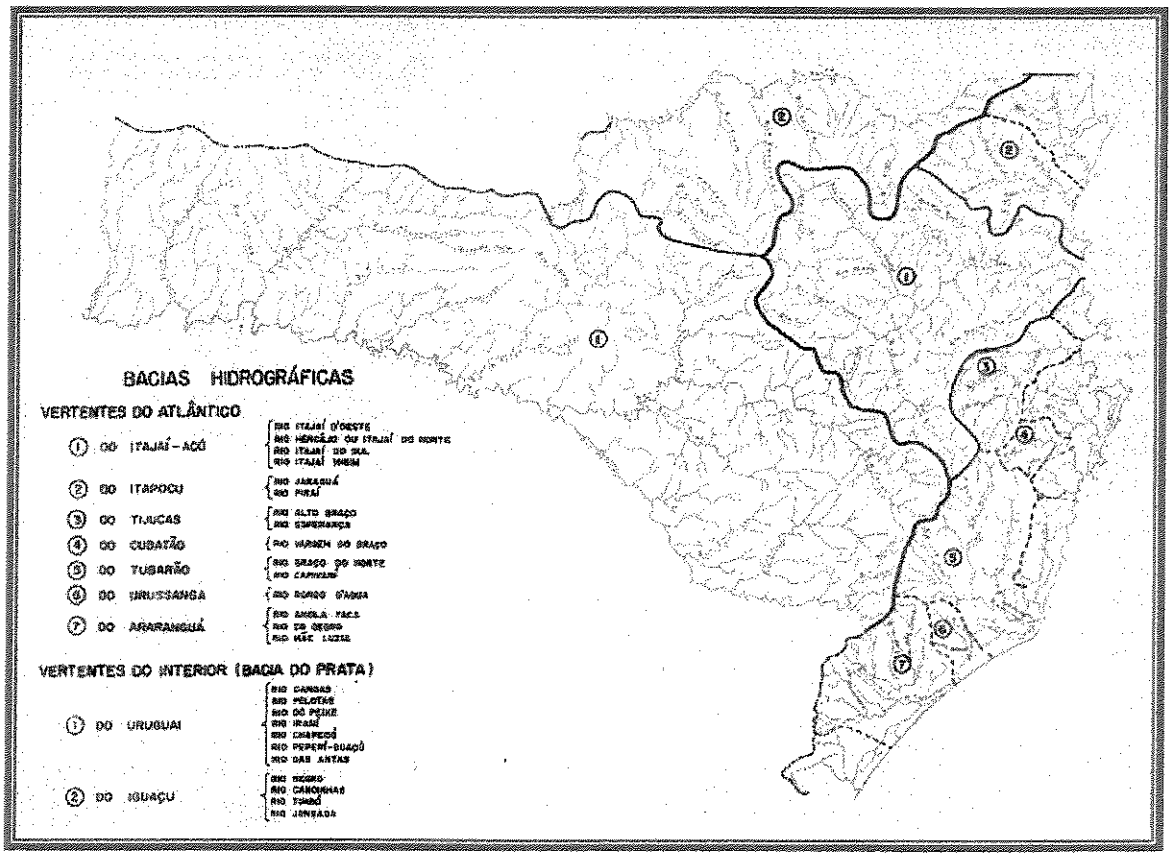
Cada colônia tinha uma sede central, onde se estabelecia a direção e administração. A escolha da sede, que mais tarde tornar-se-ia cidade, era feita em função da localização geográfica. Escolhia-se um lugar, em geral no centro da colônia, abatiam-se as árvores e dividia-se a superfície em quadras de 100metros de lado. Alguma dessas quadras eram reservadas como praças e as outras divididas em lotes urbanos de 20 x 50 ou 40 x 60. Desses lotes, alguns eram reservados à administração, igreja, escolas, etc., e outros eram vendidos aos imigrantes que desejassem se dedicar ao comércio, montar oficinas, pequenas fábricas, artesanato, etc.. A sede tornava-se o centro administrativo e comercial da colônia, sem perder seu caráter rural, pois permanecia essencialmente ligada à agricultura. A escolha da sede foi, às vezes, posterior ao início da colonização. O progresso da sede dependia muito das possibilidades de comunicação com os centros comerciais e do progresso da sede dependia o progresso da colônia. Na maioria dos casos, porém, a sede foi traçada, como um tabuleiro de xadrez, antes do início da colonização e foi povoada muito lentamente, de acordo com o progresso da região. (MANFROI, 1975:114)

A colônia, com sua sede já designada era dividida em léguas quadradas e, cada légua, em Linhas. A Linha era um caminho, muito estreito, traçado no meio da floresta virgem, através de todos os acidentes do terreno e que reunia uma montanha a outra, um rio a outro rio ou dois sinais quaisquer tomados como ponto de partida e como ponte de chegada, tinham uma extensão de 6 a 7 km, à direita e à esquerda desse corredor, que era a linha, dividia-se o terreno em Lotes coloniais numerados, de 22 a 25 hectares cada um. O Lote tinha a forma de um retângulo alongado, medindo 200 a 250 metros de frente e 1.000 a 1.250 metros de profundidade. (ROCHE apud MANFROI, 1975:115) Em princípio, todos os lotes deviam ter água, e quando isso não era possível eram vendidos como "lotes secos", mais baratos. (MANFROI, 1975:115)

Os imigrantes construíam suas casas à beira da Linha nos dois lados da estrada. Assim, ao longo da Linha, as casas se sucediam, alinhadas paralelamente umas às outras, o que evitava o perigo de isolamento. Os fundos do lote de uma Linha tinham como limite os fundos do lote da linha paralela, fazendo uma distância de dois quilômetros entre uma Linha e outra., por isso, os contatos se operavam, mais facilmente, entre os habitantes de uma mesma linha. (D'APREMONT apud MANFROI, 1975:115)

A Linha determinou a estrutura social e a unidade orgânica do povoamento. A sede da colônia era o centro administrativo e comercial, mas foi na própria Linha que os imigrantes organizaram sua vida religiosa e social, segundo o modelo de seus vilarejos natais (os "paesi"). A mata virgem e a falta de estradas dificultavam o contato com outras Linhas e com outras sociedades. (MANFROI, 1975:116)

I.3.1. O Vale do Itajaí e sua ocupação



A região conhecida no Estado de Santa Catarina sob a denominação de Vale do Itajaí é, na realidade, a bacia desse rio. A colonização ocorrida no nordeste do Estado, não se limitou à parte compreendida entre as vertentes do vale; foi além, subindo todos

os afluentes do Itajaí-Açu espalhando-se por toda a área cujas águas afluem para o Vale do Itajaí. (PELUSO JR., 1950)

A Bacia Hidrográfica do Itajaí possui área de drenagem de aproximadamente 15.000 quilômetros quadrados de extensão, e está compreendida entre as latitudes de 26° 20' 10" e 27° 50' 22" sul e as longitudes de 48° 40' 10" e 50° 20' 50" a oeste de Greenwich. Estende-se no sentido leste-oeste, a partir do Oceano Atlântico, onde despeja suas águas, até encontrar a serra Geral, entre as serras do Espigão e o morro Campo dos Padres. Na direção norte-sul os divisores naturais de água encontram-se nas serras Jaraguá e Moema, que a separam das Bacias do rio Negro, Itapocu e Canoinhas, e nas serras da Boa Vista, Fachinais e Tijucas que a separam da Bacia do rio Tijucas. (POMPÍLIO, 1990:6) Ela é dividida em duas regiões distintas: a do planalto e a do litoral.

No planalto, os rios Itajaí d'Oeste e Itajaí-Açu se encontram, na altura do município de Rio do Sul, formando o rio Itajaí-Açu, o maior da bacia Atlântica do Estado de Santa Catarina. Cerca de 90% da área da bacia do Itajaí é de terrenos acidentados e essa topografia influiu desfavoravelmente no desenvolvimento da agricultura na região. Apesar de localizado numa zona temperada, o vale apresenta um clima chuvoso e quente no verão, com muita precipitação, o que ocasiona enchentes periódicas - um dos grandes obstáculos da colonização. "Da mesma forma que todo o litoral de Santa Catarina, a bacia do Itajaí está sujeita a invasões de massas de ar polar, quando se produzem as precipitações orográficas de grande importância para a região. O relevo, com elevadas serras agudas no sentido leste-oeste, que dominam as pequenas elevações junto à costa e os altos planaltos tabulares a oeste, é propício às chuvas orográficas... Este fenômeno é responsável pelas enchentes que tais chuvas acarretam, dada a impossibilidade de o rio dar vazão rápida à massa d'água que cai sob a região."(PELUSO JR. apud SEYFERTH, 1985:34) A temperatura média da região no verão é de 24,5 graus centígrados e no inverno de 15,5, sendo os meses mais quentes os de janeiro e fevereiro e os mais frios julho e agosto. Os afluentes mais importantes do baixo vale do Itajaí-Açu são, na margem esquerda, o rio Luiz Alves, e na margem direita o rio Itajaí-Mirim.

A região nordeste do estado de Santa Catarina, onde se insere a bacia do Itajaí antes de ser colonizada por descendentes de imigrantes italianos, conheceu duas outras fases de povoamento, que se sucederam no tempo e que se diferenciaram tanto do ponto de vista étnico, como econômico e sócio-antropológico.

Inicialmente foi povoada por indígenas, cujos primeiros vestígios, segundo a arqueologia, datam de aproximadamente 5.500 anos AC. Em época mais recente, quando das primeiras incursões de Brancos pela região (entre 1542 e 1775) a mesma encontrava-se habitada principalmente por tribos Kaingang, além de se registrar a presença de tribos Xokleng e Guarani. (SANTOS, 1995:185)

A segunda fase de povoamento, é constituída com a presença de caboclos ou sertanejos, que ocuparam a terra no sistema de "posse", incluindo-se entre estes parte de população negra e mestiça, e sobre os quais se dispõe de poucos dados, face a inexistência desse tipo de estudo para esta região. Sabe-se entretanto que tanto do litoral quando do oeste catarinense afluíram este tipo população.

A referência mais ampla e consistente sobre a presença de caboclos e sertanejos no Vale, no momento da chegada dos imigrantes europeus é feita por PELUSO JR. (1991), ao se reportar à ocupação do Vale do Itajaí do Oeste. O rio Itajaí do Oeste, encontra-se com o Itajaí do Sul, formando, ambos, o rio Itajaí-Açu, o maior curso d'água da bacia atlântica do Estado de Santa Catarina. (PELUSO JR., 1991:158) O vale do Itajaí do Oeste pertence ao município do Rio do Sul. Abrange parte dos distrito da sede desse município, e os distritos de Trombudo Central, Pouso Redondo e Taió.

Por muitos anos o vale do Itajaí do Oeste permaneceu despovoado. No litoral, desenvolvia-se a colônia Blumenau, com sua população vinda da Alemanha. Acima da Serra Geral, no planalto, desenvolviam-se Lages e Curitibanos com suas fazendas de criação exploradas pelos paulistas. Entre essas populações, o Itajaí do Oeste, permanecia virgem, habitado pelos selvagens. (PELUSO JR. 1991:165)

No litoral, os lavradores da Colônia Blumenau sentiram a necessidade de comunicação com o planalto. Em 1867 o engenheiro Emílio Odebrecht, daquela colônia, fazia a primeira picada subindo o rio Itajaí-Açu e depois o Itajaí do Oeste. Abandonando-o, transpôs a serra com destino a Curitibanos. O caminho de cargueiros, em 1874, alargou a picada. As tropas desceram para Blumenau, com surpresa que viu invadida a zona em cujas matas era livre, onde a caça era espantada pelo branco. (PELUSO JR. 1991:165)

Os ataques que os tropeiros começaram a sofrer dos silvícolas fizeram os lavradores conter o desejo de subir o rio e apropriarem-se das férteis terras do Itajaí do Oeste. Seus contatos com os selvagens tinham sido poucos até então, somente em raras incursões estes haviam chegado ao baixo Itajaí. No alto curso desse rio, porém, eles dominavam, atacando violentamente as tropas que atravessavam a região. (PELUSO JR.

1991:165) Será então o sertanejo, que irá desbravar os sertões, sendo o precursor dos lavradores da Colônia Blumenau, ao surgir nas matas bravias do alto Itajaí. (PELUSO JR. 1991:165)

O vale do Itajaí-Açu, abaixo da Serra do mar, já era parcialmente povoado muito antes que o Dr. Blumenau iniciasse sua colônia. Arraiais como Belchior, Pocinho, e Ilhota já existiam, (PELUSO JR. 1991:166) mas em geral, "os fertilíssimos terrenos das margens do Itajaí-Açu, jaziam cobertos de matas impenetráveis, a não ser as feras e o gentio que nelas viviam em absoluto sossego e que, longe de ser incomodados, assaltavam, muito amiúde, os raros moradores que tinham a coragem de se afastar demasiadamente dos mais próximos centros habitados."(JOSÉ FERREIRA DA SILVA apud PELUSO JR, 1991:166)

Com a vinda dos alemães e a instalação da colônia Blumenau (1850), passaram os sertanejos que viviam da caça e de exígua lavoura a viver na periferia da colônia, da qual, dentro em pouco não se afastariam. Essa atração, acredita PELUSO JR. (1991:167) "devia ser exercida pelas possibilidades de comércio e de aquisição de produtos de que necessitavam. Não eram absorvidos pelos novos elementos, porque, além da barreira da língua, o sertanejo, criado na liberdade ampla das selvas, não podia viver dentro do acanhado limite de um lote colonial. As casas que os sertanejos edificavam, os terrenos em que plantavam não eram de sua propriedade. Constituíam 'posses', que pretendiam ter o mesmo valor que as propriedades legais. Na terra sedenta de braços a 'posse' representava o trabalho." (1991:168)

O crescimento da colônia fez os colonos cobiçarem as terras dos sertanejos, ou "posseiros"[5], como eles mesmos se denominavam. Estes, recebendo pequena indenização pela morada e "benfeitorias" (por essa palavra designavam as derrubadas desorientadas, cercas, etc.), mudavam-se para uns quilômetros acima. Empurrados pelos colonos, os sertanejos foram subindo o rio Itajaí até a região ocupada pelos selvagens. Não eram, porém, inexperientes nas lutas contra aquele inimigo. Conheciam também os segredos da floresta. Os "bugres", como eram apelidados pelos colonos, se viram obrigados a ceder o território aos invasores. Atrás dos posseiros vieram os colonos

[5] Tal população, que vivia em quase total isolamento, praticando uma produção voltada à subsistência, foi pelo que mostra a literatura, comum à maior parte do território brasileiro. Tratava-se de uma população que procurava não viver totalmente isolada, pela necessidade de conseguir alguns produtos no mercado, como por exemplo o sal e a querosene, mas que, afora isto, era praticamente auto-suficiente e mantinha um contato muito precário com a sociedade abrangente (RENK E CARVALHO FRANCO apud POLI, 1994:192).

subindo o rio, comprando as posses, e os sertanejos foram galgando o curso do Itajaí do Oeste. (PELUSO JR, 1991:168)

Empurrando o sertanejo para espaços acidentados, lugares íngremes nas margens dos rios, sob o território dos índios, destroem seu espaço social. Esse detalhe é importante para registrar a ambigüidade e o caráter contraditório da existência, desses imigrantes que, não obstante serem tratados como meros objetos pelo grande capital, por vezes vêm-se como aliados dele e combatendo ao seu lado contra populações também marginais. (POLI, 1994:193)

Em 1892 uma balsa facilitou o transporte onde principia o Itajaí-Açu. Em 1894 a estrada de rodagem subiu a Serra do Mar. Por ela, os colonos lançaram-se na parte mais baixa do Itajaí do Oeste, que subiram quando em 1919 e 1921, foram construídas as estradas de rodagem para Lages e Curitibanos. (PELUSO JR. 1991:168)

Vendendo suas posses aos colonos, os sertanejos vindos do baixo Itajaí-Açu constituíram a primeira corrente de povoamento que entrou no Itajaí do Oeste. Os colonos não lhes seguiram de perto. Havia os silvícolas. Pouco foram os colonos que nessa época também subiram o rio. A avançada dos sertanejos, porém, fazia avolumar-se fracamente a corrente de colonos quando, em 1910, o Governo Federal localizou, no rio Plate, afluente do rio Itajaí do Norte, no município de Hamônia, os selvagens que corriam pelas margens do Itajaí do Oeste. Desaparecido o perigo do bugre, os colonos de diversos pontos de Blumenau, Timbó e Rodeio rapidamente povoaram extensa parte do Itajaí do Oeste. (PELUSO JR, 1991:168)

Verifica-se assim que os sertanejos ou caboclos, foram neste caso os "desbravadores" das florestas para os colonos. Esta situação descrita por PELUSO JR, permite visualizar o quanto ela se encaixa nos objetivos estratégicos definidos pelo estado, que com a imigração e colonização, de vastas áreas despovoadas porém habitada por índios, desejava torna-las seguras e valorizadas, integrando-as à economia catarinense. É o que os interesses fundiários e capitalistas esperavam e o Estado pretendia obter, além da própria segurança de suas fronteiras. (PETRONE, 1982:32)

Isto ocorre no vale do Itajaí, onde muitos imigrantes italianos, foram instalados em núcleos coloniais em área ainda habitada por índios e que durante muito tempo tornaram a vida dos colonos muito difícil, assim como a própria sobrevivência dos indígenas, que tiveram seus territórios cada vez mais exíguos. Foi assim por exemplo em Ascurra, fundada em 1876, onde os imigrantes italianos sofreram ataque de índios

até pelo menos a segunda década deste século, agindo na área o lendário Martinho Bugreiro, organizador de expedições contra os índios. (PETRONE, 1982:32)

Devido à localização e situação privilegiada dos imigrantes alemães no processo de colonização (embora também muitos destes tenham também tido problemas com a população indígena), será o italiano que em muitos casos, lhes servirá de escudo. Sob essa questão BERRI (1988:37) nos informa que o fato de os colonos italianos terem sido assentados no extremo oeste da zona habitada da Colônia Blumenau, contra a Serra do Mar, em linhas maciças e sem mistura com os alemães, não foi acidental, mas realizada com proposital intenção do seu fundador, o Dr. Blumenau, por se tratar de uma etnia diferente em sua cultura, língua e costumes. Assim, localizados há mais de 50 Km da sede, aquelas populações serviriam de escudo às comunidades alemãs, contra as incursões dos índios e animais ferozes, mais comuns nas proximidades das serras. (BERRI, 1988:37-38)

Também a rebelião do Contestado, trouxe grande contribuição para o povoamento da região com os caboclos ou sertanejos, originando uma corrente que, pelas descrições de Peluso Jr. era pouco numerosa. Esta se localizou acima de onde estavam os posseiros já acossados pelos colonos que vinham de Blumenau. Essa corrente, ainda que originária de zona distante, era idêntica à primeira. Eram sertanejos para quem a "posse" tanto valia como a propriedade legal. (PELUSO JR, 1991:168-169)

Deste modo enquanto o Itajaí do Oeste descia tumultuosamente as serras em que nasce, moravam às suas margens os posseiros que desceram de Curitibanos fugidos dos redutos destruídos pelas forças militares na Campanha do Contestado. A estes se reuniram os que haviam subido todo o curso do Itajaí, desde a Colônia Blumenau. (PELUSO JR, 1991:173)

O terceiro tipo de povoamento do Vale do Itajaí, que antecede o italiano em 25 anos, foi aquele realizado pelo europeu de origem alemã, que pelo fato de chegar primeiro acaba por ocupar as melhores terras. Tal fato, se refletirá nas diferentes trajetórias constituídas pelos dois grupos em termos de seus respectivos desenvolvimento social, cultural e econômico na região.

Os imigrantes italianos e alemães inauguraram na região uma nova relação com a terra, ou seja, a apropriação privada, nos moldes previstos pela Lei de Terras de 1854, e uma nova forma de produção, mais voltada à produção de excedentes. (POLI, 1994:186) Instrumento para obter a valorização fundiária, a nova lei de terras, não

permitia a concessão gratuita de terra, forçando, deste modo, a idéia de que à terra corresponde um valor monetário. (Petrone, 1982:33)

I.3.2. O universo empírico: Primeiro Braço do Norte (Massaranduba) e Rodeio (12 e Sede).

Como explicitado na introdução, na Região do Vale do Itajaí acima descrito, foram selecionadas como locais para a pesquisa as localidades de Primeiro Braço do Norte (Massaranduba), Rodeio 12 e Sede (Rodeio). Estas localidades situadas dentro dos respectivos municípios, pertencem a antiga área de colonização, formada pelas "colônias velhas", guardando ainda hoje características que a diferenciam cultural e especialmente de outras regiões do Estado e do Brasil devido ao impacto da presença européia com o processo de colonização ocorrido em meados do século XIX.

I.3.2. 1) Primeiro Braço do Norte

A localidade de Primeiro Braço do Norte, hoje, está situada na parte sudeste do município de Massaranduba e faz divisa com o município de Luiz Alves. Ela se constitui como uma das cinco linhas que veio formar a Colônia do mesmo nome. Durante muitos anos pertenceu ao distrito de Luiz Alves, na ocasião pertencente ao município de Itajaí (Itajaí foi criado pela lei de 10 de janeiro de 1903). Na atualidade a comunidade de Primeiro Braço do Norte, está politicamente ligada ao município de Massaranduba, embora se mantenha religiosamente, vinculada ao distrito de Luiz Alves, de cuja sede fica próxima. De acordo com os relatos de alguns moradores, isso ocorreu por conta de "richas" políticas. (FERREIRA, mímeo, p. 13)

A fim de se conhecer um pouco da história da localidade de Primeiro Braço do Norte (Massaranduba), torna-se necessário conhecer a própria história do município de Luiz Alves, localidade por onde se dá a entrada dos imigrantes.

Em 1877 o alemão Júlio Grothe fundou a Colônia Luiz Alves, na desembocadura do rio daquele nome, no baixo curso do Itajaí-Açu, (POMPÍLIO, 1990:114, mímeo.) Trata-se de um empreendimento de iniciativa particular e de um tipo de colonização subvencionada, ainda que o governo brasileiro na época tivesse sustado o recrutamento de imigrantes, fato ocorrido em fevereiro de 1877, devido ao grande fluxo anterior de imigrantes após a realização do contrato Caetano Pinto e a conseqüente falta de condições de recebê-los e acomoda-los de forma adequada. (GROSSELLI, 1987:190)

Não foi estranha essa decisão dada a pressão neste momento do governo italiano, por causa dos grandes problemas que os emigrantes italianos estavam encontrando especialmente no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. (FRANCESCHINI apud GROSSELLI, 1987:190) A suspensão, entretanto não foi respeitada e com a desculpa dos compromissos pregressos, muitos milhares de europeus foram transferidos para o Brasil, tendo sido em 77, provavelmente, transferida de Marselha para Gênova, a base de operações do empresário Caetano Pinto. (GROSSELLI, 1978:190)

Imbuídos de princípios socialistas, o fundador da colônia Luiz Alves empenhou-se em seu sucesso, pela adoção de sistema cooperativista. Contudo, não obstante o rápido crescimento populacional, as desavenças atingiram níveis insuportáveis, a ponto do governo da Província interferir enviando um destacamento militar à área. (POMPÍLIO, 1190:114, mímeo.) De acordo com Deretti, antigo morador de Primeiro Braço do Norte, Luiz Alves, teve sempre vida acidentada, desde os primórdios, abalada por contínuas revoltas dos colonos a ponto de ser ali necessário, o estacionamento permanente de força policial. (DERETTI, pg. 5, mímeo.) Em 31 de dezembro de 1877, contava a colônia com 230 colonos e em fins do ano seguinte 500, divididos em 68 famílias italianas, 26 alemãs e 22 brasileiras.

A colônia de Luiz Alves, foi extinta em 1880 por ordem do governo da União, o qual forneceu meios necessários aos colonos retirantes. (POMPÍLIO, 1990:114, mímeo.) A extinção da colônia pelo governo Imperial deveu-se aos distúrbios ocorridos. (DERETTI, pg. 5, mímeo.)

Elevado à categoria de distrito de Itajaí em 1881, Luiz Alves só foi emancipado em 1958. (POMPÍLIO, 1990:114, mímeo.) Sua sede se localiza a 40 quilômetros do Porto de Itajaí e cerca de 33 de Blumenau. O rio Luiz Alves deságua no Itajaí-Açu a 18 quilômetros do ponto que este desemboca no oceano Foi elevada à freguesia em 31 de julho de 1912. À categoria de vila em 31 de Março de 1938, desmembrado do município de Itajaí, elevando-se à categoria de município, quando sua sede passou a se chamar cidade. (DERETTI, pg. 5, mímeo)

De acordo com o relatado pelo Sr. Angelo Deretti, no início de 1877, o Senhor Angelo Tironi, de Bérgamo, fez diversas viagens a Gênova para conseguir passagens para as famílias que se inscreveram a fim de emigrarem para o Brasil. Eram de Bôlgare, Bornico e das proximidades de Sotto il Monte; havia também famílias trentinas. Relata ainda Deretti:

Depois de tudo em ordem, todos foram avisados que deviam partir. Tironi junto ao governo de sua comuna, conseguiu a condução necessária para transportá-los até o porto de Gênova. Na despedida muitas lágrimas foram derramadas.

Na cidade portuária, tiveram que permanecer durante dois meses à espera do vapor Colombo que tinha transportado uma leva de imigrantes com destino a Macaé, no estado do Rio de Janeiro. Durante a viagem, Ferruci disse que, parte da imigração que chefiava se destinava para a Colônia de Morretes, no Paraná. (Morretes, está situada à margem direita do Rio Nhundiaquara).

Em 20 de outubro, o vapor chegou ao Rio de Janeiro. Pararam alguns dias na então capital do Império. Luigi Ferruci, chefe da imigração, avisa aos mantuanos e bergamascos, que foram destinados para a nova colônia de Luís Alves. Em vapor costeiro foram transportados para o porto de Itajaí, onde chegaram em 29 de outubro de 1877.

As famílias destinadas para a colônia de Luiz Alves, foram conduzidas numa lancha de propriedade do Sr. João Bastos Senior, empurrada por varas pela barra do rio Luís Alves até o Salto Valentim Hess, lugar de partida de jangadas para Itajaí.. (DERETTI, pg. 7, mímeo.)

Depois tiveram que fazer o restante do percurso a pé (3 horas) com a pouca bagagem que dispunham, com os filhos no colo, por acidentada picada, até o local da atual sede de Luiz Alves, onde se abrigaram nos barracões dos imigrantes. A roupa de cama que trouxeram, era muito pouca. Ainda bem, que sendo primavera, não sofreram o frio. (DERETTI, pg. 7, mímeo.) Um dos entrevistados relatou-me que sua bisavó tendo dado à luz no navio, não suportou andar tanto tempo a pé, vindo a falecer durante este percurso.

Os homens com as poucas ferramentas que receberam, iam abrindo picadas seguindo sempre contra as águas. Os mantuanos e bergamascos e alguns trentinos foram destinados para a linha ou travessão que viria a ser chamado de Primeiro Braço do Norte, colocando-se nos 50 lotes de terras, numeradas de 1 a 50, tendo como referência o município de Luiz Alves. (DERETTI, p. 7, mímeo). Os mantuanos se estabeleceram abaixo da atual capela de Santo Antônio e os bergamascos acima. Em seguida à sua instalação e de suas famílias no barracão dos imigrantes, começaram a edificar os ranchos, fazer as derrubadas e plantações. Aos sábados, voltavam aos barracões para retornar às segundas-feiras aos trabalhos. (DERETTI, pg. 7, mímeo.)

Massaranduba, município ao qual pertence na atualidade a localidade de primeiro Braço do Norte, durante muito tempo, fez parte de Blumenau, município fundado pelo Dr. Hermann Blumenau, que recebeu do Presidente da Província uma concessão de duas léguas quadradas, cuja área foi dividida em lotes de 200 metros de frente por 1000 de fundos - aproximadamente 20 hectares - concedidos aos colonos procedentes de vários estados da Alemanha, especialmente de Brunswick, Wuertemberg, Prússia e Baviera. Em 1875, começaram a chegar imigrantes italianos, procedentes do Vêneto, Lombardia e Tirol, juntando-se à comunidade local que, em 1870, já contava com 6.180 habitantes.

Durante a década de 1930, Blumenau era formada por onze distritos: Sede, Gaspar, Indaial, Timbó, Rodeio, Ascurra, Hamônia, Rio do Sul, Taió, Encruzilhada e Massaranduba. Já em 1933, os diversos distritos passaram a constituir novos municípios, ao passo que Massaranduba permaneceu até 1961, como parte integrante, primeiro de Blumenau, depois, do município de Guaramirim.

No censo de 1950, o recém-instalado município de Guaramirim possuía 1051 habitantes na cidade, e a antiga vila de Massaranduba dispunha nessa época de apenas 346 habitantes residindo no perímetro urbano, que aglomerava poucas casas e raros estabelecimentos comerciais.

A história recente de Massaranduba está estreitamente vinculada com o desenvolvimento do arroz irritado, cultivado nas várzeas férteis que abrangiam grande parte das áreas nas comunidades rurais. Nos 393,3 Km^2 que compreendem a área total do município existem 1542 estabelecimentos rurais, que totalizam 25.784 ha, segundo os dados do Censo Agropecuário do IBGE de 1985. Desse total de estabelecimentos, 1464 - ou aproximadamente 95% do universo - estão na condição de propriedade individual, correspondendo a mais de 92% da área global dos estabelecimentos agrícolas existentes. Quanto à condição do produtor, o censo do IBGE (1985) informa que 80% deles incluem-se na categoria de proprietários, 5% na categoria de arrendatários e 6,3% na categoria de parceiros. (ANJOS, 1996:24)

Mais de 97% dos estabelecimentos têm menos de 50 hectares, ocupando quase 87% da área total do município. Quase a totalidade dos estabelecimentos (99%) é administrada exclusivamente pelo produtor, a maioria (89,82%) residindo em suas propriedades rurais.

O traço fundamental do panorama agrário de Massaranduba repousa na existência de pequenos estabelecimentos que são conduzidos por famílias que

empregam muito pouco a mão-de-obra externa, especialmente em caráter permanente, já que, em algumas fases das explorações, pode ocorrer o ingresso de trabalhadores contratados para a realização de determinadas tarefas e por tempo delimitado.

O Censo Agropecuário de 1985 informa que, dos 1542 estabelecimentos rurais, apenas 67 empregaram trabalhadores permanentes, enquanto que 155 empregaram trabalhadores temporários. Assim sendo, inferimos que nessa data, 85% dos estabelecimentos não possuíam pessoal contratado em qualquer condição. Do conjunto total de pessoas ocupadas na agricultura, equivalente a 5818 indivíduos, 93,5% correspondiam - no ano de 1985 - à categoria "responsável e membros não-remunerados da família." Em 1991, quase 67% dos 11445 habitantes de Massaranduba residiam na zona rural. Estes indicadores refletem a realidade atual do município, que têm na agricultura o segmento mais importante e na cultura do arroz a exploração de maior expressão, tanto em termos do número de famílias envolvidas em seu cultivo como no que toca à proporção da área total cultivada. (ANJOS, 1996:225)

Os dados do Censo Agropecuário (1985) informam que mais de 80% do total da área ocupada com lavouras temporárias são destinadas à produção de arroz irrigado. (ANJOS, 1996:25)

I.3.2. 2) Rodeio

O município de Rodeio, também localizado no Vale do Rio Itajaí-Açu, foi fundado por imigrantes italianos e austríacos, oriundos principalmente do Trentino, norte da Itália, mais precisamente o Tirol Meridional que em 1875 pertencia ao Império Áustro-Húngaro. A Imigração se deu logo após o término das guerras de independência da Itália, nas quais o Trentino não se envolveu, mas que no entanto resultaram em uma gravíssima crise econômica que durante cerca de 20 anos, abalou profundamente a região. Por isso em 1875, várias famílias emigraram do Trentino para esta região brasileira, recebendo lotes do administrador da Colônia, Dr. Blumenau.

A colônia Blumenau estava situada a menos de 50 Km do porto de Itajaí. E sua sede, a pequena cidade de Blumenau, estava na margem do rio Itajaí-Açu. Suas linhas mais avançadas, perto dos distritos de Timbó e Pomerode, estavam cerca de 25 Km da sede. O rio Itajaí-Açu era navegável, da foz até a sede da colônia, também por barcos de uma certa tonelagem. Durante esta ocasião, da chegada dos italianos e trentinos, o Dr. Blumenau estava expandindo a colônia por ele dirigida para o oeste da Província, seguindo o curso do rio e de seus afluentes, segundo um plano preestabelecido.

(GROSSELLI, 1987:285) Nesta época existiam no total, na área de colonização do nordeste catarinense, a cidadezinha de Itajaí, sede de um porto; Blumenau nas margens do rio Itajaí-Açu; Brusque situada nas margens do rio Itajaí-Mirim; a colônia Itajaí, com sede em Brusque. (GROSSELLI em nota de rodapé, 1987:285)

A partir da segunda metade do ano de 1875, principiaram a ingressar no Estado de Santa Catarina as primeiras levas de imigrantes trentinos e italianos, em decorrência do contrato firmado entre o governo Imperial do Brasil e Joaquim Caetano Pinto Júnior, agente encarregado de recrutar imigrantes europeus, com a finalidade de colonizar o sul do país, e, em São Paulo, de suprir com trabalhadores as grandes fazendas de café, que careciam de mão-de-obra. (BERRI apud GROSSELLI, 1993:21)

Em junho do mesmo ano entraram os primeiros trentinos em Santa Catarina, mas se destinaram à Colônia Itajaí-Príncipe D. Pedro, que tinha sua sede em Brusque. (BERRI apud GROSSELLI,, 1993:21) Nessa época o Dr. Blumenau se encontrava na cidade do Rio de Janeiro, junto à Corte Imperial, onde, no dia 23 de junho, recebeu do imperador, por benefícios prestados ao país, a condecoração de Cavaleiro da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo. Lá como tudo indica, deve ter permanecido até o fim do ano, tratando de negócios em favor de sua colônia. Estava necessitando de maior quantidade de imigrantes europeus para acelerar a ocupação de terras de seu estabelecimento. Mas sua ambição se restringia a aceitar somente grupos de imigrantes de etnia alemã, procurando evitar elementos de raça latina, como franceses e italianos, portadores de culturas diferentes. (BERRI, 1993:21)

Como existia acentuada relutância da parte do governo alemão em ceder imigrantes para o Brasil, e também certa pressão interna das autoridades eclesiástica brasileiras, que viam na imigração alemã de credo luterano, um possível perigo para a formação de quistos religiosos, presume-se que o governo Imperial tenha exercido certa coação para influenciar Dr. Blumenau a aceitar imigrantes trentinos e italianos, católicos praticantes. Desta maneira, se conseguiria, mais facilmente, neutralizar, em parte, os males derivados da "protestantização" de vastas áreas do país. Se Dr. Blumenau recusasse a imigração latina, provavelmente esta seria desviada para a Colônia Itajaí-Pricipe D. Pedro, o que poderia acarretar-lhe consideráveis desvantagens. (BERRI, 1993:22)

Também o fluxo de imigrantes europeus de origem alemã no Brasil foi substituído pelo de origem italiana e tirolesa pelo fato de passar-se a temer o "perigo de germanização" do sul do Brasil com a instalação de colônias etnicamente homogêneas

de alemães, como havia sucedido até então na Colônia Blumenau. É portanto, também em conseqüência desse fato que o Dr. Blumenau será pressionado a diversificar a procedência dos imigrantes, motivo pelo qual ocorre a imigração daqueles de procedência italiana e tirolesa, embora o mesmo nunca tenha conseguido aceitar as diferenças culturais e religiosas, principalmente dos italianos, vindo junto com os tiroleses. Talvez a sua preferência por estes últimos tenha ocorrido, pela proximidade com a cultura alemã, devido ao domínio austríaco a que estes estiveram submetidos. Essa antipatia do Dr. Blumenau pelos italianos acabará por definir a própria distribuição espacial das duas etnias, observando-se, uma certa separação entre italianos e alemães, no sentido de deixar os italianos isolados. Aqueles mesmos trentinos que tão bem se davam com os alemães, conviveram, lutaram, se misturaram com os italianos e viveram às margens das colônias alemãs. Certamente os trentinos, pela própria condição histórica vivida, parcialmente diferente da italiana, puderam colocar-se espaço de transição, amenizador de conflitos, à semelhança da situação por eles vivida no continente europeu. Os trentinos, etnia italiana que vivia numa nação de maioria alemã que representava, contudo, uma espécie de colagem multinacional em que vária etnias viviam, no complexo, separadas mas pacificamente, não eram anti-alemães. O interesse do Dr. Blumenau era tático-político. (GROSSELLI, 1978:436)

De um lado também intelectuais italianos recém-imigrados e sustentados pelo Consulado Italiano de Desterro e de outro, Lucinio Korte (frei franciscano de Rodeio que inicialmente assistiu a população de origem italiana) e seus franciscanos acharam providencial a fixação espacial dos habitantes de Rodeio (de maioria trentina) em local diferente dos da cidade de Ascurra (de maioria italiana), por separar ainda mais 'os bons tiroleses' dos 'socialistas e maçons italianos'. (GROSSELLI, 1987:437)

Em 6 de agosto de 1875, o diretor interino da colônia Blumenau, Sr. Hermann Wendeburg, recebeu do Rio de Janeiro telegrama do Dr. Blumenau, comunicando que estaria para chegar ao porto de Itajaí uma turma de 300 imigrantes tiroleses, solicitando que telegrafasse se poderiam ser agasalhados e estabelecidos ali em Blumenau. Dava ainda ordens para que a abertura de mais caminhos e demarcar novos lotes. Wendeburg, em 10 de agosto, deu resposta afirmativa. (BERRI, 1993:22)

Após três meses de longa e acidentada viagem, aportaram a Itajaí. Esses seriam os primeiros imigrantes de língua italiana a ingressar na Colônia Blumenau, fundada vinte e cinco anos antes. A data da chegada de 15 de agosto ocorre 9 dias após o aviso telegráfico do Dr. Blumenau da saída do porto de Rio de Janeiro dos 300 tiroleses. Esse

grupo de 20 famílias, radicadas no início da "Picada de Rodeio", conforme informações de Destefani, veio formar a comunidade do Doze ou Santo Antônio (BERRI, 1993:22), local onde entrevistei membros de uma das famílias.

Pelas indicações de Frei Lucinio Korte, franciscano a quem se deve várias iniciativas em Rodeio, essa leva de 300 imigrantes tiroleses foi distribuída em três linhas coloniais: uma no começo da "Picada Rodeio", como já mencionado, outra no início da "Picada dos Tiroleses" e uma terceira na "Picada dos Pomeranos", logo após o último imigrante alemão, morador do lote número 52, criando-se assim, a comunidade de Santo Antônio de Pomeranos. (BERRI, 1993:24)

Convém esclarecer ainda que estes 300 imigrantes tiroleses devem ter sido embarcados no porto de Rio de Janeiro em navios menores, em diferentes épocas, porque os barracões de recepção de Itajaí e Blumenau não podiam abrigar mas que 100 a 150 pessoas ao mesmo tempo. Possivelmente essa leva foi repartida em duas: a primeira que chegou a Itajaí em 15 de agosto e a segunda em 15 de setembro, consoante declaração de Destefani. Impunha-se manter certa ordem e limitar a quantidade de entrada de imigrantes, por mês, para não dificultar sua recepção e permitir, com a necessária tranqüilidade a abertura de picadas e a demarcação de lotes. Desta maneira, conforme Destefani, "a segunda turma, composta de 34 famílias, chegou ao porto de Itajaí aos quinze de setembro." (DESTEFANI apud BERRI, 1993:24) Estas famílias radicadas ao longo da "Picada do Rodeio", em seqüência à primeira turma, vieram compor a comunidade de São Virgílio. (BERRI, 1993:24)

Com data de 15 de outubro, Wendeburg escreveu ao cônsul alemão em Desterro, senhor Hackradt, que a colônia estava aguardando a chegada, durante o dia, de outros 211 imigrantes (GROSSELLI apud BERRI, 1993:24) solicitando sua intervenção para que o governo provincial mandasse a verba necessária à sua instalação. Destefani referindo-se a colonização de Rodeio, afirma que "a terceira turma, composta de sessenta famílias, partiu de Trento em 28 de agosto, e, seguindo via Paris a Havre, embarcou nesse porto, no vapor Belgrano, chegando a Blumenau em 28 de outubro de 1875." (Berri apud Destefani, 1993:240) Esta leva veio constituir a comunidade que futuramente, formaria a sede de Rodeio, e se estendeu até à foz do ribeirão São Pedro, tributário do rio Itajaí-Açu. (BERRI, 1993:24)

No dia 30 de outubro de 1875, Wendeburg recebeu um telegrama do Dr. Blumenau, dizendo: "(...) Vão no dia 2 (de novembro) seguir em vapor e diretamente 260 tiroleses que no porto escolherão para seu estabelecimento as colônias de seu

agrado, mas provavelmente quererão reunir-se aos outros. Encomende e mande vir de fora mantimentos, se julgar necessário." (BERRI, 1993:26)

Não se tem certeza absoluta mas estes 260 tiroleses devem ter escolhido a Colônia Blumenau e ocupado o restante da "Picada Pomeranos", "Picada dos Tiroleses" e o local que, posteriormente, veio a denominar-se Encruzilhada. Esses tiroleses certamente foram assentados em seus lotes no final do mês de novembro e alguns em dezembro. Segundo BERRI (1993:26) uma possível prova disto é que a soma de pessoas dos três contingentes referidos nos telegramas de 6 de agosto, 15 de setembro e 30 de outubro, com as quantidades de 300, 211 e 260 imigrantes, portanto num total de 771, coincide com o número de tiroleses ingressados na Colônia durante o ano de 1875, isto é, 771 unidades, conforme estatística de Carl Wahle (WAHLE apud BERRI, 1993:26)

Frei Lucínio (apud BERRI, 1993:26) confirma que "ao findar o ano de 1875, chegaram os imigrantes de Encruzilhada, 'Crosara' (atual Pomeranos Médio), Rio dos Cedros, Rodeio II (S. Virgílio), Rodeio I, o restante do caminho Tiroleses e Maria Madalena (atual Pomeranos Central e Alto)" (WAHLE apud BERRI, 1993:26)

Possivelmente, a diretoria da Colônia de Blumenau nunca se encontrou em tão difícil situação, ao assentar tantos imigrantes no espaço de 4 meses. E se pôde fazê-lo, demonstrava sua capacidade administrativa, diante das graves complicações que tais eventos ocasionam, sobretudo por falta de espaço nos barracões de recepção, pela deficiência de recursos financeiros e pelo atraso de suas remessas da parte do governo. Outro fato que agravava a situação era a diferença de cultura existente entre alemães e italianos, que não se entendiam, tanto no modo de proceder, como em sua linguagem. (BERRI, 1993:26)

Durante o ano de 1876, conforme estatística de Wahle, entraram na Colônia 462 tiroleses e 266 italianos, prevalecendo ainda a imigração tirolesa. Quanto à sua localização, diz Frei Lucínio Korte que "no ano de 1876 foram ocupados os vales de São Pedrinho, São Paulo (atual Ascurra) e Guaricanas por colonos italianos de Verona, Mântua, Gênova e Veneza." (Frei Lucínio apud BERRI, 1993:26). Embora Frei Lucínio mencione somente italianos, sabe-se que nessas regiões encontrava-se também expressivo número de tiroleses. Alguns desses que entraram em 1876 e também outros, em levas posteriores, ajuntaram-se aos parentes ou conhecidos radicados nas linhas coloniais já existentes, como a "Picada Rodeio", "Picada Pomeranos" e também às margens do rio dos Cedros, onde existiam lotes vazios por terem sido abandonados. (BERRI, 1993:27)

Em 1877, a Colônia Blumenau sofreu rápida diminuição no fluxo de imigrantes, porquanto a entrada se limitou a 65 tiroleses, 68 italianos e poucos alemães, segundo Wahle. Conseguia-se, assim, o descanso necessário para fazer um exame geral da situação da Colônia, após um período intenso de imigrações, estudar e traçar metas para o avanço de sua colonização, preparar caminhos e demarcar lotes para o ano seguinte. No fim de 1877, iniciou-se a povoação de parte da localidade de Aquidabã, atingindo até o rio Subida. A seguir, o rio Itajaí-Açu atravessa a Serra do Mar, onde longa faixa de terrenos montanhosos e imprestáveis à agricultura, alcança as barrancas do rio, dificultando, desta maneira, o traçado de uma picada em condições de conduzir imigrantes ao primeiro terraço, além da Serra do Mar. Dr. Blumenau tinha urgência na abertura da estrada para Curitibanos, razão por que mandou demarcar lotes coloniais além da Serra do Mar, num local que veio a ser denominado Riachuelo, onde pretendia colocar imigrantes italianos, para empregá-los na construção dessa estrada, nas épocas de folga em suas lavouras. (BERRI, 1993:27)

Em 1878, ingressaram na Colônia 67 tiroleses e 437 italianos, os quais, em sua maior parte, se localizaram nas linhas coloniais de Diamante e Riachuelo. Com relação à colonização dessas novas áreas, assim se expressa Frei Lucínio: "Em 1878, novos imigrantes se estabeleceram em terras adjacentes ao rio Itajaí e em Diamante, a maior parte porém, se fixou nas colônias situadas entre Subida e Lontras, donde todavia, atormentados demais pela febre malária, devido à insalubridade do clima, e não menos perturbados pelas emboscadas dos índios, quatro anos depois, isto é: em 1882, fugiram, e fixaram novo domicílio, alguns em Aquidabã-Neisse, e outros nos vales secundários de Rodeio, ou seja em Val Nuova e Diamantina." (Lucínio apud BERRI, 1993:27) O historiador José Ferreira da Silva acrescenta que algumas dessas famílias retiraram-se para outros países da América, como a Argentina e o Chile. (SILVA apud BERRI, 1993:27)

Dr. Blumenau, em seu relatório de 1878, incluiu breves informações sobre o avanço da Colônia, declarando que "pelo lado do oeste os estabelecimentos já se estenderam a 92 quilômetros da sede, além da povoação projetada com o nome de Riachuelo, no Salto Pilão e no primeiro terraço, de cerca de 350 metros de altura acima do nível do mar e já sensivelmente mais fresco do que o litoral propriamente dito, estando a população deste distrito quase exclusivamente composta de tiroleses e italianos (...)" (BERRI, 1993:28)

Conforme Wahle, de 1875 até 1880 tinham imigrado para o Médio Vale do Itajaí-Açu 1406 tiroleses e 987 italianos. Depois desse ano até 1895, a imigração de colonos de língua italiana comportou-se de maneira modesta, durante esses 15 anos, totalizando em 6 tiroleses e 507 italianos que se espalharam em linhas secundárias, próximas às existentes, denominadas Diamantina, Rio Belo, Ribeirão do Salto, Ponga, Ribeirão Fortunata, Ribeirão São Bernardo, etc. (BERRI, 1933:28)

Em continuação ao programa de colonização, a diretoria da Colônia Blumenau resolveu colocar os imigrantes tiroleses e italianos em fundos-de-vale de diversas dimensões, próximas aos contrafortes da Serra do Mar. As matas se apresentavam cerradas e, em certas épocas do ano, infestadas de índios, animais ferozes e cobras venenosas, que não raras vezes, punham em risco a vida dos colonos. Por ocasião da demarcação dos lotes coloniais, os agrimensores mandavam abrir, no meio da valada, uma longa e estreita picada, onde, em cada lado, delimitavam as propriedades agrícolas para distribuição entre os imigrantes. Em geral, cuidava-se para que cada terreno estivesse servido de um ou mais ribeirões, de modo a não faltar água para as necessidades das famílias. Nas linhas coloniais, em sua maioria, os lotes possuíam terras planas, mas, quase sempre, a parte dos fundos se estendia até nas encostas das montanhas, que eram menos próprias à agricultura, por causa de sua declividade e, às vezes, com a existência de pedras. (BERRI, 1993:29)

Com a ocupação dessas regiões, os núcleos de colonização italiana, conforme sua posição, distavam em torno de 50 a 80 quilômetros da sede da Colônia, o que dificultava os contatos com as autoridades públicas e eclesiásticas. Os lugarejos mais próximos, Timbó (de maioria alemã) e Indaial, onde existiam pequenas casas comerciais para o colono se abastecer, ficavam entre 10 a 30 quilômetros de distância, ou até mais, considerando-se a localização e a extensão das valadas. Os artigos comprados ou a serem vendidos eram transportados nos ombros, dentro de sacos, através das intermináveis e perigosas picadas, em plena mata virgem. (BERRI, 1993:30)

De acordo com JAMUNDÁ na "Picada de Rodeio, via tortuosa, aberta através da capoeira e do mato" os "botocudos (Xokleng) erravam caçando, ou em atrito com o branco que assentava os fundamentos do atual município, no seu anterior território." (JAMUNDÁ, 1948:17-19) Observa-se a partir das descrições do autor, que do mesmo modo que foi visto para a ocupação do Vale do Itajaí do Oeste, o assentamento dos italianos em Rodeio deu-se também com a expulsão dos índios para regiões mais distantes do interior, ocorrendo na mesma seqüência da ocupação descrita

anteriormente, quando os imigrantes ocupavam a área onde se encontravam os caboclos, que avançam nas terras dos índios. Não fica claro no entanto, a partir das descrições feitas por JAMUNDÁ, (1948:33) se também neste caso ocorreu o processo de compra de terras dos caboclos pelos italianos. No entanto, ele afirma que, onde o italiano chegou, primeiro chegou o caboclo, abrindo deste modo o caminho das futuras picadas.

É interessante ainda o que sugere JAMUNDÁ, chamando atenção para o fato de que nem sempre o caboclo e o índio entraram em atrito, mas que muitas vezes nos encontros ocorridos entre os dois, cada qual seguia o seu rumo, sem entrar em confronto um com o outro. Talvez este tenha sido também o motivo que levou ao sucesso do processo de ocupação do imigrante, mas infelizmente não se dispõe de maiores dados sobre isto, embora seja um tema interessante para futuras pesquisas.

A população cabocla que se encontrava nesta região terá, de acordo ainda com o autor, uma importância muito grande no processo de adaptação do colono imigrante em Rodeio, ensinando-lhes "qual era a melhor palmeira para dar folhas que substituíssem as telhas; os engenhos para pescar; as armadilhas para caçar; os frutos que bem serviam para a alimentação; todas as madeiras para as construções e as ervas medicinais. (JAMUNDÁ, 1948:17-33)

Em Santa Catarina não houve divisão entre trentinos e italianos e, se atritos mesmo sérios houve, foram de caráter ideológico e fortemente condicionados e propiciados do exterior e que contudo separaram horizontalmente as comunidades italianas e trentina. Uma certa diferença se manifestou desde o início no comportamento dos colonos trentinos e italianos. Um maior "rebelionismo" dos italianos e um certo espírito nacionalista que permeava suas fileira. (GROSSELLI, 1987:435) Mais significativa foi a divisão entre "católicos" e "carbonários" e as duas facções (é de se presumir que os trentinos se encontravam do lado dos primeiros) se alinhavam em margens opostas em momentos dramáticos da vida nacional brasileira como nos dias revolucionários de 1892-1893.

Houve também, por parte dos responsáveis pela colonização italiana, uma preocupação em misturar pequenos grupos de colonos brasileiros entre aqueles. Em algumas Linhas coloniais no entanto, trentinos e italianos foram estabelecidos sozinhos, sem a proximidade destes. (GROSSELLI, 1978:362)

Para efeito de administração o município de Rodeio, está dividido em dois distritos: Rodeio e Benedito-Novo. A sede municipal é a Cidade de Rodeio, no distrito do mesmo nome. A sede distrital é a Vila de Benedito-Novo, no distrito do mesmo

nome. São povoados que se destacam, os de - Diamante, S. Vigílio, Rodeio 32, Rodeio 12, que ficam no Distrito de Rodeio. E os de Liberdade e Santa Maria, no Distrito de Benedito-Novo. (JAMUNDÁ, 1948:47) Rodeio 12 foi uma das localidades onde realizei a minha pesquisa no município de Rodeio, distando da sede, tal como indicada no próprio nome, 12 quilômetros, tendo também pesquisado no local da própria sede Italianos, poloneses, alemães e uma minoria de brasileiros, formaram os primeiros habitantes do Município de Rodeio, sendo que na cidade de Rodeio predomina o descendente de italianos, e no distrito de Benedito-Novo os alemães e polacos. (JAMUNDÁ, 1948:49)

Entre Rodeio de um lado (de maioria trentina) e Ascurra (de maioria italiana) de outro, ambos também ocupados com população de origem alemã estava Timbó, de maioria alemã. De picada, Rodeio passou a distrito em 1919 e a município em 1936. (JAMUNDÁ, 1948:23)

A "Picada de Rodeio" foi também localizada próxima a um ribeirão como foi comum em todo o Vale do Itajaí. A proximidade do rio era uma garantia para a prática eficiente da agricultura, o desenvolvimento da criação, a idéia de industrialização: o engenho para fazer açúcar ou a atafona para farinha de milho, indo mais adiante, até a serraria para beneficiamento de madeira. Foram as águas dos pequenos cursos, que propiciaram ao imigrante a libertação do comércio e até da indústria, de fora do seu meio. (JAMUNDÁ, 1948:37)

A influência dos ribeirões na vida social e econômica do imigrante, é profundamente vital. Em torno deles foram levantadas todas as iniciativas, muito especialmente, as de industrialização: fecularias e serrarias, por exemplo. Conforme a extensão de um ribeirão, os interesses se dividiam, procurando a centralização das comunidades, que, legalmente era a sociedade que enfeixava - a igreja, a escola e o cemitério. (Comunidade católica ou Comunidade luterana, conforme a religião, ambas presentes no município). Entretanto o raio de ação da comunidade ia até onde iam os interesses dos seus associados. Na margem mais própria ficavam os prédios da escola e da igreja, e o cemitério nas imediações, ai também a casa de comércio com gêneros alimentícios, tecidos, medicamentos, móveis, utensílios domésticos e perfumaria, as vezes prolongava-se a indústria de laticínios e produtos de animal. (JAMUNDÁ, 1948:38) Nessa etapa de formação foram os pequenos cursos d'água, ao qual o colonizador muito deve, que, como diz Gilberto FREIRE (apud JAMUNDÁ, 1948:42) em "Casa-Grande e Senzala" – "se prestaram a servir aos interesses e às necessidades de populações fixas, humanas e animais, instaladas às suas margens". Eles foram os melhores colaboradores

na lida com "o homem agrícola na formação econômica e social do nosso país". (JAMUNDÁ, 1948:42)

Em Rodeio, não existe o trabalhador alugado para os serviços agrícolas - o chamado assalariado agrícola. Os possuidores dos lotes neles trabalham com os de sua família, por isso a grande propriedade não tem lugar nas terras de Rodeio, não existindo o latifúndio. Trabalha o agricultor rodeiense com mulher e filhos, daí ser notório que se sente favorecido pela sorte quando a prole é numerosa e de filhos varões. (JAMUNDÁ, 1948:65)

A sede do município de Rodeio, fica nas terras planas do vale do pequeno Ribeirão São Pedro, perto da margem esquerda do Itajaí-Açu, localizado na Serra do Mar. Vê-se-lhe bem todos os contornos, do alto da Matriz de São Francisco. "É um aglomerado de casas com pequenos pastos e pequenas culturas, o único elemento que estabelece sentido primário de traçado urbano é a rua principal, onde fica a Prefeitura Municipal. O aglomerado, porém, na sua desarrumação, obediente às vantagens de fins agrícolas, dá aos olhos do observador uma paisagem onde nada há de urbanismo nem elementar nem clássico." (JAMUNDÁ, 1948:51)

A proporção da população católica que formava o município de Rodeio em 1908, era de nacionalidade e descendência austríaca, isto é, tiroleses de língua italiana, cerca de 3.500 provém da Alta Itália, ou são seus descendentes; 1500 são brasileiros e 1.000 são poloneses e alemães. (...) Do ponto de vista da presença dos diferentes grupos étnicos Rodeio não difere da população da localidade de Primeiro Braço do Norte.

I.4. A Política imigratória e a gênese do campesinato do nordeste catarinense

Para se compreender a vinda dos imigrantes para a região é preciso fazer referência à política migratória brasileira, em suas tensões e contradições, que levaram à formação de núcleos de colonização, baseados na pequena propriedade camponesa, no estado do Rio Grande do Sul e, em menor escala, no Paraná em, Santa Catarina. (Poli, 1994:186)

Do ponto de vista do Brasil, a imigração se apresentava como uma solução bastante promissora a inúmeros problemas de difícil solução interna, dentro dos parâmetros da mentalidade vigente na época. (POLI, 1994:187)

Durante o século XIX o Brasil vivia a crise do modelo de produção baseado na escravatura, de um lado, a estagnação do tráfico negreiro e a iminência da abolição colocavam para a grande propriedade a urgência da busca de uma solução para a falta de braços para o cultivo do café que se fazia pressentir. (PEREIRA apud POLI, 1994:187)

As razões para o estabelecimento de uma política de migrações estrangeiras não se resumiam ao setor econômico. Há razões de ordem cultural e étnica. A preocupação das elites brasileiras com a proporção excessivamente grande de negros e "pessoas de cor" na composição da população brasileira, vistos como um obstáculo ao desenvolvimento do país, levou ao desenvolvimento da "ideologia do branqueamento", no interior da qual se defendia a importação de brancos, estes sim preparados para o trabalho sério e produtivo, através de uma política de imigração, vista como única possibilidade de livrar o Brasil da degredação. (CARVALHO, FRANCO, RENK, SANTOS apud POLI, 1995:187)

Vista sob esse prisma a imigração se apresentava como a grande saída para o país. Alguns outros fatores tornavam a situação bem mais complexa. (POLI, 1994:188)

Em primeiro lugar, a presença da escravatura no país, ligava o trabalho nas fazendas brasileiras à idéia de trabalho escravo e criava forte resistência dos europeus em optar pelo Brasil, uma vez que havia outros países interessados na imigração e que apresentavam melhores condições de vida e de trabalho, como EUA e Canadá. Era preciso então fazer um esforço para criar uma outra imagem do país no exterior, desvinculando a vinda para o Brasil da idéia de trabalho escravo. Para isso a implantação de núcleos de pequenos proprietários progressistas era uma boa saída. Mas essa iniciativa entrava em confronto direto com os interesses dos latifundiários brasileiros que, devido à sua mentalidade escravagista, impunham resistência à transformação das relações de trabalho no campo, bem como, à implantação de núcleos de pequena propriedade próximos dos seus domínios, uma vez que viam na pequena propriedade, uma virtual concorrente em relação às terras melhores e mais produtivas e em relação à mão de obra. Os fazendeiros tinham interesses na vinda de imigrantes, desde que fosse para trabalhar nas fazendas de café. (SEYFERTH, MARTINS, DIAS apud POLI, 1994:188)

Diante deste quadro, a imigração no Brasil, assume, desde o início, uma feição dúplice. Segundo PEREIRA (apud POLI, 1994:188)

> *(...) a política governamental (de imigração) sempre oscilava entre dois pólos: criar núcleos coloniais que pudessem suprir o país de*

cultura de subsistência, ou obter mão-de-obra para a lavoura cafeeira que lutava com a falta de braço, pois o tráfico de escravos já há muito se havia extinto e a abolição já era considerada um fato inevitável. Quando o ministério era representado pelos grandes proprietários, o que era comum, predominava a política cafeeira, do contrário era a política de colonização em pequenas áreas.

Já MARTINS (apud POLI, 1994:187) interpreta essa duplicidade como algo intencional. A política de imigração

(...) era apresentada com insistência, tanto para os imigrantes quanto para os seus países, como um programa de colonização, de criação de uma camada social de pequenos proprietários, quando, porém, a ênfase qualitativa e quantitativa no recrutamento e localização dos imigrantes estava, na verdade, na formação de um contingente de mão-de-obra para as grandes fazendas.' Os núcleos de pequenos proprietários instalados no sul, cumpriam, acima de tudo, aquela função de demonstrar ao exterior que na estrutura da sociedade brasileira se abria um espaço efetivo para uma camada de pequenos proprietários prósperos. (POLI, 1994:189)'

Em virtude das pressões dos grandes proprietários de café, que temiam a concorrência das pequenas propriedades encravadas nas áreas cafeeiras, os esforços de colonização efetuados pelo governo Imperial se concentraram nas duas províncias meridionais.

Deste modo, fica claro que as razões que aconselhavam a colonização com agricultores europeus eram em parte diversas das razões que aconselhavam o Brasil em procurar a imigração européia. Naturalmente não se tratava de fornecer mão-de-obra para fazendas a fim de substituir os escravos, como também não foi tão imperativa a necessidade de 'branquear' a população. A razão era simples, não existia na Província o latifúndio, mais precisamente havia grandes propriedades de terra na zona de Lages (anexada nos anos 20) mas eram utilizadas para a criação de gado e não necessitavam de mão-de-obra numerosa. Em função disto também a Província de Santa Catarina tinha contado com um percentual de escravos, com relação à população, mais baixa que as

outras províncias brasileiras, o maior percentual aconteceu, em 1857, com 16,3%. (CABRAL apud GROSSELLI, 1987:270)

Mas havia uma razão ainda mais importante para concentrar grandes contingentes imigratórios entre o planalto e o litoral do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. É evidente que não foram os imigrantes que deliberadamente escolheram essas regiões de florestas para colonizar. Havia uma razão estratégica para que o Governo Imperial destinasse essas áreas à colonização: era preciso abrir vias de comunicação entre o litoral e o planalto e isto só seria viável acompanhando o vale dos principais rios. Em Santa Catarina, principalmente, não havia comunicação entre a capital desterro e o planalto e foi com esta finalidade que se deu estímulo à colonização alemã no vale do Itajaí, (SEYFERTH, 1974:31) Este interesse também coincidia com um outro interesse do governo central: defender as fronteiras do sul do país das pretensões argentinas, com a qual Santa Catarina confinava a oeste. (GROSSELLI, 1987:275)

O interesse do Governo Imperial se limitou às primeiras colônias fundadas no Rio Grande do Sul e Santa Catarina - no caso, São Leopoldo, São Pedro de Alcântara e Rio Negro. Com a mudança da política em 1830 foi proibida qualquer despesa do governo com colonização estrangeira no Império e a responsabilidade dessa colonização passou a ser dos governos provinciais a partir de 1834. A iniciativa privada na área de colonização só começou a partir de 1850. (SEYFERTH, 1974:32)

A mais forte razão, entretanto, pela qual se atraiu imigrantes e se criou núcleos de pequenas propriedades talvez fosse o objetivo de conseguir a valorização de terras desocupadas, cobertas de florestas e, muitas vezes, bem acidentadas, como aconteceu na encosta da serra no Rio Grande do Sul, no vale do rio Itajaí e no vale do Rio Doce, no Espírito Santo, para citar apenas algumas áreas. (PETRONE, 1982:32) Áreas afastadas dos mercados de consumo e de abastecimento, contando com vias de comunicação difíceis, eram aquelas que estavam disponíveis ou havia fortes interesses para que elas fossem ocupadas.

Ainda em 1875, Santa Catarina era uma região escassamente povoada, com uma economia dirigida sobretudo para o autoconsumo e que se baseava na pesca, agricultura e criação de gado. A indústria era inexistente a não ser sob a forma de pequenos estabelecimentos do tipo familiar que se valiam de técnicas rudimentares para a transformação dos produtos agrícolas e o trabalho com a madeira, outro grande recurso da região. A escassez da população, espalhada sobre um território vasto, a insuficiência de vias de comunicação, as dimensões modestas dos centros urbanos, a falta de um

sistema de crédito ramificado pelo território, o baixo grau de escolaridade da população, são dados que indicam como a Província estava bem distante de se inserir em um processo de desenvolvimento econômico do tipo capitalista. Era necessário aumentar a densidade da população, acelerar o processo de formação de núcleos urbanos, criar um sistema de comunicação pelo menos suficiente para o transporte de pessoas e mercadorias pelo território (especialmente na direção dos portos), melhorar as técnicas agrícolas, aumentar notavelmente a taxa de escolaridade da população, etc. Sobretudo a escassez de população, o insuficiente desenvolvimento dos centros urbanos e a falta de uma rede de estradas, tornava impensável a formação de qualquer tipo de acumulação capitalista, até mesmo da "acumulação capitalista primitiva", analisada por alguns estudiosos marxistas e que sendo obra principalmente das classes sociais dedicadas ao comércio e ao crédito, que absorvem a produção da pequena propriedade agrícola, era somente possível a partir, pois de uma agricultura que não fosse pura-subsistência, mas que fosse votada para o mercado. (GROSSELLI, 1987:273-274)

Além disto no momento da chegada dos trentinos e dos primeiros italianos, o processo de definição do território de Santa Catarina ainda estava indefinido. Existiam disputas sobre vastas áreas de terra com a Argentina e com a vizinha Província do Paraná. Observe-se que somente com esta última estava em contestação uma fatia de terra de cerca de 28.700 Km^2. (CABRAL apud GROSSELLI, 1978:266) Não muito menor que esta deveria ser a área disputada com a Argentina. Só em 1917 a província (agora Estado) atingiu suas atuais dimensões com uma superfície de 94.798 Km^2. Aproximadamente pode-se portanto afirmar que o território da Província à época da primeira imigração italiana, não devia estar muito distante dos 40.000 Km^2. A população da região era pouco numerosa e a densidade muito baixa. Os principais núcleos de concentração humana situam-se ao longo da costa, enquanto pouquíssimas eram as zonas habitadas do interior. No início do século, em 1810, a população tinha sido avaliada em 30.339 habitantes, dos quais 5.250 na capital, Desterro. (CABRAL apud GROSSELLI, 1978:265) O resto da população estava espalhado pela mesma ilha de Santa Catarina, onde se encontra a capital (outras 7.233 pessoas) e em outras vilas da costa. Só em 1820 passou a fazer parte da Província uma zona habitada do interior, isto é, a zona de Lages. Naturalmente, não se leva em consideração o número de índios que viviam nas florestas. Em 1821 o número de habitantes era de 35.223 dos quais 21.811 viviam na ilha de Santa Catarina. (CABRAL apud GROSSELLI, 1978:265) A escassez da população foi uma das razões que aconselhou as autoridades do Rio de Janeiro e de

Desterro a iniciar um processo de colonização que, a partir de 1828, fará avançar notavelmente a população em termos numéricos, iniciando a "conquista do interior" que será, concluída cem anos depois. Ainda em 1844 um visitante assim descreveu o interior catarinense:

> *A descrição do interior do país não diz respeito à época atual enquanto ainda é desconhecido. Salvo um pequeno número de clareiras próximas ao mar e de alguns rios, todo o resto é coberto pela floresta, tal e qual a natureza a fez, e da qual ninguém ainda mediu a profundidade, nem desvendou os segredos. É a floresta virgem com sua vegetação imponente a esconder, ao mesmo tempo, o céu e a terra a quem penetra e que parece se fechar sob ele como uma catacumba.* (PIAZZA apud GROSSELLI, 1978:266)

A população da costa era dedicada à agricultura e à pesca, enquanto que na zona de Lages era difundido o latifúndio onde se praticava a criação de gado. As comunicações eram dificílimas por via terrestre, enquanto que suficientemente organizadas por via marítima, usufruindo das excelentes possibilidades oferecidas pela configuração geográfica da costa. (GROSSELLI, 1978:272)

Vias de comunicação ruins que tornavam o transporte caro e precário, ausência de assistência médica, difícil acesso à igreja e à escola eram em geral as maiores queixas dos imigrantes de todos os núcleos criados em áreas tão afastadas, sem falar que a fome, nos primeiros tempos era uma constante. (PETRONE, 1982:35)

Exemplo típico, em que o objetivo era obter a valorização das terras que não ofereciam grandes atrativos devido ao grau elevado de insalubridade, foi por exemplo a criação da colônia de Dona Francisca, atual cidade de Joinville. Constituídas em grande parte por mangues, as terras, dote da princesa D. Francisca, casada com o príncipe de Joinville, foram loteadas e vendidas pelo Kolonisationseverein von Hamburg a partir de 1849. (PETRONE, 1982:36)

Se no início da colonização com imigrantes europeus era o governo imperial ou provincial que agia para disputar parcela dos emigrantes europeus a fim de estabelecê-los em pequenas propriedades, a partir da segunda metade do século XIX grandes interesses capitalistas obtiveram ou por compra ou por concessão vastas áreas a fim de loteá-las e vendê-las aos imigrantes. (PETRONE, 1982:36) Através desses projetos conseguem lucros em vários setores: na venda das terras, no transporte dos imigrantes, no comércio de abastecimento dos colonos com artigos importados e no comércio com

os produtos oriundos da pequena propriedade, já que procuram integrar todas as atividades econômicas que envolvem o processo de colonização. (PETRONE, 1982:36)

Inúmeros são os exemplos nos três estados sulinos em que particulares ou sociedades lançaram-se a organizar núcleos coloniais. Obtinham a terra a baixo custo do Estado ou de particular, e dividiam a área em lotes e os vendiam aos imigrantes, Além do lucro proveniente da venda dos lotes, em geral asseguravam para si algumas atividades mais lucrativas como, por exemplo, o comércio, além de manterem em seu poder bom número de lotes que só eram vendidos mais tarde, quando o trabalho do imigrante já iniciara a valorização fundiária. (PETRONE, 1982:37)

Toda a área situada entre o litoral e o planalto de Santa Catarina foi definitivamente incorporada ao Estado através dos empreendimentos de colonização. A floresta subtropical que cobria esta área teve de ser vencida pelo imigrante. O esforço e riscos para tal conquista, evidentemente, não foram pequenos. Enfrentando febres tropicais, grande teor de umidade, chuvas torrenciais, e toda uma ecologia diferente da européia, o imigrante a idéia teve pela frente o fato de a floresta abrigar uma população indígena que para ele era totalmente estranha: a população indígena Xokleng. A fixação do imigrante, portanto, acabou dando-se num quadro de competição, onde os dois tipos de população disputavam um fator decisivo para a sobrevivência, que era a terra. (SANTOS, 1995:80)

Nessas condições torna-se bem compreensível que as terras que tenham recebido foram, sem exceção, as mais montanhosas, isoladas e de difícil acesso, razões pelas quais não eram, de modo algum, cobiçadas pela grande propriedade.

Trabalhando em terras acidentadas, pouco propicias ao desenvolvimento da agricultura, os camponeses aí instalados, tiveram de enfrentar problemas como o isolamento, as dificuldades de comercialização e, sobretudo, as condições desiguais de troca, no momento da venda de seus produtos. (POLI, 1994:189)

Segundo SANTOS (apud POLI,, 1994:189), essa necessidade de ligação com o mercado coloca o camponês, como produtor simples de mercadorias, que precisa realizá-la fora da sua propriedade, relacionando-se com outros detentores de mercadoria, de natureza econômico-social diferente da sua e sobre os quais não tem controle. A sua entrada no mercado como produtor simples e direto de mercadoria, que vende para comprar, se dá com o objetivo de obter valores de uso, ou seja, culminando com a retirada da mercadoria da esfera da circulação, introduzida na esfera do consumo camponês. (POLI,, 1994:190)

Esse contato com a sociedade mais ampla, fora dos limites da propriedade e comunidade camponesa e no qual atua em desvantagem, aliado a toda a série de outros limites impostos pela organização social que o rodeia, estruturada sobre a grande propriedade, vão extrair-lhe um sobre-trabalho em níveis sempre maiores. (POLI,, 1994:190)

O predomínio de grandes comerciantes (neste caso principalmente aqueles de origem alemã, cuja atuação será preponderante no Vale) capazes de determinar as condições do mercado e, posteriormente, a constituição de monopólio industriais (a agro-indústria) sobre a produção de alguns produtos, submeteram sempre mais o camponês dos núcleos coloniais de SC às determinações do contexto social em que estavam inseridos

Utilizando estratégias diversas, comerciantes e industriais passaram a extrair um sobre-trabalho dos camponeses, em tal nível, que os mesmos apenas conseguiam, com muito esforço, praticando jornadas de até 12 ou mais horas de trabalho, reproduzir o mesmo ciclo de produção, ano após ano, sem conseguir qualquer melhoria nas condições de vida, e sem conseguir ampliar sua propriedade, em vista dos filhos que se tornaram adultos e precisaram constituir suas próprias unidades produtivas. O esgotamento da fronteira agrícola nas terras destinadas à colonização, no Estado de Santa Catarina, agravou ainda mais o problema da reprodução do camponês naquele espaço. (POLI,, 1994:191).

A partir da segunda geração, intensificando-se na terceira, sem alternativas, com poucos recursos, os camponeses, sobretudo os casais jovens, vêem abrir-se diante de si uma nova esperança na migração, já que em seus locais de origem a terra havia se tornado escassa e cara, devido ao seu esgotamento e às inúmeras partilhas efetuadas num lote de área muito reduzida.

Ao instalar-se no Nordeste Catarinense, durante o século XIX, os imigrantes desenvolveram uma agricultura diversificada que incluía o arroz, o feijão, a batata e a mandioca, utilizados principalmente para a subsistência, devido a dificuldade inicial de contato com os mercados. O milho destinava-se à alimentação do gado e dos suínos. A propriedade ainda incluía uma horta, um pomar e a criação de galinhas.

Este primeiro período, será marcado por um desenvolvimento precário, aquém do potencial produtivo existente, sobretudo devido a dificuldades de mercado. O arroz e o tabaco serão os únicos produtos cuja produção estará voltada para o mercado.

A partir de 1960, porém, a agro-indústria submeteu a produção dos colonos, transformando as condições de produção da região, estabelecendo-se relações comerciais sistemáticas para as pequenas propriedades. Aliada à produção e comercialização e do fumo, a produção de frangos para a CEVAL foi sem dúvida o grande fator de equilíbrio e reprodução da unidade camponesa de produção. Paralelo a essa produção voltada para o mercado, cultivava-se uma série de outros produtos que eventualmente podiam ser comercializados, porém sempre em caráter esporádico e complementar. Esse também era o caso da criação de galinhas.

O marco fundamental da especialização produtiva foi implantado no final da década de sessenta e ao longo dos anos setenta, coincidindo com o que a literatura brasileira recente resumiu como sendo a chamada Revolução Verde. O processo de industrialização da agricultura revelou os rumos tomados pelo fenômeno que, em suma, reordenou e redefiniu as atividades no campo. De forma sintética, o que os diversos autores colocam é a formação dos chamados Complexos Agroindustriais (CAI's) e as Cadeias Agroalimentares, que passam a orientar os processos de produção no ambiente rural. De setor responsável pelo fornecimento de alimentos e matérias-primas, a agricultura converte-se em mercado consumidor dos produtos industriais, envolvendo máquinas, equipamentos e os chamados insumos modernos. (ANJOS, 1996:40).

Embora os sinais mais evidentes deste fenômeno tenham sido detectados a partir da ascensão dos militares ao poder (1964), suas origens remontam à década de 50, fruto da ênfase concedida às políticas de crescimento industrial. Já desde o final dos anos 40, as iniciativas estatais foram dirigidas à expansão industrial via incentivos fiscais e creditícios introduzidos como catalisadores de um processo sem precedentes de alargamento das fronteiras industriais brasileiras. (ANJOS, 1996:40)

No mesmo passo caminharam as políticas setoriais que definiram o papel a ser desempenhado pela agricultura, em grande parte centrado na tarefa de financiar, via mecanismos diversos adotados pelo Estado, o processo de industrialização nacional. Igualmente, o agro-brasileiro deveria garantir as condições de atingirmos um desenvolvimento econômico auto-sustentável. (ANJOS, 1996:40)

Não cabe aqui interpretar as causas que integraram o projeto político e econômico que perpassou o fenômeno de modernização no campo. Consideramos suas influências como constitutivas do corpo de variáveis macroestruturais com as quais não trabalharemos. Interessa-nos, sobretudo, a dimensão mais restrita ao contexto das famílias italianas, objeto dessas transformações.

Em termos comparativos aos italianos, os alemães foram melhor contemplados na imigração para o Vale. GROSSELLI resume essas condições:

Os primeiros italianos, chegados em 1875, encontraram as terras melhores e mais férteis já ocupadas pela colonização alemã, iniciada em 1850. Instalados nas áreas de planície - aos pés da Serra Geral, mais próxima da capital da província e mais facilmente ligada aos prováveis mercados - os alemães e seus descendentes, gozaram de uma certa prosperidade, devido também a uma eficiente organização comercial, escolar, religiosa e até política. Os italianos tiveram de se contentar com lotes localizados no planalto, numa região coberta de mata. Embora se desconheça quais os objetivos que se tinha em vista ao realizar isto, o fato é que tanto os imigrantes italianos como os alemães e de outras etnias, tiveram que aprender muito, para a sua sobrevivência na floresta, dos colonos brasileiros (caboclos), ainda que a direção das colônias também ajudasse nisto. Foram estes que, no enferrujamento dos europeus com o ambiente desconhecido, ensinaram-lhes a construir as choupanas, a defender-se das intempéries, a conhecer os animais, as estações, as plantas. E ainda as épocas certas para as várias plantações, e os tipos de plantação.

II. FAMÍLIA, PARENTESCO E IDENTIDADE NA CONSTRUÇÃO DA VOCAÇÃO RELIGIOSA NO VALE DO ITAJAI

II. 1. O Mundo que os imigrantes camponeses encontraram

Ainda que a imigração brasileira tenha sido aquela que mais facilidades e vantagens prometeu ao imigrante, foi também aquela que lhes ofereceu mais desilusões, no momento da chegada. E isto certamente porque a veracidade de muitas das promessas feitas só pode ser verificada naquele exato momento. Para a maior parte daqueles que se estabeleceram na região do Médio Vale, a situação era desalentadora, muitos lotes ainda não se encontravam demarcados, escolas ainda não existiam para os seus filhos, tampouco assistência religiosa e as terras, na maioria das vezes ficavam nas encostas dos morros, pois como já foi mostrado os imigrantes alemães, já lá residentes, haviam ocupado as melhores glebas levando-os a se estabelecerem nos piores locais.

Apesar disso, depois de vencerem as dificuldades iniciais os imigrantes prosperaram. "Uma vez melhorada a casa, liberado um vasto pedaço de terreno da vegetação, plantado e colhido, iniciada a primeira criação de animais domésticos, aprendido a conhecer as estações, os animais, as plantas, o ambiente, em suma, as condições de vida daquela gente melhoraram muito. Mas aqueles primeiros anos se constituíram numa prova extremamente severa que alguns não superaram, que marcou a todos (prova para a qual os camponeses trentinos, bem como os demais do Norte da Itália não estavam talvez preparados e que não esperavam). De qualquer modo venceram: domaram a natureza e derrotaram as adversidades, com sua fé e seu trabalho. Pagaram tudo, até o fim, com suor, sofrimento e saudade: 'Oh! Maria Santa! Passaram de tudo os velhos. E passaram, até o dia da morte.' São as palavras de Anna Bottamedi Tripadalli, uma velhinha de Nova Trento." (GROSSELLI, 1978:368) A cultura camponesa trentina começava a apoderar-se do novo território.

Da antiga pátria ficava alguma saudade, sobretudo no campo religioso, como mostra a passagem da carta que se segue: "Depois que deixamos a casa pátria, o Tirol e a Itália, em dez anos que estamos aqui nunca, mas nunca mesmo, assistimos a uma Santa Missa em dia de domingo ou de festa, nunca uma explicação do Evangelho por um sacerdote, nunca uma lição de doutrina cristã ou catecismo, nunca a leitura de uma pastoral de nosso Bispo, nunca uma Encíclica de nosso Sumo Pontífice.(...) Nós vimos

muito dos nossos dilacerados pelos tigres, mordidos por serpentes, assassinados pelos Bugres, traídos e mortos por nossos próprios concidadãos, outros por lenta e crua moléstia raptados da família, todos foram para sua eternidade sem nenhum conforto, sem nenhuma consolação de nossa Santa Madre, a Igreja."(op.cit., 1978:428)

Tais palavras mostram bem a importância que tinha a Igreja e o clero na região de origem dos camponeses e a situação a que se viram expostos no meio das florestas brasileiras, pela ausência de sacerdotes. "Se é verdade que em Nova Trento os jesuítas italianos transformaram o vale numa 'espécie de república católica', é verdade que durante 15, 20 anos os colonos trentinos e italianos de Rodeio, Rio dos Cedros, Caxias do Sul, Bento Gonçalves ficaram sem sacerdotes."(op.cit., 1978:445) Encontravam-se nas florestas: no momento em que vacilou sua fé, vacilou sua cultura. "Foi um instante: fizeram logo o que sabiam, reconstruindo um mundo cultural que repropunha os valores da sociedade camponesa do norte da Itália e da qual a religião era o princípio regulador."(ídem: 449) E afinal não era o que desejavam?

Como se sabe, as crenças, bem como as opiniões, só podem existir através de indivíduos que as incorporam mas é importante ter presente que elas só fazem sentido quando organizadas em sistemas que caracterizam a forma de vida de um povo. Esses sistemas compõem o seu ethos, ou seja, definem o tom, o caráter, a qualidade de sua vida, seu estilo de agir e suas disposições morais e estéticas. "Constituem, assim, sua visão de mundo, o quadro de referência que torna possível o desenvolvimento das condutas de grupos e de indivíduos."(MACEDO, 1989: 11) A religião é parte do sistema de vida de um povo. "Enquanto cultura, envolve não só as crenças mas também as condutas. Isso porque a noção de cultura diz respeito ao conjunto das práticas sociais, o que inclui o reconhecimento da dimensão simbólica - significativa - das condutas. Cultura é o conjunto de modos de fazer, interagir e representar desenvolvido pelos homens como uma solução ou resposta para as necessidades de sua vida em comum."(op.cit., 1988:11)

O abalo sofrido em conseqüência da imigração, pelos grupos imigrantes atinge todo o seu mundo cultural, no qual se inclui também a religião. Ora, se para a sociedade camponesa do Norte da Itália a religião funciona como princípio regulador central, será certamente ela que irá permitir a garantia da continuidade desse mundo para estes mesmos imigrantes quando do lado de cá, através da sua vivência e recriação. "Chegando ao Brasil, os imigrantes sentiram-se perdidos, pois viram destruído seu mundo cultural. Aos poucos, porém, conseguiram reconstruí-lo com as devidas

adaptações e de forma espontânea, tendo por referência fundamental a sociedade rural italiana, de onde provieram."(DE BONI & COSTA, 1987:124-125). Era a religião, seus símbolos, espaços e tempos sagrados, os ritos e rituais cotidianos que iria lhes permitir a plausibilidade do seu mundo cultural.

Os camponeses do Norte da Itália transportaram dessa maneira o tipo de sociedade em que tinham vivido na Europa para o sul do país, ainda que estivessem privados de padres. "Já nos primeiríssimos meses de sua permanência em terra brasileira seus esforços foram endereçados não somente e não sobretudo para a criação de espaços físicos de vida, para a dominação da floresta virgem, buscaram de imediato recriar, como lhes era possível, comunidades que tivessem na religião um centro regulador, uma ética, uma moral, até uma lei civil. E as capelas, que logo surgiram numerosíssimas ao lado das primeiras choupanas, não eram senão o sinal material deste endereçamento, desta "prioridade" que espontaneamente foi definida por todas as comunidades ítalo-brasileiras de que temos notícia (no Rio Grande do Sul como em Santa Catarina, no Paraná como no Espírito Santo). (GROSSELLI, 1987:44)

Mas as capelas que se criaram eram também algo mais. Era o centro de convergência da população, única sede de encontro da comunidade. "Depois de dias de trabalho massacrante, o povo de Deus se encontrava na igrejinha. Junto às orações intercambiavam-se opiniões, conselhos, comunicações. Reencontravam-se os velhos conterrâneos que habitavam a 3 ou 5 km (uma eternidade na floresta). E a comunidade fortificava sua identidade. 'Num ambiente de cristandade, privados de participação política, geográfica e culturalmente insulados entre as montanhas, lutando quase até o desespero para sobreviver fisicamente no meio da selva, foi ao redor da religião que surgiram comunidades espontâneas de relações primárias - as capelas - as quais, por um bom período, pareciam cristalizar a seu redor as formas todas de relacionamento religioso e social'." (GROSSELLI apud DE BONI & COSTA, 1987:450) As comunidades católico-camponesas que se criaram talvez não tenham comparação na história moderna da Igreja católica no mundo europeu e americano. (GROSSELLI, 1987:458)

A religião vai portanto ser um fator fundamental no processo de identificação cultural do imigrante italiano, sendo este um fenômeno extensivo a outras populações de origem européia que imigraram para a região sul do Brasil a fim de constituir núcleos de pequenos proprietários. "Com a imigração alemã no Rio Grande do Sul aconteceu algo semelhante e, como já outros constataram, os poloneses espalhados por todos os continentes passaram também por um processo semelhante de reconstituição de seu

modelo cultural: provindo de classes rurais pobres e subindo aos poucos na vida, após haverem ocupado as mais baixas posições sociais, conservaram e/ou reconstruíram, em todos os países, muito de seu mundo pátrio ao redor de paróquias étnicas, semelhantes às antigas comunidades primárias, paróquias estas que, decênios depois, continuavam ainda como centro da vida do grupo." (DE BONI & COSTA, 1984:110)

II. 2. As capelas como comunidades espontâneas de relações primárias

O sistema de colonização empregado pelo governo brasileiro colocava os imigrantes em lotes rurais, e não em pequenos povoados, como na Itália. "Cada colônia, assim estava previsto, contava com um ou mais vilarejos, que deveriam ser o centro sócio-econômico. A realidade, porém, seguiu um rumo algo diverso. Os centros haveriam de desenvolver-se, mas o pólo imediato de convergência, a nível de relações primárias, haveria de ser o travessão - ou linha -, com a vida social girando ao redor da capela."(DE BONI & COSTA, 1984: 111)

Se, durante a semana, a luta pela existência mal deixava tempo para pensar em outras coisas, o mesmo não acontecia nos domingos.

> *"O respeito pelo dia sagrado proibia ao colono de dedicar-se ao trabalho; na floresta, porém, inexistia outra maneira de passar o tempo. O domingo era o pior dia da semana para o imigrante, o dia em que subiam à tona as recordações da pátria, o dia em que a imaginação atravessava o oceano para, no vilarejo natal, novamente tomar parte nas solenidades sacro-sociais do "paese". O domingo era o dia da saudade.* (op.cit., 1984:111)

Tomado pelo sentimento de solidão e de saudade,

> *o colono foi visitar o vizinho, para juntos chorarem um mundo para sempre perdido. E como eram pessoas fortemente marcadas por uma tradição sacral, o consolo foi procurado na religião. Apelou-se então para a grande oração da imigração, que se repetira na partida, no porto de embarque, nas sofridas jornadas marítimas, no local de desembarque e, diariamente, no silêncio da própria residência: o terço. Foi ele rezado, muitas vezes, sob uma árvore, com alguma imagem ou gravura de santo colocada entre*

os galhos, como centro visual deste culto rústico. (op.cit., 1984:111)

O reencontro, no domingo seguinte, aconteceu naturalmente.

"Repetiram-se as orações. Vieram outros vizinhos, transmitiram-se notícias, leram-se cartas. Em pouco tempo, institucionalizou-se o domingo. Iniciava-se assim, em torno da religião, a reconstrução do mundo cultural do imigrante. (op.cit., 1984:111)

À piedade católica peninsular faltava, porém, o local apropriado para o culto. "Por isso, cotizando-se, os colonos decidiram construir uma capela. A obra não foi dirigida por um engenheiro - que não havia -, mas pelos próprios colonos, comandados, geralmente, por um pedreiro ou carpinteiro de maior experiência, e que a ela se dedicava com exclusividade, enquanto os demais revezavam-se como auxiliares e o grupo todo, em mutirão, cuidava das terras do mestre de obras."(ibidem, 111) Ao "redor da capela começou a girar, de modo quase absoluto, a vida social dos imigrantes, o que explica a importância que os menores problemas adquiriam naquele ambiente." (op.cit., 1984:111)

Cada "linha - ou travessão - sentia-se obrigada a construir seu pequeno templo. Não tê-lo eqüivalia a reconhecer-se como inferior aos vizinhos. Daí a multiplicação, por vezes aparentemente desnecessária, das construções, em certos casos erigidas apesar da oposição formal da autoridade religiosa." (op.cit., 1984:112).

Enquanto fenômeno típico da imigração italiana, a capela não significou apenas o local de culto. "Numa organização espontânea, ela tornou-se o centro social da linha e acabou mesmo por substituir a linha como ponto de referência." (op.cit., 1984:112)

A direção da capela cabia aos fabriqueiros escolhidos pelos sócios, que eram praticamente todos os habitantes da linha. "Os fabriqueiros, em alguns casos, perpetuavam-se no cargo: outras vezes, alguns valiam-se do posto para apropriar-se indevidamente dos bens comuns. Tais fatos, porém, foram relativamente raros, quer pela vigilância exercida pelo grupo, quer pela formação moral dos escolhidos que, muito mais seguido, tiraram dinheiro do próprio bolso para custear os gastos da capela.

A autoridade dos fabriqueiros era grande, cabendo-lhes não só a administração financeira da capela, mas também a gerência dos demais negócios do grupo como tal, exercendo de fato uma liderança inquestionável na vida social da comunidade." (op.cit., 1984:112)

II. 3. A figura do padre "leigo"

A Igreja era uma instituição que vinha de longe, como de longa data vinha a sociedade camponesa. "Centenas de anos de história tinham criado uma osmose entre a classe campônia e a Igreja, mesmo se não em todos os níveis. Os altos graus da hierarquia eclesiástica sempre foram de extração nobre e depois burguesa. Mas o operariado, os vigários do interior, foram filhos de camponeses e assim também os quadros intermediários, empregados e funcionários de cúrias, sargentos e capitães do exército da Igreja. Se as altas hierarquias eram formadas por intelectuais a serviço da burguesia e da nobreza, e sobre isso se apoiava a função de manutenção do status quo por parte da igreja, os baixos graus da hierarquia eram formados por intelectuais a serviço da classe camponesa. Intelectuais a serviço, em pleno sentido gramsciano: ou seja, propensos a alcançar a hegemonia de sua classe sobre os vários blocos sociais que se formaram no decurso de séculos. Se, como diz Gramsci, "a categoria dos eclesiásticos pode ser considerada a categoria dos intelectuais organicamente ligada à aristocracia fundiária', nem sempre e tão pouco em todas as épocas essa concepção parece-nos válida para todos os 'eclesiásticos'. Uma certa intelectualidade intermediária' da Igreja Católica, os curas e párocos do interior do século passado na Itália setentrional, podiam ser considerados 'intelectuais a serviço da classe camponesa'. Qual era o tipo de hegemonia de que eles eram os porta-vozes perante as outras classes ligadas à estrutura eclesiástica? Uma hegemonia que era o limite máximo da política, ultrapassava-a, transformando-se em conteúdo escatológico. O sonho era transformar a sociedade inteira em sociedade teocrática, como teocrática era a sociedade do interior. O 'caminho para a santidade' era o verdadeiro mito desta intelectualidade que, porém, não perdia de vista também as outras exigências da classe, de cujo seio emergiam estes intelectuais. O padre gozava de um status especial: era a pessoa de maior cultura da comunidade e, mais, era delegado daqueles poderes sobrenaturais que lhe emanavam por ser 'ministro de Deus'. "A comunidade dependia dele sob muitos aspectos:

confortava os que sofriam, incitava os fracos, opunha-se aos arrogantes, mas também aconselhava em questões pessoais e familiares, em assuntos econômicos, até em problemas agrícolas. Obviamente se fora um bom padre. E era filho de camponeses. Somente por acidente histórico sua função era também, objetivamente, a de evitar movimentos bruscos dos campos, concentração de descontentamentos e rebelião. Se sua ideologia, a fé católica, lhe impedia de organizar o descontentamento, procurava resolvê-lo por outras maneiras, sem ser intelectual a serviço da burguesia e da aristocracia (e de fato, contra a vontade destas classes muitos padres do interior organizaram com veemência exigências de mudança). (GROSSELLI, 1987:451)

Mas os imigrantes em Santa Catarina não tiveram a seu lado seus padres, pelo menos na maior parte dos casos. "Somente em Nova Trento se estabeleceram muito cedo os jesuítas e durante algum tempo Arcângelo Ganarini. Mas nos próprios arredores de Nova Trento, era como estar sempre sem padre. Dezenas de quilômetros na floresta, sem estradas, significava ver o sacerdote cada três meses para uma sociedade que estava se organizando. Tentaram pedi-los, no Trentino: tentou-o, por exemplo, Ganarini através das colunas do jornal "Voce", datada de Pommerstrasse, Colônia Blumenau, 30 de agosto de 1885; lia-se:

> *Entre os males e as murmurações que continuamente passam de boca em boca está a que todos dizem que a desgraça maior é a de não ter um Sacerdote Tirolês, diocesano nosso, e se isso pudéssemos ter a esperança de consegui-lo, nos consideraríamos todos bem-aventurados e afortunados... Se V.S.a. quisesse, quando empacotar os objetos acima citados, solicitamos de colocar no pacote também um pequeno Padre porque temos enorme necessidade dele.*" (op.cit., 1987:452)

Não obtiveram os padres italianos. "E careciam de assistência religiosa contínua em Porto Franco, Lajeado Alto (Linha Estrada do Lajeado), Rodeio, Rio dos Cedros, Ascurra, Aquidabã. Como substituí-los? Surgiu quase espontaneamente a figura do 'padre da floresta'. Chamado 'padre da capela' ou 'padre leigo' no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina foi chamado 'capelão' ou 'sacristão' ou 'ministro' ou 'prevoste' (propósito). Fruto de seleção natural entre os colonos, era uma pessoa que sabia ler, entre as mais cultas da comunidade. Comumente um verdadeiro líder natural, outras vezes somente um colono que possuía um missal. O capelão surgiu em todas as colônias

italianas de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Nem todas as regiões tinha uma função idêntica. Nos vales circundantes de Nova Trento, por exemplo, onde havia uma assistência religiosa satisfatória por parte de numerosos jesuítas, o capelão tinha sobretudo uma função de simples sacristão: mantinha em ordem a capela, preparava-a para as funções religiosas." (Op.cit., 1987:452)

Quanto às atividades do padre leigo, "não houve jamais uma tentativa de regulamentá-las, ficando seu ofício delimitado pelas necessidades da comunidade e pela imaginação do escolhido. Costumeiramente cabia a ele a direção das funções religiosas da capela, como a explicação do catecismo às crianças e, principalmente, o terço dominical, recitado à tarde, findo o qual davam-se os avisos concernentes ao funcionamento normal da vida religiosa."(DE BONI & COSTA, 1984:114)

Deretti, antigo morador de Primeiro Braço do Norte, faz referência em seus escritos à presença do padre leigo em Primeiro Braço do Norte, localidade por mim pesquisada. De acordo com este em Primeiro Braço do Norte devido à falta de sacerdotes, que normalmente só apareciam de ano em ano, era costume, como faziam em suas comunas na Itália, escolher um homem virtuoso e idôneo para presidir as funções religiosas. Era chamado de "prevosto" que em português seria "capelão". Rezavam todas as orações em latim e em italiano. Os cânticos eram quase todos em italiano e outros em latim, como as Ladainhas, Veni Creator, Miserere, Magnificat. Dava avisos importantes e lia o Evangelho do dia em italiano. Colocava uma espécie de pluvial a que chamavam "tebarria" que em português diríamos "capote ou gibão" em italiano gramatical "tabarro". Assim paramentado saia-se em procissão com velas acesas, levando o padroeiro no andor, em redor da capela, cantando e rezando. Quando uma pessoa estava para morrer, era chamado o "prevosto" para prepará-la, confortá-la, rezando a oração dos agonizantes. Estava também sempre presente aos sepultamentos assim paramentado. Se cantava o Miserere, Libera Me e recitava-se o De Profundis. Aspergia-se com água benta e sepultava o cadáver. No tempo de grandes estiagens e quando a prolongada seca ameaçava as plantações, o capelão avisava o povo para fazer uma procissão que saía da capela até o oratório do Finazzi ou da "Frosna", um dia e no seguinte até o oratório do Araldi. Durante o percurso se rezava o terço e se cantava. Chegando no oratório se entoava as Rogações.(mimeo.) Deretti cita o nome de alguns destes capelães que ele conheceu: Luis Vegini, Angelo Tironi, João Deretti, Luís Bernardo Deretti. Todos eles pertencentes a famílias de onde saíram vários religiosos e

religiosas da localidade. Também em Rodeio e Rio dos Cedros isto foi comum conforme informação dos religiosos.

Lembra o autor também uma prece em dialeto bergamasco que era realizada pelos capelães de então:

> *Anime Hante, va fô miga ol nom perché hi tante, ôter híref compagn de nôter, nôter anvegnerá compagn de ôter, ôter preghí ol Signur per nôter e noter ampregherá ol Signur per vôter.* cuja tradução para o português é de acordo com Deretti "*Almas Santas, não vos faço o nome porque sois tantas. Vós éreis como nós, nós seremos como vós, vós rogai o Senhor por nós e nós rogaremos ao Senhor por vós.*"(mimeo)

As cerimônias fúnebres eram igualmente presididas pelo padre leigo. "Tal como o fazia o sacerdote na Itália, também na colônia repetiam-se as exéquias com toda sua piedosa e dolorosa solenidade. O féretro era levado para a capela, onde se entoava o Ofício de Defuntos, seguido por salmos e outros cantos, entre os quais o 'Libera me, Domine'. No cemitério era benta a cova e rezavam-se as últimas orações de encomendação do cadáver. Para tal cerimônia fora convocada toda a comunidade, pois o dobrar característico do sino havia anunciado que um adulto - ou uma criança - havia falecido." (op. cit., 1984:114)

Cabia também ao padre-leigo a administração do batismo. "O luso-brasileiro, carente de assistência religiosa, adotou o costume, mantido até hoje, de batizar os filhos em casa e depois, quando da vinda do padre, pedir o batismo solene na igreja. O imigrante italiano, ao contrário, preferia chamar o padre-leigo para a cerimônia que, em certos casos, foi realizada com solenidade, na Igreja, mas na maioria das vezes resumia-se em um simples rito, realizado na casa do recém-nascido. Sempre que possível, porém, esperava-se a vinda do padre para o batismo." (op. cit., 1984:114)

A Semana Santa dos colonos era comemorada solenemente. "No Domingo havia a procissão de ramos, com cantos entoados do melhor modo possível. Nos últimos dias rezava-se o Ofício das Trevas, sendo os salmos executados com melodia simplificada; as imagens encontravam-se cobertas e em lugar dos sinos e campainhas, soava a matraca - a 'racola' dos colonos. Na Sexta-feira Santa havia a Via-Crucis solene e o beijo da cruz. O domingo de Páscoa pouco diferia dos demais domingos." (op. cit., 1984:114)

Apelavam também para o padre-leigo, a fim de que este lhes abençoasse as plantações, os animais, os lares e os alimentos. " Casos de doenças, de peste, de praga como a dos gafanhotos, de secas ficavam também a seus cuidados." (op. cit., 1984:114)

Em diversos lugares o padre-leigo celebrava também a missa dominical. "A piedade audiovisual do imigrante pouco tinha a dizer quanto ao cunho teológico-jurídico da cerimônia, interessando-lhe sobretudo o aspecto externo. O padre-leigo surgia paralelamente e, após o sinal da cruz, em latim, fazia as orações iniciais da missa, às quais seguiam-se o Kyrie, o Glória, o Credo, o Sanctus e o Agnus Dei, cantados pelo coro e entremeados de outras orações, além do sermão. Não havia consagração e comunhão, mas dava-se a benção final e a assembléia sentia-se satisfeita com a solenidade, que se encerrava com o *Dio sia benedetto.*" (op. cit., 1984:114)

II. 4. A organização religiosa dos imigrantes italianos em São Paulo

Esse tipo de organização religiosa dos imigrantes italianos do sul, "tendeu a repetir-se nas primeiras colônias de parceria do Estado de São Paulo, mas com características distintas: a comunidade por exemplo, tinha muito menos espaço para iniciativa e para auto-organização, pois a esfera religiosa ficava, como tudo o mais nas fazendas, sob o estrito controle e vigilância do proprietário e do seu administrador. Assim em Ibicaba, Davatz, colono italiano protestante nota que o proprietário autorizou um colono a fazer as leituras para os evangélicos a partir de Pentecostes; que ele próprio depois de assumir a função de mestre-escola, passou a exercer também a função de pastor leigo na comunidade. O fato, porém, de receber uma paga da fazenda abriu uma crise de confiança entre ele e os outros colonos. Num enterro por ele oficiado, estava um dos administradores da fazenda, que depois comenta, em termos elogiosos a sua prédica. Essa presença porém, não era de molde a que se pudesse dizer tudo o que fosse necessário e com a mesma confiança, caso estivesse entre os colonos."(BEOZZO, 1993:47-48)

Essas diferenças "vão dar um tom completamente distinto à vida religiosa dos imigrantes das fazendas de café, em comparação à dos imigrantes das colônias do sul, mesmo que viessem eles das mesmas comunidades vênetas da Itália, por exemplo." E isto "vale igualmente para evangélicos, católicos ou budistas: para todos eles, o controle da esfera religiosa está nas mãos do proprietário da terra e do proprietário de suas casas

e de seu trabalho. E vale de maneira mais drástica ainda para os imigrantes católicos pois, neste caso o proprietário e patrão pertence à sua mesma religião e é ele, e não os colonos, o dono da capela. É ele quem determina o ritmo das celebrações, a vinda ou não do sacerdote e assim por diante. Nada se pode fazer na fazenda sem sua licença. O tom de desânimo no campo religioso vivido nas fazendas, contrasta com o entusiasmo e com a iniciativa da própria comunidade experimentados nas colônias de pequenos proprietários, por mais pobres que fossem."(op.cit., 1993:48)

Também nas fazendas em São Paulo os colonos lamentavam a escassez dos sacerdotes. A vinda do padre, uma vez por semana, é absolutamente excepcional. "O normal é que passasse uma vez cada dois meses, quando era a capela atendida pela paróquia ou então uma vez por ano por ocasião da desobriga. Acostumados às pequenas aldeias da Itália, com um padre para cada 200 ou 300 habitantes, com missa diária, pela manhã, vésperas e benção do Santíssimo pela tarde, visita quotidiana aos enfermos, socorro dos sacramentos para os moribundos e exéquias com missa para os falecidos, parecia-lhes inconcebível esta vinda do padre, apenas uma vez por semana." (op.cit., 1993:49)

Uma fazenda que gozou de situação excepcional foi a de Santa Gertrudes, vizinha a Rio Claro, propriedade do Conde Prates, que havia sido agraciado com a comenda de conde papal e tinha uma capela com os privilégios de oratório público. "Ali também havia atendimento semanal, por padres italianos que falavam a língua dos imigrantes. Maria Sílvia Beozzo Bassanezi que fez um estudo acurado da vida desta fazenda, comenta: 'Enquanto a falta de igrejas, padres e o conseqüente abandono dos hábitos religiosos por parte dos colonos eram lamentados nos relatos consulares e de viajantes italianos, a Fazenda Santa Gertrudes destacou-se como importante centro religioso da região. Sua capela incorporada quanto a 'indulgência e graças espirituais' à Basílica de São João de Latrão, de Roma, possuía capelania o que lhe proporcionava regalias especiais em relação a outras capelas de fazendas.'" (op.cit., 1993:51)

Mas ainda que os padres não se limitassem à celebração das funções religiosas e visitas aos colonos de casa em casa, ouvindo suas dificuldades e queixas, havia uma ambivalência do papel do padre na fazenda de café. "Se os membros da família do proprietário tinham missa de sétimo dia, quando de um falecimento, o mesmo não se dava ao falecer um colono. Também para o fazendeiro era importante a presença do padre, porque este servia de elemento tendente a garantir a fixação do colono e a eliminar as tensões. O missionário, por sua vez, não se expunha ao ódio do fazendeiro

para não prejudicar o seu mister e por isto era freqüentemente criticado pelos viajantes de ser omisso ao deixar de reivindicar melhorias para os colonos e/ou ajudá-los a se organizarem". (op.cit., 1993:50)

Todos estes aspectos acenam para as diferenças de funcionamento vigentes nos núcleos de colonos proprietários e nas "colônias" de imigrantes fixados nas fazendas de café.

BEOZZO (1993) sintetiza os traços religiosos distintivos da vida religiosa inserida na realidade da 'colônia' e da 'estância' gaúcha', indicando a existência de diferenças substanciais entre as capelas (das colônias italianas do sul) e as igrejinhas existentes nas terras colonizadas pelos portugueses, quais sejam:

1. Foram os proprietários das fazendas e os latifundiários que construíram as igrejas;

2. Eram mantidas às custas da fazenda e mantidas em ordem graças aos cuidados das esposas dos fazendeiros;

3. Os lavradores, sempre assalariados, eram convidados apenas para a missa, os batizados e casamentos, mas nada faziam pela sua organização, construção e manutenção - eram elementos apenas passivos;

4. Não se tornaram lugares de socialização (da comunidade), e a igrejinha foi usada exclusivamente para o culto, enquanto a vida social existente acontecia em volta da sede da fazenda.

Nas nossas capelas o processo foi inverso:

1. Os próprios colonos sentiram a necessidade de ter uma capela e se organizar como um grupo dirigente à frente de tudo e todos, de um modo ou de outro colaboravam para a construção;

2. Os colonos deram a uma pessoa o encargo de ocupar-se da capela e todos colaboravam para a manutenção e para as reformas;

3. As capelas não tiveram uma função unicamente litúrgica ou de culto e tornaram-se centros de vida social e cultural, a tal ponto que o termo 'capela' deixou de significar apenas igreja (templo), para significar: a) Igreja, b) cemitério, d) salão de festas, e) campo esportivo. Ainda hoje conserva um significado mais amplo. Capela, para muitos, é a igreja com os anexos já citados acima, compreende as famílias associadas, a região geográfica em que residem essas famílias' (BEOZZO apud GALIOTO, 1993:50-51) e a vida sócio-religiosa que ali se desenrolava.

II. 5. O catolicismo dos migrantes

Como foi mostrado nos itens anteriores, a auto-organização religiosa inicial dos colonos italianos teve uma dinâmica própria. Isolados no meio da floresta os imigrantes reconstruíram sua sociedade, nos moldes da anterior - a sociedade da capela - isto é tomando como princípio regulador a religiosidade e adaptando-a ao novo contexto.

Esta religiosidade de tipo popular, incorpora também muitas crenças do catolicismo luso-brasileiro, através do contato que os imigrantes mantiveram com o nosso caboclo e o denominado por estes de "caboclo beira-mar"(açorianos).

Deste modo persistiu entre os colonos uma forte crença em benzedeiras, principalmente por parte das mulheres. Quanto aos homens, ainda que acreditassem, em geral, não recorriam diretamente; enviavam "a filha ou a esposa para pedir à benzedeira que faça o 'sinal da cura' (che fáccia il segno de la salute)." (DE BONI & COSTA, 1984:176) Esta crença foi mantida sob sigilo, uma vez que com a presença dos sacerdotes ela passou a ser combatida, assim como todas as simpatias que eram feitas para afastar maus-olhados e curar uma série de males e doenças.

Embora diferente do catolicismo luso-brasileiro, de tradição portuguesa, o catolicismo praticado pelos imigrantes guardava com este algumas semelhanças básicas, podendo-se afirmar que as duas formas de religião podem ser classificadas como um catolicismo popular de cunho agrário.

Rovílio COSTA cita as seguintes características como pertencentes a esse tipo de catolicismo:

"1.1 Identificação entre os valores religiosos e sua expressão normativa e os da sociedade inclusiva. Tendência à legitimação religiosa dos valores. 1.2 Coletividade católica espelhando a estrutura social, constituindo um dos principais meios de expressão simbólica das posições de 'status' ou classe. 1.3. Vida social incluindo atividades ligadas ao lazer e à diversão, permeada por valores religiosos (...). 3.1 Escasso conteúdo litúrgico e sacramental das práticas religiosas predominantes, em comparação com os parâmetros da religião oficial. 3.2 Ênfase em rezas coletivas e festas dos Santos. 3.3 Piedade familiar. 3.4. Rezas e procissões de caráter propiciatório, ligadas à produção agrícola, à pecuária e aos fenômenos da natureza. 3.5 Culto às almas. 3.6 Importância do culto aos Santos, especialmente aos padroeiros'." (DE BONI & COSTA apud CAMARGO, 1984:122)

Analisando este tipo de catolicismo, ele toma como uma de suas principais características a sua identificação com as normas e valores da sociedade agrária. "Embora na teoria e nas aparências seja possível fazer uma distinção entre o sagrado e o profano, como modelos, segundo os quais o agir do indivíduo se deixa pautar, e embora certos valores sociais pareçam, à primeira vista, não sacrais, contudo, o mundo de normas e valores profanos precisa legitimar-se continuamente pelas normas e valores do sagrado, visto que este é, de fato, o único sistema de referência da sociedade.(DE BONI & COSTA apud CAMARGO, 1984:122)

Há neste caso toda uma tradição, diacronicamente transmitida e não questionada, interpretada pela população como religiosa, mas incorporando em si elementos componentes da vida social. As normas regulamentadoras e legitimadoras da sociedade encerram em si um caráter sagrado: o que a religião considera como pecado é condenado também pela sociedade. Neste caso ela se torna uma legitimadora do status quo. onde cada um possui um papel pré-determinado a desempenhar." (op.cit. 1984:123)

No caso dos imigrantes italianos, tratava-se de pessoas provenientes de um meio agrário, que possuíam essa cosmovisão sacral. Isto significa que o catolicismo, enquanto sistema ideológico, tem um caráter cosmicizante. Através dele cria-se uma ordem universal com a qual se funde a própria ordem social, ao serem projetados no universo os significados da ordem construída pelo homem. (BERGER, 1971: 39) "As divisões sociais e as relações que as mantêm em equilíbrio são neste caso apresentadas como naturais e sagradas. Deus e os santos são vistos como os construtores e os garantidores dessa ordem cósmica, que rege as relações dos homens entre si. Dessa maneira, as classes sociais não são percebidas enquanto tais, nem as relações entre elas entendidas como conflitantes. Existem os homens de Deus que são aqueles que conhecem o seu lugar e que se atêm às normas tradicionais de vida; existem os homens que não são de Deus que burlam as regras estabelecidas e fogem às obrigações tradicionais. Ele reflete no nível das suas representações e dos seus rituais, a estrutura dos laços econômicos e sociais, sob uma forma transfigurada."(GUIMARÃES, 1973: 173)

Ele se caracteriza por um forte ritualismo. "Ao invés de insistir nisto que a linguagem teológica chama de conversão, dá-se importância fundamental à presença física nas cerimônias e à realização mecânica dos atos religiosos. O critério de pertença à religião mede-se pela assistência ao que o grupo classifica como relevante - relacionado geralmente com peregrinações, procissões e solenes festividades, ligadas

quase sempre a fenômenos naturais, e quase sempre marcadas por isso que Segundo Galilea denomina de tendência motriz do catolicismo popular: o gosto do movimento. O rito, de sua parte, possui uma eficácia transcendente: opera 'ex opere operato', encerra em si algo de misterioso, graças ao que, quando fielmente executado em seus componentes mímicos e em suas palavras sagradas (muitas vezes incompreensíveis - em latim, de preferência), na ordem cronológica prevista, é de efeito automático." (DE BONI & COSTA apud GALILEA - 1984:123)

Uma preocupação constante neste tipo de religião "é o contato com os mortos - com os entes queridos que transmitiram todo o legado do mundo cultural - e os problemas de saúde e de sucesso nesta vida. O culto aos mortos, dentro do catolicismo popular rural luso-brasileiro, parece ter raízes pré-cristãs e mesmo pré-romanas. O catolicismo, com sua crença, no purgatório e sua devoção às benditas almas, veio favorecer aspectos facilmente confundíveis com os de 'alma penada' e desenvolveu ainda mais características da piedade popular que, numa projeção facilmente compreensível, crê poder entender-se muito bem com aquelas almas que, não gozando ainda as alegrias da beatitude, espelham no além a existência atribulada dos fiéis sobre a terra: o sofrimento é a linguagem comum entre os dois grupos. A preocupação com os problemas imediatos da vida, por sua vez, é uma constante em pesquisas feitas: o povo dirige-se ao sobrenatural para solucionar casos aflitivos e prementes: a saúde própria ou dos seus, a colheita, as intempéries, os bons negócios, etc. são os motivos quase exclusivos da piedade popular, sendo difícil encontrar o caso de quem fale em conversão ou mudança de vida." (op.cit., 1984:124)

As práticas deste tipo de catolicismo foram muitas vezes alvo de conflitos. Um dos pontos nevrálgicos será, o dos padres-leigos. Neste caso conflitos " por causa de suas práticas que não pareciam muito ortodoxas aos olhos do padre e conflitos sobretudo pela resistência da comunidade organizada a uma visão de igreja estreitamente clerical."(BEOZZO, 1993:58)

Um desses testemunhos é o de Frei Bruno de Gillonnay, capuchinho francês, que chega ao Rio Grande do Sul, em 1886, aí exercendo "longo e frutuoso apostolado junto às colônias italianas, mas também às populações brasileiras e mesmo entre os indígenas". Uma carta sua de 1900 afirma o seguinte: "as populações sofriam enormemente pela privação dos socorros espirituais; sofriam tanto mais que no seio da floresta nada existia que os consolasse. Para conseguir celebrar algo do culto religioso, construíram numerosas capelas. A cada 40 ou 50 famílias encontra-se um oratório que

faz lembrar o estábulo de Belém... E na ingenuidade de sua fé, esses colonos se entregavam a práticas que davam dó. Escolhiam o mais douto do lugar (precisava que soubesse ler), para exercer as funções de 'padre' da capela, conforme sua expressão. Assim realizavam regularmente: procissões, benção das velas, benção dos ramos, missas cantadas... Um desses 'Padres' leigos encontrou o meio de deixar a liturgia intata, sem usurpar os direitos do Diácono ou do Sacerdote, pois que somente eles podem dizer: 'Dominus vobiscum' ele cantava: 'Dominus nobiscum'. Há uma ponta de ironia no relato de Frei Bruno e em sua descrição da organização religiosa dos colonos italianos e das celebrações do padre da capela. Ele acrescenta 'Tais usos existem em muitas capelas, contudo aos poucos tendem a desaparecer.'"(BEOZZO apud GILLONNAY, 1993: 58-59)

Nesta situação, a figura do padre-leigo vai desaparecendo pela oposição do missionário, do vigário, do bispo, mas não sem resistência e sem que os colonos dessem, por vezes, preferência àquele que conheciam e a quem estimavam. Com isto, fica deste modo evidenciada a resistência cultural dos imigrantes às imposições realizadas pelos agentes religiosos com o processo de romanização, que estará em curso no Vale com a chegada das Congregações religiosas.

Tal conflito pode ser também constatado no relato de Frei Bernardino d'Apremont que foi reitor e professor do seminário teológico do Rio Grande do Sul: "Um ótimo vigário chegava um dia, pela primeira vez, a uma das suas capelas mais afastadas. Ao entrar percebe uma bacia cheia de água. 'Que água é esta?' pergunta. 'É água benta, senhor vigário'. - 'Quando foi benta?'- 'Recentemente. Nosso 'padre' benze seguido para que tenhamos sempre água benta limpa'. - 'Qual é o padre?' - 'O padre leigo da Capela.' Sem replicar o Vigário tomou da bacia e despejou a água pela janela, dizendo: 'Tragam-me mais água. Benzê-la-ei, assim terão água benta mesmo'. A ordem foi executada, mas escandalizados, mandaram uma comissão com queixas ao Bispo em visita na zona. 'O novo Vigário', diziam 'profanou coisa tão santa' .O senhor Bispo quis saber do que se tratava e, quando chegou entre essa boa gente, falou-lhes nestes termos: 'Queridos filhos, queixam-se do novo vigário porque jogou pela janela aquilo que vocês chamam de água benta. Estivesse eu em seu lugar teria jogado também a bacia'! Explicou depois as prerrogativas sacerdotais e os limites dos poderes dos 'padres leigos'. Esses bons cristãos aceitaram a demonstração. Em outras capelas eram mais obstinados. Poderia citar uma onde existiu um longo 'crisma' com seu legítimo vigário, excelente sacerdote genovês. Opunham-lhe o 'padre leigo'. Não precisamos deste novo

vigário, diziam os teimosos; ele não precisa ser tão orgulhoso. Podemos nos confessar em outro lugar; e para a missa temos o nosso 'padre da capela'." (BEOZZO apud D'APREMONT, 1993:59-60)

Frei Albino Zagonel outro estudioso da Igreja nas áreas de imigração italiana "comenta judiciosamente que estas atitudes e comentários traíam '... um posicionamento quase hostil, por parte dos missionários, o que sufocou uma experiência original, e, possivelmente revolucionária para a Igreja do Brasil onde a escassez de clero sempre foi um mal crônico'." (ZAGONEL apud BEOZZO,1993:60)

É necessário contudo aqui lembrar, que embora isso tenha ocorrido no plano legal, na prática muitas vezes aconteceu de maneira distinta. Em Primeiro Braço do Norte - local onde realizei parte do meu trabalho de campo, ocorreu uma situação desse tipo, de acordo com o relatado por um informante. O culto na capela de São Roque, proibido pela Igreja Católica Oficial, continuou sendo mantido, à revelia da proibição – mantendo-se o costume de se reunir para rezarem e fazerem suas orações individuais e em grupo e comemorando-se ainda.

II. 6. As práticas do catolicismo popular nas localidades pesquisadas

Em Primeiro Braço do Norte foram freqüentes, na ausência de assistência religiosa nos anos iniciais de sua existência, as práticas do catolicismo popular de cunho agrário, caracterizada por devoções familiares, rezas do terço diárias e orações em família, promessas, procissões, benzeções, dezenas, trezenas e devoções a santos através da construção de capelas e capiteis.

As capelas inicialmente de palmito e depois substituídas por madeira e alvenaria precederam os capitéis, que foram erigidos em função de promessas feitas por uma ou mais famílias. Constatei a sua existência em Primeiro Braço do Norte, onde identifiquei dois pequenos oratórios ou capitéis, o de São Braz e o do Santo Anjo, bem como uma pequena capela dedicada a S. Roque. Esta última foi erigida em conseqüência de promessa da população local, no ano de 1914, durante uma epidemia de peste que atacou os animais domésticos, principalmente os bovinos, em homenagem a São Roque, considerado o Santo protetor dos animais, conforme depoimento concedido a FERREIRA (mimeo., 1992):

Em 1914 deu uma doença aqui nos animais, o meu pai me contava; que fizeram uma promessa para são Roque (santo dos animais domésticos), que se melhorasse, se a peste passasse, eles construiriam a capela; ela era de madeira, depois eu comecei a montar uma caixinha e então construímos de tijolo. (...) Aqui todo mundo trazia uma galinha viva para ofertar à São Roque. Depois arrematavam e levavam prá casa – é que o pessoal tinha a crença de que tendo um animal benzido no terreiro dava proteção aos outros. (...) O pessoal vinha da igreja (Santo Antônio) em procissão até a capela cantando ladainhas. Eles vinham todos aqui na casa das sete ou oito famílias que moravam aqui dentro no Bracinho. (...) E como era tudo parente aqui no lugar, a gente acabava oferecendo um banquete, era como uma festa de casamento.

Normalmente cada grupo de famílias da localidade se encontrava agrupado em torno de uma capelinha ou oratório, erigida e cuidada por uma das famílias da localidade que se revezavam. Um Padre Salesiano de Primeiro Braço do Norte relatou-me terem os seus pais cuidado da capelinha de São Roque em Primeiro Braço do Norte durante muitos anos.

A Festa do Oratório de São.Roque foi proibida pelo Padre Afonso, vigário na época da paróquia de Luis Alves à qual Primeiro Braço se encontrava na ocasião subordinada religiosamente, conforme esclarece o depoimento de um dos Ministros de primeiro Braço do Norte, (Ex-seminarista, .. anos):

Aqui mesmo. Então o padre Afonso, quando ele era vigário aqui, ele pediu pra não... porque eles faziam festas e todo ano, se reuniam e faziam o Bom Jesus, em agosto, agosto também era São Roque, faziam festa. Então dividia muito a comunidade. Ah, a minha igreja é São Brás, a minha igreja é São Roque, minha igreja é.... E a igreja matriz, que seria aqui da capela, ficava prá trás. Então ficava muito, muito dividido. Então o padre dizia: olha, fique com o oratório prá fazer oração, então o nome já diz, oratório. Então se você tiver uma promessa, vai lá, quer fazer... qualquer coisa, então vai lá, você reza ou... dá uma contribuição lá. Mas a Igreja prá participação seria essa

aqui (de Santo Antônio) que seria a comunidade de Primeiro Braço. Então o padre encerrou isso aí. Festas não podia fazer. Então eu até sugeri: se você quiser fazer uma festa dentro do ano, uma festa e coisa, trás a estátua aqui nessa igreja, e... venera. São Roque, o bom Jesus, venera aqui. E derruba isso lá prá não ter. Mas não, o pessoal acharam melhor deixar como oratório, daí ficam aqueles santinhos e tal, e é até bom isso. Então se quer fazer uma oração, rezar um pai nosso, uma ave maria, vai lá, reza lá e coisa. Mas nada de... Então toda vez que tinha o dia da festa, o dia do santo, então já pediam pra mim ir lá, prá fazer um culto. Eu digo: não, eu faço aqui. Pegas um outro que vocês tiver lá, que puxa terço e coisa, agora eu como ministro não posso. Não vou contra a lei que foi determinada e que eu acho certo. Senão divide muito. Divide muito e... e dá essa sensação: bom, na igreja aqui não precisa nem vim. Porque minha igreja é aquela lá. Senão ficava aquela, aqueles grupos separados. Outros de lá vinham aqui. Outros daqui saiam e iam prá lá. Então dava muita divergência. Então, prá fazer a união, então eu digo: não, eu não vou nem no bom Jesus, nem no São Brás e nem lá, se tiver que fazer culto eu faço aqui na igreja, agora, fora, eu não vou fazer.(Ex-seminarista e Ministro de Primeiro Braço do Norte, .. anos.

Ainda hoje o Oratório de São Roque, continua a ser freqüentado pelas pessoas das proximidades porém desde a proibição não se realiza mais a Festa que costumava realizar-se por ocasião da passagem da Novena de São Roque, em torno daquela capelinha.

Descrição da festa hoje conforme o depoimento do Ministro:

Olha, não tanto, orações sim, mas agora assim pra rezar o terço ou rezar assim em público, pouco, individual. Eles vão um ou outro que tem promessa, eles vão individual. Isso vai, não é só no dia, mas vai durante o ano intercalado. Antes iam em grupo, faziam as festas, faziam as novenas, nove dias. Nove dias. Nove novenas. E nisso aí eles faziam festa, tinha churrasco, tinha cerveja, tinha festa... no lado da capelinha. Tinha um galpãozinho assim, arrumavam pra fazer a festa. Faziam lá improvisado com lona e tal, mas improvisavam lá e

faziam a festa de São Roque, a festa de Bom Jesus e... então o padre tirou isso aí. Prá não Ter muita... ele tá certo, porque a juventude que vinha achava que não Ter muita... ele tá certo, porque a juventude que vinha achava que não Ter muita... . Faziam lá improvisado com lona e tal, mas improvisaram lá e faziam a festa, a festa de Bom Jesus e... então o padre tirou isso aí. Prá não Ter muita... ele tá certo, porque a juventude que vinha achava que isso... no fim ficava essa divisão, então se a coisa ia crescendo, no fim abandonava um e não sabia que era da igreja católica é um só. Hoje em dia tá mais unido. Mas eles faziam. Então hoje já não tem mais essas novenas. Se fazem, fazem particular. Ou se vão lá vão da família, por exemplo, vão 4 ou 5, mas da família. Mas é particular, não é público assim. Tanto é que o ... eles pediram aí no ano passado pra avisar que ia Ter novena lá no São Roque, e eu digo: olha, se quiser avisar, avisa! Agora, eu não vou avisar o pessoal pra dar incentivo ao pessoal pra retomar isso aí. Então se vocês quiserem avisar avisa mas eu, como ministro da comunidade, não posso avisar isso aí. Porque eles fazem mais é individual;. Claro que se você quiser fazer uma promessa, quiser fazer uma... tudo bem, você vai lá e faça, mas não precisa chamar todo o povo pra pagar a tua promessa. Porque se eu faço promessa eu é que vou pagar

De acordo com o Ministro , antigamente, antes dele ser ministro, e da festa ser proibida, no dia da festa, o pessoal saía em procissão da atual capela de Santo Antônio, cantando, rezando, até à capelinha de São Roque. De acordo com ele o dirigente que não era o padre rezava o terço, fazia orações, costumava-se rezar a ladainha de todos os santos e depois continuava-se a festa. O mesmo era feito em outras capelinhas existentes.

Após a proibição houve uma tentativa de retomar a festa no entanto:

...eles quiseram retomar de novo. Mas o novo vigário que veio simplesmente não aceitou. Não, isso daí eu não vou aceitar. Não aceitou assim deixar, vai lá rezar a missa e tal e coisa. Então eu também não fui também mais lá rezar o terço depois porque a gente

faz parte com o padre, com o pároco daqui da capela e aí é um incentivo que tu dais.

Do mesmo modo que a Festa de São Roque, o costume também comum aos moradores de Primeiro Braço de dar a benção a pessoas, animais e plantações, e que acontecia também, em Primeiro Braço passou a ser restringido pela igreja oficial, através da orientação do próprio pároco e da ação do ministro, como ele mesmo esclarece:

É, que, antigamente era assim, então tudo bem, não dá prá fazer uma afronta direta, não, tudo bem, então vamos deixar. Só que a mentalidade hoje em dia também é diferente. Antigamente o padre vinha, benzia as casas todo ano. Agora não. Benze uma vez, tudo bem. Um ou outro vem e pede uma benção. Mas mais são crendices de antigamente.

Deretti, antigo morador da localidade de primeiro Braço do Norte, relata em seus manuscritos que a primeira missa celebrada neste lugar, foi no pequeno oratório, em terras de Giacomo Araldi, em 1879, pelo jesuíta Pe. João Maria Cibeo, da paróquia da Colônia de Nova Trento. Até a primeira década deste século os padres jesuítas visitavam a cada ano ou mais raramente a cada seis meses Primeiro Braço do Norte a cavalo. Deretti cita os seguintes sacerdotes como tendo visitado a localidade: César de Angelis, Augusto Servanzi, Ângelo Sabatini, Marcelo Rochi, Manardi. O Pe. Marcelo Rochi, durante todo um ano, percorria os diversos núcleos coloniais, pregando as missões. O Pe. Cibeo, em 1897, por delegação do bispo do Rio de Janeiro (a cujo diocese nesta época Santa Catarina se encontrava vinculada), ministrou Crisma em Primeiro Braço do Norte e em 1905 um Pe. Franciscano também o fez. (mimeo)

Provindo das montanhas e dos "paeselli" do Norte da Itália, a maioria dos imigrantes italianos que vieram para o Vale do Itajaí, não haviam sofrido as influências do liberalismo agnóstico e anti-clerical que fora manejado como arma para realizar a Unificação Italiana e correspondente supressão dos Estados Pontifícios. Mantinham ainda a piedade simples e ingênua de uma população rural aglomerada em torno das Igrejas paroquiais, onde cultivavam suas devoções mariais e ouviam a pregação do sacerdote. E foi em torno do altar de sua igreja que receberam as últimas recomendações de seu pároco. (Vicenzi, 1985:116)

Imbuídos dessa religiosidade, os imigrantes uma vez chegados dos barracões onde haviam ido buscar suas famílias, após terem limpado o terreno dos lotes que lhes cabiam e construído suas choupanas, tratavam também de construir rústicas capelas muitas vezes de palmito, que era encontrado em grande quantidade na região, e dava-lhes como patrono, normalmente o santo de seu "paesello" natal, sendo nelas colocadas imagens ou quadros, eventualmente trazidos pelos pioneiros da Itália. Em seguida estas capelas iam sendo substituídas por outras maiores de madeira, com táboas serradas à mão e que sucessivamente iam sendo modificadas, alterando a sua fisionomia conforme ia se modificando o próprio padrão de material empregado na habitação.

Logo que construíam estas primitivas capelas, escolhiam um entre eles para exercer a função de "capelão", com a incumbência de "puxar as rezas, rosários e ladainhas". Posteriormente irão preparar as crianças para a primeira comunhão, no momento em que passam a serem assistidos pelas inúmeras Congregações religiosas que se instalam na região para dar-lhes assistência, durante o começo do século.

De acordo com o que nos relata Deretti, em Primeiro Braço do Norte, os imigrantes italianos, depois de terem limpado o terreno e construído uma choupana como foi comum inicialmente e após buscarem os familiares que os aguardavam na hospedaria dos imigrantes em Luis Alves onde os esperavam seus familiares os imigrantes deram início à construção de uma capela, em cujo local abriga a atual de Santo Antônio. Esta foi feita de ripas e alí funcionaria por iniciativa dos colonos a própria escola para os seus filhos. (mimeo.)

Em 14 de outubro de 1909, passaram a construir a sua primeira igreja de alvenaria. Foi graças a alguns devotos do santo que a Igreja passou a ter como padroeiro Santo Antônio. A idéia foi aprovada pelo Padre João Maria Cibeo, jesuíta italiano de Nova Trento (município situado no Vale do Itajaí e também constituído a partir de colonização com imigrantes de origem italiana) Foram seus primeiros fabriqueiros: Ângelo Tironi, Antônio Spézia, Ângelo Deretti e Giusto Picinini durante mais de 40 anos.(Em todas as colônias havia sido reservado terrenos para igreja e cemitérios.)

Os tijolos e as telhas utilizadas na construção da igreja foram fabricadas pelas pessoas da localidade em olaria ali sediada. Formavam-se grandes filas da olaria até o recinto da capela e se passava os tijolos e telhas de mão em mão, portanto em mutirão. Obedeciam a um líder na pessoa do Sr. Angelo Tironi, que era a pessoa que havia

conseguido ainda na Itália agenciar as passagens e a viagem para o Brasil daquele grupo.

Com a construção da nova capela a anterior de madeira foi removida do local para 10 metros adiante. Edificada sobre sapatas, não foi difícil de acordo com Deretti acomodá-la de modo que pudesse deslizar até o local desejado, com a força de vários homens empurrando.

O sino da Igreja foram os padres franciscanos de Blumenau que o mandaram vir de Curitiba. Todos os moradores desejavam ouvir o seu toque até suas casas para que assim avisados, pudessem rezar pontualmente a "Ave-Maria", como era costume. Sua batida era ouvida numa distância de cinco quilômetros acima da capela e cinco quilômetros no lado abaixo.

A instalação da Igreja foi realizada solenemente em abril de 1915 pelo Pe. Modestino Oeschtering, o.f.m. De acordo com Deretti "Toda a população estava presente, entoando: Te Deum Laudamos, Lodate Maria, Dolce Cuor del mio Gesú e outros cânticos italianos. O Pe. Modestino proferiu breve alocução em italiano, felicitando a população..." (mimeo.)

Em 1927, na sacristia da capela, o Sr. Deretti relata que viu colocadas num quadro, as listas escritas em caráter gótico, pelo Frei Modestino, das Filhas de Maria , figurando como presidente da Associação numa destas listas, Valéria Tironi e na outra Maria Deretti. (mimeo.)

Na sua infância lembra que as crianças viajavam nos domingos, 13 ou mais quilômetros, para assistirem a missa paroquial.(mimeo.)

II. 7. A Escola

De acordo com Deretti os moradores iniciais de Primeiro Braço bradavam "nos queremos igreja e escola para os nossos filhos" Em 1879, reuniram-se todos os chefes de família na capelinha que havia sido construída, a fim de escolher uma pessoa alfabetizada para professor dos seus filhos. A escolha recaiu no bergamasco Luís Vegini, "que era dotado de ótima caligrafia do estilo antigo, com as letras caídas para a direita". Com a matrícula inicial de mais de 30 alunos, começou a lecionar na capelinha. Foi designado também para ser o "capelão". Todo o movimento religioso estava a seu cargo, assim como a função de sacristão. No período da tarde, em sua casa, trabalhava

também de sapateiro, profissão que aprendeu na Itália, motivo pelo qual tinha a alcunha de "Bígio Sapateiro".(mimeo.)

Algumas das crianças que residiam além da metade do Primeiro Braço do Norte, por ser mais perto, passaram a freqüentar a escola na capela de São José, no começo deste lugar, onde era professor o Sr. Eugênio Mosca.

Vegini recebia pequena remuneração da então intendência da Vila de Itajaí e do Cônsul Italiano de Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis. Este com letra muito bonita, mandava dístico às famílias para serem afixadas nas paredes das casas, como esta "Dio me Vede". (mimeo.)

Por motivos diverso , houve intervalos, no qual a escola não funcionou durante alguns anos. Depois de 1906, estando já cansado, solicitou o seu afastamento, sendo substituído por escolha das pessoas da localidade pelo Sr. Carlos Spézia, mantuano, pessoa benquista e capaz. Era satisfatório o seu conhecimento em aritmética. Recebia também pequena subvenção de Itajaí e Florianópolis, assim como Vegini. (mimeo.)
(Complementar)

Percebe-se a partir destes dados fornecidos por Deretti sobre a história de Primeiro Braço do Norte que durante muito tempo escola e igreja estiveram muito ligadas, sendo a educação fortemente direcionado pelos valores espirituais.

Nas década de 40 e 50, estas funções eram exercidas pelo Sr. Abraão Baruffi, que juntamente com a sua esposa eram professores na localidade. Ela havia tido uma boa formação escolar pelo fato de ter sido Catequista Franciscana (Congregação fundada pelos franciscanos de Rodeio) durante cinco aos, após os quais abandonou para casar-se com o Sr. Baruffi. Posteriormente sua filha assumirá também a função de professora na escola local.

De acordo com o Pe. Guerino Stringari o Sr. Abraão Baruffi começou a trabalhar como professor aos 18 anos, tendo permanecido por volta de 25. Antes dele eram professoras as Irmãs Catequistas Franciscanas até o momento em que o vigário da paróquia de Luiz Alves (à qual pertence ainda hoje Primeiro Braço do Norte) que era da mesma Ordem à qual pertenciam as Irmãs, ou seja, da Congregação dos Franciscanos e Rodeio, foi desligado da paróquia. Estes na época prestavam assistência aos italianos embora fosse uma Congregação de origem alemã. Em função de conflitos e distúrbios ocorridos entre estes e os paroquianos italianos de Ascurra e Rio dos Cedros, eles serão substituídos pelos Missionários Salesianos em 1916. Estes foram vigários de Luiz Alves em substituição aos antigos de formação Franciscana até por volta de 1942, período a

partir do qual serão também substituídos por padres diocesanos, os chamados padres seculares.

Os distúrbios segundo o Pe. Guerino ocorreram pela incompatibilidade com os padres alemães, já que a região era na maioria de famílias de origem italiana e estas desejavam ter um sacerdote da mesma origem. Em Rio dos Cedros, município de maioria italiana, um grupo de paroquianos chegou a colocar uma bomba dentro da casa do padre vigário que era Franciscano. É a partir deste incidente, que os Salesianos são chamados pelo Cônsul italiano que residia em Desterro para assistir os imigrantes italianos.

No dia 11 de dezembro de 1916, provenientes de São Paulo chegaram os seis primeiros Salesianos para o trabalho dos Filhos de Dom Bosco nas terras catarinenses, assumindo as Paróquias de S. Vicente de Paulo em Luís Alves e de Santo Ambrósio em Ascurra. (Anexo 4)

O P. Ângelo Alberti, que assumira a Paróquia de Ascurra, desde o começo se preocupou de formar "outros operários apostólicos", tirados daquela terra. Sobre o trabalho do Pe. Alberti em favor das vocações, transcrevo a seguir algumas palavras do Pe. José Stringari, primeiro Pe. Salesiano formado em Santa Catarina e saído da localidade de Primeiro Braço do Norte, em "Palestra Jubilar", pronunciada nos festejos do cinqüentenário da fundação da obra Salesiana em Santa Catarina, no dia 8 de outubro de 1967, em Ascurra:

"Convém acentuar que o Pe. Alberti não perde tempo. Principia logo a trabalhar pelas vocações, mesmo sem colégio. Percebeu que o campo devidamente arroteado era promissor de messes ubertosas. Nas suas excursões apostólicas, ia semeando a boa semente vocacional, que medrava fácil e ao voltar ia trazendo um que outro jovem candidato, que alojava no sótão da "canônica', por tempo razoável, suficiente para sondar a índole do rapaz; fazia-o estudar na escola paroquial, ocupava-o em vários misteres domésticos, como limpar a igreja, arranjar a casa, preparar a ração para as mulas, e outras pequenas tarefas... Os primeiros desses moços vieram da Paróquia de Luís Alves. No princípio de 1919, vem o João Batista Costa que após uns meses é enviado para o seminário São Manoel de Lavrinhas, São Paulo. No dia primeiro de abril do mesmo ano, entram mais dois de Luís Alves: João Balestieri e eu, que meses depois, numa aventurosa viagem com o João Batista Costa, fizemos o curso de humanidades requerido naquele tempo..."

E ainda numa nota evocativa assim fala:

"Era uma tarde do dia primeiro de abril de 1919. Dezesseis anos estalados, amadurecidos ao calor e perfume do ambiente campesino. Terninho de riscado claro, amarfanhado, chapéu branco de palha flexível, sapato novo ringindo nos pés terrivelmente rebeldes a qualquer calçado (normalmente as crianças nesta época não usavam calçados)- vindo de Luís Alves, entrava eu em Ascurra, juntamente com meu colega João Balestieri, trazidos pelo P. Ângelo Alberti. Aboletaram-se no sótão da telha vã da canônica, atravancado de trastes, de cereais esparsos pelo soalho, arreios de bestas suspensos nos caibros, manojos de folhas de fumo dependurados a secar nas ripas do telhado.

Nunca sairemos de nossa terrinha natal. Por várias noites curtimos acerbas saudades, aspergidas de copiosas lágrimas, que o travesseiro enxugava, agravadas pelos esbarros de cabeça na quina de um tarugo, a dois palmos da testeira da cama; de quando em quando, as mágoas eram distraídas com baforadas de charutos, improvisadamente enrolados com pedaços de folhas arrancadas das que pendiam roçando-nos a fronte. depois dormíamos a sono solto.

Eram as primeiras experiências vocacionais do Pe. Ângelo Alberti, superior das "Missões Salesianas' nestas paragens catarinenses." (Anexo 4)

A esta primeira vocação em Primeiro Braço do Norte sucederam-se muitas outras (nem todas Salesianas), num total de 22 religiosos conforme depoimento do Ministro da Igreja, da localidade e exposição de suas fotografias na sacristia da Igreja de Santo Antônio de Primeiro Braço do Norte e de acordo com o Pe. Guerino Stringari elas são mais de 50, as religiosas.

Devo esclarecer ainda, baseando-me na declaração de um dos Ministros da atual Igreja de Santo Antônio pertencente à localidade de Primeiro Braço do Norte, há mais de 25 anos que o grande número de seminaristas saídos da localidade bem como de ordenações ocorreram principalmente de 1947 a 1960, quando o Sr. Abraão Baruffi e sua esposa eram professores na localidade, ainda que estas tenham começado a acontecer já na década de 20. (Anexo 4)

Até o início da primeira Guerra Mundial os franciscanos tiveram praticamente em suas mãos todo o atendimento religioso das colônias situadas nos vales do rio Itajaí em Santa Catarina. (AZZI, 1988:161)

"... os frades alemães tinham vindo ao Brasil com uma missão específica: restaurar as províncias da Ordem, em decadência. A missão de reformadores marcou

muito a presença franciscana na primeira República, fazendo com que ficassem impregnados de um conceito de superioridade com relação à formação cultural brasileira e à prática religiosa do povo, à qual não pouparam críticas. Acresce que esses frades provinham geralmente da Saxônia, região alemã marcada por uma mentalidade de disciplina, austeridade e rigidez de comportamento; daí mostrarem-se esses religiosos com freqüência ríspidos e autoritários, pouco sensíveis não só ao temperamento brasileiro mas também ao italiano, este ultimo marcadamente extrovertido. Como conseqüência, foram grandes as incompreensões entre frades e colonos, agravadas por questões de cultura e nacionalidade."(AZZI, 1988:161)

Estritamente fiéis às orientações da Cúria Romana, os frades mantinham com relação à fé uma postura marcadamente ultramontana, vendo com suspeitas e até mesmo com certo desprezo o empolgamento dos italianos pela unificação de sua pátria, considerada por esses religiosos como fruto das idéias liberais e socialistas condenadas pelo papa.

Essa atitude chocava-se com a postura dos italianos, alguns dos quais empenhavam-se de forma exaltada na promoção da italianidade entre os colonos, sobretudo entre os trentinos, ainda dependentes politicamente do governo austríaco. (AZZI, 1988:162)

Embora os frades tivessem optado por uma atuação especificamente religiosa, suas restrições ao Estado italiano, baseadas nas próprias declarações pontificiais, podiam ser interpretadas, e de fato o foram, como destinadas a favorecer os interesses do governo austríaco. Daí o profundo clima de tensão, com freqüentes atritos, nas diversas colônias italianas sobre as quais os franciscanos exerciam o domínio religioso.

A fim de solucionar essa situação crítica, os salesianos foram chamados para Santa Catarina. Fundada em meados do século XX, a congregação de Dom Bosco não tinha raízes na tradição luso-brasileira colonial ou imperial. Além disso, tendo como finalidade específica a educação da juventude, em geral esses religiosos não tinham prática de atuação pastoral entre o povo.

Não obstante essas limitações, o fato de ser um instituto de origem italiana, facilitava a aproximação entre salesianos e colonos dessa nacionalidade. Reforçava essa afinidade o fato de serem os salesianos sensíveis à promoção da cultura italiana. Mais ainda: os religiosos de Dom Bosco vinham com o projeto declarado de auxílio ao desenvolvimento da região, o que lhes trazia o apoio generalizado dos colonos, mesmo daqueles provenientes de origens diversas. (AZZI, 1988:162)

Segundo AZZI (1988:335) desde quando se abriu a perspectiva para a implantação da obra de dom Bosco em Santa Catarina, o inspetor Rota havia deixado bem claro que a grande vantagem de oferecer assistência religiosa aos imigrantes europeus seria a possibilidade de se obter, mediante essa atuação sacerdotal, vocações para as fileiras salesianas. Esse interesse vocacional foi mantido por ele durante todo o período do seu governo inspetorial, encerrado em 1925.

Análoga preocupação esteve também presente em seu sucessor Domingos Cerrato, o qual promoveu durante o seu governo inspetorial uma verdadeira campanha vocacional. Tal era o seu interesse pelo recrutamento das vocações salesianas que chegou quase a colocar em segundo plano a assistência religiosa aos próprios imigrantes.

Ao assumir o governo inspetorial, em 1933, André Dell'Oca começou a dar-se conta de que as colônias de imigrantes estavam deixando progressivamente o enclausuramento cultural das primeiras décadas. Assim sendo, não tinha mais sentido considerar Santa Catarina como uma região de atividades missionárias em prol dos imigrantes. Por outro lado, como antigo diretor do seminário menor de Lavrinhas, Dell'Oca continuou a preocupar-se com a boa formação dos aspirantes salesianos no Colégio São Paulo de Ascurra de Santa Catarina.

Obediente às determinações dos superiores de Turim, ao assumir o cargo em 1939, o Inspetor Orlando Chaves procurou reduzir a atividade paroquial exercida pelos salesianos. Simultaneamente, porém, desenvolveu desde o início uma campanha vocacional intensa. Como decorrência de suas metas vocacionais, Chaves transformou o colégio de Ascurra num estabelecimento destinado exclusivamente à formação sacerdotal.

Quando Rota aceitou o atendimento paroquial nas colônias dos imigrantes, estabeleceu-se de certa forma um pacto tácito entre a congregação salesiana e a hierarquia eclesiástica de Santa Catarina: ao colaborar com a igreja local em sua missão pastoral, os religiosos de dom Bosco adquiriam também o direito de recrutar vocações na área de sua influência religiosa.

Um outro acordo não explicitado fora articulado entre os salesianos e os próprios colonos: ao oferecer a seus filhos um estabelecimento de educação em Ascurra, os congregados de dom Bosco passavam também a usufruir da prerrogativa de selecionar entre eles futuros candidatos para o seu instituto. (AZZI, 1988:335)

Pode-se afirmar que essa situação de entendimento entre os religiosos, a hierarquia eclesiástica e os colonos marcou os primeiros vinte e cinco anos de implantação da obra de Dom Bosco em Santa Catarina, criando-se assim condições para que os salesianos estabelecessem nessa região uma verdadeira base de recrutamento vocacional. (AZZI, 1988:336)

II.8. O processo de romanização

Com a chegada das Congregações religiosas no Vale do Itajaí, iniciado com o estabelecimento da Ordem Franciscana na Paróquia São Paulo de Blumenau (posteriormente substituídos pelos Salesianos no atendimento dos italianos) se inaugura um novo momento na história dos imigrantes do Vale, com o início da estruturação do catolicismo romanizado.

Esse tipo de catolicismo emerge da realidade Européia do século XIX, pautada pela industrialização e expansão neocolonialista, bem como pela restauração monárquica e nacionalismo. "Foi promovido pela Sé Romana, tendo como principais agentes o Papa e seus assessores, especialmente os núncios apostólicos. A partir do Pontificado de Pio IX (1846-78), a Sé Romana fornece um modelo de catolicismo europeizado para todo o mundo, bem como seus agentes, especialmente os bispos." (DALLABRIDA, 1993, 12)

O catolicismo romanizado leva à valorização dos sacramentos como meios excelentes para a salvação, e a introdução de novas devoções, são pois processos de mudanças de representações religiosas orientadas pelo interesse objetivo do aparelho eclesiástico em colocar sob seu controle as bases leigas. Neste nível de interpretação, não é incorreto definir a romanização como um processo de transformações religiosas que leva à ascendência do clero sobre as bases do aparelho religioso. Concluído o processo de romanização, o aparelho religioso fica reestruturado a partir do eixo da autoridade (Papa-bispo-leigo), concentrando-se o poder religioso e o poder de decisão no interior do aparelho eclesiástico, enquanto as bases leigas ocupam uma posição passiva, de consumidores da produção religiosa clerical e destituídas do poder religioso." Por isso a clericalização é uma das características básicas que definem esse processo (RIBEIRO, 1985:326-7)

Por outro lado, as práticas religiosas tradicionais, realizadas sem a participação do padre, são cada vez mais combatidas como supersticiosas, profanas, ou até imorais,

de modo a irem sendo relegadas para o campo do folclore. Em suma, na medida em que os fiéis vão aderindo à idéia de que os sacramentos são os melhores meios para a obtenção da felicidade eterna, o clero ganha importância, pois só ele pode ministrá-los

Para submeter os leigos à sua autoridade, o clero usa o poder religioso que lhe é próprio, ou seja, o poder dos sacramentos. Na medida que os fiéis se convencem da necessidade dos sacramentos para a salvação eterna aumenta a ascendência do clero sobre eles. Também introduz novas devoções, trazendo o culto dos santos para o controle clerical. Os santos propagados pela romanização não diferem dos santos tradicionais quanto às suas funções protetoras. "Também os novos santos protegem e cumulam de graças seus devotos, agradando-se com as promessas, festas, novenas, orações, e enfeites à sua imagem ou altar. Entretanto, contrariamente aos santos tradicionais, cujo culto era feito por agentes leigos, os 'novos' santos de devoção devem ser cultuados dentro dos quadros paroquiais, com suas associações próprias. Além disso, o papel de guardião do santo e de promotor de sua festa - antes desempenhado por leigos, seja organizados em confrarias, seja individualmente - passa a ser desempenhado pelo vigário." (op.cit., 1985:326-7)

De acordo com RIBEIRO ele será ainda um elemento importante no momento da implantação do capitalismo agrário no Brasil, revestindo as novas prática sociais impostas pelo modo de produção capitalista com um valor moral, que as legitime e as torne aceitáveis. (op.cit., 1985:331)

Para ele as relações sociais de produção capitalista não são uma realidade à qual se sobrepõem representações religiosas e éticas, mas estas são um dos componentes daquelas. Desfalcada desse componente necessário e interno, as relações de produção capitalistas seriam puras relações de força, incapazes de durarem historicamente. Mas para que essas representações religiosas e éticas sejam incorporadas à consciência dos atores sociais, produzindo efeitos reais na prática social, não basta que elas tenham sido elaboradas por intelectuais religiosos; é preciso também que sejam infundidos nos atores sociais. Aqui situa-se o trabalho permanente dos agentes do aparelho religioso." (op.cit., 1985:325)

No processo de romanização entre os italianos do Médio Vale combinaram-se várias estratégias. No plano da comunidade, campanhas intensivas e persistentes supervalorizavam a figura do padre e a vocação religiosa. Nelas, a figura do padre era promovida de todas as maneiras possíveis. Ele era apresentado como o representante de Deus e a maior autoridade local. A vida religiosa como "uma grande graça, a maior de

todas, reservada a poucos, muito inteligentes. Era considerada como a antecipação do céu na terra e a garantia de escapar às durezas do trabalho na lavoura..." (TOMELIN, 1986:19)

BERRI descreve ainda várias maneiras e os recursos utilizados na concretização desse objetivo. Um destes, utilizado com muita freqüência era a "pregação das santas missões" nas diversas capelas da paróquia. (op.cit., 1988: 113) Paralelamente a esse serviço, realizava-se ainda "um trabalho de conscientização no meio do povo, inculcando nas mentes dos adultos e adolescentes a necessidade de se rezar insistentemente para o surgimento de vocações religiosas. Nos sermões, durante a missa, e na doutrina ministrada nas escolas, frisava-se, repetidamente, o valor e a grandeza da vocação religiosa, e a felicidade de um lar ter um ou mais de seus membros dentro das fileiras da igreja". Além disso, "os padres não se descuidavam de visitar, com freqüência as famílias onde houvesse alguém que demonstrasse inclinação religiosa, com o objetivo de orientá-lo e incentivá-lo em seus ideais". (op.cit., 1988: 114)

Diante disso não estranha que o padre passasse a ter o poder que teve na comunidade e gozasse de tão alto prestígio. Segundo Tomelim, ele era, o "representante de Deus e, conseqüentemente a maior autoridade local. Ele sempre falava do púlpito, a respeito de tudo e de todos. Os cristãos só escutavam. Discorria sem contestação sobre os mais variados assuntos: quanto ao número de filhos que o casal podia e devia ter, e como educá-los. Como rapazes e moças deviam namorar. Demarcava os limites até onde os noivos podiam se aventurar. Decretava aos casais como devia ser seu relacionamento íntimo. Ditava regras sobre o vestuário, cabelo, perfume, festas e diversões. Era ele que tomava a dianteira para resolver o problema de uma seca, de pragas na lavoura, de uma peste entre os animais, de um desentendimento entre casais. Enfim, sua competência era universal: cobria o ser humano do nascimento a morte e até no outro mundo."(TOMELIN, 1988:5)

Todo esse conjunto de estratégias irá permitir a formação de uma elite de pessoas profundamente religiosas, que primam pela vida de perfeição e apostolado, dando, assim, exemplo de autêntica santidade dentro da comunidade. "Este elevado espírito cristão favorecia a participação constante nos sacramentos da confissão e da comunhão e, as associações religiosas, devido à natureza de seus estatutos, promoviam freqüentes reuniões, onde seus membros adquiriam conhecimentos para uma vida cristã mais perfeita. (...) introduziram, também, várias associações religiosas como a Ordem Terceira Secular de São Francisco de Assis, a Pia União das Filhas de Maria, o

Apostolado da Oração, a Pia União de São José e a Congregação Mariana." (op.cit., 1988:194)

A estratégia mostrou-se tão eficaz que acabou por chamar a atenção de Congregações religiosas de outras regiões. "Nos primeiros anos, pequena era a contribuição de candidatos que se deslocavam para os seminários e os juvenatos das freiras, mas, com o decorrer dos anos, os contingentes iam aumentando, de modo que, nos meados da década de 30 em diante, várias dezenas de meninos e moças, anualmente, deixavam suas famílias para ingressar em educandários próprios para a formação de sacerdotes e irmãs religiosas. Muitos Superiores de diversas congregações religiosas, sabendo da existência dessa riqueza vocacional nas regiões de imigração italiana, vieram ali lançar suas redes, recrutando adolescentes para os seus seminários." (op.cit., 1988:114)

Com a criação de todo esse ambiente cristão, o catolicismo romanizado passa a fazer parte da tessitura social, tornando-se fácil transplantar para a família a disciplina e obediência dos mosteiros, que por sua vez irá garantir formação de filhos exemplares para o sacerdócio.

Em pouco tempo, com a formação das vocações dentro da própria família, ganhava-se mais um aliado, com maior poder ainda de influência, afinal se tratava de um dos seus membros. Não é sem razão que nas trajetórias dos informantes por mim entrevistados, as vocações se sucedem de uma geração para outra, graças à influência de um tio ou parente Por outro lado para a família a vocação religiosa além de motivo de prestígio e status passa a representar uma forma de estratégia possível de reprodução do campesinato, devido a necessidades estruturais da pequena propriedade.

A reprodução desse campesinato só foi possível, graças a estratégias que evitaram o excessivo parcelamento das colônias e da própria concepção ideal da colônia como unidade de subsistência. A criação de regras próprias entre os camponeses na transmissão do patrimônio familiar, nem sempre esteve de acordo com o Código Civil. As práticas de herança assentadas no 'direito costumeiro' tiveram como finalidade evitar a excessiva fragmentação das pequenas propriedades, que ameaça a reprodução desse campesinato. (SEYFERTH, 1985:1)

Os dados, até agora levantados, parecem indicar que uma das estratégias utilizadas freqüentemente pelos imigrantes italianos, foi a de enviar filhos e filhas para o Seminário e para o Convento.

III. A RECRIAÇÃO DA CULTURA CAMPONESA NO SUL DO BRASIL E NORDESTE CATARINENSE

Vimos no capítulo anterior que o processo de colonização realizado com camponeses de origem européia apresentou características diversas de uma região para outra, de acordo com a procedência e o destino dos imigrantes. As províncias do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e, mais tarde, a do Paraná promoveram a colonização de parte do seu território com imigrantes europeus, com finalidades bem diversas da província de São Paulo: o povoamento. Aos governos provinciais do Sul interessava povoar áreas de floresta situadas próximas ao litoral, mas que constituíam vales de rio, verdadeiros caminhos naturais para o interior. Havia necessidade de abrir vias de comunicação e isto só será possível por meio de um povoamento acompanhando os vales dos principais rios. De acordo com Leo WAIBEL (apud SEYFERTH, 1990:14), aos governos interessava estabelecer, em regiões despovoadas, colonos que fossem pequenos proprietários livres, que utilizassem exclusivamente a mão-de-obra familiar e não estivessem interessados nem no trabalho escravo, nem na criação de gado, essa a principal atividade econômica no Sul, até o início da colonização com imigrantes europeus.

Os imigrantes de origem alemã e italiana, tanto no Rio Grande do Sul como em Santa Catarina e no Espírito Santo, foram enviados para regiões despovoadas, quase sempre vales de rios como o Sinos, o Jacuí e o Taquarí (Rio Grande do Sul), o Itajaí (Santa Catarina), o Jucu e parte do rio Doce (Espírito Santo), onde adquiriram, com financiamento do governo ou de companhias particulares de colonização (conforme a natureza das colônias), lotes de terras cuja superfície oscilava entre 20 e 50 hectares. A característica principal do sistema de colonização, pelo menos até o final do século XIX, foi seu isolamento e sua homogeneidade étnica. As chamadas 'colônias alemãs' e 'italianas' ficaram isoladas por um período relativamente longo, formando, em muitos casos, núcleos etnicamente homogêneos, onde a presença do elemento brasileiro era mínima. Nas colônias homogêneas só muito depois é que foram sendo introduzidos imigrantes de outras origens (anos 30). Um exemplo característico é o Vale do Itajaí. Os dois principais núcleos coloniais ali estabelecidos foram Blumenau (em 1850) e Brusque (em 1860), o primeiro no Itajaí-Açú e o segundo no seu afluente mais importante, o Itajaí-Mirim. Os dois núcleos foram construídos por colonos alemães e só

muitos anos depois o Vale do Itajaí recebeu imigrantes italianos e poloneses. (SEYFERTH, 1990:16)

A colonização de São Paulo foi diferente em seus objetivos. O incentivo à imigração veio da necessidade de solucionar o problema de mão-de-obra nas grandes propriedades de café. O fim do tráfico de escravos em 1850 fez com que a imigração européia fosse vista como a solução para o problema da mão-de-obra: o imigrante, trabalhador livre, substituindo o escravo. Os grandes fazendeiros, portanto, queriam o imigrante como trabalhador rural e não como pequeno proprietário. Receberam a mesma designação de colonos, mas o colonato em São Paulo tomou feições bem diversas das do Sul; aos colonos, de alguma forma, era vedado o acesso à propriedade da terra que cultivavam (ou outra).

A colonização em São Paulo foi, portanto, diferente em todos os sentidos. Em primeiro lugar, não se constituíram colônias etnicamente homogêneas como no Sul. Em segundo lugar, a pequena propriedade surge na periferia dos grandes latifúndios de café muito depois de iniciado o processo imigratório. E, em terceiro lugar, apesar das condições desfavoráveis do sistema de colonato, São Paulo foi o estado que recebeu o maior contingente de imigrantes, e uma parcela considerável dos mesmos procurou as áreas urbanas, sobretudo a capital. As razões para esta procura foram muitas, entre elas a concessão de subsídios para cobrir o custo das passagens e, sem dúvida, a pequena propriedade usada como 'isca' para atrair imigrantes (Petrone apud Seyferth, 1990:17), quando, na verdade, serviu para valorizar terras esgotadas e ampliar o avanço das grandes propriedades; ao mesmo tempo, veio garantir o abastecimento das cidades com gênero alimentícios. De qualquer forma, em São Paulo os imigrantes se estabeleceram como colonos assalariados, como colonos pequenos proprietários, ou permaneceram nas cidades, onde ingressaram no mercado de trabalho nas mais diversas atividades. (Seyferth, 1990:17) Observa-se que à parte as diferenças que marcaram a colonização no Sul e no Sudeste, a pequena propriedade acabou por prevalecer na maior parte das áreas coloniais; mesmo em São Paulo, o sistema não pôde ser evitado, apesar das pressões dos latifundiários.(Seyferth, 1990:19)

O processo de colonização com imigrantes estrangeiros foi bastante complexo e variou de uma região para outra. Em termos de diferenças regionais, existe um contraste entre estados, como Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Espírito Santo, que sofreram forte influência européia em conseqüência da concentração maciça

de imigrantes cujos descendentes guardam algum grau de identidade étnica própria, com outras áreas do país, mais marcadas pela tradição lusitana de colonização.

Outro tipo de contraste é feito pelos autores preocupados com a questão da assimilação dos imigrantes e seus descendentes à sociedade brasileira, entre São Paulo, um estado onde os imigrantes teriam sido assimilados mais rapidamente, não só porque houve forte concentração de imigrantes nas cidades, como porque não constituíram colônias isoladas como no sul do país. Os estrangeiros ficaram desde o início, em contato com a população brasileira. DIEGUES JR. (apud SEYFERTH, 1990:13) considera a região Sul e também São Paulo como 'regiões culturais' distintas, cada uma a seu modo, de outras regiões culturais do Brasil, sobretudo em virtude da colonização estrangeira.

O resultado mais significativo deste tipo de colonização está ligado à formação de uma sociedade rural diferente da sociedade rural brasileira tradicional, onde não havia lugar para o pequeno proprietário. De fato, o que ocorreu no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, parte de São Paulo, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul, foi a formação e consolidação de uma sociedade camponesa, cuja base fundiária é a pequena propriedade policultora trabalhada pela família do proprietário; camponeses que mantêm um estilo de vida próprio, um modo de produção específico, apesar das transformações ocorridas e das pressões do capitalismo.

Neste capítulo proponho-me a apresentar algumas das características que se observa no povoamento das áreas coloniais do Sul do Brasil, assim como a análise das características e dinâmica da unidade camponesa de produção

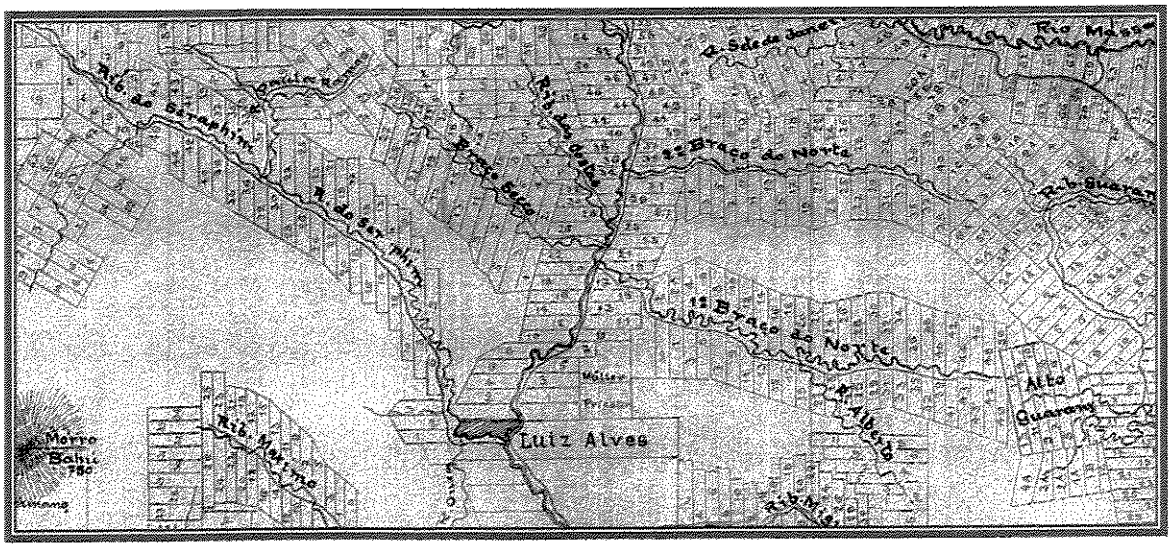
Nesta caracterização do povoamento do Vale do Itajaí buscou-se principalmente, evidenciar as diferenças deste grupo de camponeses do Sul do país em relação a grupos de outras regiões e mesmo em relação àqueles da próprio região Sul, que destes se diferenciam em função da maneira como foram inseridos na realidade brasileira assim como da tradição camponesa trazida da Itália e aqui recriada no novo território pelos imigrantes e seus descendentes.

Um primeiro aspecto a considerar, antes de iniciar essa caracterização é a própria explicitação do que está se entendendo pelos conceitos de "camponês" e "sociedade camponesa". Os autores que tratam do tema o fazem quase sempre partindo de sua especificidade econômica. Isto é, considera-se a economia camponesa como um sistema econômico de significado próprio, tendo como unidade básica a propriedade camponesa tomada como um todo. O primeiro a chamar a atenção para este problema foi CHAYANOV (apud SEYFERTH, 1990:21) em 1925, propondo uma 'teoria da economia

familiar camponesa'. Dentro da tradição marxista, outros autores, entre eles Theodor SHANIN, B. GALESKI, e J. TEPICHT (apud SEYFERTH, 1990:21) concordam com este princípio mais geral, porém deve ser lembrado que, embora coloquem em primeiro plano as questões relacionadas com uma 'economia camponesa', a palavra 'camponês', em sentido analítico, também é usada para identificar uma estrutura social e um ethos específicos. Os colonos estarão sendo caracterizados como camponeses dentro desta orientação teórica mais geral. (SEYFERTH, 1990:20)

III. 1. Características do povoamento nas áreas coloniais

Algumas características peculiares marcaram o povoamento nas áreas de colonização estrangeira no Sul do país. As peculiaridades derivam, em parte, do fato deste povoamento ter acompanhado vales de rios que, por sua vez, serviram como primeira via de comunicação com o litoral. A concessão de terras e lotes com superfícies de até 75 hectares só ocorreu na primeira fase da colonização do Rio Grande do Sul – na colônia de São Leopoldo. Em meados do século XIX, a concessão foi substituída por compra e os lotes foram reduzidos primeiro para 50 e depois para 25/30 hectares.



O lote de 25 hectares foi, de fato, o mais comum. A abertura de colônias se fazia de forma precária. Uma vez escolhido o local, instalavam-se os ranchos da administração, um ancoradouro e galpões para alojar os imigrantes enquanto estes aguardavam a demarcação dos lotes. Raro foram os casos de colônias onde os lotes se achavam previamente demarcados. Uma picada principal, aberta na floresta, servia de

ponto de partida para a demarcação dos primeiros lotes, alongados, paralelos uns aos outros, em ambos os lados da picada, fazendo frente com ela. As picadas constituíam as linhas coloniais principais e serviam como primeira via de penetração. Perpendiculares a elas foram abertos os travessões, onde lotes eram demarcados da mesma forma. Picadas e travessões, em geral, acompanhavam os cursos d'água.

A ocupação das áreas coloniais foi assim determinada pelo próprio relevo, e os lotes alongados permitiram uma distribuição mais ou menos racional das terras, inclusive no que diz respeito às várzeas e ao abastecimento d'água. Deve ser observado, porém, que o povoamento realizado desta forma não foi espontâneo, mas determinado pela política de colonização do Estado. (SEYFERTH, '990:22) A terra de várzea segundo alguns depoimentos, passou a ser valorizada depois da cultura do arroz[1], já que este é plantado na água, antes disso a preferência era pelo morro.

Na maior parte das colônias, portanto, houve um povoamento disperso, em fileira, apesar da regularidade de distribuição dos lotes. Os colonos não concentraram suas moradias num local específico; residiam no próprio lote, daí o sentido da expressão 'povoamento disperso'. As linhas coloniais (picadas), com o tempo, se transformaram em estradas. Nos cruzamentos das linhas coloniais surgiram pequenos povoados, em função da contiguidade dos lotes, onde se ergueram capelas, casas de comércio, e se instalaram alguns artesãos. Muitos desses povoados deram origem às pequenas cidades que hoje pontilham as antigas regiões coloniais. Tanto estes povoados como as sedes administrativas, em razão da distribuição dos lotes em fileiras e por estarem situados às margens de rios ou ribeirões, tomaram forma alongada, as casas se erguendo de ambos os lados das picadas primitivas, a sede da administração, as principais casas de comércio e as igrejas completando o quadro. Tal povoamento disperso, concentrando em certos pontos pequenos povoados, tornou as regiões de colonização diferentes das áreas ocupadas por grandes latifúndios, naquilo que se refere à ocupação do espaço. Os núcleos administrativos, de onde se irradiaram as picadas, transformaram-se nos centros mais importantes das colônias. Muitos deles são hoje cidades de porte médio, como Blumenau, São Leopoldo, Caxias do Sul, Joinville. Os colonos alemães os denominavam Stadplatz, no sentido de que possuíam 'funções' urbanas, mesmo que não fossem cidades. (SEYFERTH, 1990:23)

[1] Cultura do arroz irrigado trazida mais tardiamente pelos colonos italianos e imitada pelos alemães.

Lotes e pequenos povoados formaram uma verdadeira teia que aos poucos foi ocupando as áreas de floresta do Sul do Brasil. Não houve aglomerações – vilas ou aldeias – que concentrassem as casas de moradia dos colonos, com uma distribuição de terras de lavoura fora da área habitacional. As casas foram construídas nos lotes, junto à picada ou ao travessão, padrão que persiste até hoje, mesmo com uma boa infra-estrutura viária. Muitos autores procuraram explicar isto como algo espontâneo, hábito de aproveitamento do espaço trazido pelos imigrantes. A explicação mais óbvias, porém, é dada por ROCHE (apud SEYFERTH, 1990:23), num excelente trabalho sobre a colonização alemã no Rio Grande do Sul: a dispersão do habitat explica-se por fatores históricos. A colonização não foi um povoamento espontâneo; a administração brasileira é que determinou a distribuição das terras, e nessa distribuição não havia espaço para as povoações. A partir do local reservado para a administração das colônias, marcavam-se os lotes em ambos os lados da picada, e a sucessão de casas de colonos num mesmo trecho, associada a uma casa comercial e a uma capela, acabavam por formar uma povoação. A rigor, uma pequena vila. A descontinuidade só ocorre nos pontos onde uma picada é separada de outra pela distância de dois lotes (cerca de 6 km), espaço onde nada é construído.

Apesar do povoamento disperso[2], a forma como os lotes foram demarcados permitiu uma aproximação física das casas dos colonos. A pequena propriedade foi assumida, realmente, como a unidade básica de todo o sistema colonial e é a marca fundamental deste campesinato de origem européia. As povoações surgiram, como mostrou ROCHE (apud SEYFERTH, 1990:24) 'onde o recorte das propriedades deixa de ser longitudinal... os terrenos 'aldeões' encaixam-se uns nos outros como os lados de um esquadro'. O conjunto de casas de colonos, associado a uma igreja ou capela, oficina de artesãos (ferreiros, carpinteiros, etc.), salão de festas (em geral da igreja), casas comerciais varejistas, forma a povoação. O qualificativo Stadplatz é expressivo na medida em que caracteriza uma distribuição do espaço nas colônias em geral (e não só nas 'alemãs') e distribuição do espaço nas colônias como pontos de concentração das atividades sociais, religiosas e econômicas. A expansão colonial em terras de floresta desprezadas pelos latifúndios, e por isto mesmo aproveitadas para a colonização, da

[2] disperso no sentido de que não se formaram povoações compactas, a partir das quais os lotes foram demarcados. Este tipo de povoamento não lembra em nada as aldeias camponesas européias de onde procedeu a maioria dos colonos

maneira como foi feita, permitiu a constituição de uma sociedade camponesa com características próprias. (SEYFERTH, 1990:24)

III. 2. A pequena propriedade e a organização social da comunidade rural

Os principais traços que distinguem a paisagem das colônias são, além do povoamento disperso e da presença de povoados que surgiram em função da distribuição dos lotes, a organização do espaço dentro das pequenas propriedades, os tipos de moradia e o desenvolvimento urbano.

Os povoados que se formaram nas áreas coloniais concentram, na prática, atividades tradicionais da aldeia camponesa, mas a unidade econômica e social básica dos sistema não é o povoado, nem mesmo as vilas ou cidades maiores que se desenvolveram a partir dos núcleos coloniais mais importantes. A pequena propriedade policultora, na qual o trabalho agrícola é realizado pelos membros da família, constitui a peça fundamental, tanto no período pioneiro da colonização como hoje. Uma das coisas que chama a atenção do observador é a manutenção do formato inicial das propriedades, mesmo com a redução da área. Quase todas as propriedades rurais tem forma retangular, conseqüência da maneira como as terras foram demarcadas e do sistema de divisão que prevaleceu nas gerações que se sucederam: as terras são, quase sempre, divididas no sentido longitudinal. Existe, aqui, uma tendência a generalização do processo de demarcação das terras nas áreas coloniais. É óbvio que nem sempre prevaleceu a demarcação de lotes com essas características, mas na maior parte dos casos assim aconteceu. Tal distribuição das propriedades rurais constituiu um dos traços marcantes do campesinato de origem européia no Sul do Brasil. De qualquer forma, retangular ou não, o antigo lote colonial – que pelo menos no Rio Grande do Sul e Santa Catarina recebeu a denominação de 'colônia'[3] – é fundamental em termos da caracterização desta sociedade camponesa. O simples fato de existir a mesma denominação para a propriedade rural e para a área rural como um todo (ambas são colônias' para os colonos) é carregado de significado. A 'colônia' (pequena propriedade) é concebida como um microcosmo auto-suficiente na visão dos imigrantes e seus descendentes. Na realidade, trata-se de uma auto-suficiência aparente, pois desde o início estes

[3]O termo 'colônia' designa tanto uma região colonizada ou área colonial demarcada pelo governo em terras devolutas, como também é sinônimo de rural. Ou seja, a área rural de um município é hoje chamada de colônia, e seus habitantes são colonos – uma categoria que sobreviveu ao longo dos tempos e que designa o camponês. O termo 'colônia' também é usado para designar a propriedade agrícola do colono.

camponeses estão submetidos às leis do mercado e dependem de atividades externas à comunidade, sejam elas econômicas ou não. A 'propriedade' do colono é para ele a 'área colonial' em ponto menor. Uma das coisas que chamam a atenção dos pesquisadores que estudaram a colonização com imigrantes é justamente a constância com que se repete o padrão de distribuição espacial nas áreas rurais, desde o século passado. As picadas se transformaram em estradas, os travessões ou picadas secundárias são agora estradas vicinais (o que leva que nas estradas dessas regiões a paisagem se repita com a sucessão de uma casinha após a outra), transitáveis, as carroças foram substituídas por veículos automotores, o arado, em alguns casos, por microtratores, mas os povoados e as pequenas propriedades continuam os mesmos (SEYFERTH, 1990:25) apesar de mudanças pelas quais passaram até os dias atuais.

Os espaços dentro do lote colonial são bem demarcados e refletem a atividade múltipla da família camponesa. A policultura, associada à criação de pequenos animais domésticos, prevalece apesar das pressões no sentido de uma agricultura comercial. Embora um colono do Vale do Itajaí, por exemplo, plante fumo, e assim o faz com o propósito de obter lucro, mantém o cultivo de outras plantas, inclusive uma horta[4], para consumo da sua família. Não se torna monocultor, por mais que o preço de venda do fumo possa compensar seu trabalho. O que está em jogo não é a falta de capacidade 'empresarial' ou o desprezo pelo lucro, mas um ethos camponês específico do colono que determina suas ações enquanto 'empresário' agrícola. Um ethos que tem como base justamente a colônia como um microcosmo que deve ser, na medida do possível, auto-suficiente. (SEYFERTH, 1990:26)

Voltando à questão do espaço, a colônia pode ser visualizada, esquematicamente, da seguinte forma: a casa, junto à estrada; próximo à casa ficam também os ranchos que servem para estábulo, para guardar apetrechos agrícolas e como depósito, um local cercado para criação de galinhas, um chiqueiro e a horta. Este conjunto forma uma área indivisível em termos de herança, isto é, por morte ou doação dos pais, um dos filhos a recebe intacta. Às vezes existem outras construções que não fazem parte, necessariamente, deste conjunto. Trata-se dos engenhos de açúcar e atafonas[5], que já foram comuns nas áreas coloniais, mas hoje são encontrados em

[4] Quando migram para a zona urbana, muitos colonos continuam a manter na residência uma pequena horta e em alguns locais uma pequena vaca e algumas galinhas ou porcos. Atualmente no entanto nas sedes mais urbanizadas do interior, tende-se a privilegiar os produtos comprados no supermercado.

[5] Engenhos: geralmente movidos por força hidráulica, através do aproveitamento de pequenos cursos d'água represados e de uma roda d'água. Atafonas: antiga moenda movida por tração animal

número reduzido. Construídos junto a um córrego, pelo fato de utilizarem roda d'água, foram parte importante do sistema econômico das colônias e, em algumas regiões, ainda são. (SEYFERTH, 1990:26).

Em quase todas as áreas coloniais, engenhos e atafonas serviam para a fabricação de açúcar e cachaça, do fubá e da farinha de mandioca, além de outras atividades menores, como a preparação de doces feitos com frutas, ou até para descascar arroz. Parte fundamental do sistema econômico camponês implantado no Sul do Brasil, engenhos e atafonas recebiam o rótulo de 'indústrias' ligadas à lavoura e produziam mercadorias para o consumo, mas também para o comércio. Quase todas as colônias 'exportavam' a produção de engenhos e atafonas, pois recebiam assim melhor remuneração do que se vendessem apenas o que era colhido nas roças. No período pioneiro, os colonos dependiam essencialmente da produção dos engenhos, especialmente do açúcar e da farinha de milho, utilizada para fazer pão e polenta. (SEYFERTH, 1990: 27) Durante muito tempo, quando não se dispunha ainda de meios seguros para chegar até os centros maiores, os colonos praticavam o escambo entre eles. Em regiões hoje fortemente industrializadas, como é o caso do Vale do Itajaí, o número de engenhos ou atafonas desse tipo (construções de madeira, próximas a algum córrego, com utilização de roda-d'água e a parte mecânica toda feita em madeira e pedra) decresceu muito. Mas em áreas de colonização mais recente ou naquelas que permaneceram exclusivamente rurais ainda são bastante comuns. (SEYFERTH, 1990:27)

Voltando à distribuição espacial da colônia, as roças são plantadas além do conjunto de construções e, à medida que as terras vão se esgotando, a parte coberta de vegetação natural vai sendo reduzida, mas não é totalmente destruída porque serve como reserva de combustível. Em regiões de vales estreitos, o formato alongado do lote faz com que a propriedade tenha seus fundos no alto de uma colina. Assim, as roças começam a ser plantadas nas várzeas e, à medida que as plantações avançam, vão ocupando as encostas. Mas a colina nunca é inteiramente desmatada, permitindo uma reserva de madeira e lenha para a propriedade. Numa região como o vale do Itajaí, por exemplo, essa é, hoje, uma característica da paisagem rural: roças e pastos nas partes baixas ocupam parcialmente as encostas, mas o topo das colinas e morros se encontra coberto com vegetação. (SEYFERTH, 990: 27)

As áreas de pastagem são poucas e pequenas, quase sempre antigas roças deixadas em pousio. Cada propriedade possui um número reduzido de duas vacas, para produção de leite, alguns cavalos ou bois, para tração, e só. Não houve criação de gado

nas colônias; mas, em certas regiões, a principal fonte de renda da família camponesa foi e ainda é a criação de suínos e aves. A distribuição espacial não mudou muito desde o século XIX, pelo menos no conjunto da casa, ranchos e horta. Hoje, com a fragmentação das propriedades motivadas pelas partilhas realizadas a cada geração – quando não foi mais possível adquirir um lote colonial para cada filho – nas áreas rurais mais densamente povoadas, as famílias camponesas já não possuem, em muitos casos, um lote de terras contínuo. Algumas propriedades perderam sua continuidade espacial e as roças são plantadas em dois ou três pedaços de terras diferentes.

III. 3. O trabalho familiar

Como é comum nas formações sociais camponesas, também nos núcleos do Sul do Brasil as atividades econômicas são desempenhadas pela mão-de-obra familiar. Falar neste caso da divisão do trabalho é falar da distribuição das tarefas por sexo e idade entre parentes que habitam um mesmo núcleo familiar, que corresponde a uma unidade de produção e consumo. Ali a família compõe um grupo indissociável, no seu conjunto, na condição de trabalhador coletivo. De certa forma, todos os menores participam do processo de trabalho desde muito cedo (por volta dos sete anos), mesmo as crianças que freqüentam a escola:

> ***E nós trabalhávamos no campo e aí quem tinha já condições de pegar a enxada e pegar qualquer coisa para acompanhar os maiorzinhos, já se engajava no campo, trabalhava no campo, tudo, tirar trato para os animais que tinha, ou cortar cana, ou capinar; e aí a gente iniciava fazendo de tudo.*** (Padre Salesiano, 38 anos, Primeiro Braço do Norte)

Nem sempre havia possibilidade de se freqüentar um período completo de aula devido à necessidade da maior participação da criança no trabalho, principalmente no caso da filha mais velha:

> *... o pai ia prá roça e a mãe cuidava da casa. Eram oito, nove, dez vacas, o leite, os bezerros e um monte de porcos, um monte de galinhas, cavalo, e toda a lida da casa. E fazia comida e mandava a comida prá roça. Tinha de picar cana prá máquina, ela* (a mãe) *não tinha força suficiente e eu lembro que ela pedia ajuda prá gente.*

Então o pai ia prá roça e a mãe fazia a lida da casa. E nós, a medida que a gente ia crescendo, era um atrás do outro prá roça. Menina ia prá escola... eu conto assim da minha vida porque os outros, quem era mais velho a gente não acompanhou e os pequenos a gente está acompanhando. Mas eu como menina, eu fiz o primeiro, o segundo, e o terceiro ano na escola, eu ia na aula até o lanche, até as dez horas, e daí eu ia prá casa prá ajudar a mãe, prá cuidar dos animais e a parte da comida, ajudar nesta lida. Ao meio-dia, ela preparava o almoço numa cesta e eu levava na roça para os meus irmãos e o meu pai que estavam trabalhando desde cedo, desde amanhecer o dia, estavam na roça. Ia lá e levava o almoço, almoçavam, descansavam um pouco e daí eles iam para a lavoura de novo, até a noite. Noite escura eles voltavam prá casa, com uma carroça cheia de trato para os animais; a gente chegava, era um trabalho a mais (alimentar os animais). *O leite, a mãe já tinha tirado. De manhã, antes de ir para a roça, ainda a gente ia tirar leite, arrumar as camas, limpar a casa; era uma ajuda assim, prá depois a mãe poder fazer o resto. E aí a gente passava, de segunda a segunda, só... de segunda até domingo, porque domingo a gente ia na Missa. (...) A noite; a noite, depois que acabava a lida da casa, se rezava. E tinha horas que a gente... eu lendo cansada, o pai e a mãe cansados, a gente também, estava rezando o terço e de repente dormia. A mãe, eu lembro que a mãe dormia com freqüência, assim, na hora de reza. E também à noite nós tínhamos assim: chegava toda noite, quase toda noite, que eu tinha trabalho prá fazer em casa. Porque colhia vassoura – não sei se você conhece – cortava a vassoura na roça, levava prá casa, à noite tu tirava a palha e da vassoura tu tiravas a semente. Preparava a vassoura prá de dia botar para secar porque o pai amarrava muita vassoura. Colhia fumo, à noite a gente arrumava o fumo, botava, estendia prá ficar murcho, preparava prá fazer fumo e daí no outro dia tu tiravas o talo do fumo e fazia pacotes de fumo. Colhia milho, leva prá casa prá separar, à noite a gente desfolhava o milho, preparava o milho para ir na atafona, debulhava o milho prá criação*

e dava... à noite assim sempre tinha o que fazer. (Religiosa Salesiana, 55 anos, Braço Seco)

Percebe-se também por este depoimento, o quanto a vida das crianças e adolescentes entre os camponeses da região em estudo era árdua e o trabalho excessivo. Fica claro também, como evidencia o próprio depoimento acima, que o trabalho na família se prolongava até a noite e que as crianças e adolescentes também dele participavam. Através dos vários depoimentos coletados pude constatar que o trabalho em várias famílias podia se extender a até dezesseis horas por dia.

Como entre os adultos, também entre as crianças ocorre uma divisão de trabalho em função dos sexos. O trabalho da casa cabe à mulher; mãe e filhas a partir da faixa de idade de seis a oito anos. As meninas como suas mães normalmente, além de trabalharem na casa, também trabalham na roça, tanto quanto os meninos, muito embora a estes, como a seu pai, estejam reservados os trabalhos considerados mais pesados. Uma menina de seis anos não desempenha as mesmas tarefas de uma de doze, mas entre as tarefas desta última e as de sua mãe adulta não há distinções. A partir de uma certa idade, uma das filhas, normalmente a mais velha, permanece na casa para cuidar das crianças e encaminhar a preparação dos alimentos, enquanto a mãe e os outro irmãos vão para a roça. Na ausência desta ou quando os filhos são menores, estes são levados pela mãe ou deixados aos cuidados das avós, que mesmo idosas participam da divisão do trabalho no núcleo doméstico, tendo sempre um papel importante na condição de avó e educadora dos netos e exercendo um papel importante na formação dos valores familiares, morais e religiosos.

> *Olha, são lembranças muito boas. A gente...na realidade o meu avô e minha avó me criaram tá. Porque como eu fale, quando eu nasci, naquela época o meu pai trabalhava com fumo ainda né. Então o pai e a mãe não tinham tempo de ficar, porque o fumo consome o dia todo de uma pessoa né, 365 dias por ano praticamente, porque você planta, você colhe, uma série de coisas. Então o meu avô já nessa época não trabalhava mais na lavoura, então ele ficava em casa, com minha avó, e me criavam, cuidavam, tal né. Sempre deram conselhos, me ajudaram até financeiramente, com os poucos recursos que tinham de uma pequena aposentadoria, me ajudaram nos estudos quando*

precisava. (Ex-seminarista, bancário, 30 anos, Primeiro Braço do Norte)

A intensidade do trabalho realizado pelos filhos varia de acordo com a própria situação econômica da família, como também com a composição do grupo doméstico e a disponibilidade para o trabalho de outros membros do grupo familiar, assim como a fase de seu ciclo de desenvolvimento, como por exemplo no momento em que os filhos se encontram pequenos. Nas localidades por mim pesquisadas encontrei famílias onde pelo fato do pai exercer uma outra atividade paralela à lavoura (serraria, engenho) havia a necessidade da mãe assumir quase integralmente o trabalho na roça, juntamente com os filhos:

> *A mãe que mandava, porque geralmente o pai tinha que trabalhar fora, tinha uma pequena serraria, então vai tudo a pescoço de boi, nada de máquina. Era tudo puxado a carroça as tora. E quando não era de carroça então era de arrasto, puxado por uma junta de boi. Então ele e meu irmão mais velho ia puxando madeira. A minha mãe, com a rapaziada, ia prá roça, levava a carroça (não o carro de boi, por que às vez o pai tinha os quatro boi na madeira) então fazia o que, nós tacava uma vaca prá puxar o trato, nós ia prá roça, levava a vaca prá roça, daí puxava o trato.* (Ex-seminarista na Consolata, 32 anos, Primeiro Braço do Norte)

Este é também o caso de uma das famílias dos religiosos entrevistados, onde pelo fato do pai apresentar problemas devidos a doença mental, vivendo sob o controle de muitos medicamentos e tendo sido por várias vezes internado, o filho mais velho, juntamente com a mãe, teve que assumir a própria função do pai junto ao grupo doméstico, já com a idade de doze anos:

> *E o irmão mais velho estava na roça, porque é ele quem comandava. Por exemplo, o meu irmão mais velho foi para todos nós um verdadeiro pai, porque o pai sempre foi uma pessoa doente. O meu irmão mais velho, com doze anos, ele começou a comandar a casa, administrar a casa mesmo, em questão de fazer negócios, vender uma vaca e comprar outra, vender porco e comprar outro, vender o fumo, vender aquilo que se produzia - fazer os negócios, administrar a casa. Então aí ele cria a responsabilidade, porque é mais velho.*

Ele vai aprendendo do pai e ele vai ensinando para os irmãos.
(Padre Salesiano, 36 anos, Primeiro Braço do Norte)

Além da composição do grupo doméstico e da disponibilidade de seus membros para o trabalho, o próprio tipo de cultura trabalhada pela família, pode exigir um trabalho mais intenso ou prolongado dos filhos, como é o caso da cultura do fumo, uma das culturas ainda hoje praticada na região do Vale do Itajaí. Ela teve seu apogeu na década de 60 e, segundo um dos entrevistados, exigia um trabalho intenso que consumia os 365 dias da família, por ano:

O fumo era plantado em fileira. Enquanto os adultos vinham colhendo as folhas e fazendo os montinhos a criançada ia passando atrás, abraçava os diversos montes de fumo, botava aqui, e levava até a carroça, o carro-de-boi, deixava lá, ia... então, você andava o dia inteiro. Pega aquelas filas de cem, cem metros de comprimento, vai até lá no fundo, volta, vai e volta; então, eram quilômetros e quilômetros que você andava por dia. Chega em casa ao meio-dia, almoçava, não tinha nada de descanso - "agora é minha hora de descanso"; não! Descia da mesa e aí só ficava a mãe e uma outra irmã para poder lavar a louça e limpar a cozinha e os outros já iam para o rancho de novo. Seis horas, nem banho tomava, só lavava as mãos para tirar a cola do fumo, jantava, ia até as dez, dez e meia, onze horas da noite, ia dormir e quando era quatro e meia, cinco, cinco e meia, estava de pé de novo: plantar fumo, colher fumo...
(Padre Salesiano, 36 anos, Primeiro Braço do Norte

Não sei, a gente... pelo estilo de ser não media sacrifício e fazia, sabe, não media sacrifícios, e aquela coisa. Então, e a gente era muito unido lá em casa, porque desde criança a gente tinha que cuidar da família. Porque... Aí quando os meus dois irmãos foram no colégio (seminário), a gente que tinha que cuidar dos irmãos, fazer as coisas, ir na roça. Sim. E a gente com seis, sete anos, a gente dá jeito na casa, fazer comida e tudo, prá família. Porque o pai e a mãe, eles trabalhavam forte mesmo no fumo, que era, na época, o mais forte da região era o fumo, aquelas estufas, de ficar a noite cuidando do fogo; então praticamente a gente tinha que dar

conta da família, cuidar, quando os pais estavam trabalhando. (Religiosa Salesiana, 55 anos, Braço Seco)

Esta não é, entretanto, a mesma situação no caso da cultura do arroz, que de acordo com os próprios plantadores consome menos trabalho da família:

> *Então era uma vida com os pequenos trabalhos de casa, que nós nunca trabalhava na roça mesmo. Sim, podia carregar raiz, cuidar aquilo, cuidar os passarinhos que é prá não comer o arroz, mas era esse tipo de coisa.* (Ex-religiosa Salesiana das Irmãs da Divina Providência, 61 anos, Rodeio)

Observa-se também, em relação aos diversos papéis desempenhado pelos membros da família, o importante papel exercido pelos irmãos mais velhos, dos dois sexos. Normalmente parte da responsabilidades dos pais é dividida com estes filhos, que se antecedem no cumprimento das responsabilidades de adulto, gozando por causa disto de certas regalias e privilégios, em relação aos irmãos mais novos, sobre os quais exercem uma certa autoridade e liderança, principalmente no caso da menina, que são sempre responsáveis em última instância pelos cuidados e comportamento dos irmãos, quando estes ainda não acompanham os pais no trabalho da roça.

Observei que o fato de ser a filha mais velha podia ser, por isso mesmo, um fator impeditivo para a própria saída para a vida religiosa, devido às responsabilidades que eram assumidas por esta no núcleo doméstico:

> *... então eu demorei muito para entrar para ser irmã, eu cheguei com vinte e três anos, até então trabalhei na roça, aí custou muito para ele me deixar ir, por ser a menina mais velha da família e a mais das meninas, e a gente tinha assim todos os compromissos da casa...* (Religiosa Salesiana, 55 anos, Braço Seco)

Uma entrevistada revelou que esta era uma situação difícil de lidar, pois tinha que obedecer (aos pais) e ao mesmo tempo se fazer obedecer (pelos irmãos) e cuidar da própria vida. Quando indagado sobre a necessidade de obediência aos irmãos mais velhos, um religioso assim se expressou:

> *Sim, e muito, muito. Porque tem o seguinte: na prática, quem cuidou de mim não foi minha mãe. A gente tem todo o amor da mãe, mas como é que a mãe vai dividir o amor dela com quatorze? Hoje em dia,*

você vai dizer assim: "ah, a mãe tem dois, senta no meio, abraça um do lado e de outro", mas a mãe não conseguia abraçar sete e sete, ou seis e seis; então, o mais velho sempre cuidava do outro. Porque, o que acontece? A minha irmã, que tinha doze anos ou treze, de manhã ela ia na escola; na parte da tarde ela ficava em casa, porque fazia o jantar, cuidava da casa e cuidava dos irmãos menores. (Padre Salesiano, 36 anos, Primeiro Braço do Norte)

Dentro de uma faixa de idade que varia de oito a doze anos a menina, já trabalha na roça como a mãe, "no cabo da enxada", segundo a expressão usualmente utilizada por eles, ao mesmo tempo em que desempenha inúmeras atividades no âmbito da casa, tais como limpeza, conservação e preparação dos alimentos, além dos cuidados com os irmãos menores.

Ah, com sete anos eu já tava trabalhando, desde pequena. Ajudava em casa, às vez ia na roça. Mesmo prá dizer assim, no cabo da enxada, daí comecei assim com doze anos. (Ex-noviça, mãe de dois ex-seminaristas entrevistados, 56 anos, Primeiro Braço do Norte)

A gente estudava a tarde ou de manhã, dependendo do horário que a gente tinha escola, mas, por exemplo, chegava em casa, a primeira coisa era tirar a roupa da escola e já fazer todo o serviço da casa: cuidar das galinhas, tirar leite, limpar o chão da casa, varrer o terreiro, como eles dizem, lá na região, fazer a comida... tudo eram atribuições da gente. Tanto de manhã quanto à tarde. Se a gente estudava à tarde, de manhã fazia tudo, deixava o almoço pronto, almoçava, deixava as coisas tudo limpo daí, pro pai e prá mãe. E se estudava de manhã, aí quando chegava, mudava tudo e depois fazia todas (as coisas.) E daí já quando a gente tinha oito, nove anos, a gente ia prá roça juntos, já fazia o que eles faziam mesmo, capinar, colher fumo, amarrar fumo. Quando não dava mais prá enxergar na roça; a gente voltava nesse horário, quando não dava mais prá enxergar. Então era um trabalho, assim, era bastante... Hoje eu vejo o quanto que o povo de lá, às vezes nem tem idade, mas são assim já acabados, bastante acabados por esses trabalhos... Porque a vida é muito dura. Muito dura. Lembro tão bem que no frio a gente

levantava, ia prá roça, e o pai fazia um foguinho lá na roça prá gente poder se esquentar, prá poder trabalhar. (Religiosa Salesiana, 55 anos, Braço Seco)

É também a filha mais velha que ajuda a mãe no trato com o gado, quando a ajuda do filho não se torna possível. De qualquer modo, a ordenha e os cuidados com a vaca bem como o preparo do "trato" para sua alimentação são trabalhos realizados preferencialmente pela mãe, com a ajuda dos filhos, que normalmente se encarregam da preparação deste último, consistindo o mesmo em passar o capim por uma máquina antes de dar ao animal, que do contrário não aceita o alimento. Lembremo-nos mais uma vez que antes do processo de mecanização, existia uma máquina artesanal movida manualmente.

Aos domingos, então, primeiro tinha que fazer todo o serviço da mãe, ajudar no gado... para a mãe porque era responsabilidade dela. Dela ou da irmã mais velha. Quando estava terminado o serviço é que ela nos liberava. Era... para os nossos brinquedos.(Padre Franciscano, 64 anos, Rodeio)

Quando criança, levantava, fazia a cama, varria os pátios, buscava, arrancava isso prá mãe, fazia capim, fazia capim prás vacas, de repente ia junto com a mãe colher café lá no morro, depois escolhia o feijão, escolhia o arroz, se eu estou em casa eu ajudo nessas coisas. Tinha que ir só prá aula, depois estudava, então são essas pequenas coisas só. Sábado lavava toda a casa até meio dia. (Ex-religiosa da Divina Providência, 61 anos, Rodeio)

Ao homem colono, é reservado o trabalho mais pesado na roça, como segurar o arado e tirar lenha no mato, buscar trato e cortar cana para alimentar os animais. Normalmente quando chega em casa por volta das onze horas da manhã, só lava as mãos e senta à mesa para almoçar. O homem não participa do trabalho doméstico realizado cotidianamente pelas mulheres. O almoço é sempre feito ou por uma filha que fica em casa ou pela própria mulher, que algumas horas antes, retorna à casa.

Quem trabalha diretamente com a roça, acorda geralmente às 05:00 horas, durante o verão, e às 06:00 nos dias de inverno. Após tirar o leite da vaca (tarefa de ambos os sexos), toma-se café e se dirige à roça; se o dia for chuvoso fica-se fazendo

serviços como: picar lenha (ou serrar), amolação de instrumentos agrícolas (pás, enxadas, zenzos, etc.) ou outros. (FERREIRA, mimeo, 1992:58)

Essa rotina é semanal. Aos sábados de manhã corta-se o "trato" à mais para a noite e no Domingo, limpa-se os ranchos, estrebarias – tarefas também realizada por ambos os sexos. Às mulheres é reservado o preparo das 'pradarias', limpeza do terreno, etc. À tarde os homens, na sua grande maioria, se dirigem às vendas (secos e molhados) para bebericar e jogar sinuca ('snooker'), baralho e 'bocha' (este trazido pelos pioneiros italianos). (FERREIRA, 1992:61)

Observa-se que o trabalho duro e cansativo envolvia toda a família camponesa no labor diário e nas tarefas próprias do meio rural. Ainda hoje, observando-se a família camponesa de origem italiana em Primeiro Braço do Norte é possível se verificar o quanto ela trabalha, embora as tarefas de cada um sejam mais facilitadas, em função da introdução de eletro-domésticos e outras máquinas, tanto no trabalho de cortar trato, antes feito manualmente; como nas serrarias; ou ainda com as "tobattas" arando a terra com maior rapidez. Tudo isso só começa a ocorrer por volta da década de 70 deste século, quando é introduzida a energia elétrica na maior parte do interior dos municípios, nas áreas dos antigos núcleos coloniais da região. Antes disso, para fazer a farinha no engenho, serrar a lenha, enfim, tudo era movido com a força manual, o que significava uma sobrecarga de trabalho para toda a família de colonos. São ao meu ver significativos sobre esta diferença os depoimentos que se seguem:

> *Olha, a rotina... bom, acordava cedo, geralmente 6, 5 e meia 6 horas já estavam de pé. Tomavam café da manhã, já iam prá roça de fumo, ou prá cultivar, ou prá arar a terra com os arados, ou prá colher, ou prá plantar. Então isso consumia...tem um detalhe, às nove, nove e meia tomava-se um café na roça, então levavam de casa isso. Tomava em casa de manhã, às nove e meia tinha um lanche que era levado na roça. Meio dia voltavam (para o almoço), ia prá tarde levava um pão, um café, uma coisa assim. Tomavam café à tarde e retornavam à noite. À tarde também era trabalhado na roça, e nos dias que cultivavam o fumo, não sei se você já viu uma lavoura de fumo, mas é assim, quando você colhe o fumo você tem que amarrar. Hoje em dia tem máquina, mas naquele tempo era tudo no braço. Então chegava lá pelas cinco seis hora e começava a amarrar fumo, que eles*

chamavam. Até a hora que terminasse. Depende o dia ia até dez, onze horas da noite, meia noite. Então era uma vida realmente muito triste. (Padre Salesiano, 36 anos, Primeiro Braço do Norte)

Eu lembro... olha, sabe que tem dia que dá pena da gente? Eu tenho pena dos meus pais. Meu pai criou seis filho e seis filha, faleceu um garoto e faleceu uma garota. Seria sete de cada. Tempo daquela roça. É verdade que era uma família que em si não tava mal. Tinha os animal, cavalo prá carroça, sempre escapou-se bem, mas é uma judiação. Pô, não, a gente tem que tá todos os dia naquela bendita enxada, todos dia, todos dia. A gente capinava o mês de maio, saí da escola com treze ano com catorze ano peguei a enxada. A gente capinava o mês de maio o mês todo. Em três ou em quatro como nós era, nós capinava o mês todo. Depois, mês de junho no vazante da lua, era fazê cova e plantá milho. A gente plantava! Não é como aqueles que têm máquina lá prá...mas prá ser colono? A gente plantava. Ó senhore Dio! E tinha ano que dava vento e derrubava o milho que não tava pronto ainda, era novo, a gente colhia pela metade. (Pai de quatro ex-seminaristas, 71 anos, Rodeio)

O maior ou menor desenvolvimento da produção agrícola numa propriedade dependia diretamente do tamanho e composição da família. O período crítico de exploração da propriedade colonial era aquele em que a família se compunha apenas do marido, mulher e filhos pequenos. Não podendo contar com auxílio de fora (quando muito um vizinho podia ajudar em tarefas mais pesadas, mas não por muito tempo), o marido se via na contingência de, sozinho, fazer a derrubada, construir a casa e os ranchos e preparar a roça, auxiliado apenas por sua esposa. Na medida em que as crianças crescem e podem fazer determinadas tarefas, a produtividade agrícola aumenta, atingindo o máximo quando os filhos forem adultos. Um outro fator importante é o tamanho da família: quanto maior o número de filhos, maior será a força de trabalho disponível. (SEYFERTH, 1974:75)

Finalmente no contexto da auto-suficiência da pequena propriedade do colono, a família é o grupo de produção da colônia, na qual cada um dos membros possui atribuições específicas e gerais; derrubada, queimada, preparo da terra com o arado, isso é atribuição dos homens. Plantio, colheita e capina são tarefas que envolvem todos,

excluindo-se os muito idosos e as crianças. (SEYFERTH, 1990:31) Era considerado ainda trabalho exclusivamente feminino o cuidado com a horta, com a casa, preparo dos alimentos, com os filhos e, na maioria das vezes, a maior parte dos cuidados com os animais domésticos, como porcos, galinhas e vacas, normalmente em número de duas e trazidas pela mulher através do dote, recebido por ocasião do casamento. As crianças auxiliam os adultos nas tarefas secundárias como: obter forragem para os animais domésticos, capinar a horta ou a roça, tirar o leite.

A mulher camponesa italiana, tinha um cotidiano muito duro, principalmente a partir da segunda geração quando passou a existir um grande aumento no número de filhos, o que associado às condições higiênicas e médicas da época tornavam a vida das mulheres muito difícil, além de todo o trabalho realizado no grupo doméstico, vivia em meio a inúmeras gestações e partos, com a perda de muitos filhos pelo trabalho contínuo na lavoura. Acrescente-se a isto o fato de que, até bem pouco tempo, os partos eram realizados na sua maioria por parteiras da localidade que, apesar do importante papel exercido, não dispunham de maiores conhecimentos, pois as mulheres dificilmente tinham acesso a médicos, devido à dificuldade de se chegar até estes.

Nas localidades por mim pesquisadas era comum que as mulheres trabalhassem quase até a hora do parto. O depoimento de Dona Romilda Zappeline, da localidade de Primeiro Braço do Norte, fornecido a FERREIRA (1992:57) oferece a dimensão da difícil vida da mulher camponesa:

> *Era uma vida muito sofrida, a gente nunca tinha descanso, só saía quando era prá ir à missa, como hoje.* (...)

Essa mesma senhora relatou ter perdido cinco filhos em função de trabalhar até a hora do parto, tendo um destes nascido numa carroça, tal a demora para se chegar ao hospital, principalmente pela situação das estradas, que com a chuva se cobriam de lama. A depender da localização da colônia isto se agravava. (FERREIRA, 1992:58)

Um depoimento fornecido por uma das informantes sobre uma imagem da mãe fixada pelo olhar do irmão, nos revela a difícil vivência dessas mulheres:

> *É...eu sei que, eu acho assim que a minha mãe foi uma pessoa que agora, quando eu fiz o trabalho sobre essa questão da violência do Estado Novo contra os italianos, eu entendi assim que vida dura que foi a vida dela e que luta ela teve prá criar esses nove filhos. Pois você vê que meu pai era uma pessoa, super especial, mas na verdade*

eu acho que foi muito peso prá ela e...não sei...o meu irmão que tem agora quarenta e poucos anos, ele disse que a única imagem, que quando ela morreu ele tinha dezesseis, dezessete anos, mas não importa, a única imagem que ele tem da minha mãe é ela amamentando a mais nova com as lágrimas escorrendo. Entende, então essa vida assim muito dura, sem perspectiva. E depois super é, é, orientada e dominada assim por toda a igreja, pelos padres. (Ex-religiosa da Divina Providência, 61 anos, Rodeio)

Nas localidades por mim pesquisadas houve, até a década de 1960, uma forte pressão da Igreja Católica no sentido de impedir qualquer tipo de controle à natalidade por parte dos colonos, o que nos leva a supor que, além de razões de cunho religioso e assistencial, existiram outras razões que atuaram no interesse da própria Igreja, como o de dispor de um maior número de fiéis para formar o seu clero, é o que esclarece o seguinte depoimento:

Naquele tempo tinha gente que dizia que não se deveria ter muitos filhos Eu tive um primo, por parte da mulher, que ele não quis, teve (só) *quatro. Mas eu achei que ele estava errado porque os padre pediam para as pessoas terem, não evitarem. Prá ter muitos filhos. AAAhhh, não podia dizer de jeito nenhum que não queria filho. Queria saber por que e por como e...se confessar como? Dizer mentira pro padre? Depois de tantos anos mudaram. E também concordaram de não ter muita família. Mas, no nosso tempo, eles pedia prá gente ter família. Não, não queria saber se tivesse gente que não queria ter filho. Como é que pode né? Eu não dou culpa mesmo na minha mulher. Eu penso assim por mim. Bom, se meu pai não quisesse ter filho talvez eu também não tava no mundo, então eu me conformo assim. Depois de tanto tempo, depois de tantos ano que tem mundo, decerto teve alguém que achou que se todo mundo tiver família demais vai ter muita gente um dia. De fato.* (Colono, pai de 4 ex-seminaristas, 71 anos, Rodeio)

Quando lhe perguntei se ele achava que ter muitos filhos era importante para o colono na lavoura, ele me respondeu que tudo dependia da boa saúde dos filhos, porque

as despesas com médicos e remédios eram muitas, sugerindo-me que o melhor era que não fossem tantos como eram.

Somente na década de 60, começa a se modificar a orientação da Igreja Católica, provavelmente em função das mudanças ocorridas a partir do Concílio Vaticano II, como ilustra o depoimento que se segue:

> *Então depois que eu casei, daí mudou de padre e o padre Viturino era mais chegado à juventude quando ele trabalhava, entende? Então ele com aquilo ele ensinou muito nós. Em cada missa ele explicava que não era prá ter tantos filhos, que não era o tempo antigo que tinha que ter 14. Ele sempre dizia que tinha que ter tantos filhos como o casal pode sustentar. Então nós tinha por ele, por esse padre... esse padre foi um verdadeiro herói aqui nesse lugar. Não tinha ninguém que ensinava. Daí ele levava uma equipe, levava casais que tinham ensinamento, ou alguma coisa e passava prá nós.*(Colona, ex-religiosa e mãe de 2 ex-seminaristas, 57 anos, Primeiro Braço do Norte)

Sob esse aspecto é ainda interessante citar o depoimento fornecido a FERREIRA (1992:81-82) por Dona Virgínia Deretti, natural de Primeiro Braço do Norte, 82 anos:

> *O padre dizia que uma mulher, se não tinha doze filhos não ia pro céu, e agora ensina prá não ter! Não é o mesmo mundo? Não é o mesmo Deus? (risos). O padre exigia prá ter; exigia, exigia... Ele dizia: a mulher tem que ter bastante filhos; antigamente toda mulher, no meu tempo, não tinha menos de 10 filhos. A gente não tinha descanso: trabalhei grávida na roça até os últimos dias.*

De acordo com MOURA (1878:36) a contradição está justamente ai, filhos numerosos são uma exigência na relação conjugal, já que a sua mão-de-obra já se faz atuar dentro da propriedade quando atingem a idade de sete ou oito anos. Ao mesmo tempo que aumenta a mão-de-obra familiar, está-se criando uma ameaça de excessiva fragmentação da terra quando ocorrer um processo de herança no patrimônio paternal. É esta uma contradição fundamental na reprodução da área camponesa em estudo. Para reduzir seus efeitos é preciso poupar ao máximo o fracionamento do patrimônio. Mas como chegar a uma síntese se tal fato encerra outra contradição, ou seja, a de ceder terra ao maior número possível de pessoas? Como se verá adiante, as regras de herança desenvolvem soluções para fazer face a estas realidades.

Um dos religiosos por mim entrevistados sugeriu-me também isto, ao colocar a necessidade de se dispor de mais filhos para se produzir mais, tendo sido este, segundo ele, um dos fatores que promoveu a diferenciação econômica entre os colonos, tal como no exemplo que se segue:

> *O que aconteceu é o seguinte: no início, a situação era muito homogênea. Obviamente que depois, o que é que acontece? Uma família que era composta de dois, que tinha o pai e a mãe e dois filhos... aí o motivo também das famílias muito populosas, numerosas, porque o pai precisava de força, de braços na roça para poder... Então, cada ano era um filho. Então, era muito diferente você trabalhar na roça com duas pessoas e trabalhar com oito. Se duas pessoas produziam dez sacas de milho, por exemplo, em oito eles conseguiriam produzir até oitenta, porque tinha muito mais pessoas trabalhando.* (Padre Salesiano, 38 anos, Primeiro Braço do Norte)

Seyferth contesta em parte este argumento, da importância da composição do grupo doméstico para a ampliação do patrimônio fundiário de algumas famílias, o que serviria para explicar uma pequena diferenciação interna surgida no interior desse campesinato. De acordo com ela, as informações constantes dos relatórios dos administradores da colônia mostram que a maioria dos casais de imigrantes tinha idade média pouco superior a 30 anos, e seus filhos estavam na faixa etária entre 0-12 anos. As causas do processo de diferenciação teriam a ver, segundo a pesquisadora, com outros fatores além de uma prole numerosa que pudesse garantir a exploração plena do lote colonial. Os lotes variavam pouco no tamanho, mas eram desiguais em termos de fertilidade do solo. Outro fator importante foi a distância: aqueles que adquiriram lotes próximos à área urbana tinham melhores condições de comercializar sua produção. Para algumas famílias houve de fato condições de acumulação de renda que permitiram um aumento da propriedade original; mas este não foi, de modo algum, um processo generalizado.

Observa-se que outras variáveis podem influir nesse processo, mas um número mínimo de mão de obra familiar se faz necessário para a exploração da propriedade, principalmente na fase anterior à mecanização do trabalho agrícola.

III. 4. A família e a transmissão da propriedade

Nas localidades por mim pesquisadas, a unidade familiar é formada pelo casal e sua prole, o que de resto se aplica a toda a região do Vale do Itajaí. O matrimônio propicia o ponto de partida para a divisão do trabalho entre os sexos e depois, a divisão do mesmo com a prole, de acordo com as idades, face às diferentes tarefas, no âmbito de cada propriedade. LÉVI-STRAUSS (apud MOURA, 1978:34-35) mostra-nos como, nas sociedades simples "... (e também em menor medida, nas classes rurais de nossa própria sociedade) o casamento tem uma importância inteiramente diversa, não erótica, mas econômica...", "a situação é completamente diferente em grupos em que a satisfação de necessidades econômicas descansa por inteiro na sociedade conjugal e na divisão do trabalho entre os sexos. " (LÉVY-STRAUSS apud MOURA, 1978: 35) Essas afirmações se aplicam também ao campesinato em estudo, no qual a articulação essencial entre a unidade de produção e a unidade de consumo se constitui pela divisão sexual do trabalho, que tem sua raiz no par conjugal.

Na área colonial em estudo, a condição de proprietário independente está intimamente associada ao matrimônio. Embora o indivíduo solteiro adulto de sexo masculino não tenha um status tão trágico, quanto o homem solteiro nambikwara que tanto impressionou LÉVI-STRAUSS (apud MOURA, 1978:35), pode-se dizer que é praticamente inconcebível na área a sua existência, até pelo menos a década de 30, quando a independência do filho dependia exclusivamente da possibilidade de acesso à terra. Já a mulher adulta solteira é um fato socialmente aceito porque inevitável: com a emigração masculina em busca de trabalho urbano, desde a segunda geração, ela passou a ser encontrada em várias famílias, conformadamente submetida à autoridade do pai (MOURA, 1978:35). Mais recentemente, encontra-se também o homem solteiro, com o crescente aumento da saída de mulheres destas áreas

O celibato da mulher torna-se possível porque ela não é o centro da autoridade no lar (o conflito pai-filho, adulto-solteiro seria, por ocasião do celibato, uma situação insuportável), a mulher não se "emancipa" a não ser pelo casamento, o que aponta para a mesma questão da autoridade. (MOURA, 1978:35) Esses aspectos estão relacionados ao fato de ela não receber a terra por herança da mesma maneira que os filhos homens (embora trabalhe a terra tanto quanto estes) e por isto mesmo não ser proprietária independente de uma parcela da terra. A mulher entre os camponeses italianos do Vale do Itajaí só se emancipa da autoridade do pai, a partir do casamento, já que esta é a

única maneira delas terem acesso à terra (neste caso, a da família do marido). Por isso, desde cedo uma das atribuições da mãe será preparar um enxoval para a filha, o qual fará parte de seu dote, sendo o equivalente feminino da herança da terra, da qual é excluída - por ocasião de seu casamento.

Já no caso dos homens há marcos sociais para indicar progressos na aquisição de uma condição adulta independente: a concessão de uma parcela de terra, por parte do pai, ao filho que se está "emancipando", de modo que, ao produzir uma renda própria, se inicie no seu próprio "sustento". (MOURA, 19787:35) Tal fato ocorre, entre os colonos italianos, por ocasião do casamento do filho.[6]

A fim de que se prossiga nessa discussão torna-se necessário, entretanto, explicitar o tipo de família que se faz presente entre os colonos italianos do Vale do Itajaí, o que se fará a seguir.

As informações sobre os imigrantes italianos tem evidenciado que a maior parte dos imigrantes chegaram às colônias com suas famílias (nucleares). A política de colonização valorizava a concessão de terras a famílias, como forma de garantir a permanência dos imigrantes nas áreas coloniais. (SEYFERTH, 1985:9) Em um documento subscrito pelos moradores, por ocasião da celebração do lançamento da pedra fundamental de construção da nova capela de Santo Antônio, em substituição à anterior, é possível verificar a lista com o nome das famílias e filhos, dos primeiros imigrantes chegados à localidade de Primeiro Braço do Norte, um dos locais onde realizei parte do meu trabalho de campo.(ANEXO 3)

No plano da política de colonização, os seus idealizadores supunham que o sucesso dos empreendimentos coloniais seria maior se fosse limitada a entrada de imigrantes sem família. (SEYFERTH. 1985:10) Essa maneira de encarar o sucesso ou o fracasso de um empreendimento colonial foi certamente encampada pelos colonos, mas não é o mais importante. A exploração individual de um lote colonial é considerada por eles, como tarefa impossível. A existência da colônia (aqui referida no seu sentido restrito) supõe a presença de uma família camponesa, onde todos trabalham para o bem comum. Sua exploração racional, como vimos, só se torna possível através do trabalho familiar. Esta simbiose colônia & família, constitui, de fato, o núcleo fundamental da identificação social dos colonos; mais do que isso, ela é pensada como uma economia doméstica auto-suficiente. (SEYFERTH, 1985:10)

---

[6] colheita reservada para as festas de casamento

A família camponesa tradicional, porém, não é uma família nuclear (ou conjugal), como parecem sugerir as listas de imigrantes disponíveis. Ela é o que WILLIAMS (apud SEYFERTH, 1985:10) chamou de "família tronco" germânica, ao analisar a colonização alemã no Brasil, e o que GALESKI (apud SEYFERTH, 1985:10) denominou "família camponesa tradicional"- isto é, três gerações vivendo sob o mesmo teto. A presença da "família-tronco" num determinado momento do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico, remete a uma discussão teórica acerca da conveniência desse conceito de família.

O conceito de família-tronco foi inicialmente formulado por LE PLAY, que a incluiu entre os seus três tipos de grupos domésticos: na família tronco (famille-souche) um dos filhos – denominado sucessor – permanece com os pais, depois do casamento, na mesma unidade doméstica. (LASLETT apud SEYFERTH, 1985:11) Este tipo de família não é universal. Na verdade, ela é a regra para alguns grupos camponeses e sua presença possivelmente está vinculada a determinadas estratégias sucessoriais (de herança). Estudos de caso realizados por historiadores da Europa, sobre comunidades camponesas na Alemanha, e dos Pirineus (França) no século XIX, mostram a existência da família-tronco associada à tradição da herança impartível – isto é, a terra, de propriedade da família, é transmitida a um herdeiro. Uma característica adicional que marca, em parte, a presença da família-tronco, é a associação da propriedade (da terra) ao herdeiro, antes da morte dos pais. O que mascara a presença da família-tronco, segundo Souriac, são os dados demográficos: a expectativa de vida, ou a idade atingida em média pela população, pode diminuir ou aumentar o número das famílias-tronco numa comunidade. Se num determinado período só forem encontradas nas estatísticas 20 ou 30% de famílias desse tipo, não significa que as famílias nucleares predominem como regra, pois a família-tronco só pode existir em termos demográficos concretos num determinado momento do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico (SEYFERTH, 1985:11), o que foi por mim encontrado.

Mas não é só o sistema de herança que caracteriza a família tronco; ela também pode ser definida através das regras de residência. Quando a herança impartível corresponde a um padrão residencial do herdeiro casado vivendo com seus pais, nos referimos com freqüência à "família-tronco". Como muitas outras categorias sociais, não há consenso em como definir exatamente isso. A família tronco é algumas vezes definida em termos da herança impartível, algumas vezes em termos de co-residência, e usualmente é descrita em termos de ambos. (BERKNER apud SEYFERTH, 1985:12) O

padrão de residência que distingue esse tipo de família é o do grupo doméstico composto de dois casais (os pais e um dos filhos casados), vivendo na mesma casa. O padrão de residência, num certo sentido, parece ser conceitualmente mais importante do que as formas de herança. Pretendo mostrar, mais adiante, que embora exista uma associação entre a família tronco e a herança impartível, este tipo de família aparece também em situações de herança compartilhada. O padrão de residência que distingue esse tipo de família é o do grupo doméstico composto de dois casais (os pais e um dos filhos casados) vivendo na mesma casa. Embora exista uma associação entre a família-tronco e a herança impartível, este tipo de família aparece também em situações de herança compartilhada. O padrão de residência característico – que corresponde a três gerações vivendo na mesma casa – só aparece num determinado momento. O grupo doméstico atravessa várias fases, incluindo uma certa variedade de formas de composição; os pais com filhos solteiros; um filho casado (que é o herdeiro) vivendo com os pais e assumindo, com o tempo, a posição de chefe da família; com a morte dos pais, a família volta à forma nuclear e logo a seguir pode ser reiniciado o ciclo. Claro que existem variações, que incorporam também os celibatários. Mas, de um modo geral, o conceito de família-tronco inclui esse padrão de residência, que é patrilocal para o herdeiro e neolocal para os demais filhos. (SEYFERTH, 1985:12)

Seyferth sugere que o conceito de família tronco é útil por várias razões. A família camponesa considerada tradicional não é nem uma família nuclear, nem uma família extensa. O termo tronco, por sua vez, sugere um outro elemento característico que é a patrilinearidade. Certamente a elaboração do conceito tem a ver com a palavra alemã Stamme (LASLETT apud SEYFERTH, 1985:12) que tem implicações genealógicas. A co-residência também é fundamental; uma co-residência que tem a ver com o sistema de transmissão do patrimônio e que não está referida apenas à herança da terra. (SEYFERTH, 1985:12)

A colonização do Itajaí-Mirim, segundo SEYFERTH, mas também isto pode ser estendido a outras áreas de colonização italiana, foi marcada pelo estabelecimento de famílias de imigrantes em lotes de 25 hectares. Eram famílias nucleares e poucos grupos domésticos incluíam agregados ou pessoas de idade mais avançada. Mas isto foi apenas o início do ciclo familiar e a família-tronco acabou por prevalecer a partir da 2ª geração, não apenas associada à herança impartível, mas certamente relacionada às formas de partilha dos bens familiares. (SEYFERTH, 1985:12)

O início de um novo ciclo familiar tem relação com a disponibilidade de terras: um jovem só estará apto para o casamento se puder ser garantida para ele a posse de terras suficientes para a subsistência da sua futura família. A busca de terras para os filhos foi sempre um dos principais objetivos desse campesinato – na maior parte dos casos não alcançado. A tradição recomenda que cada filho casado deve se estabelecer em colônia própria, com exceção do herdeiro da casa. A possibilidade de subdivisão da colônia entre os herdeiros nunca é inteiramente descartada, embora um dos filhos receba uma parcela maior, juntamente com a casa e benfeitorias. Este é o ponto em que a caracterização da família tronco apenas pela herança impartível, tal como é feita por BERKNER (apud SEYFERTH, 1985:13), não encontra correspondência nos dados. (SEYFERTH, 1985:13)

Os camponeses do Vale do Itajaí-Açú assim como aqueles do Itajaí-Mirim pesquisados por Seyferth, adotaram diversas formas de transmissão do patrimônio que são acionadas conforme as circunstâncias. Mas existe uma regra absoluta através da qual apenas um herdeiro, quase sempre do sexo masculino, herda a parte da propriedade agrícola onde se situa a residência da família e seus anexos (estábulos, ranchos para armazenagem, pomar, etc.). Tradicionalmente esse herdeiro é o filho mais novo, e mesmo nos casos da partilha da terra, ele recebe a porção maior. A prevalência do minorato (ou ultimogenitura) é apontada pelos colonos como "tradição", "costume" ou até "lei". (SEYFERTH, 1985:13)

O fato do herdeiro não ser o mais novo é tomado como excepcional, ainda que possam ocorrer exceções à regra, como a primogenitura e um herdeiro do sexo feminino. Isto porque embora exista um costume ou uma tradição que deve ser seguida preferencialmente, acima do costume e respaldada pela tradição está a autoridade do pai – chefe da família – que tem a palavra final sobre a transmissão do patrimônio. Apesar do costume da ultimogenitura prevalecer até os dias atuais, o pai tem o direito de escolher o seu herdeiro que, em casos excepcionais, pode até ser uma filha. Mas com certa freqüência, esse herdeiro é o último dos filhos que casar: segundo a lógica camponesa local, o último a casar quase sempre é o filho mais novo. (SEYFERTH, 1985:14) Pode entretanto ser substituído por um outro filho, sendo a terra sempre do filho ou filha (na ausência de filhos homens) que cuida dos pais na velhice.

A tradição era o filho mais novo ficar como herdeiro e receber a incumbência de cuidar dos pais na velhice, assumindo os encargos econômicos, inclusive aqueles

ligados à saúde ou aos funerais, ainda que em alguns casos pudesse ser auxiliado pelos outros irmãos. Apesar da tradição, na prática muitas vezes não era isso o que ocorria, pelo fato do filho caçula se anteceder aos outros irmãos no aprendizado de um ofício ou deste se engajar em outras atividades realizadas tanto dentro como fora da propriedade ou do meio rural. Estas atividades e ofícios vão desde aquelas exercidas no complexo da colônia ou sociedade colonial, tais como ferreiros, sapateiros, alfaiates, latoeiro, ligadas à indústria doméstica bem como aquelas que num segundo momento irão engrossar a classe média, tais como bancários, comerciários, profissionais liberais, professores, etc. quando se ampliam as suas possibilidades de ascensão social principalmente através do estudo. Como exemplifica um dos meus informantes:

> *Era, realmente, a tradição era essa. Mas dependia, porque o meu irmão, que era o último, ele saiu, ele aprendeu um ofício, ele trabalhou muito tempo como ajudante de alfaiate e foi... no fim ele tornou-se alfaiate. Então ele tinha a alfaiataria e saiu de lá; então não pode passar para ele.* (Padre Salesiano, 63 anos, Primeiro Braço do Norte)

Reforçando a autoridade paterna, existe o costume de fazer a partilha dos bens através do sistema legal da doação com usufruto, que permite arranjos entre os filhos e garante o controle paterno da herança. Grande parte da fragmentação dos lotes originais foi de acordo com Seyferth, devida aos inventários ocorridos por morte do pai quando os filhos eram menores, o que deixava a partilha nas mãos da autoridade judicial. Para evitar essa situação, os camponeses recorrem à doação, mas esta dificilmente ocorre antes dos filhos atingirem a idade adulta, fator que limita a sua utilização. A doação, contudo, é privilegiada não só porque permite maior flexibilidade nos acertos, mas também porque transforma a herança num assunto exclusivo da família, no qual a autoridade paterna tem papel fundamental. (SEYFERTH, 1985:14)

Os acertos em torno da herança são variados e tem a ver com as condições locais de escassez de terras, com a demanda regional de mão de obra fora da agricultura e com as estratégias de reprodução mais ligadas à tradição de origem dos imigrantes. (SEYFERTH, 1985:15)

A estratégia mais simples constitui em excluir as mulheres da herança da terra. Nesse caso é feita uma diferenciação clara entre dote e herança – ambos associados ao casamento. Essa estratégia, considerada mais fácil, é tomada como 'costume italiano',

embora seja praticada também por colonos de origem alemã. A mulher não herda terras porque a partir do casamento irá fazer parte de uma outra família. E pertencendo a uma outra família não tem o direito de ficar com uma parte da terra que deve pertencer a seus irmãos. Quando ocorre uma partilha por inventário, a parte correspondente às herdeiras usualmente é passada a um dos irmãos por compra. O dote assume, então, um caráter compensatório e vai ressarcir a mulher pela sua exclusão da herança. Os bens que compõem o dote dependem da situação financeira da família; pode ser apenas o enxoval, acumulado pela noiva (roupas e outros objetos de uso pessoal, utensílios de cozinha, etc.), ou bens considerados indispensáveis para o início de um novo ciclo familiar (como animais domésticos, móveis, máquina de costura, etc.), ou ainda dinheiro. (SEYFERTH, 1985: 15) Essa tradição vem de seu país de origem mas não difere da alemã, não havendo diferenças étnicas nesse nível. (SEYFERTH, 1985:14)

Dote e herança tem uma vinculação formal com o casamento. O ideal é ceder parte da terra aos filhos no momento do casamento; mas se a família não possui terras suficientes para todos os filhos deve lhes assegurar pelo menos a moradia. A herança tanto pode ser constituída de terras de lavoura mais a casa- o que configura aquelas famílias que na área são conhecidas como 'colonos fortes'- como constituir apenas um pequeno terreno e uma casa, construída com recursos da família, que transforme os herdeiros em assalariados vivendo na colônia como colonos fracos. (SEYFERTH, 1985:15)

A exclusão das mulheres da herança da terra é o arranjo mais freqüente, ainda que ocorram certas variações:

> *As mulheres não herdavam. Era o costume; então as filhas que tentassem namorar o rapaz que pudessem; aí podiam aproveitar prá ter um casamento feliz. Então elas procuravam quem tinha terra. Hoje as filhas, as minhas irmãs, se queixam, mas, era a época assim. E elas trabalhavam tanto quanto, mais até do que os rapazes, porque eles vinham da roça e se lavavam e sentavam, esperando a comida. Elas vinham prá roça também, mas tinham as crianças pequenas prá cuidar, tinha a roupa de cama prá lavar, tinha a comida prá fazer, tinha a arrumação da casa, os arredores, o leite prá colher, e não ganhavam herança; só os homens.* (Padre Franciscano, 66 anos, Rodeio)

As mulheres não costumavam herdar a terra, com exceção daqueles casos em que não existiam filhos homens, seguindo neste caso a mesma lógica do sistema existente entre estes, segundo a qual a maior parte da terra e dos beneficiamentos que se encontravam nela ficavam com o filho que fosse cuidar dos pais, como no caso que se segue:

> *Olha, esse meu avô que seja pai da minha mãe, tinha só duas filhas gêmeas. Ele tinha dois lote, não, tinha um lote e meio. Deu um lote prá aquela que tava mais perto dele, que sempre fez assistência, desde o princípio até que se casou. A minha mãe já era filha, mas morava aqui. Depois ela foi lá. Mas quando ela foi lá eles já tinham morrido. Então eles deram um lote prá aquela outra porque sempre ajudou e deu meio lote prá minha mãe, é.* (Padre Salesiano, Primeiro Braço do Norte, 38 anos)

Com exceção destes casos portanto, a única forma de acesso à terra pela mulher ocorria através do casamento. A mulher somente podia sair da casa paterna através do casamento, quando podia constituir um outro grupo doméstico em terras do marido, quando passavam a morar na propriedade do seu sogro.

Em tempos mais antigos muitas mulheres se casavam para livrar-se do jugo paterno, em vista de se perceberem oprimidas com a autoridade e rigidez paterna e diante disso ansiarem por uma situação diferente. A família é na maioria das vezes descrita como tendo sido sempre muito rigorosa e severa assim como marcada por uma ausência total de afeto. Salvo raras exceções o pai típico italiano era uma figura autoritária e distante, embora na atualidade este modelo esteja em franca decadência. Sobre isso é esclarecedor o depoimento que se segue:

> *Então meu avô...também conheci meu avô, meu avô era uma pessoa assim, como todos, muito justo, criou um espaço magnífico, a casa dele tinha sete parreirais, uma cantina de vinho, engenho de açúcar, sempre bastante dinheiro, muito rigor, muito rigor, uma falta de afeto total. Afeto como demonstração, porque certamente ele gostava mas como demonstração não, a minha tia, minhas tias se queixam muito que nunca o pai falou para elas durante, quando tinha (...) sempre, era sempre ríspido, sabe como é? Elas entravam, iam se pintar, botar pó de arroz no rosto, e ele: vão embora, eu não quero*

essa coisa. Ríspida, ríspida. Então ela disse assim: é, a gente se casou prá ser feliz mesmo. Então assim essas lembranças, voltando assim à minha mãe também, lembranças...não sei se interessa tá dizendo isso. (Ex-religiosa da Divina Providência e professora universitária aposentada, 61 anos, Rodeio}

Existem entretanto outros arranjos bem mais complicados, além dos casos de partilha igual entre todos os herdeiros. Se examinarmos apenas os casos de inventário – portanto , considerando apenas o nível puramente legal – essa última forma de herança de acordo com SEYFERTH (1985:16)aparece com bastante freqüência, principalmente nos casos de herdeiros com menos de 18 anos. Na verdade, o inventário muitas vezes é apenas a primeira etapa do processo de herança.

A forma mais comum de resolver a questão é por compra: o virtual herdeiro adquire a parte dos outros irmãos. Também aí a variação é grande, pois tanto pode haver uma indenização real pelas parcelas dos irmãos (fato mais raro), como o pagamento apenas simbólico que não cobre o valor das terras.

Você entendeu? Então, ai a menina já saía de casa com esse dote e depois começava a construir a vida dela. E os homens ficavam - quem ficava - e depois, quando vinha a divisão das terras, o pai, por exemplo, comprava a parte ou dava um dinheiro ou.... (obviamente que não era uma coisa exorbitante, o preço do terreno) para cada irmão meu. Eu sei que o pai era. (Padre Franciscano, 66 anos, Rodeio)

Todos os irmãos renunciaram e entregaram na mão dele (o caçula e herdeiro). Eles (os irmãos) receberam uma remuneraçãozinha assim muito simbólica e entregaram na mão dele para que ele mantivesse a mãe até o fim da vida. Isso ele faz. (Padre Salesiano, 66 anos, Primeiro Braço do Norte)

Nas localidades por mim pesquisadas encontrei uma variação deste padrão, onde com a morte do pai os irmãos reunidos "renunciam" a favor daquele que ficou ou vai ficar cuidando da mãe-viúva (normalmente o irmão mais novo):

Tinha o direito. Direito tinha porque é por lei civil e coisa. Mas quando o indivíduo se engajava, assim, oficialmente numa congregação, então ele renunciava à partilha a favor dos outros. Eu

por exemplo, renunciei, assinei um termo no cartório, dizendo que eu renunciava a tudo a favor da mamãe. Então, ela ficou com todo... todos eles renunciaram àquela parte que lhe cabia, e depois ela então passou para esse meu irmão que assumiu a responsabilidade de cuidar deles. (Salesiano, 66 anos, Primeiro Braço do Norte).

Os arranjos dependem sempre do número de herdeiros de cada sexo. A situação mais comum repete a primeira alternativa analisada acima: para os homens: as mulheres 'vendem' suas parcelas a um dos irmãos ou aos irmãos, recebendo por isso um pagamento simbólico:

O meu pai, pros filhos ele deu a terra, e pras meninas ele deu um tanto de dinheiro. E o enxoval! Não era muita coisa, mas ele tinha 12 filhos e a minha avó (inválida). *Depois ela caiu enferma, eu tinha 14 anos, nos tratava ela que nem um bebê. O dinheiro eu recebi, depois que eu casei, naquela época era 500 cruzeiros, quinhentos centavos, sei lá.* (Colona e mãe de dois ex-seminaristas, Primeiro Braço do Norte, 56 anos)

A doação, de fato, simplifica a transmissão da propriedade ao(s) herdeiro(s), e evita conflitos familiares pela intermediação do pai que ainda é o proprietário legal das terras. Sendo a terra considerada 'assunto de família', a possibilidade do inventário é sempre vista como interferência de estranhos que não tem interesse em respeitar a tradição. (SEYFERTH, 1985:16-17) Além disso, as despesas com as custas do advogado e com o inventário são consideradas como sendo muito caras e portanto desnecessárias.

Não houve, não houve (a partilha). Se elas tivessem feito um processo, voltava tudo pra trás; teria que dividir tudo... Só os filhos ganharam... um filho já recebeu no começo uma terra, depois, os outros, o pai comprava e ficava com ele, a terra. Quando então minha mãe morreu primeiro, antes de morrer meu pai passou tudo para um terceiro, pra evitar o inventário. Passou para um amigo da família, que recebeu tudo, para ele depois passar para os filhos. Pra evitar o inventário. Grande parte a Justiça come, o advogado. Então, depois, este senhor de confiança repassava para cada filho a escritura.(Padre Franciscano, 64 anos, Rodeio)

Qualquer que seja a forma legal de transmissão da herança – doação ou inventário – prevalecem, de fato, os arranjos costumeiros. Entre eles, três são tipos mais comuns: a exclusão das mulheres, a herança impartível e a herança compartilhada (mas nem sempre por todos os herdeiros). A herança impartível é de certo modo disfarçada por uma divisão prévia da terra, que na prática não ocorre porque a colônia é dividida a princípio (como nos casos de inventário), mas é mantido intacta como unidade econômica pela concordância entre os herdeiros. O exemplo dado antes é reflexo disso: ocorreu um inventário, mas, posteriormente, as parcelas de vários dos herdeiros foram passados ao mais novo dos irmãos, legalmente, por compra (que na verdade é um artifício) ou doação.

A herança compartilhada torna impossível a reprodução da família camponesa quando todos os herdeiros recebem sua parcela de terra. Considerando o tamanho médio das colônias, a subdivisão entre mais de dois herdeiros torna a condição camponesa inviável porque a compra de novas parcelas de terra se torna com o tempo inviável na região. A utilização do sistema de herança compartilhada quase sempre representa uma opção pela condição de operário-camponês ou colono-operário – o colono torna-se um agricultor de tempo parcial e a colônia uma unidade de produção, apenas para consumo da família. Com o passar do tempo a existência de um mercado de trabalho urbano relativamente próximo torna-se um argumento de peso, no momento de decidir qual será o sistema de transmissão. Observei que em Primeiro Braço do Norte muitos colonos saem hoje diariamente para, Jaraguá do Sul, onde permanecem um período, trabalhando o outro na propriedade familiar.

A decisão é tomada tendo em vista a situação econômica da família, o número de filhos, a quantidade de terras que compõe a colônia e as possibilidades concretas de trabalho assalariado – sempre com controle absoluto do pai.

Na família camponesa de três gerações a autoridade do pai é indiscutível, principalmente no que concerne ao controle da economia doméstica e à herança da terra. Sua autoridade também deriva do fato de ser ele o proprietário legal das terras (juntamente com sua mulher, pois o casamento se realiza quase sempre com comunhão de bens), apesar das afirmações feitas acerca da 'propriedade familiar' na qual todos produzem e da qual todos usufruem. Sob qualquer circunstância, os filhos (mesmos os adultos) estão sujeitos à autoridade paterna, que só se dilui após o casamento e quando a regra de residência adotada é a neolocalidade. Configura-se aí a característica fortemente patriarcal da família camponesa referida por GALESKI. (apud SEYFERTH:

1985:10). No caso da herança, por exemplo, o poder do pai é absoluto ao traçar o futuro da sua prole, embora esta questão possa ser discutida no âmbito da família como um todo, e exista uma certa flexibilidade.

Os filhos são independentes só após o casamento, exceção feita àquele que permanece na casa dos pais, compondo com eles uma família-tronco. Este filho só deixará de estar sob autoridade imediata do seu pai sob duas circunstâncias: quando o pai morre ou quando não puder mais exercer integralmente as atividades produtivas essenciais (como o trabalho na lavoura), em caso de doença ou velhice.

Mesmo após o casamento, os filhos só se tornam inteiramente independentes quando passam a exercer atividades fora da agricultura, como é o caso dos operários-camponeses e daqueles que, por falta de terras, se proletarizam totalmente, embora continuem morando na comunidade rural. Mesmo assim, a independência é relativa pois sua permanência na comunidade local implica na concessão de um terreno para construir a moradia e, quando operários-camponeses, mantêm algum tipo de produção agrícola (em geral horta e animais domésticos).

Um jovem recém casado não tem condições de comprar terra, mesmo em pequena quantidade, dependendo inteiramente do pai. Essa é uma das circunstâncias que mantém os filhos dependentes da autoridade paterna, pois o casal que inicia um ciclo familiar precisa ter moradia e terras suficientes para plantar, mesmo sendo operários-camponeses. O pai pode ceder a seus filhos uma certa quantidade de terras, sem torná-los proprietários. Neste caso, mesmo construindo sua própria casa e produzindo como unidade independente, um filho continua dependente do pai e sujeito à sua autoridade. Numa outra alternativa, o pai pode doar ao filho, por ocasião do casamento, uma certa parcela de terra, ou até fazer a partilha prévia da sua colônia entre todos os filhos , mas mantendo uma cláusula de usufruto, assegurando à manutenção da sua autoridade, pois permanece com direitos sobre a propriedade e qualquer transação que envolvem a venda de terras, por exemplo, depende da sua autorização.

A autoridade do pai está relacionada às próprias atividades econômicas que se desenvolvem na colônia. Como demonstrou GALESKI (apud SEYFERTH, 1985:18) os membros da família camponesa são também um grupo de produção de uma pequena empresa e sujeitos à autoridade do pai; uma autoridade embasada no fato de que ele é tanto o administrador da sua propriedade agrícola como também o seu proprietário. Neste caso, os filhos são, ao mesmo tempo, trabalhadores e herdeiros do seu pai. O poder de decisão do pai não é contestado; a mãe opina, mas nada decide, nem mesmo

quando do pai não é contestado; a mãe opina, mas nada decide, nem mesmo quando é viúva com filhos menores. Nessa situação, sua autoridade é relativa pois está de certa maneira presa às opiniões e decisões de parentes afins (o sogro ou cunhados) ou consangüíneos (o pai e os irmãos).

Os assuntos de ordem econômica e social dependem da decisão do pai/proprietário/empresário. Ele tem a última palavra sobre compra e venda de terras, sobre o que deve ser plantado, sobre a comercialização dos excedentes, sobre o dote das filhas, casamentos preferenciais, etc.; dispõe sobre a concessão de terras para os filhos que irão casar; administra, como um 'fundo comum' o que é ganho por ele e pelos demais membros da família, seja nas atividades produtivas realizadas dentro da colônia, seja através de salários ou outras formas de pagamento por serviços (temporários ou permanentes) realizados fora da comunidade. (SEYFERTH, 1985:19)

Alguns depoimentos de colonos dão conta dessa característica empresarial da economia doméstica camponesa, mas evidenciam também o papel de administrador dos bens da família assumido pelo pai. O casamento mais do que qualquer outro acontecimento – é a ocasião em que o pai deve dar uma contrapartida, uma espécie de compensação pelos anos em que os filhos e filhas trabalharam sob sua autoridade. As mulheres, como já foi mostrado, recebem um dote; os homens preferencialmente devem receber terras e uma casa, já que os filhos – com exceção do herdeiro da casa – não podem compartilhar a moradia dos pais após o casamento. No âmbito da família-tronco permanecem sob o mesmo teto também os celibatários, quase todos do sexo feminino (raramente são encontrados homens com mais de trinta anos solteiros) e que ficam subordinados ao irmão. Mas enquanto o pai estiver apto para a atividade produtiva, controla a economia doméstica, os filhos solteiros e mesmo o filho casado que compartilhar a sua residência. (SEYFERTH, 1985:20)

O casamento do primeiro filho é um momento crucial porque certamente irá desencadear o processo de herança. A doação em geral ocorre quando todos os filhos são adultos ou quando se faz necessária a instalação de um novo casal numa colônia independente. Essa situação, porém, é idealizada, e na prática poucas vezes ocorre porque o tamanho das propriedades raramente permite uma subdivisão racional das terras entre os herdeiros. Para a maior parte dos filhos, a 'herança' inclui apenas um pedaço de terra suficiente para construir uma casa. A subdivisão da propriedade, supostamente igualitária e dentro dos padrões da herança compartilhada é real apenas no

sentido em que todos os filhos recebem uma parcela de terra, mas apenas um deles herda a colônia enquanto unidade de produção.

O destino de cada filho é traçado muito antes do casamento. Como mestra esse depoimento:

> *Então teve, eu tinha seis irmão (e seis irmãs), mas pra dizer bem a verdade, o mais velho saiu no mundo à "fusga" com dezoito ano, ele era meio "iniquilado", não crescia, então meu pai achou que ele era fraco pra deixar ele na roça...naquele tempo era machado e foice, passava o dia inteiro. Ele achou que ele era muito fraco.* (Pai de 4 ex-seminaristas, 71 anos, natural de Rodeio)

Aqueles que são encaminhados desde cedo para algum tipo de trabalho assalariado dificilmente voltam a ser colonos em tempo integral. Os arranjos de herança, então, dependem das estratégias reprodutivas desse campesinato, entre elas a colocação de alguns filhos no mercado de trabalho urbano. (SEYFERTH, 1985:20)

A situação fundiária atual do Vale do Itajaí não permite a reprodução social desse campesinato num contexto de maior subdivisão das colônias. Num plano mais geral, fica difícil considerar como estratégia a expulsão indenizada de parte dos filhos de camponeses, porque a rigor não existe expulsão; mas a casa e o terreno correspondente nada mais são do que uma indenização, que transforma esses supostos 'herdeiros' em assalariados ou pelo menos reafirma essa condição. A maior parte da propriedade vai apenas para um dos herdeiros legais – que tem possibilidade de manter-se camponês. Nas famílias com menos recursos a indenização pode até não ocorrer. (SEYFERTH, 1985:20)

Obter para os filhos uma colocação no mercado de trabalho urbano (como operários nas indústrias têxteis é apenas uma das estratégias acionadas para evitar o excessivo parcelamento da colônia. As opções, mesmo no plano do assalariamento, são variadas. Dependendo da quantidade de terras herdadas, a proletarização pode ser total ou parcial, mas raramente significa o afastamento da comunidade rural, como já foi mostrado antes. Existem casos nos quais todos os filhos são encaminhados para o trabalho assalariado e a propriedade é dividida por todos; dependendo da quantidade atribuída a cada um, todos se tornam operários-camponeses. Esses casos geralmente ocorrem em famílias com pequeno número de filhos, mas mesmo assim, aquele que vai formar a família-tronco com seus pais recebe sempre uma parcela maior de terras. A

posse de menos de cinco hectares, porém, torna a proletarização inevitável para qualquer herdeiro.

Uma outra forma de resolver o problema é bem menos freqüente e restrita aos colonos-fortes: trata-se de assegurar instrução técnica ou superior para pelo menos um dos filhos, que tem a obrigação de desistir depois da sua parte na herança.

Outro costume, mais comum entre colonos de origem italiana, mas que também está presente entre descendentes de alemães católicos, é aquele que é objeto de estudo nesta pesquisa, e que estimula o envio de filhos ou filhas para a carreira religiosa, embora mais comum no passado do que nos dias atuais.

A vocação religiosa é tomada (pelos pais) como uma estratégia para reduzir o número de herdeiros. Nesses casos, os filhos renunciam e o que seria a indenização pela perda da terra, ou o dote (no caso das mulheres), é tomado pelo seu equivalente no estudo:

> *Sim era comum isso, que o irmão que fosse religioso, ele renunciasse. Sim, porque você não... você ia fazer o quê com a terra? Você não precisa da terra! Quem mais precisa são eles. E, depois, ele tinha compreensão de ver também que os irmãos que lá ficaram precisaram muito mais da terra do que ele, porque enquanto ele estava fora, estudando, os irmãos estavam lá em casa trabalhando, na roça e tudo, e possibilitaram, através do pagamento das viagens, que ele estudasse, se formasse. Então ele falou: "olha, eu não vou precisar da terra; eu vou renunciar para vocês".*

Acredita-se que o pagamento do estudo corresponde ao equivalente à sua parte na herança. Para que ele estudasse foi necessário que outros ficassem trabalhando na roça.

Observei ser freqüente entre a população por mim pesquisada o expediente da renúncia como forma de resolver as pendências familiares no que diz respeito às partilhas, por parte daqueles filhos que saem para estudar e /ou se tornam religiosos, profissionais liberais, etc. Será fundamental neste, a partir da década de 20 o papel exercido pelas instituições religiosas na região do Vale do Itajaí.

É possível perceber-se que ao nível da propriedade existem aqueles filhos que herdam a terra e aqueles que herdam o capital cultural. Entre estes últimos existem

aqueles que estudam ou aprendem um ofício, como no exemplo do religioso que se segue:

"Observei que a mulher sempre se manteve numa rigorosa submissão ao marido. Muito raramente discutia com ele, nem que tivesse toda a razão e nem que ela perceba que o marido foi injusto. Recebia resignadamente todos os filhos que o marido lhe dava (...). Se por acaso, um marido menos carinhoso, lhe desfechasse uma bofetada, não reagia. Convencia-se de que a merecia (...). É a herança dos antepassados romanos". (DERETTI, 44, mimeo.)

> *A mãe também tinha que ir na roça. Já pensou, se a mãe não ia, iam fazer o que essa molecada aí. Só pra brincar.*
>
> *Quando tem dia que penso, eu penso se é verdade! Penso se é verdade. Amanheci vinte e oito ano na roça. Acredite!*
>
> *A gente alevantava naquela madrugada, mulher disposta, nunca era doente. A gente levantava ela fazia café, a gente ficava lá na estrebaria a gente picava trato à máquina, era aquela máquina velha[manual]. Tinha, no tempo da viração da arrozeira tratava os cavalo, depois eu dava um tratinho, ela vinha na estrebaria, ela se sentava em cima daquela cadeirinha, botava o balde aqui no meio com as duas mãos e era pac, pac, pac, pac. E eu tratava, tinha porco solto, que eu tinha cercado o pasto, que nós tinha um riozinho há cento e trinta metros do[inaudível], lá nós soltava pra porco, tinha vinte, vinte e cinco, trinta, tinha de pequeno, de grande. A gente empurrava, precisava trato eu me enfiava na roça.*

No mundo camponês, é no interior da família que se dá a reprodução do modo de vida e da força de trabalho familiar, tanto no que se refere à reprodução (procriação), quanto ao que se refere à sociabilização das crianças e a preservação do patrimônio cultural típico do grupo. (POLI, 1994:196)

A família camponesa condensa o núcleo familiar e o núcleo produtivo, sendo, portanto, o *locus* da socialização primária (aprendizado da cidadania, dos valores e dos costumes), quanto da socialização secundária (aprendizado do trabalho) (SANTOS apud ODILON, 1994: 196)

Na família camponesa as crianças aprendem a conviver com a realidade do trabalho, desde muito pequenas, numa mescla de trabalho com brinquedo infantil. Dessa forma internalizam, desde muito cedo, a importância do trabalho como meio de ganhar a vida. Pode-se perceber a importância que tem o trabalho em suas vidas a partir do próprio significado que assume o Domingo, como deixa claro o depoimento de um dos religiosos por mim entrevistados saído da localidade de Primeiro Braço do Norte:

> *Domingo. Domingo era dia de descanso. Porque aí não tinha trabalho, então você ia na casa dos amigos, dos tios, ia nadar no rio, você ia subir os morros, caçar passarinhos, caçar ninhos de passarinhos, tudo; ir na casa das outras pessoas. Ah, se fosse um domingo que não tinha essa... se chovia, por exemplo, e você ficava preso dentro de casa, aí era uma tristeza, porque você não tinha... não conseguia espraiar a própria cabeça do trabalho do dia-a-dia. Então é... sempre uma vida muito sacrificada, de trabalho. Por isso que a pessoa cresce com uma responsabilidade imensa; então o pessoal tem... tem muito senso e espírito de responsabilidade.*

Percebe-se, assim, que, desde muito pequenas, as crianças são levadas a incorporar uma ética em que o trabalho tem um valor fundamental como fonte de subsistência, como meio privilegiado de ganhar a vida e de honrar o seu compromisso com a coletividade em que se encontra inserido. É dada uma importância fundamental ao trabalho intenso e ininterrupto como sinal de virtude, em oposição à folga, identificada com o ócio. (POLI, 1994:196-97) O depoimento que se segue ilustra o quanto a pedagogia do trabalho se encontra inserida em suas vidas. Trata-se do depoimento de um religioso, ao justificar uma surra dada por seu pai em sua irmã:

> *É, porque nós ficamos trabalhando e ela tava lá, batendo papo a tarde inteira na casa da tia. Porque era um prêmio você sair de casa e ir à casa de outra tia, porque você já nasce com o cabo da enxada na mão, trabalhando. Eu, com seis, sete anos, já estava na roça trabalhando.*

Segundo o estudo de SANTOS (apud POLI, 1994:197), aos quinze anos o jovem já assume as tarefas do adulto e passa a ser visto como adulto no espaço social e de lazer, sendo admitido nos seus jogos e reuniões. O estudo por mim realizado nas duas localidades, de Primeiro Braço do Norte e Rodeio, evidenciou ser a idade na maioria

dos casos inferior a esta e em algumas circunstâncias, como aquelas que já foram citadas em momento anterior do trabalho, pode ocorrer ter que assumir o comando do grupo doméstico já aos doze, o que pode Ter a ver com as especificidades da região. De qualquer modo isto dá a medida da importância atribuída ao trabalho, pelos camponeses, no processo de socialização.

A família é uma unidade de produção e consumo, sendo organizada em forma de trabalho coletivo. Há uma divisão interna do trabalho. Os homens têm a responsabilidade de todas as tarefas produtivas, de direção e contato com a cidade (a vila, em tempos passados, no complexo da economia colonial). O chefe de família é a sua maior autoridade. Mesmo havendo, com freqüência, discussões e decisões coletivas sobre as questões de produção, a última palavra, em caso de dúvida, é sempre a do chefe da família (POLI, 1994:198). Esse papel entretanto pode ser assumido, no caso de sua ausência por morte ou impossibilidade deste, pela esposa, por um filho, neste caso o mais velho, ou até mesmo, no caso da ausência de um filho homem, pela filha, permitindo algumas variações em torno do seu arranjo estrutural.

A mulher participa tanto das tarefas domésticas quanto das produtivas. Sua jornada de trabalho se caracteriza pela junção dessas duas atividades. Embora haja preferência de que as mulheres não realizem tarefas pesadas (que exigem muita força física), como lavrar a terra, colocar postes, etc., a ausência de braços masculinos para fazê-las pode significar a quebra deste padrão. Isto ocorreu por exemplo no âmbito da chegada dos colonos, quando estes precisavam recorrer ao trabalho acessório, trabalhando nas estradas, para suprir a renda familiar. RENK (apud POLI, 1994:198), observou este traço de participação feminina no trabalho da colônia e nas lides agrícolas, além das atividades domésticas. Observou inclusive que, nos primeiros anos de instalação da família num novo local do Oeste, a necessidade do "trabalho redobrado" podia levar a uma quase abolição da divisão sexual do trabalho na lavoura, tendo a mulher que executar "trabalho de homem", embora o trabalho doméstico permanecesse sempre como um trabalho feminino. Numa das localidades por mim pesquisadas constatei também a existência de um grupo doméstico onde contrariamente ao padrão era a mãe quem "comandava" e administrava as atividades desenvolvidas pela família, tal como me foi relatado por um de seus filhos. Esse controle existia ao que parece no caso de um pai considerado "acomodado":

Bom, isso em cada família muda. Na família quem mandava era a mãe; ela é que era a cabeça; ela já na roça programava os trabalhos do dia seguinte, fazia levantar todo mundo, e um fato interessante é que ela chamava pra ir pra escola, nós tínhamos que levantar e acender o fogão a lenha, fazer o café e levar o café, o primeiro café que saía do coador, para o pai. E depois ela se cansou, porque ela chamava e a gente não se levantava, e aí ela instalou uma campainha da cabeceira da cama dela, por cima do forro, a qual passava por cima do forro, e a campainha vinha na nossa cabeceira - e ai se nós desligássemos. Então era só você ouvir a campainha. No começo, quando os filhos eram pequenos, fazia tudo isso; depois que nós crescemos, então nós tínhamos que fazer isto. Mas o pai aí era de uma família assim de acomodados; todos eram e não fizeram nada na vida, não arrumaram os filhos, ao passo que o meu pai, porque tinha a mãe que comandava, que tinha cabeça, ela fazia forno, ela fazia fogão - fogão à lenha, - fazia estantes... Ela. Meu pai não era nem capaz de fazer um cabo de ferramenta; ela tinha visão. Aquele café preto da manhã não era por amor - talvez no começo - era mais, por ser o primeiro café que sai do coador, era mais para levar o pai a trabalhar, a levantar cedo, porque com o café preto ele não dormia mais; era a família que eu morava, mas minha mãe que fez com que a família andasse, que progredisse, e meu pai chegou a comprar uma terra de arroz pra cada filho; só não comprou pras filhas porque era costume na época - as filhas não ganhavam - e a herança delas era uma máquina de costura (quando os pais podiam), uma vaquinha, as roupas de cama, e algumas outras utilidades femininas.

Observa-se neste caso o importante papel desempenhado pela mulher junto ao núcleo doméstico, ao assumir na "ausência" do homem o próprio papel costumeiramente atribuído ao homem no grupo doméstico. Percebe-se que a mãe desempenha um papel central na família. Sua importância para a estruturação e o bem estar do núcleo doméstico fica evidenciada no fato da própria morte da mãe, significar, para a própria família o seu "desmoronamento", como aparece na fala de alguns filhos ao se reportarem à morte de suas respectivas mães:

Aí que está. Antes da mamãe morrer a vida familiar era normal...é bom você me observar isso, bom, antes que a mamãe morresse quem dirigia a casa era ela. Todos obedeciam ela. Tudo dependia dela e tudo girava em torno dela. Bem, quando ela morreu nós ficamos praticamente a ver navios, só com o papai. Papai não desmanchou a casa, mas ela abalou. Um foi para o seminário. Fui eu. O outro foi estudar fora, o outro meu irmão estudou em Corupá. A minha irmã foi com as freiras, o outro meu irmão casou, praticamente a casa...a minha irmã casou. Praticamente a casa se desmanchou. (Ex-seminarista Marista, 69 anos, Rio dos Cedros)

O pai tinha problema de doença mental então o sustento da família foi tirado pelo sacrifício e pelo esforço da mãe. E a gente sentia - por exemplo, quando você pergunta a questão do amor, do afago, do afeto - nossa! A mãe tinha... (se emociona) Nossa! Teve uma vida aquela ali. É tanto que foi um desespero da família quando a mãe morreu porque a mãe morreu, eu tinha vinte anos e o meu irmão caçula tinha treze. Porque, se a gente for analisar pelos fatos da história, a gente sempre diria assim: "o meu pai iria primeiro", porque o pai sempre foi uma pessoa doente, muito remédio e tudo - mas a mãe morreu de enfarte, de problema de pressão." (Padre Salesiano, 36 anos< Primeiro Braço do Norte)

Então aquela questão assim, da diferença, e a minha mãe, a minha tia queria lutar, meu pai não deixou a minha mãe lutar, ãh, sabes que meu pai era totalmente desligado das coisas materiais (Ex-religiosa da Divina Providência, professora universitária aposentada, 61 anos, Rodeio)

Não obstante essa participação ativa da mulher no trabalho produtivo, é muito limitada a sua participação na condução dos negócios, ou na representação dos interesses da unidade produtiva, fora do espaço doméstico. Negociar é uma tarefa quase que eminentemente masculina, ficando a participação da mulher restrita aos casos em que inexiste alguém do sexo masculino para fazê-lo.

A partir dessas observações, SANTOS (apud POLI, 194:199) coloca que a força de trabalho é utilizada segundo seu valor de uso. Como a atividade se volta à

transformação de objetos, é nesse sentido que a capacidade de trabalho de cada membro possui um significado para a família. Não se realiza, portanto, a separação do trabalho da pessoa do trabalhador, nem a conversão da força de trabalho em mercadoria. Cada um desempenha um trabalho útil e concreto, de acordo com o momento e a necessidade. Estrutura-se a divisão técnica do trabalho baseada na cooperação. Resulta daí uma jornada de trabalho combinada dos vários membros da família, caracterizando-a como um trabalhador coletivo.

No trabalho de campo realizado em primeiro Braço do Norte observei a importância dos avós na educação e cuidados com os netos, e a sua presença durante uma etapa do desenvolvimento do grupo doméstico, o que se afina com o próprio sistema de residência praticado, quando uma das práticas usuais é um dos filhos, geralmente o último, ficar com a propriedade dos pais em troca de responsabilizar-se pelo cuidado destes na velhice.

A força de trabalho familiar é, então, a condição fundamental da produção camponesa na realidade em questão, sendo ela mesma (sua extensão e seu limite) a responsável pela existência de outras relações de procura na unidade camponesa, ou seja, o trabalho acessório e o trabalho assalariado. (POLI, 1994:199)

Antes, porém, de apelar para tais expedientes, a família camponesa buscará a complementação de sua capacidade de trabalho na ajuda mútua entre vizinhos, sendo essa uma das formas privilegiadas de exercício de solidariedade entre as famílias e de fortalecimento dos laços de sociabilidade. (POLI, 1994:199)

No cotidiano da família camponesa italiana das localidades por mim pesquisadas as relações de vizinhança mostraram ser muito intensas, sendo freqüentemente lembradas as visitas aos vizinhos que são na maioria parentes, desenvolvendo-se entre estes relações de muita solidariedade e ajuda mútua. Segundo um dos religiosos entrevistados, essa solidariedade ocorreu desde a chegada das primeiras famílias imigrantes.

A disponibilidade de mão-de-obra na família parece estar muito ligada ao ciclo de vida da mesma. Assim, quando os filhos ainda são pequenos, haverá escassez de força de trabalho. Quando todos crescerem e ainda não se casaram, haverá abundância e assim por diante. (POLI, 1994:199)

Sobre esse aspecto percebido por Santos, também CHAYANOV (apud POLI, 1994:199) destaca que numa unidade doméstica camponesa a força de trabalho é fixa, é algo dado pelo tamanho da família e/ou pela fase de sua vida. Esse é um dos principais

determinantes do volume de produção, pois os demais elementos se fixam de acordo com aquela. O aumento da terra e dos meios de produção em nada resultam se não houver a correspondente força de trabalho familiar para movimentá-lo. O trabalho complementar fica restrito a certos momentos em que a intensidade do trabalho é maior que as outras épocas do ano. Muito dificilmente o emprego de mão-de-obra complementar é algo regular para todo o ciclo de produção, reduzindo-se a um fator complementar a certos estágios de atividade mais intensa (POLI, 1994:202) da mesma maneira como ocorria no norte da Itália com seus antepassados. Praticamente inexiste a contratação de mão-de-obra permanente e a presença de diaristas para auxiliar a família se restringe àqueles períodos de maior intensidade do trabalho, geralmente o plantio e a colheita.

Observei também em minha pesquisa de campo que normalmente os diaristas eram os próprios camponeses vizinho que se empregavam ou aos filhos para ganharem um dinheiro extra.

Um outro aspecto destacado por CHAYANOV (apud POLI, 1994:200) e que parece válido para a realidade em estudo, é que a força de trabalho familiar, freqüentemente abundante, é utilizada de forma intensiva na produção, para compensar a carência de capital para investimento produtivo. Isso o leva a concluir que a carência de capital não é um determinante aritmético inexorável do volume de atividade e que as mercadorias camponesas possuem uma composição de capital baixa. (Poli, 1994:200)

A disponibilidade da força de trabalho na família, freqüentemente condiciona a própria possibilidade de incorporação de recursos tecnológicos que aumentam a sua produtividade, pois quando é impossível aumentar a terra disponível para o cultivo, havendo mão-de-obra abundante, a incorporação de recursos tecnológicos que aumentem a sua produtividade, não só não trazem nenhum ganho como até pode causar prejuízos. Do que resulta que, o que muitas vezes é tido como uma atitude de resistência à mudança e à inovação, nada mais é que percepção, pelo camponês, da inutilidade ou até da inviabilidade de certos investimentos em melhorias tecnológicas para a sua realidade, dentro da sua lógica de pensar a produção. (CHAYANOV apud POLI, 1994:201)

Vê-se, pois, que o fator força de trabalho é preponderante para a unidade doméstica de produção, uma vez que, se a carência dos demais elementos limita o aumento de produção, sua existência sem a disponibilidade de mão-de-obra é totalmente sem sentido. É esse fato que define o casamento como um postulado absoluto e sua inexistência é um fator de inadequação. [SHANIN apud POLI, 1994:201].

III. 5. As práticas de ajuda mútua

Antes de recorrer ao trabalho assalariado, a força de trabalho necessária a mover a lavoura é complementada pelos braços dos camponeses vizinhos sob duas formas principais: o mutirão e a troca de dias.

Geralmente, o mutirão ocorre em casos de situações excepcionais, festa, doença ou sinistro, quando então os vizinhos se juntam para ajudar a família atingida a executar tarefas que a família não pode dar conta no momento. (POLI, 1994:210)

A participação no mutirão é espontânea e a retribuição à ajuda é uma obrigação coletiva quando a outra família estiver necessitada. (POLI, 1994: 202)

Essa forma de ajuda pode aparecer, inclusive, formalizada pela instituição religiosa ou nos estatutos da comunidade, como no caso das comunidades estudadas por Santos no Rio grande do Sul (POLI, 1994: 202) e aquelas por mim pesquisadas.

O mutirão pode ser feito ainda com a finalidade de executar rapidamente uma tarefa do ciclo agrícola. Nesse caso a família solicita a ajuda dos vizinhos. Troca-se um dia por outro (POLI, 1994: 202)

No estudo realizado por SANTOS (apud POLI, 1994: 202) era freqüente as famílias de reunirem para realizar a mesma tarefa em conjunto, nas diversas unidades de produção envolvidas, uma após a outra. No final, normalmente, a família beneficiada oferecia uma festa ou pelo menos um almoço ou jantar especial em forma de agradecimento (POLI, 1994: 202)

Tive a oportunidade de observar a preparação de uma festa em homenagem a passagem das Bodas de Prata de um sacerdote saído da comunidade de Primeiro Braço do Norte, em Massaranduba, no ano de 1995. Durante esta ocasião todas as famílias da localidade se articularam para a sua preparação (que iria ocorrer no dia seguinte à minha viagem). A festa, além das solenidades da igreja, era preparada na casa de um dos seus irmãos casados. A cooperação funcionou tanto em termos de limpeza e preparação dos locais para o evento, como na preparação de comidas e bebidas oferecidas aos participantes, feitas em grande quantidade e com muito gosto.

No Nordeste Catarinense, muitas famílias mantinham o hábito de realizar mutirão, para a realização de algumas tarefas conjuntas, geralmente a preparação do solo para o plantio e a colheita.

Esse parece ser um caso típico de preservação de uma forma cultural do modelo original camponês, na solução dos desafios colocados pela produção. Através dessas práticas os camponeses reproduzem e reforçam um modo peculiar de proceder em que a solidariedade e os laços de sociabilidade são privilegiados. Muito mais do que uma necessidade econômica o mutirão é um exercício de solidariedade entre as famílias e uma forma de reforçar os laços de amizade e de compromisso com o bem estar mútuo (POLI, 1994: 203). Tanto em Massaranduba como em Rodeio encontrei esse tipo de prática.

A troca do dia é um tipo de ajuda que consiste em uma família recorrer a ajuda dos vizinhos para executar uma tarefa em que só a força de trabalho familiar não é suficiente. A retribuição se dá com um tempo de trabalho equivalente, num momento em que houver necessidade de um trabalho suplementar, normalmente em momentos críticos do processo de trabalho agrícola. (POLI, 1994: 203)

Essas práticas de ajuda mútua cobrem uma necessidade de força de trabalho que o camponês não pode suprir apenas com o trabalho familiar, nem com trabalho assalariado, pois seus rendimentos monetários não permitem pagar trabalhadores continuamente, bem como parece contribuir para reforçar os laços de sociabilidade e solidariedade entre as famílias. (POLI, 1994: 202)

III. 6. O trabalho acessório do camponês

SANTOS (apud POLI, 1994: 204). em seu estudo constatou ser freqüente a busca do trabalho acessório pelos camponeses adultos. Significa que, periodicamente, o camponês pode se tornar um assalariado, ganhando por jornada de trabalho. Assalariado de outros camponeses, cuja família não basta para o desempenho das tarefas agrícolas.

A liberação para o trabalho complementar ocorre por uma combinação entre disponibilidade de força de trabalho na unidade familiar e intensidade do trabalho no estágio do ciclo agrícola. O período em que se dedicam às atividades acessórias, normalmente coincide com a presença de maior número de pessoas na família camponesa. (POLI, 1994: 204).

O recurso ao trabalho acessório funciona como um mecanismo auxiliar no estabelecimento do equilíbrio da disponibilidade de força de trabalho entre as diversas famílias, vivendo diferentes ciclos de existência. Quando numas ha escassez, nas outras

pode estar havendo excesso. Também funciona como uma fonte de renda monetária suplementar.

Segundo a constatação de SANTOS (apud POLI, 1994: 204). os camponeses normalmente aceitam com facilidade o trabalho acessório esporádico, enquanto não aceitariam ser assalariados permanentes (peon), uma vez que aquele não implica na perda de sua condição. É o que se pode perceber no depoimento de um camponês citado por SANTOS (POLI, 1994: 205): "ah, jornaleiro, as veiz, p'ra algum home lá, no que precisa um dia eu vô ajudá; ma non sô obrigado de trabalhar, se quero vô". Percebe-se então que é grande o valor dado a autonomia do trabalho que a condição camponesa proporciona. Qualquer ameaça a essa condição pode provocar reações entre os camponeses. (POLI, 1994: 205)

A dificuldade sempre presente de ampliar a área de terra disponível levou, freqüentemente, a uma abundância de mão-de-obra em muitas unidades camponesas, liberando parte dela para o trabalho suplementar, que passou a ser buscado como forma de complementar os rendimentos monetários. Um único aspecto a se comentar nesse item é o que coloca CHAYANOV (apud POLI, 1994: 206)., de que quando numa unidade camponesa houver excesso de mão-de-obra, aumenta o volume de atividades artesanais e comerciais. Para região Nordeste de Santa Catarina, no entanto, é relativamente pequena a possibilidade de exercício de atividades artesanais e comerciais, devido a falta de mercado e talvez até pela falta de hábito dos camponeses. Quando se registra o excesso de mão-de-obra, intensifica-se o seu emprego no cultivo da mesma área e busca-se o trabalho complementar por jornada em outras propriedades. A prática do artesanato se volta mais à elaboração de produtos para a subsistência, como doces, conservas, etc., e para a fabricação de instrumentos de trabalho como cestos, cabos para ferramentas, etc., mas não destinadas à comercialização. Nos últimos anos, devido ao aprofundamento da crise, pode-se observar também, com alguma freqüência, a existência de famílias que, como forma de complementação da renda, enviam um ou mais filhos já crescidos para trabalhar na cidade [Odilon, 1994: 207]. O intermediador desta passagem será principalmente a igreja através do ensino católico, permitindo ao colono um acúmulo de "capital cultural".

III. 7. A força de trabalho assalariada

Nas unidades camponesas de produção, esporadicamente, verifica-se a contratação de força de trabalho assalariada. Seu Maximiliano, por exemplo, filho de imigrantes de origem tirolesa, em Rodeio, citou a contratação de assalariados durante um período, ou dois, do ano, no caso da cultura da "arrozeira" (normalmente na preparação das "valas" onde são colocadas as sementes) quando o número de membros da família não era suficiente para tocar as diversas fases que caracterizam o seu plantio.

SANTOS (apud POLI, 1994: 207) constata que é bem mais freqüente a presença dos jornaleiros do que dos assalariados permanentes. Por outro lado, o motivo de contratação reside no ciclo de existência da família camponesa, ocorrendo no período em que as pessoas em idade de trabalho são insuficientes, ou quando ocorre a redução da família pelo casamento dos filhos. Ainda, a contratação pode ser justificada pela especificidade da produção e pela existência de períodos críticos do ciclo agrícola (sobretudo a colheita) que exigem rapidez e muitos braços SANTOS (apud POLI, 1994: 208), constatou ainda que o jornaleiro, no mais das vezes, é o próprio camponês em trabalho acessório. A presença de trabalhadores rurais assalariados, se não pode ser tida como nula, pelo menos é muito pouco freqüente. (POLI, 1994: 208) Também encontrou-se essa situação no município pesquisado.

Em que medida isso significa o desenvolvimento de relações capitalistas, no interior do processo de trabalho camponês? Para responder a essa questão é preciso analisar a situação dos envolvidos. Em primeiro lugar, o objetivo de ambos é tão somente a obtenção do necessário para satisfazer as necessidades de sua família, através da produção de uma mercadoria, ou pelo assalariamento periódico, sem com isso perder a condição camponesa. Por outro lado, não se constituiu o capital, uma vez que não ha capitalização, mais-valia ou reprodução ampliada a partir do trabalho assalariado. Assim, "[...] não se verifica o desenvolvimento do capital enquanto relação social entre as pessoas envolvidas no processo de trabalho camponês [...] a soma de dinheiro gasta com o pagamento de salários é deduzido do rendimento familiar." (POLI, 1994: 208)

Por seu lado, o assalariado não é um trabalhador expropriado dos seus meios de vida e produção; ao contrário, é também um camponês. "O camponês não desenvolve uma relação de oposição ao trabalhador, na medida que este outro, na realidade, é ele mesmo." (POLI, 1994: 208)

Sobre o exposto, resta questionar como fica o caso das unidades do Nordeste Catarinense uma vez que, durante um longo período, o trabalho assalariado era desempenhado por famílias com pouca ou nenhuma terra. Nesse caso, entende-se que, sem dúvida, a existência dessas famílias significava a existência de uma estratificação dentro da população rural. Porém, a partir daí, antes de se afirmar o desenvolvimento das relações capitalistas entre eles, é preciso considerar que, mesmo vivendo numa situação de inferioridade econômica e social, esses assalariados não se apresentavam separados das condições de produção dos seus meios de vida. No seu pequeno lote ou nas terras que obtinham como agregados, desenvolviam uma lavoura de subsistência, com possibilidade de venda do excedente. Todos eles tinham o seu próprio roçado e eram, em última análise, camponeses. Como coloca SHANIN (apud POLI, 1994: 209), a propriedade privada da terra não é condição *sine qua non* para ser um camponês. Mesmo a apropriação de parte do produto camponês, normalmente não rompe a relação básica camponês/terra. (POLI, 1994: 209)

A questão essencial, porém, pela qual conclui-se que não ocorre o desenvolvimento de relações tipicamente capitalistas entre esses dois personagens, camponês e assalariado, é que, como já se colocou acima, não ocorre a acumulação de capital ou sua reprodução ampliada por parte de quem contrata. Também não se desenvolve uma relação de oposição entre ambos. (POLI, 1994: 209)

III. 8. A propriedade da terra

A terra ainda é o meio de produção fundamental para o camponês. A forma de acesso à terra pela via da apropriação privada, é talvez um dos principais elementos de diferenciação da realidade dos camponeses do Sul, na origem, em relação a realidade do restante do país, o qual, por sua vez, traz uma série de conseqüências. A implantação dos núcleos coloniais camponeses, a partir da imigração de estrangeiros, segundo SANTOS (apud POLI, 1994: 210) deu-se através da propriedade capitalista da terra, sendo esta uma mercadoria capitalista. Sua aquisição significa o investimento de uma soma de dinheiro e isso, de um lado, limita a possibilidade de ampliação da área disponível e, de outro, é a fonte de autonomia do camponês, uma vez que, sendo proprietário, possui sobre a 'área um direito formalmente reconhecido e inalienável, a não ser por vontade própria. (POLI, 1994: 210)

A herança também é uma forma importante de acesso à propriedade como já foi visto. Entre os camponeses do Nordeste Catarinense, antes da crise da produção camponesa tradicional, era um costume da família camponesa adquirir uma parcela de terra para cada filho homem, para que, ao se casar, ele pudesse constituir sua própria unidade produtiva. A aquisição dessas parcelas era fruto do trabalho coletivo da família camponesa.

A crise, junto com a escassez de terra, gera uma disparidade entre o potencial produtivo e o preço, levando a dificuldade ou até a impossibilidade de aquisição de terras para a ampliação da propriedade. Atualmente essa situação está alterando o próprio sistema de herança, levando muitos filhos a renunciarem à parcela de terra pela possibilidade de estudar e/ou de algumas condições mínimas de se instalar na cidade. Isso, na prática, nem sempre tem significado renunciar à possibilidade de se reproduzirem como camponeses. O que se verifica nas localidades por mim pesquisadas, é a manutenção de muitos destes como colonos-operários.

É preciso considerar, diante deste contexto, que para muitas famílias, do Nordeste Catarinense, a aquisição e/ou preservação de uma parcela de terra assume um significado muito especial, ligado à preservação de um modo de vida específico, característico de um *ethos* camponês, a terra neste caso tem um valor moral. Ter acesso a apropriação privada de um pedaço de terra, no imaginário camponês, parece não estar ligado com o interesse pela acumulação de um certo capital mas, fundamentalmente, à

possibilidade de preservação da autonomia que a condição camponesa lhe confere, de estabilidade do grupo de vizinhança e do modo de vida camponês.

A propriedade privada da terra gera a possibilidade de geração de uma renda da terra, a qual vai determinar o custo da terra que nada mais é senão a renda territorial capitalizada (SANTOS apud POLI, 1994: 211). Segundo o mesmo autor, o fato de haver a geração de uma renda fixa da terra, não significa que ela seja apropriada pelo camponês. Como produtor simples de mercadoria, que participa numa posição subordinada do mercado capitalista, onde tem vigência um preço de produção social médio, a renda territorial gerada pelo processo de trabalho camponês, incorporada ao sobre-trabalho dos camponeses, tende a ser incorporada pelo capitalista industrial ou comercial, mediante diversas modalidades de exploração. (POLI, 1994: 212)

III. 9. A propriedade dos meios de produção

Além da terra, os camponeses são proprietários dos meios de produção. Como já se discutiu anteriormente, boa parte deles tem a forma de mercadoria, tanto as matérias-primas intermediárias (fertilizantes, defensivos, etc.) quanto os meios de trabalho (arado, enxada, motores estacionários, carroça, etc.). Isso mostra como o camponês, mesmo não sendo especificamente capitalista, está muito integrado ao mercado deste sistema. Isto é tão mais verdade quanto maior for a presença da indústria no controle da produção das mercadorias camponesas. É o caso da produção do fumo e do arroz no Nordeste Catarinense ou, mais recentemente, a produção integrada de aves para corte. Porém essas situações já representam uma outra fase da produção camponesa e da relação desta com o capital. (POLI, 1994: 212)

No Nordeste Catarinense, de acordo com os dados obtidos na pesquisa, a participação de produtos industrializados no processo de produção camponesa cresceu gradativamente com o passar do tempo até a indústria atingir, para certos produtos, o controle praticamente total da produção agropecuária, como no caso da produção integrada.

Na fase inicial de colonização, no período que se caracterizou pela dificuldade de contato com o mercado, a participação de insumos industrializados na produção agrícola era muito pequena ou quase nula. Até o final dos anos 60 e início de 70, começo da modernização, e segunda metade da década de 70, início da crise camponesa, a ligação com o mercado para a aquisição de meios de produção

industrializados efetivamente existia, mas em grau menor de intensidade, principalmente pela rusticidade dos produtos produzidos pela tecnologia absolutamente elementar empregada. (POLI, 1994: 213)

Há também uma série de meios de produção que são produzidos pelos próprios camponeses, e que, portanto, não assumem a forma de mercadorias (cestos, estacas, cabos para ferramentas, adubo orgânico, etc.). Esses normalmente são fabricados em períodos de entressafra. (POLI, 1994: 213)

Ao estudar essa questão junto dos camponeses do Rio Grande do Sul, SANTOS (apud POLI, 1994: 213) concluiu que: a) Os meios de trabalho das unidades camponesas são pouco mecanizados, sendo apenas uma extensão do braço humano; b) As matérias-primas intermediárias são de uso intermitente e restrito ao mínimo indispensável; e c) No processo de trabalho camponês existe uma predominância do trabalho vivo sobre o trabalho cristalizado em produtos, ou seja, apresenta uma "composição de valor baixa", uma vez que a força de trabalho é o elemento de maior peso. (POLI, 1994: 213)

Um outro aspecto observado no estudo de SANTOS, é que, para a reposição dos meios de trabalho, a cada ano agrícola, freqüentemente os camponeses recorrem aos empréstimos bancários. Esse recurso, por excelência, articula o camponês com o sistema de produção capitalista e permite a sua exploração mediante a transferência de sobre-trabalho. Assim, ao mesmo tempo que o financiamento viabiliza a aquisição dos meios de trabalho, abre caminho para a submissão e exploração do camponês. (POLI, 1994: 214)

Novamente é preciso chamar a atenção que em relação aos camponeses do Nordeste Catarinense, essa afirmação só vale para o período posterior a 1960, quando se inicia na região a modernização da produção agrícola, ao que se tem chamado de crise da produção camponesa tradicional, em que o capital industrial passou a interferir mais diretamente na produção camponesa, através de estratégias variadas. Antes desse período, sequer havia linhas de crédito bancário aos camponeses, ao mesmo tempo em que a necessidade de aquisição de meios de trabalho no mercado era bastante reduzida(POLI, 1994: 214)

BELATTO (POLI, 1994: 214), coloca que a abertura de linhas de financiamento para a pequena produção agrícola, inclusive, em muitos casos, com juros subsidiados, é uma das estratégias utilizadas pelo capital para forçar a introdução de mudanças no processo produtivo camponês.

III. 10. A jornada de trabalho

Os elementos do processo de trabalho camponês combinam-se numa jornada de trabalho com duração variável entre 9 e 12 horas diárias, conforme a época do ano. (POLI, 1994: 215)

As observações e os relatos colhidos por Santos (apud POLI, 1994: 215), revelam que o trabalho é árduo e constante e que o conceito dos camponeses em relação ao trabalho na roça é bastante negativo, sendo símbolo de dureza. "A vida na roça é uma tristeza" ou "a vida de colono é braba", são algumas expressões relatadas. Os depoimentos coletados na presente pesquisa dão conta de que no Nordeste Catarinense, a visão sobre o trabalho camponês é semelhante.

Há que se ressaltar também que a penetração do capital na produção camponesa e a exploração do sobre-trabalho camponês pelo capital (industrial, financeiro e comercial) determina o prolongamento da jornada até níveis extremos, com extensa utilização do trabalho familiar. (POLI, 1994: 215)

Para compreender melhor as representações dos camponeses sobre o seu trabalho é preciso tomar em consideração as observações que se farão, a seguir, ao se tratar do imaginário e da cultura camponesa.

III. 11. Elementos do imaginário e da cultura camponesa

REDFIELD, citado por QUEIROZ (apud POLI, 1994: 216) considera que o camponês se caracteriza por suas atitudes práticas e utilitárias em relação à natureza. Apresenta uma valorização tão positiva do trabalho, que o define como essencial não apenas do ponto de vista material, mas também como cumprimento de uma ordem divina. Junto com essa valorização do trabalho, sua noção de justiça social leva à formação de uma noção ética de que quem trabalha enriquece, ou pelo menos consegue boas condições de vida.

Nesse sentido é preciso observar que essa ética do trabalho, muito cultivada entre os camponeses de origem européia do Sul do Brasil, como um importante elemento de afirmação e diferenciação frente a outros grupos de distintas etnias (caboclos, negros, índios, etc.), parece ter outra conseqüência importante para se compreender os desdobramentos da crise da economia camponesa tradicional provocada pela modernização agrícola. Ocorre que, ao afirmar-se pelo trabalho, intenso, árduo e

ininterrupto, defendendo-o como fonte privilegiada de progresso e de produção das condições de vida, esses camponeses também desenvolveram uma expectativa de reciprocidade por parte da sociedade instituída, no sentido de que quem trabalha desse modo deve receber em troca o crescimento, o "se fazer", ou pelo menos as condições necessárias para uma vida digna. A miséria pode ser admitida entre caboclos e índios porque esses "não trabalham", ou trabalham de "sol a sol" e vivem sobriamente.

Essa valorização do trabalho entre os camponeses de origem européia do Nordeste Catarinense, sendo esta, inclusive, uma das matrizes da ideologia étnica que os contrapõe a outros grupos (negros, caboclos e luso-brasileiros). Estes camponeses, em geral, apresentam uma verdadeira compulsão pelo trabalho, que deve ser contínuo, metódico e organizado, sendo este apresentado como o segredo da fortuna, a causa do progresso e da ascensão, e esta um motivo de honra, admiração e respeito, "(...) porque o trabalho só é compreensível na lógica do sacrifício e da recompensa." (RENK apud POLI, 1994: 217). Um ditado popular parece ilustrar essa forma de representar o trabalho por essa população: "o suor não é santo, mas onde cai faz milagres". (Idem: 217)

A essa concepção de trabalho corresponde também uma concepção e uma atitude frente ao tempo. A compulsão pelo trabalho é acompanhada pela de "não perder tempo". Este é sempre pensado na lógica do ganho ou da perda, e se constitui num dos elementos estruturadores da organização interna dos grupos e da distribuição das tarefas. Assim é que são definidas tarefas típicas de dias chuvosos (fabricação de cestos, cabos e outros utensílios) e tarefas a serem realizadas à noite (tarefas de casa ou nos galpões, porões, etc.), de modo a "não roubar tempo de lavoura". Nesta mesma ótica, as atividades comunitárias (construção de capelas, escolas, etc.) ocorrem nos períodos de entressafra, quando da "folga da lavoura". Até mesmo os "filós" ou "serões" são utilizados para a realização de tarefas como debulhar o milho, confeccionar crochês e tricôs, pelas mulheres, etc. (Idem, ibidem).

Esses elementos, segundo a autora, definem padrões comportamentais que convergem para um estilo de vida baseado na exaltação do trabalho, na poupança, na frugalidade do consumo, na preocupação, na constituição de reservas para o futuro, na honradez, etc., a imagem do pioneiro está sempre ligada à idéia de trabalho, sacrifício. Um trecho do depoimento de um dos colonizadores da região parece ilustrar esta questão: "(...) Para se ter sucesso neste mundo eu sempre pensei e tenho ensinado aos meus filhos e netos, são necessários três modos. Em primeiro lugar muito trabalho; em

segundo lugar, muita atividade para não perder o trabalho; e em terceiro lugar, muitíssima honestidade." (RENK apud POLI, 1994:218)

Do mesmo modo que o progresso, a ascensão ou o "fazer-se" estão ligados à idéia de trabalho e de poupança. A pobreza aparece relacionada a idéia de indolência e de não aproveitamento correto do tempo, a ausência do espírito de poupança e de preocupação com o futuro, o pensar só no hoje. Afora isto, parece haver só uma justificativa para a pobreza: o infortúnio (doença ou alguma desgraça). Portanto, dentro da ideologia étnica, a atitude displicente em relação ao trabalho e ao futuro, significa a exclusão do grupo e a transformação no "outro", normalmente identificado com o negro, caboclo ou luso-brasileiro (POLI, 1994: 218)

Percebe-se assim, que a consciência afetiva e moral desses camponeses comporta uma ética do trabalho que influencia profundamente sua atitude frente à natureza, à sociedade e ao trabalho, como também a organização interna da unidade produtiva e do grupo familiar e a própria organização do espaço doméstico e produtivo, onde a lavoura bem cultivada, o pomar e a horta organizada, são elementos de distinção e afirmação. Esta ética do trabalho parece interferir no relacionamento interpessoal dentro da comunidade, na definição do círculo de amizades, bem como na forma como essa população irá elaborar suas experiências.

Para compreender essa forma de desenvolvimento cultural é preciso tomar em consideração, por um lado, as expectativas da sociedade brasileira em relação a esses camponeses, a função que receberam ao instalarem-se no novo país e a forma como se deu essa sua inserção na sociedade brasileira. (POLI, 1994: 219)

Quanto às expectativas da sociedade brasileira, é preciso considerar o fato desses camponeses terem sido trazidos para o país, entre outras coisas, para iniciar a implantação de um modelo de produção agrícola e de trabalhador, em oposição à população nativa. A ideologia do branqueamento via na excessiva participação de "pessoas de cor" na composição da população brasileira, o principal entrave ao seu desenvolvimento. O imigrante representava assim, num sexto sentido, o modelo de homem e de trabalhador que precisava ser importado para livrar o Brasil do caos e levá-lo ao progresso. A vinda desses camponeses aparece, então, fortemente ligada à idéia de progresso e de desenvolvimento. (POLI, 1994: 219)

Isto pode ser percebido nas manifestações da imprensa local e mesmo das autoridades do estado sobre a vinda dos colonos, analisados por BELANI (apud POLI, 1994: 219). "Em todas as reportagens, o 'colono' é inegavelmente visto como aquele

elemento que, sob sua responsabilidade dependia o crescimento e desenvolvimento da idéia de trabalho e a expectativa de que esse trabalho geraria excedentes e reservas (e em boa quantidade), a serem comercializados e com isso o crescimento e o desenvolvimento da região e do país. Esses fatores, ao que parece, influenciaram o comportamento dos camponeses na sua inserção do novo espaço, nas relações que mantiveram com os outros grupos e no seu desenvolvimento social, econômico e cultural." (POLI, 1994: 221)

Os pontos destacados parecem deixar bem claro a função recebida por esses camponeses no interior da sociedade (produzir excedentes para o mercado sustentar o crescimento econômico), bem como a forma como se inserem no contexto social, em oposição ao modo de vida e de produção da população nativa. (POLI, 1994: 221)

Um outro elemento de cultura desses camponeses que merece ser destacado é a concepção de família. (POLI, 1994: 221) A família parece ser um dos traços constitutivos e de afirmação da cultura e do modo de vida dos camponeses "de origem" do Nordeste Catarinense. Esta fundamentada no casamento monogâmico e indissolúvel, sendo praticamente inadmissível a separação em vida. Esse traço, inclusive, é apresentado em oposição àqueles que praticam o casamento consuetudinário, com separações e novos ajuntamentos, prática às vezes freqüente entre os caboclos. A forma de instalação desses camponeses pelo processo de colonização parece ter favorecido essa constituição sólida ao grupo familiar. Segundo a autora, essa "tradição familiar" em que a "virtude da indissolubilidade" do casamento é enaltecida, não pode ser dissociada da gestão e da transmissão econômica da exploração agrícola familiar, que pressupõe uma certa divisão sexual e geracional do trabalho. É no contexto das condições de vida e de trabalho, em que o trabalho feminino tem um papel fundamental, que, ao que parece, se encontram as bases para o fortalecimento dos vínculos do grupo familiar. Dada a importância da estabilidade do matrimônio para a garantia da exploração familiar, é natural que o casamento seja visto como indissolúvel. Também é em função do patrimônio que irão ocorrer as escolhas matrimoniais dos camponeses, mesmo quando estes pensam ter realizado esta escolha. (WOORTMANN, 1990)

Nesse sentido, a família passa a ser também um espaço privilegiado para a socialização de seus membros e a inculcação de valores, atitudes e conduta, entre estas as econômicas; "assim sempre foram ensinados e aprenderam" a gastar o mínimo possível, a viver com parcimônia, a ter reservas para o futuro. " Pensar no dia de amanhã." (RENK apud POLI, 1994: 222)

Ditados populares como: "quem não trabalha não come" ou "o ganhar ensina a gastar", coletados pela autora, parecem demonstrar bem os dois elementos tidos como fundamentais para o sucesso e o desenvolvimento econômico da família: trabalho árduo e moderação do consumo. Com esses valores, esses camponeses se afirmaram frente aos "outros" (especialmente os negros, os caboclos e os lusos), que "só pensam no hoje." (RENK apud POLI, 1994: 222)

Esses valores vão ser fundamentais inclusive na escolha do cônjuge e parece residir aí uma das principais barreiras ao cruzamento com outros grupos.

Um outro elemento de grande importância e que não pode ser esquecido para a compreensão desses elementos do ponto de vista da sua cultura, é a questão religiosa, que devido a sua importância para este trabalho merecerá um capítulo à parte, o de número 3.

III.12. Considerações sobre os camponeses do Nordeste Catarinense

A partir dos elementos expostos acima, torna-se possível estabelecer-se algumas considerações sobre as especificidades da população rural do Nordeste Catarinense, em comparação com os camponeses de outras regiões do país, nos quais se embasa boa parte da literatura brasileira sobre o assunto.

Em primeiro lugar, parece haver uma diferença marcante na origem e no patrimônio cultural trazido por essa população, em relação `as populações rurais de outras regiões do país. Essa origem e gênese diferenciada, leva ao desenvolvimento de características, cultura, e expectativas também diferenciadas, inclusive em relação as populações rurais do próprio Sul do país, mas que não tiveram a mesma origem e trajetória histórica. (POLI, 1994: 235)

De forma semelhante a diversos estudos feitos sobre a constituição e as características da população camponesa brasileira, BRUMER et alii (apud POLI, 1994: 235), afirma que a agricultura camponesa no Brasil nasceu sob o signo da precariedade, manifestada pelo precário controle dos meios de trabalho (especialmente a terra) e pela pobreza da população rural, pela grande mobilidade espacial, pela acentuada dependência em relação à grande propriedade e pelo caráter de exclusão que marcou sua inserção social.

Vivendo historicamente no interior das grandes fazendas, ou em pequenas aglomerações mais ou menos concentradas (vilas e vilarejos), a população rural

brasileira desenvolveu uma vida social que esteve longe de corresponder à complexidade característica das aldeias camponesas da Europa. "Na realidade, a população rural dos campos não se constitui verdadeiramente em comunidade rural, no sentido antropológico do termo." (BRUMER apud POLI, 1994: 235)

A relativa facilidade de retirar da natureza as condições mínimas de subsistência, definida em termos de mínimos vitais, a fragilidade dos laços de coesão grupal e, sobretudo, a impossibilidade de participar, efetivamente, na produção agrícola mercantil, parecem ter dificultado o desenvolvimento de relações sociais mais complexas, a exemplo das comunidades camponesas tradicionais da Europa. No mesmo sentido, LANDIN & MONTEIRO (1987) colocam que, pela combinação de três elementos fundamentais e preponderantes na gênese da nossa estrutura fundiária (a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo) a agricultura camponesa no Brasil assumiu um caráter subalterno e, consequentemente, não se desenvolveu aqui uma sociedade camponesa, com identidade própria, política, econômica e culturalmente. Reduziu-se a um proto campesinato escravista, ao qual CARDOSO (1987) chamou de "brecha camponesa." (apud POLI, 1994: 236)

Ao contrário disto, os núcleos camponeses do Sul do Brasil, incluindo-se aí o Nordeste Catarinense, tiveram uma origem bastante diferenciada ao que foi acima descrito, tanto no que se refere aos objetivos de sua implantação, aos destinos da produção, bem como no que se refere às expectativas da sociedade brasileira em relação aos mesmos. Considerando-se que o patrimônio cultural trazido, no momento da imigração (modelo original), herdado das comunidades camponesas tradicionais da Europa, também se diferencia muito daquele dos camponeses do restante do país, pode-se compreender as acentuadas diferenças existentes entre eles. (POLI, 1994: 236)

Parece oportuno, no entanto, tecer-se aqui algumas considerações obre a presença da população indígena, cabocla e luso-brasileira, que habitava a região até o momento da colonização, e cujos remanescentes ainda se encontram, de alguma forma, presentes na região. Em que medida a presença desses remanescentes influenciou o processo de desenvolvimento econômico e cultural da região? Em que medida é legítimo tomar o modo de vida dos imigrantes como o modo de vida característico da região? (POLI, 1994: 236)

A esse respeito, é preciso considerar, em primeiro lugar, que, segundo estudos realizados sobre o processo de colonização e seus efeitos, o mesmo desestruturou totalmente as condições de reprodução do modo de vida da população que vivia na

região até então. A apropriação privada da terra e a conseqüente escassez da área, o confinamento da população em pequenos espaços acidentados e isolados, contraposto a anterior amplidão e espalhamento, a imposição da imobilidade contraposta a mobilidade característica do período anterior, a destruição da mata, importante fonte de subsistência, a obrigatoriedade de cercar os animais, etc., inviabilizaram a reprodução do seu modo de vida. Em segundo lugar, o descompasso criado entre o *habitus* dessa população e as estruturas econômicas introduzidas com a colonização dificultaram ou até inviabilizaram uma integração positiva dessa população às novas condições de vida implantadas. Impôs-se desse modo, a sua dispersão, a saída em busca de outros espaços, a integração marginal subalterna à nova forma de produção camponesa trazida pelos de "origem". "O *habitus* não se transforma com a rapidez exigida pelas mudanças introduzidas". Como conseqüência disso, tem-se que as condições de produção, a cultura e o modo de vida trazidos pelos camponeses de origem através da colonização, tornam-se absolutamente dominantes e determinarão a dinâmica de produção camponesa na região, bem como a integração desta com a sociedade abrangente. É por essa razão que, no presente estudo, para se caracterizar o campesinato regional, toma-se como referência o modo de vida e as condições de produção dos camponeses "de origem." (POLI, 1994: 237)

As páginas seguintes são destinadas a estabelecer uma diferenciação entre a realidade dos camponeses do Sul e as populações camponesas de outras regiões do país. Parece claro que, como demonstra MARTINS (1981), a realidade do meio rural das demais regiões brasileiras está longe de ser homogênea, havendo inclusive uma diversidade de denominações para designar o camponês nas diversas regiões. Porém, mesmo havendo diferenças, partilham entre si uma origem semelhante, um papel histórico semelhante, uma mesma mobilidade espacial, etc., o que define a existência de alguns traços comuns que, pelas razões acima apontadas, não são partilhadas pelos camponeses do Sul. (POLI, 1994: 238)

Embora não ignorando as diferenças existentes no conjunto das populações rurais das outras regiões do país e tão somente para facilitar a diferenciação das duas realidades, chamar-se simplesmente de "caboclo" os camponeses descendentes daqueles que CARVALHO FRANCO (1974) chamou de homens livres e pobres, ou seja, mestiços (frutos de cruzamentos de índios, negros e brancos), não escravos e que, durante o período da escravatura, viveram e se reproduziram à margem do processo produtivo da agricultura comercial, voltada à exportação, e que se fizeram presentes na maior parte

do território brasileiro, inclusive no próprio Sul. A denominação "caboclo" carrega uma acentuada conotação pejorativa e é em grande medida, fruto do preconceito e do caráter etnocêntrico da representação dos camponeses de origem (e das elites), sobre essa população que habitou o meio rural na maior parte do território brasileiro. Internamente se autodenominam de "brasileiros." (RENK apud POLI, 1994: 238) Aqui será mantido o termo "caboclo" precisamente para demonstrar o caráter preconceituoso que marca a sua inserção na sociedade brasileira. Por outro lado, chamar-se-á de camponeses "de origem" utilizando-se uma expressão corrente na região, para designar os camponeses do Sul do país, descendentes de europeus (italianos, alemães e poloneses, principalmente) que chegaram ao Brasil durante o século XIX e início do século XX, por força da política imigratória brasileira e que, a partir da metade deste século passaram a predominar numérica, cultural e economicamente no meio rural do Nordeste catarinense. RENK (apud POLI, 1994: 239), realizou um estudo muito importante, observando as relações entre esses dois grupos. Este estudo muito contribuiu para essa caracterização.

Uma das principais diferenças refere-se aos objetivos da produção. Enquanto a maioria dos estudos destacam que os caboclos produziam quase que exclusivamente para o seu próprio consumo, mantendo um contato bastante precário e esporádico com o mercado, a produção dos camponeses "de origem" se organiza, em grande medida, em função do mercado. Ou seja, na organização da produção destes, sempre existe um ou mais produtos cuja produção não se destina a atender às necessidades internas de consumo da unidade produtiva, mas sim, está voltada para as necessidades do mercado. Paralelo a produção desses produtos para o mercado, ocorre toda uma produção de subsistência cujos excedentes podem, eventualmente ser comercializados, desde que atendidas as necessidades internas de consumo. Porém, parece importante esclarecer que na determinação do "quê" e do "como" produzir, os produtos destinados ao mercado têm tanto ou mais peso do que a produção destinada à subsistência. (POLI, 1994: 236)

Por outro lado, enquanto a própria implantação dos núcleos coloniais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, se dá com base na apropriação privada da terra, mediante sua aquisição por um certo valor em dinheiro e, portanto, no interior de uma relação capitalista de mercado, o acesso à terra em outras regiões e/ou em outras situações se deu principalmente com base no processo de posse ou "intrusamento" (ocupação de terras devolutas, sem emissão de título de posse), ou por concessão de grandes proprietários, que dispunham de áreas ociosas. Isto significa que, enquanto a

chegada dos primeiros é promovida pelo sistema produtivo nacional, o surgimento destes últimos se dá devido a sua exclusão do processo produtivo baseado na escravatura. Este foi o caso da população rural que habitava a região Nordeste de Santa Catarina quando da chegada dos primeiros camponeses "de origem" ainda que seu número fosse numericamente inexpressivo. (PELUSO JR.) Estes, por sua vez, promoveram a superação dessa modalidade de posse, pelo deslocamento da população cabocla do seu espaço. (POLI, 1994: 240)

Essa diferente origem parece marcar significativamente tanto a organização do processo produtivo, e o destino da população, quanto o desenvolvimento social e cultural da população. A impossibilidade de participar do processo produtivo como força de trabalho e a inexistência de mercados para os produtos agrícolas, uma vez que os centros urbanos eram quase inexistentes e as grandes propriedades eram, em grande medida, auto-suficientes, forçava a população brasileira livre e pobre (caboclos) a viver à margem do processo produtivo e numa condição de quase total isolamento. Nas palavras de DURHAM (apud POLI, 1994: 240):

> Como eram pouquíssimos os centros urbanos criar um mercado para pequenos produtores agrícolas (o que se deve em parte ao caráter auto-suficiente da grande lavoura), aos homens livres, sem recursos, emigrados, mestiços ou libertos, só é possível uma existência à margem do sistema econômico colonial, quer como agregados, quer como produtores independentes, mas isolados e auto-suficientes.
>
> Mesmo com a abolição da escravatura e a criação gradativa de um mercado interno para os produtos agrícolas, alguns fatores de ordem cultural impediram a integração efetiva dessas populações caboclas ao mercado nacional. Por outro lado, o forte preconceito que recaía sobre a população negra e mestiça impedia sua inclusão como mão-de-obra livre. Por outro lado, a sua própria organização produtiva historicamente assentada sobre a produção para o consumo, parece ter dificultado a constituição de um excedente regular para ser vendido no mercado interno. (POLI, 1994: 241)

Parece ilustrar o que caracterizava a comunidade agrícola tradicional brasileira, ou pelo menos como era vista pela sociedade organizada, o relato do Príncipe Maximiliano, que percorreu a região do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, no século

XIX, e é citado por DURHAM (apud POLI, 1994: 241): "nos cerrados que margeiam a costa, habitam famílias pobres e esparsas, que vivem da pesca e da colheita de suas plantações. São em geral negros, mulatos e outras gentes de cor... Pobres demais para comprar escravos e demasiado indolentes para o trabalho, preferem morrer de fome".

Outros depoimentos citados pela autora, dão conta de que se trata de uma população pobre e meio desnutrida e pouco ou nada afeito ao trabalho. É o caso de relato de SAINT-HILAIRE, falando da população do sertão mineiro e baiano (Alto e Médio São Francisco): "A criação de gado a que se entregam, favorece a sua tendência à moleza e a má alimentação contribui, ainda mais, para tirar-lhe as energias". E prossegue: "Os habitantes do sertão não plantam senão para o próprio consumo" (SAINT HILAIRE apud DURHAM, 1984:49-50). SPIX e MARTIUS, também citados pela mesma autora, falando sobre o sertão da Bahia escrevem: "uma palhoça imunda tendo em volta uns pés de banana maltratados, uma roça de feijão e mandioca, umas cabeças de gado e alguns cavalos magros, que buscam eles próprios a subsistência, eis a mais alta inspiração desses mulatos. Alimentam-se com ervas, carne de vento, leite e requeijão e, durante o tempo dos frutos, sobretudo os do imbuzeiro (...)" (SPIX e MARTIUS apud DURHAM, 1984:500). Mesmo carregados de elementos ideológicos inerente à cultura das elites, esses textos, aos que parece, ajudam a elucidar traços do modo de vida e de produzir dos caboclos. (POLI, 1994: 242)

No contexto de isolamento em que viviam os caboclos, sendo considerados quase que dispensáveis pelo processo produtivo instituído, organizaram-se, tanto na produção quanto no consumo, em termos de mínimos vitais, e o trabalho produtivo sistemático e contínuo se lhes apresenta como algo tão impossível quanto desnecessário. Não são explorados economicamente, mas vivem excluídos do processo de produção. Nessas condições, sua produção só tem o objetivo de prover as condições mínimas de subsistência, sendo a caça, a pesca e a coleta complementos importantes da agricultura. Por essas razões, os excedentes produzidos são escassos e esporádicos e o contato com o mercado muito precário. (POLI, 1994: 242)

Bastante diferentes parecem ter sido as condições dos camponeses "de origem" do Sul, uma vez que os camponeses "de origem" vivenciaram relações de trabalho que estimularam a obtenção de melhor qualificação profissional e a familiarização com culturas e insumos modernos. Já os "caboclos", em sua maioria, permaneceram como meeiros, em propriedades que não incorporaram tais recursos, determinando uma situação de menor qualificação profissional e baixo nível tecnológico. (POLI, 1994: 244)

A partir dessa constatação, parece possível compreender-se a agricultura itinerante e o nomadismo dos caboclos, bem como as condições de afirmação e desenvolvimento dos camponeses "de origem" que conheceram, inclusive, alguns períodos de prosperidade. Parece possível, enfim, compreender as significativas diferenças entre a agricultura dos camponeses "de origem" do Sul e a agricultura dos caboclos, presente em quase todo o país, e mesmo no Sul, de forma marginal. (POLI, 1994: 244)

A respeito do nomadismo que caracterizou a população cabocla em todas as regiões, vale ressaltar o seu caráter individual, devido, ao que parece, a ausência de elementos de coesão suficientemente fortes para manter o grupo unido, sendo visível a facilidade com que podia ocorrer a segmentação dos grupos familiares. (QUEIROZ apud POLI, 1994: 244) A partir dessas condições históricas, o nomadismo tornou-se um traço cultural, ou seja, a fazer parte do *habitus* do caboclo. (POLI, 1994: 244)

Entre os camponeses "de origem" esse nomadismo não se registra, e mesmo quando ocorria o deslocamento espacial de alguma família conjugal, os vínculos desta com a família ampliada são mantidos. (DURHAM apud POLI, 1994: 245) As migrações que acompanham as sucessivas gerações desses camponeses, tinham o único objetivo de viabilizar a reprodução da unidade produtiva. No entanto, uma vez instalada, a família tendia a permanecer no mesmo espaço, por longos períodos, estabelecendo fortes laços de solidariedade e de convivência com o grupo de vizinhos, grupo este caracterizado por uma acentuada estabilidade. Além disso, normalmente, os laços com o seu grupo de parentesco eram mantidos e realimentados com visitas periódicas, correspondências e mesmo entreajuda em eventuais dificuldades. SIMMERMANN (s.d.:3) coloca: "Ser colono significa para os filhos dos imigrantes europeus, uma condição que lhes é inerente, já que se sentem herdeiros da tradição agrícola e dos fortes sentimentos de vinculação e apropriação da terra de seus pais." (POLI, 1994: 245)

Um elemento destacado no estudo de CARVALHO FRANCO (1974) é a presença acentuada da violência nas relações sociais (vizinhança, parentesco, lúdico) das populações caboclas. Os elementos de ruptura e tensão estavam fortemente presentes e eram até constitutivos das relações comunitárias. A violência aparecia incorporada numa moralidade que a considera legítima e mesmo um imperativo. (POLI, 1994: 245)

Os motivos da violência normalmente eram imediatos, não havendo necessidade de um histórico anterior. Os ajustes violentos, caracterizados pelo confronto direto, onde o desfecho culminava com a eliminação de um dos contendores, não eram esporádicos,

nem associados a situações excepcionais. Pelo contrário, apareciam ligados a circunstâncias banais, havendo, inclusive, uma desproporção entre os motivos e os atos de violência. (idem, ibidem) (POLI, 1994: 246)

Buscando compreender as razões para essa presença acentuada da violência entre as populações caboclas, CARVALHO FRANCO [1974], aponta para alguns fatores como a ausência de coesão e estabilidade dos grupos, ausência de tradição e de uma hierarquia organizadora e estruturadora que permitisse o exercício de um poder político e gerenciador das relações coletivas. (POLI, 1994: 246)

Vale lembrar que MEILLASSOUX (apud POLI, 1994: 246), estudando as relações sociais na comunidade doméstica, constatou que só a estabilidade dos grupos, possibilitada pela produção sistemática das subsistências, a partir de uma agricultura bem desenvolvida, criou possibilidades do exercício do poder político baseado na negociação e no estabelecimento de regras de convivência, capaz de substituir a violência como fator de estruturação da vida social. (POLI, 1994: 246)

Essa estabilidade e coesão parece inexistir entre os grupos caboclos, inexistindo também a noção de pertencimento a uma comunidade ou grupo suficientemente forte, predominando o deslocamento individual entre os grupos. O reduzido espaço para a manifestação da personalidade, a nível do reconhecimento coletivo, acabou por destacar a bravura e a valentia como forma de manifestação por excelência. RENK (apud POLI, 1994: 246) observou que os valores mais elevados entre os caboclos era a lealdade, a honra e sobretudo a valentia. Decorrendo disto a existência de uma moralidade legitimadora de muitos atos de violência. (POLI, 1994: 246)

Segundo CARVALHO FRANCO (1974), a matriz geradora de todo o processo de violência é a forma de inserção dessas populações na estrutura da sociedade brasileira, que as tornou marginais em relação ao sistema sócio-econômico, gerando tanto a impossibilidade quanto a desnecessidade do trabalho sistemático e contínuo, e definindo a dispersão e mobilidade da população como princípio de ocupação do território de extensas áreas. (POLI, 1994: 247)

Já entre os camponeses "de origem", esse traço de violência explicita, manifestada pela forma do confronto pessoal direto, era praticamente ausente das relações interpessoais e comunitárias. As razões para tal fato talvez sejam a forte estrutura estável dos grupos familiares e comunitários, organizados sobre as regras de convivência e cooperação claramente definidas e tacitamente aceitas por todos, sendo mesmo, essa aceitação, uma condição essencial para a participação em tais grupos. Ao

que parece, o predomínio da propriedade privada da terra, favorecia essa estruturação dos grupos, tanto pela baixa mobilidade espacial das famílias quanto pela regulamentação das questões de herança, que evita a dispersão das famílias. (POLI, 1994: 247)

Nesse sentido, BRUMER et alii (1993) afirma que, das três regiões brasileiras por ele estudadas, a região Sul é onde a vida social é mais dinâmica e independente da cidade. "As famílias vizinhas se reúnem em torno de um lugar onde se concentram a igreja, a escola, uma área de lazer e, freqüentemente, uma cooperativa. (BRUMER et alii, 1993:213) Atribui a isto a herança "colonial" da região e afirma que esta é, possivelmente, um dos fatores de valorização do campo pelos camponeses. (POLI, 1994: 247)

A importância dada à religião (que segue a orientação da igreja hierárquica), como já foi explicitado anteriormente, parece ser outro fator importante de coesão do grupo. Num certo sentido, parece possível mesmo afirmar que, para os camponeses "de origem" a religião serve como um fator de identificação étnica, devido ao fato de estar estruturada a partir de pessoas com mesma origem étnica, ou mesmo oriundas do próprio grupo, bem como a partir de valores fortemente sedimentados no interior desses mesmos grupos. (POLI, 1994: 248)

Sua diferente posição em relação ao sistema sócio-econômico gerou uma realidade também diferenciada, onde se tornou possível uma maior coesão, estruturação e estabilidade dos grupos e o exercício de um poder político regulador das relações sociais. (POLI, 1994: 248)

Um outro aspecto de diferenciação da realidade dos imigrantes em relação aos caboclos é a presença da dominação pessoal como mediação das relações dos grupos de camponeses com a sociedade global (QUEIROZ; DURHAM; CARVALHO FRANCO apud POLI, 1994:249) e outros estudos destacam que, devido à sua condição marginal e sua exclusão em relação ao modelo sócio-econômico vigente, o contato dos caboclos com a sociedade global tendia a ser sempre mediatizado por um padrinho ou compadre, a quem recorriam em caso de qualquer necessidade. Em contrapartida o padrinho passava a exercer forte controle e dominação pessoal sobre os camponeses, sendo esse expediente, talvez, o principal recurso de controle e fonte de poder político local. Os autores destacam mesmo que o coronelismo e o compadrio foram, por longo período, a base do poder político do país.

Essa mediação que marcou a relação dos caboclos com a sociedade global, não se registra entre os camponeses "de origem" do Sul do Brasil. Neste caso, os camponeses, mesmo participando de forma subordinada e parcial no mercado capitalista, o fazem de forma direta, sem a intermediação dos padrinhos ou compadres. Há formas de compromissos pessoais mútuos entre os camponeses e os pequenos comerciantes, como no caso da relação de freguesia, descrita por SANTOS (1978), porém limitam-se ao campo social e econômico, sem envolver fidelidade política. Nesse estudo o autor observa que, ao participar do mercado capitalista, de forma subordinada, como produtores simples de mercadorias, os camponeses "de origem" estarão sujeitos a diversos mecanismos de exploração econômica que, de diversas maneiras, irão possibilitar a extração de sobre-trabalho camponês. E mesmo politicamente esse e outros estudos irão destacar a subordinação dos camponeses "de origem" ao poder político urbano. Mas essa subordinação não se faz pelo recurso à dominação pessoal e sim pela subordinação coletiva às regras do mercado capitalista e pela fragilidade da sua organização política em torno dos seus interesses comuns, no confronto com os interesses do conjunto da sociedade. Ou seja, sua subordinação política está ligada à inexistência de articulação entre grupos e regiões mais amplas e não à dominação pessoal. São, portanto, formas diferenciadas de controle político, que não podem ser abarcadas no mesmo conceito de dominação pessoal, que pode ser utilizado para os caboclos. Essa forma de contato com a sociedade global, de forma direta e sem a intermediação de um padrinho favorece o exercício da negociação e defesa dos próprios interesses frente aos interesses de outros grupos. E mesmo ao que parece, a inexistência da dominação principal como eixo articulador das relações com a sociedade global favorece o reconhecimento da inexistência de interesses distinto, e até opostos na sociedade, o que no contexto da dominação pessoal fica prejudicado pela aparente igualdade entre o padrinho e o apadrinhado. (POLI, 1994: 250)

A questão étnico-cultural é um outro fator de diferenciação que pode ser destacado. Sendo excluídos do processo produtivo, a reprodução dos caboclos dar-se-á fora do controle e, principalmente, fora dos padrões e normas definidas pelo sistema sócio-econômico vigente, sobretudo pela Igreja Católica (DURHAM, MELO E SOUZA apud POLI, 1994:251]. Ao contrário disso, entre os camponeses "de origem", percebe-se um rígido controle da reprodução exercido pela igreja católica. A miscigenação racial parece ser mesmo a característica dominante da reprodução cabocla, sendo a mestiçagem uma das causas principais do preconceito que pesa sobre eles, por parte da

ideologia racial das elites. Preconceito este que se constitui na grane barreira a limitar o cruzamento entre os caboclos e os camponeses "de origem", já que estes, na maioria das vezes, mantinham uma relação de desprezo para com os caboclos e o casamento de um filho ou uma filha "de origem" com um caboclo era considerada quase uma desgraça, ligada, geralmente, a questão da inexistência da propriedade e das diferenças em relação à concepção de trabalho. (POLI, 1994: 251)

Como se pode observar pelos relatos transcritos a partir de DURHAM (apud POLI, 1994:251), há uma forte tendência em conceituar a população cabocla como doente e desnutrida. Isto pode ser percebido também na literatura através de personagens como o "Jéca Tatú". A preguiça era tida as vezes como causa, as vezes como decorrência. No entanto, de qualquer modo, essa caracterização profundamente negativa dessa população por parte da elites brasileiras parece estar na base de sua exclusão do processo produtivo, mesmo no momento de substituir o trabalho escravo. O caboclo representava para as elites a negação do conceito de trabalhador adequado ao desenvolvimento do país. Por outro lado, esse mesmo preconceito e essa mesma exclusão, se tornam constitutivos dessa população, que, ao experienciar a exclusão, desenvolvem um modo de vida e uma cultura adequada à vida às margens da sociedade instituída.

POLI (apud RENK, 1994:252) destaca a diferença existente entre a representação interna e externa do grupo. O que aparece como displicência e miséria na representação externa, na verdade faz parte de uma forma diferente de conceber o tempo, o trabalho e frutos do trabalho, desenvolvida a partir de suas condições concretas de vida e que, incorporada como *habitus*, acaba se tornando constitutiva do modo de vida dos caboclos. (POLI, 1994: 252).

"(...) os que os vislumbra é um grupo com 'outro sistema'. Com outro mapa cognitivo, que não o do colonizador. As suas práticas costumeiras, as do cultivo, da finalidade da atividade laborativa, de tempo e de seus ritmos, com direito ao ócio e à 'perda de tempo', nada mais são que internalizações das 'estruturas mentais', sob a forma de *habitus*. (...) Estas estruturas mentais, diferenciam-se daquelas dos colonizadores. O sistema de brasileiro, visto de fora como 'natureza' é antes a 'história feito natureza"

E mais adiante, citando BORDIEU, coloca: "Enquanto produto da história o habitus produz práticas individuais e coletivas, produz história, portanto, em conformidade com os esquemas engendrados pela história."

O caboclo parece atribuir um alto valor a liberdade, ao movimento, enquanto nega o esforço metódico, o imobilismo, a fixação a um lugar. (POLI, 1994:252)

Por seu turno, os camponeses "de origem" representam no pensamento das elites, o oposto do caboclo, ou seja, o modelo que precisa ser importado. Símbolo de virtude e de personalidade. Sua tez clara representa a possibilidade de salvação do país da degradação e do caos que a forte presença do negro e do mestiço na população poderia provocar (ideologia do branqueamento). E nesse caso também, a forma de representação dos camponeses "de origem" no interior da ideologia ambiente, parece atuar como constitutivo do modo de vida e da evolução cultural destes. Ou seja, assimilando os preconceitos e os valores da ideologia ambiente, os camponeses "de origem" buscarão reproduzi-la, afirmando-se ante os outros grupos através da realização das virtudes por ela definidas. A própria compulsão pelo trabalho, como garantia do progresso econômico e social, parece ter aí a sua base de afirmação. (POLI, 1994:253)

Enfim, como se pode observar, são realidades bastante diferenciadas, embora ambas possam ser contidas, com maior ou menor pertinência, na mesma conceituação de "camponês". (POLI, 1994:253)

V. TRAJETÓRIA DE CONSTRUÇÃO DA VOCAÇÃO RELIGIOSA

IV. 1. Motivo para a entrada nos Seminários e Conventos

Normalmente os religiosos e religiosas entrevistados ao responderem e refletirem sobre a sua opção religiosa, declararam que sua decisão sobre ela não foi realizada imediatamente no momento que saíram de suas casas para as suas respectivas instituições religiosas, mas em momentos posteriores de sua formação. Tal fato permite inferir que neste momento outros motivos induziram as suas saídas para os seminários, conventos e instituições religiosas, tendo atuado portanto fatores de outra ordem que não a motivação para a carreira religiosa, como deixam claro os depoimentos que se seguem:

> *Então, o momento, assim, decisivo, de dizer "olha, eu vou ser padre", é lógico que eu fui pensar isso, depois do colegial. Eu estava estudando no seminário, desde setenta e três, e a gente sempre vai evoluindo pelo conhecimento, pelos estudos e "realmente é isso que eu quero?". Porque quando você tem doze anos é uma coisa; quando você vai com quatorze, dezesseis, dezoito...*
>
> Mas com que idade você entrou no seminário?
>
> *Com doze anos.*
>
> Com doze anos. E quando entra já é com a intenção...
>
> *Não! Não necessariamente.*
>
> Mas aí...então, por quê vai...
>
> *É, aí você entra com o objetivo de estudar e de descobrir a tua vocação. Porque você não entra no seminário dizendo assim "eu vou entrar pra ser padre". Não é que eu vou entrar pra ser padre. E se você for conversar com o padre Mário Bonatti, ele vai te contar, que ele queria fugir do seminário. Ele, com os colegas, programaram tudo, arrumaram as malas, estavam pulando o muro, o padre pegou: "não, não, não, pode voltar aqui; nada disso".* (Padre Salesiano, 39 anos, 1^{0} Braço do Norte)
>
> E aí a partir de que momento você pensou em sair de casa?

Na realidade foi... porque a minha irmã foi pro colégio e aí quando ela voltou da primeira vez eu disse pro pai que eu queria ir também; foi onde o pai me deixou ir. Mas, assim, pra ser sincera, eu não tinha claro que eu queria ou não queria ser Irmã. Eu ia porque a minha irmã tinha ido, porque queria ir com ela, ou porque na época foi um grupo grande de meninas; então vamos todas juntas, vamos embora! Daí fomos todas, somos acho que umas doze. Eu tinha a Jacinta, que era a minha prima, e então a gente conversava mais. Aí depois, na ida, eu fiquei conhecendo a Ivone, daí foi mais uma, a Luzia, daí tinha mais a Guida, mais a Lídia, a Lúcia, a Méri; nós éramos um grupo grande que saía, mas fomos nos conhecendo no caminho, na realidade no caminho. Mas não pensava. É uma coisa assim que hoje, quando eu penso, as vezes no quê, no sentido, como é que pode, não consigo ter uma resposta do porquê, por exemplo, o fundo disso, por quê que eu fui. Mas fui porque todo mundo estava indo, acho que foi por causa disso. As regras são diferentes, aquela coisa toda, aí depois que foi surgindo a vocação mesmo. (Irmã Salesiana, 34 anos, Primeiro Braço do Norte)

O que fica claro nestes e outros depoimentos dos informantes, é o importante papel que as instituições religiosas vem exercendo na construção da identidade de religiosos e religiosas. Mesmo para os mais jovens, como os acima apresentados se evidencia que apesar das mudanças que se supõe tenham ocorrido a nível interno destas instituições em conseqüência do Concílio Vaticano II[1], elas continuam tendo um papel central no recrutamento e formação da identidade religiosa no Vale do Itajaí.

Tal fato também condiz com o depoimento de um dos religiosos entrevistados, um padre salesiano, filho de Primeiro Braço do Norte, ao sugerir a importância da presença de um número significativo de seminários e instituições religiosas na região como um fator que explicaria o significativo número de religiosos e religiosas saídos da região, citando neste caso como exemplo a própria presença da sua Congregação, a Salesiana, em Ascurra, município também formado a partir da colonização de imigrantes italianos e localizado nas proximidades das duas localidades estudadas. Os religiosos destas instituições seriam, de acordo com ele, os responsáveis por passarem

freqüentemente nas localidades da região para visitar as famílias, facilitando e incentivando as vocações:

> *... e essa é a explicação porque tanta gente saiu de lá para os Salesianos. Porque o seminário é em Ascurra. Então, o padre que passava lá, visitando as famílias, era Salesiano e então qualquer um que quisesse estudar levava para Ascurra; e aí o pessoal foi se encaminhando para os Salesianos.* (Padre Salesiano, 66 anos, Primeiro Braço do Norte)

Não só os religiosos de profissão exerciam esse papel de incentivo e recrutamento das vocações. Leigos de ambos os sexos também contribuíam nesse processo.

Isto é o que se pode concluir por exemplo, a partir das referências freqüentes feitas ao Sr. "Baruffi", na condição de "Ministro" e "professor" a partir de 1940, na comunidade de Primeiro Braço do Norte durante 25 anos, que este exerceu uma grande influência na saída de crianças e adolescentes para seminários e instituições religiosas a partir de sua atuação e da sua esposa como professores e catequistas na comunidade, entre a década de 40 e 70, época na qual saíram os religiosos por mim entrevistados, sendo este o período mais intenso de recrutamento.

De acordo ainda com o citado padre, Salesiano que fez o primário em Massaranduba e foi aluno do Sr. Baruffi, ele era o responsável por reunir os "adolescentes, as crianças que se interessavam" em se tornarem religiosos e religiosas.

Além de professor de segunda a sábado, este senhor era o responsável pela catequese na comunidade, tanto a da Primeira Eucaristia, quanto a da Crisma, que eram realizadas por todas as crianças, já que estes eram momentos importantes na vida das pessoas da localidade. Esta era ministrada pelo Sr. Baruffi no domingo antes do culto e no sábado à tarde.

Normalmente, por ocasião das catequeses o professor Baruffi aproveitava a presença de padres na comunidade (cujas visitas a partir da chegada das Congregações européias na região tornaram-se uma constante) e pedia que dirigissem a palavra às crianças. Foi desta maneira que muitos entrevistados, inclusive o próprio depoente, ante

---

[1] Obtive dos próprios entrevistados confirmação sobre este tipo de abertura em suas instituições após o Concílio, ainda que haja diferenças entre estas.

modelos reforçados positivamente, relataram terem se "decidido" a ir para o seminário, conforme explicitado em um destes:

> *Eu me lembro que em quarenta e, no final de quarenta e três, foi ordenado um padre Salesiano de lá, só que era do Segundo Braço, da família Feder, Daniel Feder, mas ele tinha ligações lá com aquela comunidade e um domingo ele foi rezar a missa - uma das primeiras missas dele. E foi nesse domingo que o Abraão o convidou a dirigir a palavra aos meninos que eram reunidos, para se preparar para a primeira Eucaristia. E o padre Daniel apareceu lá e no final da conversa dele fez um levantamento, "se alguém gostaria de seguir a carreira do sacerdócio, ser Salesiano" - como ele - e mandou levantar o braço. Então me lembro, três ou quatro levantaram, e eu também levantei; e ele anotou lá. Como eu já estava terminando a terceira série, a última série de lá, então ele já encaminhou pra eu, logo no início de quarenta e quatro, em fevereiro, ir pra Ascurra. Marcou a data, conversou com os meus pais e disse: "olha, tal dia eu venho buscá-lo".* (Padre Salesiano, 66 anos, Primeiro Braço do Norte)

Dois meses depois o padre voltou para buscá-lo, a ele e a mais um grupo de adolescentes da comunidade, como normalmente costumava ser e ainda é hoje a saída de jovens para esses Institutos na região do Vale do Itajaí, a fim de leva-los para o Seminário Menor dos Salesianos em Ascurra, onde normalmente se fazia o correspondente ao ginásio. Sobre este último aspecto é interessante o depoimento de um ex-seminarista Marista, hoje com XX anos:

> *Até minha irmã mais velha foi convidada pra entrar com as Irmãs. Ela era também catequista. Mas ela acabou não indo. É casada. A minha irmã mais nova, ah essa não tinha a mínima inspiração. Mas o meu irmão, de fato, ele foi pro seminário e foi pros salesianos lá. Mas também não tem nada a ver. Nada a ver. Acho que era pra sair mesmo, prá estudar. Por toda essa atração que eu já falei antes. Dos jovens, da turma. Hoje em dia tá em crise isso, mas na época quase todo mundo ia, quem era inteligência mediana assim. Tinha uma história que eles contavam (sorrindo) que antigamente passava o padre com o caminhão e ia carregando a gurizada pro*

seminário (rindo). Mas de fato, naquela região lá do Médio Vale isso era muito forte. Eram bandos de seminaristas! (Ex-seminarista Marista, Rio dos Cedros, 38 anos)

Além de convidar o palestrante a dirigir a palavra às crianças o Sr. Baruffi ainda incentivava a ida dos alunos, dando-lhes, em suas palavras, uma "injeção de ânimo", e anotando o nome daqueles que desejavam ir. (Cf. Gilson Fonseca, mimeo., pg. 106) É interessante acrescentar aqui que dos filhos do Sr. Abraão Baruffi, que passaram pelo seminário, três desistiram, enquanto um permaneceu, estando no momento em que realizei as entrevistas, em Roma, exercendo um cargo importante na hierarquia eclesiástica, como Presidente do Conselho Geral da Congregação Salesiana à qual pertence. Os outros que se afastaram segundo ainda o depoimento de um Padre salesiano, "*saíram já com um cabedal de conhecimentos bem superior a todos. E hoje em dia, dois são advogados*".

Na verdade o Sr. Baruffi, assim como a maioria dos colonos da comunidade, viam no seminário não somente a possibilidade de ter um filho religioso, motivo de alegria e orgulho para a família que se tornava privilegiada entre as famílias locais, como também a possibilidade de sua ascensão social, através da aquisição de um capital cultural fornecido pelo estudo, pois a única possibilidade de oferecer educação formal para os seus filhos e destes poderem continuar os estudos, era dada pelos seminários e instituições religiosas existentes na região, porque os colonos não dispunham de dinheiro para mandar os filhos e as filhas estudarem em outros lugares, tais como Blumenau, Lages e Curitiba.

Mesmo para aqueles que dispunham de algum recurso, por gozarem de uma situação privilegiada em termos econômicos, como no caso de donos de vendas, engenhos, madeireiras, os seminários ou instituições religiosas ofereciam ainda a garantia de que os filhos ou filhas receberiam uma "boa educação" no sentido de se coadunar com os rígidos princípios morais e religiosos desejados para os mesmos. Como sugeriu um ex-seminarista da Congregação Marista, cujo pai era farmacêutico na localidade da atual sede do município de Rio dos Cedros e portanto gozava de uma situação privilegiada, tendo condições de custear a escola para os filhos:

Eu estava na escola formal, na escola pública. Mas em casa o meu pai sempre estimulou muito o estudo. Então, sem dúvida nenhuma, ele iria nos proporcionar o ensino de segundo grau e o da universidade. Então

essa perspectiva estava colocada. Agora, eu acho que os meus pais, eles apoiaram, permitiram que eu fosse ao seminário porque sabiam que lá tinha uma educação muito boa. Uma educação formal, eu iria aprender disciplinas, eu iria aprender português, eu iria aprender matemática, os padres iam dar um duro, entende. Por que era disciplinariedade. No seminário você tem que ter aula normal, você tem toda uma programação rígida no período livre. Tinha hora de estudo, de silêncio, não podia falar. Havia toda uma cobrança dos irmãos lá sobre as notas, sobre o boletim. No final de cada nota o irmão conversava sempre com cada um, entregava o boletim, e aí havia uma certa pressão pra que o desempenho escolar fosse bom. (Ex-seminarista Marista, Rio dos Cedros, 38 anos)

Para a segunda geração de camponeses imigrantes do Vale do Itajaí, a ida do filho para o seminário, representa a possibilidade de que este estude, mesmo que não venha a tornar-se padre. Conclui-se portanto que além do desejo de ter um filho padre, motivo de orgulho e status para a família e comunidade, o estudo é um bem cultural almejado para os filhos, como ilustra o depoimento de um Padre Salesiano:

Eu lembro, por exemplo, que depois, eu já ordenado padre, depois, numa passagem lá, conversando com o Abraão, já mais maduro, e avançado assim de idade, conversando com ele onde é que estavam os filhos, esse, aquele, ele me dizia: "olha, os meus filhos, todos eles vão ter que passar por Ascurra, pelo seminário. Fique ou não fique é problema outro deles; se ficar, ótimo, se não ficar, não perde nada, só ganha" - isso eu me lembro de ter escutado do Abraão. E, de fato, os quatro filhos dele passaram, os quatro filhos homens passaram pelo seminário de Ascurra. Um ficou! (Padre Salesiano, 66 anos, Primeiro Braço do Norte)

É interessante observar que dos quatro filhos do Sr. Abraão Baruffi que passaram pelo seminário, somente um deles se manteve como religioso. Este exercia por ocasião da entrevista um cargo importante na hierarquia da Congregação Salesiana ao qual estava ligado, e se encontrava em Roma.

O mesmo religioso confirmou também a hipótese que fora por mim formulada, tal como se segue:

Então, também era uma forma de garantir a manutenção da propriedade, pelo menos, daquela ancestral.

Sim, sim...

Almejava-se a aquisição de um capital cultural para os filhos.

Não tinha outra saída.

Já tem um capital cultural

Exato. Mas isso era comum; a família não se opunha.

Pois é, porque eu comecei a perceber que havia essa expectativa... claro, eles vieram, já tinham uma religiosidade muito grande, que eles trouxeram da Itália, mas, a partir de algum momento, não é só a questão religiosa que estava colocada para a família, tinha a questão do estudo, porque no Vale não tinha como...

Sim, sim; não tinha outra saída. (Padre Salesiano, 66 anos, 1^0 Braço do Norte)

Para a maioria dos colonos que trabalhavam com a terra, a possibilidade de acesso à educação dos filhos e filhas, via seminários e instituições religiosas, representou uma das estratégias a que se recorrerá como forma de preparar aquela parcela de membros da família que será expulsa da propriedade paterna, uma vez que a reprodução de todos os seus membros inviabilizaria a manutenção da propriedade. De fato estes acontecimentos coincidem com o esgotamento das terras agricultáveis na região que se tornam escassas e caras, já a partir da segunda geração de imigrantes, ou seja por volta da década de 40, quando se intensificam as vocações.

A partir de um certo momento, as terras se tornaram caras e difíceis impossibilitando a sua compra por parte dos pais, que tinham a tradição, trazida da própria Itália, de dar a terra aos filhos homens no momento que estes constituíam as suas próprias famílias, pois esta era inclusive inicialmente uma das poucas possibilidades de trabalho que naquele momento se colocava, além dos ofícios ligados ao artesanato familiar voltado para a reprodução do próprio grupo doméstico, tais como aqueles de carpinteiro, marceneiro, latoeiro, ferreiro, barbeiro, sapateiro.

Além disso o próprio valor conferido à terra pelos colonos camponeses italianos do Vale do Itajaí, trazido com eles da Itália e a pequena extensão dos lotes iniciais concedidos às famílias dos imigrantes, bem como a sua fragmentação em função de partilhas nas famílias a cada geração, fizeram com que estas intensificassem mecanismos de controle sobre o patrimônio fundiário por meio de estratégias

diferenciais que, à semelhança daquelas estudadas em Brusque por SEYFERTH (1985:9), evitaram o excessivo parcelamento das colônias como unidade de subsistência.

Entre as diversas estratégias, enviar os filhos e filhas para os seminários, a partir da presença das Congregações religiosas será uma das mais utilizadas pela família de colonos. O depoimento de um informante, confirma a importância desta para a família de colonos do Vale:

> Então, eu diria assim que para vocês era mais importante a questão do estudo, não tanto que o filho fosse padre?
>
> *Isto! Mesmo que fosse padre. A gente pensou, a gente tava vendo que a terra... a terra valeu prá meus avós, valeu pros meus pais, valeu pra mim, mas o estudo tava dando vê que era melhor. Então eu achei que se meus filhos estudasse era muito melhor. Porque a terra... a terra... se fosse na terra... a gente diz assim: precisava arrumar um lugar mais prá fora, daí ia ficar longe. Prá comprar terra também, porque aqui é difícil comprar. Quem tem tem e quem não tem é difícil pra comprar. Já era difícil e se tornava caro. Tem lugar já meio velho assim as compra se torna caro. Agora pros nossos avô, pros nossos pais se tornava diferente porque havia muitas terras à venda, muita. Tinha Rio d'Oeste inteiro, tinha Taió, Paleta, tinha Ribeirão Grande inteiro, tinha Capivari aqui pra cima Doutor Pedrinho, era tudo terra de ninguém. Com nós já era diferente. Já se tornava mais caro. Então se eu comprasse meio lote de terra para cada um de meus filhos, senhore dio! Não sei aonde é que eu ia parar, eu não podia, não podia. Então a gente achou que o estudo é melhor. Porque o estudo... é caixeiro, hoje caixeiro pouco também, é professor, se não é professor é... dentro de uma firma. É um dinheiro ganhado sem afrentar sol e chuva. Diferente daquela...* (Pai de 14 filhos, tendo quatro sido seminaristas dos Irmãos Maristas, 71 anos)
>
> *Sem dúvida! Sem dúvida teve influência na formação lá, porque a terra que os primeiros imigrantes lá tinham não dava pra dividir; uma família como que nem a minha, que tinha onze filhos, como é que ia repartir aquele pedacinho de terra? Ninguém conseguia sobreviver lá! Então, foi assim que o pessoal foi saindo. E esse*

pessoal, então, que tinha a chance de fazer o estudo no seminário, não volta mais pra lá. Claro, não volta mais; um ou outro, mas muito poucos. Porque eles percebem que tem alternativas melhores e coisa. (Padre Salesiano, Primeiro Braço do Norte, 66 anos)

Os seminários, bem como os institutos religiosos femininos passaram a ser almejados, como colégios, pelos colonos, a ponto deste fato passar a se expressar na própria linguagem. Deste modo religiosos(as), ex-religiosos(as), seminaristas, ex-seminaristas, bem como os próprios pais destes utilizam a palavra "colégio", toda vez que se referem em suas falas aos institutos religiosos, o que me foi confirmado inclusive por um dos religiosos entrevistados, quando lhe perguntei se não achava que o seminário para as famílias, acabava sendo a única possibilidade para que os filhos estudassem de modo a ter no mínimo, um capital cultural, pois a terra não permitia mais a sua divisão e a compra de outros lotes estava se tornando mais difícil, ao que ele me respondeu:

É isso mesmo. Naquela época era isso mesmo. O linguajar das famílias era: "o meu filho vai pro colégio". Quer dizer, independente de..... independente do interesse do filho, o menino ou a menina, queria que estudasse. Como nós, por exemplo, nós lá, na nossa localidade, tínhamos só até o terceiro primário. Quando eu saí de lá, por exemplo, saí da minha terrinha, o local lá, pra ir pro seminário, é que ali devagarzinho foi introduzindo-se o quarto ano primário. Depois é que veio as outras séries. No meu tempo, quando eu era criança, não havia possibilidade de ir além do terceiro ano primário, lá onde nós morávamos. E a família não tinha condições de fazer o filho sair de lá para ir estudar em Blumenau, ou Jaraguá do Sul; agora, os estudos nos seminários era uma opção. Então o menino ou a menina que entrasse no noviciado, seminário ou na vida religiosa, também ia para estudar. Esse espírito por exemplo, no grupo que eu comecei a, vamos dizer, a quinta série, eram setenta e cinco e hoje somos seis; então, houve seis somente que tinham vocação só para isso. (Padre Salesiano, 66 anos, Primeiro Braço do Norte)

Com esta educação formal desejava-se preparar os filhos, principalmente os homens, para exercerem outra atividades que não aquelas da lavoura, já que a

oportunidade de se encaminharem para os seminários e conventos havia se tornado plausível no começo deste século com a chegada de inúmeras congregações e ordens religiosas européias na região do Vale.

Um outro aspecto que se destaca ainda nos depoimentos dos religiosos é a importância da catequese. Esta era realizada pelos professores e catequistas das localidades de origem, na qual as Irmãs Catequistas Franciscanas, ao atuarem simultaneamente como professoras e catequistas a partir de 1913, aparecem como tendo um papel central, como parte da estratégia mantida pelos Institutos religiosos para recrutar as vocações na região do Vale do Itajaí.

Vimos que em Primeiro Braço do Norte eram o Sr. Baruffi e a esposa os responsáveis pela escola e catequese. Sua esposa, havia pertencido durante o período de cinco anos (1929-1934) às Irmãs Catequistas Franciscanas de Rodeio, cujo trabalho central estava voltado para a educação e catequese na região.

De acordo com o depoimento de um Frade com 69 anos, da Congregação dos Franciscanos de Rodeio (Ordem à qual estão vinculadas as Catequistas Franciscanas, braço feminino formado em 1915 no Brasil a partir da iniciativa de um dos seus religiosos, Frei Policarpo Schuhen) os padres pouco mexiam com a catequese, sendo esta ministrada pelas Irmãs, porque cada escola importante tinha à frente uma delas. Estas irmãs, de acordo ainda com o depoimento do Frade, não somente ministravam a catequese, como eram responsáveis por organizar as inúmeras associações religiosas que reuniam as crianças e os adultos da comunidade: Cruzadas Eucarísticas, Filhas de Maria, Marianos, etc., além do grupo dos próprios coroinhas, que reunia e formava aqueles jovens responsáveis por ajudar o padre na missa e nas procissões. As Catequistas Franciscanas exercerão de fato, durante muito tempo, uma atuação importante na formação cristã das crianças, jovens e adultos e contribuirão como se verá mais adiante, para o processo de romanização porque passou a região do Vale do Itajaí, com a criação de todo um ambiente de santidade, responsável em última análise por um tipo de formação que irá fomentar em muito o estímulo às vocações[2].

Estas Irmãs estarão à frente das escolas paroquiais a partir de 1913 (VALANDRO, 1990:70) e atuarão como o braço direito dos párocos na região, sob a orientação dos padres franciscanos alemães que serão responsáveis pelo surgimento destas escolas, como ilustra o depoimento de um ex-seminarista e ex-aluno das Irmãs:

[2] Como já discutido no ítem II.6.

Ah, o Crisma ao nível da comunidade, era também um ritual muito importante, em que você tinha uma catequese de preparação, assim como a primeira eucaristia. E o importante do Crisma é a confirmação da fé católica e tudo mais. A Catequese era ministrada pelas Irmãs Catequistas. Era uma congregação religiosa criada ali em Rodeio, em 1915 para trabalhar com a catequese, e daí o nome Catequistas. A catequese paroquial, no caso a preparação à primeira eucaristia e a catequese escolar. Abrindo um parêntesis, as Irmãs vão ter toda uma atuação nas escolas, as escolas paroquiais.

Segundo o Padre Salesiano, natural de Primeiro Braço do Norte, era a igreja, na pessoa do pároco que orientava a catequese ministrada pelo professor Baruffi:

Sim, porque era praticamente a igreja quem dava as diretrizes, as linhas, e coisas, a catequese, que era muito marcante na época que... além de nos termos uma catequese durante a semana, que sempre o professor dava um tempo de coisa, tinha no fim-de-semana e aos domingos, e tudo sob a orientação, do pároco.

De acordo com o Pe. Riolando AZZI, a fundação da Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas representou um acréscimo significativo na atuação franciscana na região de Rodeio. (AZZI,1988:95)

O fundador da obra, Frei Policarpo Schuhen, havia chegado à Bahia em 1899 logo após sua ordenação sacerdotal. Após um período de atividades em Blumenau estabelecera-se em Rodeio, onde exerceu o vicariato de 1911 a 1917, terminando exatamente na época em que os salesianos se instalaram na vizinha paróquia de Ascurra.

Em 1913, estando o governo italiano empenhado em valorizar mais as escolas italianas de cunho mais autônomo, as escolas paroquiais vinculadas aos frades alemães passaram a receber menos subsídios do consulado de Florianópolis, diminuindo assim o número de professores.

O fato passou a alarmar as famílias da localidade de Rodeio e redondezas, preocupados não apenas com a instrução, mas também com a formação religiosa de seus filhos. (AZZI, 1988:95)

Frei Policarpo decidiu então apelar para a colaboração das moças das associações religiosas da paróquia, pertencentes à Pia União das Filhas de Maria e à

Ordem Terceira Franciscana, a fim de criar um grupo de professores e catequistas para as escolas paroquiais. (AZZI, 1988:96)

Na verdade aqui se complementam dois aspectos fundamentais. De um lado os professores das escolas comunitárias inicialmente criadas pelos próprios imigrantes, e escolhidos entre os mais preparados pela própria comunidade, estavam já idosos e morrendo. De outro tem a ver com o controle exercido sobre o ensino de orientação religiosa nas escolas a partir da vinda dos franciscanos através da criação das escolas paroquiais e a recusa a esse tipo de orientação por parte de alguns habitantes que juntamente com o Cônsul de Desterro não viam com bons olhos essa ingerência.

Nas várias capelas ainda exerciam a função de professores alguns homens que haviam estudado, ou na Itália, ou no Colégio Santo Antônio de Blumenau[3], que desde a sua abertura, ainda com o nome de Colégio São Paulo, em 1877, havia tomado a si a tarefa de formar professores, preparando-os para as escolas supervisionadas pelos Párocos, tanto na região dos colonos italianos de Rio dos Cedros, Rodeio e Ascurra, quanto nas regiões de colonização alemã, como Santo Amaro da Imperatriz e Forquilhinha, e até nas cidades mais distantes como Lages, Curitiba, Petrópolis, Amparo. (PINTARELLI, s/d, pg.26)

As escolas paroquiais foram a menina dos olhos, a grande mola propulsora de toda a pastoral. Não só no vale do Itajaí, mas também em todos os pontos para onde se dirigissem os padres, franciscanos ou outros, ali surgiam as escolas. Exemplo é o do Pe. Jacobs, que tendo chegado a Blumenau em fins de 1876, já em 1877 abria o Colégio São Paulo. E os outros colégios, para só exemplificar com os colégios franciscanos, tanto em Lages quanto em Curitiba, não foram fundados por Franciscanos, mas por outros sacerdotes, e depois confiados aos frades (PINTARELLI, s/d, pg.26). Observa-se assim que o sucesso da estratégia dos franciscanos, os faz assumir colégios não fundados por eles próprios.

Vale aqui explicitar que um dos mecanismos privilegiados pela Igreja Católica, a partir do seu movimento de reestruturação iniciado em 1891, de caráter ultramontano, preocupado com a "regeneração religiosa do povo" (que irá fazer frente à ênfase no ensino laicizado requerido pelo Estado) é a instrução religiosa do povo que conforme os

[3]O Colégio Santo Antônio de Blumenau havia sido fundado por orientação do Bispo Diocesano, para preparar professores católicos (HEERDT, mimeo., 1992), dentro da nova visão da Igreja Católica de privilegiar a educação religiosa como uma estratégia no processo de reestruturação do catolicismo ultramontano.

documentos episcopais consistia na dinamização da Catequese e de escolas católicas, denominadas Escolas Paroquiais. (HEERDT, 1992:44-69)

Foram os professores formados por sacerdotes de Rodeio e supervisionados pelos Franciscanos e Irmãs da Divina Providência que levaram avante o trabalho, o ideal de instrução e saber, até que outros vieram a substituí-los. Os professores por esta ocasião já escasseavam e se tornara aguda a sua falta para suprir as escolas paroquiais, uma vez que estas haviam inclusive se multiplicado muito. Diante desta situação Frei Modesto Bloeink, então Mestre de Noviços e Diretor Espiritual da Pia União das Filhas de Maria de Rodeio, teve a "feliz idéia". Conhecedor de suas dirigidas, lançou a idéia de aproveitar as moças da Pia União como professoras nas escolas. Corria o ano de 1915 e o Padre Guardião do Convento e Pároco de Rodeio, Frei Policarpo Schuhen aceitou a sugestão de Frei Modesto. A primeira a aceitar o convite de ser "maestra"(professora) foi Amabile Avosani. Após um período de indispensável preparo pelas Irmãs da Divina Providência foi enviada a ensinar. Depois veio Maria Avosani, irmã de Amabile, e Liduina Venturi, que iniciaram sua vida de doação em São Virgílio, Rodeio II (Cincoenta), depois outras e mais outras, e se tornaram muitas, e hoje, formam uma congregação religiosa, dividida em várias Províncias, com ação em muitos Estados brasileiros, em outros países da América Latina, e, já há vários anos, atuando como missionárias na África. (PINTARELLI, s/d, pag. 27)

Vale a pena lembrar que existiam dificuldades de ordem política e cultural[4] por parte de muitos colonos de origem italiana em relação à atuação dos franciscanos, e em conseqüência ocorrerão uma série de conflitos que culminarão com a sua substituição pelos Salesianos de origem italiana, sendo um dos pontos centrais destes conflitos a própria ingerência dos religiosos nas escolas.

Um outro motivo, além da atuação específica de religiosos, considerado por alguns entrevistados como tendo sido importante para a sua decisão em se tornar religiosos ou religiosas, foi a sua vivência no ambiente social de origem, tanto das práticas devocionais no âmbito da família quanto aquelas vividas no âmbito maior das comunidades de origem, como no depoimento seguinte:

> *É, eu acredito que este fato, ele está um pouco contextualizado na minha vida familiar e na minha vida social. Desde pequeno, no ambiente familiar, minha mãe, e particularmente a minha avó*

materna, que convivia na nossa casa, morava com a gente, tinha um forte sentimento de catolicismo, e assim desde pequeno eu fui introduzido nos rituais religiosos, tipo a reza do terço diária, nós rezávamos à noite, e sempre as mulheres que puxavam o terço, a minha mãe no caso, às vezes a minha avó. Depois as orações antes das refeições, era um ritual seguido à risca. Principalmente no almoço, que congregava toda a família. Existiam dois momentos fortes. No almoço, a hora que a gente rezava e à noite era o terço. Com exceção do meu pai às vezes que trabalhava um pouquinho mais tarde, trabalhava na farmácia, a mãe, a vó e os filhos estavam todos presentes. Salvo algumas exceções como doença, etc. E nós rezávamos na sala. Além do mais, os rituais comunitários como a assistência da missa diária à noite, geralmente às 19 horas. Porque na realidade na minha comunidade poucas eram as pessoas que iam todo dia à missa. E a minha avó era uma dessas pessoas que iam, que assistiam à missa diariamente e a minha mãe também. E de certa forma acabávamos acompanhando as duas. Não é que havia uma exigência, eu acho que havia uma certa... interiorização, uma certa vontade de ir à missa. E... depois eu passei por todos os rituais do catolicismo, como a primeira comunhão, que é o primeiro grande ritual. Eu estava com oito anos, oito pra nove anos. Primeira comunhão é muito solene. Tenho até uma foto numa alegria com aquele livrinho preto e o terço. (sorrisos) (Ex-seminarista Marista, 38 anos, Rio dos Cedros)

Essa é uma coisa assim que eu analiso bastante em mim e nos outros, porque eu digo assim, de vocação, o sacerdócio, por exemplo, já é uma coisa de cada um. Eu, por exemplo, não me lembro de um momento assim específico. O que aconteceu comigo eu acho que foi isso, foi isso aí. Esses padres que passavam por lá, a própria educação da minha família, digo assim, dentro de uma visão cristã, isso tornou-se... muita gente se interessando pelo sacerdócio. Era uma glória para uma família ter um padre. Era. Ainda hoje é; ainda

[4] Nesta época, laga parcela do território italiano se encontrava sob domínio austríaco, havendo um

hoje é, naquela região. (Padre Salesiano, 64 anos, Primeiro Braço do Norte)

Como já vimos no Capítulo III, existia toda uma tradição devocional no âmbito da família de imigrantes e na comunidade inicialmente identificada a uma prática de catolicismo do tipo familiar, devocional e popular que a partir da chegada das Congregações européias, passa a ser alterada marcando algumas rupturas com a tradição anterior, assim como uma mudança em suas representações e visões de mundo devido á imposição de um novo "habitus" onde os rituais do catolicismo ultramontano substituem em parte as práticas do catolicismo de tipo popular, até então existentes, ainda que muitos informantes, não tenham claro a nível do consciente esta dimensão.

Uma das práticas do catolicismo popular muito freqüente e que permanece quase até os nossos dias entre os colonos italianos, eram as orações e a reza diária do terço, realizadas em família, presentes até por volta da década de 70 na maioria das casas dos informantes. Nestas ocasiões era comum rezar-se uma série de orações, as quais até antes da proibição do uso da língua italiana[5], eram costumeiramente rezadas em latim. Rezava-se também para as almas dos antepassados mortos. Normalmente o terço e as rezas eram puxadas pelas mulheres, que eram também responsáveis por ensiná-las aos filhos ou netos:

> *Na cozinha, na cozinha. Voce aprendia rezando, prestava atenção e vai decorando. Quando tinha preparação para a Primeira Eucaristia, a mamãe chamava no canto e ensinava a gente a se confessar: "você vai fazer assim, diga isso, diga aquilo...". "Mas que pecado eu vou dizer, mãe ? Eu não tenho pecado! Eu não sei...". Então a mãe ensinava: "Você tem que dizer isso, fala isso aqui pro padre, dessa forma aqui...". Eu aprendi um pouco depois, como catequista, mas na época, eu não tinha noção do que era.* (Padre Salesiano, 36 anos, Primeiro Braço do Norte)

Em Rodeio, assim como em outras localidades de origem italiana desta época todas as faixas etárias, incluindo crianças e adultos, velhos e jovens, homens e mulheres pertenciam a alguma associação religiosa, dentre aquelas que haviam sido introduzidas pelos padres franciscanos, tais como: Cruzadinhos, Coroinhas, Marianos, Filhas de

---

movimento de libertação na pátria de origem, que influenciou os colonos locais.

[5] Processo de Nacionalização do Ensino, ocorrido em 1937.

Maria, a Ordem Terceira do Apostolado da Oração, Associação do Santo Sepulcro, Associação de São Pedro e São Paulo, conforme tão bem esclarece o depoimento de uma ex-religiosa pertencente às Irmãs da Divina Providência, atualmente com 61 anos:

> *Toda a comunidade era pertencente, todas as faixas etárias pertenciam a alguma instituição, uma associação assim. Então para as crianças era, como eu disse os cruzadinhos. Cada um tinha um canto. (cantando) "Ardentes pequenos soldados, ao divino caríssimo rei, é o pão que aos pequenos soldados dá o Papa dizendo vencei! tá vendo, eu me lembro, você vê como é a memória da gente". Então a gente... usava boina, luva, vestido, meia três quartos, tudo isso era um gasto que quase não se tinha em casa, porque não tinha dinheiro. Tinha a comida, mas dinheiro era muito escasso, então a gente arranjava, arranjava. Então a minha irmã dizia: ah, você foi ser cruzadinha e eu não pude ir por causa da boina, só você tinha (risos).*

O cotidiano do indivíduo desde o dia que nascia até a morte, era marcado pelos rituais que definiam o seu ingresso e participação na comunidade religiosa.

Já ao nascer, como afirma TOMELIM, seus membros tinham que ser apresentados logo ao padre, para "receberem o nome de um santo e o caráter do batismo, sinal indelével, que os identificaria em qualquer lugar, inclusive no inferno. A partir daquele momento, a criancinha era parte integrante de um outro grupo de pessoas, um povo escolhido, constituído de santos." (TOMELIM, mimeo: s/d) O sacramento da Crisma era, assim como o da Comunhão, marcados por um ritual importante ao nível da comunidade e tinha o sentido de confirmação da fé católica. A Primeira Eucaristia, mais que a Crisma, representava um ritual de passagem, ao introduzir o indivíduo verdadeiramente na comunidade cristã pela sua introdução ao Sacramento da Confissão[6]. A importância que passa a ter a primeira Comunhão na comunidade fica muito clara no seguinte depoimento:

> *A primeira comunhão tinha todo um glamour. Toda uma preparação. Primeiro a catequese. Durante um ano nós tínhamos aula de catequese todas as semanas, todos os sábados à tarde. Mas era uma catequese assim muito... embora em 69 já o concílio estava abrindo, mas era uma*

[6] Na verdade através da confissão se exercia e se mantinha um controle muito grande na esfera familiar, objeto da ação romanizadora em curso.

catequese muito ainda baseada na memorização. Por exemplo, lia-se uma passagem e a irmão perguntava: quem é o nosso bispo? E todo mundo respondia: Dom Gregório Vermelindo (enfatizando e rindo) Sabe, então eu acho ainda que aquele tipo de catequese era um tipo de catequese baseada na memorização de realidades dogmáticas, certo. Então era toda semana e... havia toda uma... uma expectativa em relação à primeira comunhão. Porque na realidade a primeira comunhão, ela te introduz na comunidade cristã. Você passa a receber a partir daí a hóstia que é o corpo de Cristo, na visão católica. então na realidade você, com a primeira comunhão você fazia parte mesmo da comunidade. (...) É, porque a palavra comunhão é isso. Você comungava com a comunidade também. Sim, eu sentia isso. Eu sentia que a ausência da participação na comunhão durante a missa era uma restrição. Então era um... tinha todo esse aspecto, de a partir deste momento fazer parte da comunidade. (Ex-seminarista Marista, 38 anos, Rio dos Cedros)

O dia da Primeira Comunhão era um dia muito especial na vida das crianças e das famílias da localidade. Um dia muito festivo, como me falou o mesmo entrevistado, quando era rezada uma missa especial, costumando ser muito comemorado pelas famílias, podendo-se observar ainda a sua importância pela grande quantidade de fotos encontradas entre a população pesquisada. Normalmente era feita em grupo. O mesmo entrevistado nos oferece uma descrição do que era a Primeira Eucaristia ao se reportar à sua, realizada na infância:

Por exemplo, pras crianças as mães costuravam roupa especial, uma roupa mais formal, uma roupa festiva. Pros meninos era um terninho. Era uma missa especial, toda cantada. Tinha um momento que nós recebíamos, antes do povo, a primeira comunhão, e nós recebíamos uma lembrancinha. E neste ritual tinha que segurar a vela, que eu lembro. Enfim, nós éramos apresentados, éramos aceitos pela igreja, pela comunidade. E depois em casa, as famílias era um momento festivo muito forte, convidava os parentes, os amigos, tiravam muita fotografia, você era o centro das atenções. Pra mim a primeira comunhão era uma festa muito mais importante do que uma festa de

aniversário. Muitíssimo mais importante! O aniversário é uma festa civil, o dia do nascimento. Mas era, tinha todo um clima assim... as Irmãs, "ó, é véspera de receber a primeira comunhão". Depois no outro ano foi a minha irmã, então as atenções estavam voltadas pra ela. Então isso tudo era muito marcante, era uma festa que mexia com a comunidade. Todos os anos era um dia significativo pras crianças, 40, 50 crianças. E realmente era no primário, nós estávamos no primário ainda. Segundo ano... exatamente, segundo ano primário, 1969. (Ex-seminarista Marista, 38 anos, Rio dos Cedros)

Além dos Sacramentos que passaram a ser administrados de forma mais sistemática devido à presença das congregações, existiam as atividades ligadas às associações religiosas. Teve papel importante no aparecimento da vocação a associação dos "cruzadinhos", a qual incluía meninos e meninas. Em Rodeio, mas também em outras localidades da região, estas foram coordenadas pelas Irmãs Franciscanas, às quais já se fez referência:

Pelo padre, pelas irmãs, porque tinha as irmãs catequistas, preparavam. Então a gente se matriculava na preparação pra primeira comunhão. Não sei assim se era um ano, ou se era meio ano. Mas uma coisa que a gente tinha que fazer era assistir as aulas e estudar o catecismo, então tinha que saber o catecismo de cor, de cor, então: Jesus Cristo excelentíssimo eterno criador do céu e da terra... quantas vezes a treze anos a quarenta anos eu fiz (risos) hilário não é? Sabia, repetia. Então eu me lembro também quando eu entrei nos cruzadinhos, lá pelos nove anos...a gente pertencia a essas, como dizer, a essas associações pra homens... (Ex-religiosa da Congregação da Divina Providência, 61 anos, Rodeio)

A Associação dos Coroinhas era motivo de orgulho dos filhos de algumas das famílias mais devotas, pois estes eram escolhidos entre as famílias consideradas mais cristãs, como explicita um ex-marista, ao se reportar à própria:

Mas aí eu estava falando como eu fui recrutado pra ser coroinha. Então tinha esses indicadores. Que os padres pesquisavam muito bem; eles conheciam que família recrutar. Então, como tinha todos esses indicadores, e eu era um rapaz piedoso, muito devoto me convidaram

pra ser coroinha. Depois eu me transformei no coordenador dos coroinhas. É, houve um convite do padre. Acho que pelo fato de eu ser já de uma família muito devota e depois pelo fato de eu ir à missa quase todos os dias, eu acabava aparecendo pros olhos do padre como um menino exemplar, um menino cristão. Porque na realidade na minha comunidade poucas eram as pessoas que iam todo dia à missa. E a minha avó era uma dessas pessoas que iam, que assistiam à missa diariamente e a minha mãe também. E de certa forma acabávamos acompanhando as duas. (Ex-seminarista Marista, 38 anos, Rio dos Cedros)

O coroinha na localidade de Rio dos Cedros até pelo menos a década de 70, de acordo com a referência feita pelos entrevistados, era a pessoa que ajudava nas atividades religiosas vinculadas às missas e procissões. O grupo dos coroinhas era muito grande, ainda que somente alguns auxiliassem o padre durante a missa. Existia um coordenador cujo trabalho, além da atividade litúrgica, consistia em organizar a distribuição de funções, como por exemplo quem ia ajudar na missa nos diferentes dias e horários existentes ou em cerimônias, tais como a da Páscoa, quem ia segurar os castiçais ou o incenso. Existia uma certa hierarquia entre os meninos do grupo de coroinhas, como esclareceu um entrevistado:

É, existia por exemplo, pelo fato de eu ser chefe, na Sexta-Feira Santa, a procissão de Sexta-Feira Santa, ela era iniciada pelos coroinhas na frente. Tinha o coroinha principal que carregava a cruz e depois outros dois carregavam as velas. Então por exemplo, naquele tempo que eu era coordenador eu carregava a cruz. Eu indicava uma certa liderança, um certo destaque em relação a todos. E quando eu entrei para o grupo dos coroinhas nós usávamos as vestes, as vestes de coroinha. Eram vestes vermelho e branca. Uma saia com elástico aqui, uma saia até os pés, vermelha. Depois tinha um camisão assim branco que vinha até o joelho. Depois tinha um colete assim em cima vermelho. Então era uma veste muito parecida com a do padre, só um pouco mais simplificada. Então eu lembro que nós utilizávamos essas vestes. Tinha todo um ritual, nós chegávamos meia hora antes da missa, nós íamos nos trocar lá. Tinha um cinto também, um cinturão,

não lembro agora. Então tinha toda essa... tinha uns dez minutos em que a gente ia se trocar e tinha essa coisa de levar a roupa pra casa para mãe lavar bem. Eu sentia prazer em usar aquela roupa.

Ser coroinha aparece como um traço recorrente em diversas trajetórias dos religiosos entrevistados. Para o informante, de certa forma, o fato de ser coroinha influenciava na opção religiosa, porque isto conferia um relativo destaque diante dos padres, e já indicava também a boa procedência familiar do candidato, elemento fundamental no próprio recrutamento dos candidatos. Isto segundo ele, porque os padres Salesianos recrutavam os melhores meninos da comunidade. Os melhores, os mais inteligentes e os de boa família. Porque se tivesse uma família doente ou com problema mental ou algum tipo de problema que desabonasse a parte moral, como por exemplo famílias separadas ou mãe solteira, coisas que na verdade eram raras entre as famílias italianas, pelo próprio ethos camponês que as perpassava - eles eram afastados. O entrevistado oferece um perfil próprio da sua família, como exemplo daquele ideal de candidato a ser recrutado:

Então eu era um aluno exemplar, porque eu fui um bom aluno na escola, tirei uma medalha de primeiro lugar, e tudo o mais, então eu sempre fui muito estudioso. Então isso aí era um indicativo, eu era de boa família. Meu pai era uma pessoa assim de boa índole, uma espécie de reserva moral (sorriso). Mas ele era um tipo que não bebia em bar, era fiel à esposa. Ele era um farmacêutico à moda antiga, ele consultava as pessoas, acabava dando muitos conselhos, porque a mulher vinha e falava uma coisa, o marido vinha e falava outra. Ele era até meio parecido com o padre nesse ponto. Então ele era uma pessoa muito bem vista na comunidade, ele não aprontava, não bebia nunca. Eu nunca vi meu pai bêbado. Ele não bebia, ele não aprontava, ele trabalhava muito, ia pra casa...

Sabe-se que de fato, as Congregações de um modo geral costumavam estabelecer alguns critérios na escolha dos candidatos a recrutar e o próprio depoimento citado evidencia que isto era comum na região, até recentemente, a julgar pela idade e geração do depoente. Um outro aspecto que era considerado importante segundo ainda o depoimento do próprio entrevistado, como também de outros depoentes, era a necessidade do candidato mostrar qualidades intelectuais compatíveis com o estudo que

era requerido na formação do futuro padre. Tive oportunidade de entrevistar um ex-seminarista, cujo filho havia estado também no seminário, e este declarou-me que um dos motivos, pelo qual seu pai havia desistido de ser padre, se devia ao fato do mesmo ter apresentado dificuldades de concentração e consequentemente de aprendizado, lhe tendo sido sugerido então pelos seus superiores, uma mudança na sua escolha de padre para Irmão Leigo, o que o deixou bastante magoado levando-o a desistir. Conforme me esclareceu um dos entrevistados, a função de Irmão Leigo não goza do mesmo prestígio que a de padre, existindo inclusive uma menor exigência intelectual em termos de sua formação.

Além dos aspectos que foram levantados como elementos que permeavam a vida social e familiar dos religiosos e que influenciaram na construção da vocação religiosa dos entrevistados, havia ainda o importante papel exercido pela pregação das Santas Missões nas várias comunidades do Vale, interrompendo a sua rotina e o seu cotidiano e atuando de forma marcante na vida das pessoas. Conforme uma das entrevistadas:

> *As Santas Missões, eram assim uma forma de aprofundamento da vida religiosa. Então tinha a confissão, muita gente que não se confessava há um ano ou dois, vinha se confessar. Faziam aqueles sermões! Amedrontava muitas pessoas, encenava, sabe, se encenava o dia do juízo final, mostrava as coisas do inferno para quem pecava, se cantava, era uma catarse, então a pessoa saia purificada.* (Ex-religiosa das Irmãs da Divina Providência, 61 anos, Rodeio)

Em Rodeio elas eram freqüentes. Costumavam durar uma semana e ocorriam uma vez por ano. Eram sempre realizadas por padres de fora da localidade. A abertura era sempre marcada com algum tipo de ritual solene. Após esta dava-se início às várias atividades: confissões, comunhões, reuniões, procissões, palestras. As atividades eram organizadas em função das várias faixas etárias e categoria de associados. Havia um dia para as atividades com as crianças, outro para os adultos, outro ainda para as Filhas de Maria, os Congregados Marianos e assim sucessivamente enquanto durava a Missão. No final costumava-se tirar fotografias junto com os religiosos, sendo comum encontrar-se também estas em quantidade com as pessoas das localidades pesquisadas. Também era comum se deixar nas localidades, por onde tivessem passado, uma cruz como marco das Missões, provavelmente como uma forma de através da lembrança que esta impunha, fixar por mais tempo as mensagens veiculadas e propagadas nesta

ocasião. O efeito sobre as pessoas era muito forte, conforme se pode inferir a partir dos depoimentos dos informantes. Um aspecto que deixava bastante impressionadas as pessoas da comunidade, era, segundo a depoente anteriormente citada, os sermões, o dom da oratória dos religiosos que ficava ressaltado:

> *Ah, eram padres especiais, que vinham de fora, nunca eram padres da comunidade, sempre padres que tinham o dom da oratória, o dom de impressionar. E eles impressionavam mesmo, quer dizer, a conversa que se fazia era: mas como ele fala bem. Aquela conversa que se faz em casa, todo mundo admirava.* (Ex-religiosa da Divina Providência, 61 anos, Rodeio)

Um aspecto evidente no caso das Missões é a ênfase na salvação individual da alma, um elemento típico do catolicismo romanizado:

> *Então tinha aquela coisa de salvar a alma. No final se fazia sempre uma cruz, se deixava uma cruz como lembrança das Missões.* (Ex-religiosa da Divina Providência, 61 anos, Rodeio)

Nesta época não havia chegado na localidade a energia elétrica e suas concomitantes novidades: televisão, rádio e aparelhos eletrodomésticos; ônibus não trafegavam por lá. A luz elétrica só irá chegar nas áreas rurais do interior da região do Vale por volta da década de 70. Era portanto uma época em que ainda viviam praticamente isolados, apegados unicamente aos seus valores morais e éticos que constituíam o seu universo camponês, pautado por uma conduta rígida, marcada pela rotina do trabalho duro na roça, pelas rezas diárias no seio da família e a vida sócio-religiosa na comunidade, quebradas com estardalhaço e pompa pelas Santas Missões.

IV. 2. Arregimentação das vocações

Na localidade de Primeiro Braço do Norte durante muitas décadas e em menor intensidade hoje, as "promoções vocacionais" eram muito freqüentes. Quando não aconteciam as visitas dos promotores vocacionais, que iam ao campo arregimentar noviços ou noviças, eram os próprios parentes religiosos que retornavam à comunidade que se encarregavam de incentivar os familiares na busca da vocação, o que acabava por gerar uma cadeia sucessiva, com a saída de religiosos a cada geração familiar. Como se refere um ex-seminarista entrevistado:

Bem, eu estudei até a 4a. série, era só até o primário que se estudava ali (...). Mais tarde a minha tia Zenaide, que é freira Consolata, veio me falar sobre o seminário - eu tinha 10 (dez) anos na época. Depois veio o promotor vocacional, o padre Dante, em minha casa, onde acabei indo. Depois, por meu intermédio, eu vinha aqui pro Primeiro Braço junto com o promotor vocacional, e a gente levava mais pessoas (umas 10).

Várias Congregações religiosas irão atuar nesta região, tendo sido entrevistados religiosos pertencentes a diversas delas, tais como a dos Franciscanos alemães a primeira a fornecer assistência aos italianos, localizada na sede do município de Rodeio, a Congregação dos Salesianos que possui um seminário em Ascurra, que vem substituir a assistência dos Franciscanos alemães aos italianos. Os Irmãos Maristas de origem francesa que tinham um seminário em São Bento, a Congregação das Missões Consolata (Carlistas) de origem italiana, com seminário em São Miguel D'Oeste, as Irmãs Salesianas, as Irmãs da Divina Providência, as Irmazinhas da Imaculada Conceição (da Madre Paulina) e as Catequistas Franciscanas (Rodeio), estas duas últimas de origem local. Mais recentemente os Dehonianos vindos de Joinville, porém cujo sede da Congregação fica em Corupá.

Atraídos pelas possibilidades que estas instituições ofereciam em termos de aprendizado e formação ou mesmo de bens que não dispunham no seu cotidiano de muita pobreza e trabalho árduo, muitos jovens ingressarão nos seminários seduzidos, ao menos inicialmente, por estas opções.

A propaganda realizada pelos religiosos e o poder de sedução na arregimentação dos candidatos é um fato que se destaca no depoimento dos informantes das várias gerações, ao relatarem a maneira como foram recrutados:

Então ele passava pelas escolas, eu me lembro muito bem, e a nossa escola era dirigida pelas irmãs catequistas, já começa ali uma fundamentação também. E daí ele fez toda uma propaganda de como era a vida no colégio, como é a vida do religioso. E eu sei que eu fiquei encantado com aquilo. As imagens do que ele mostrava, fotografias. E isso foi em março, abril. Aí em junho veio um padre do seminário de Rodeio (Franciscanos) promovendo um dia dentro do colégio de Rodeio, no seminário. E daí até tem uma passagem

interessante, porque eu fui com um vizinho meu e esse vizinho meu inclusive é gay. Não é assumido mas desde a época, a gente fazia até brincadeiras porque na época qualquer um evitava de tocar no assunto, havia muito tabu. Mas nós brincávamos muito. Então fui, e no momento que nós íamos no colégio, me lembro que meu pai me questionou: sim, mas tu já não tinhas dito que tu ias com os maristas? Eu digo: não custa ver, de repente eu fico por aqui mesmo, não preciso viajar pra longe. E quando nós chegamos de manhã nós fomos fazer uma visita em todas as dependências do colégio (sorrindo) e o padre que nos fazia as colocações acerca de cada sala não sei a troco de que, mas ele fez questão de mostrar: olha, atrás de cada porta existe uma vara, e era uma baita vara. E esse meu vizinho dizia o tempo todo: óia, aqui eu não fico, aqui eu não fico. E realmente, depois eu lembro, eu dizia pra ele, pra onde tu fores eu também vou. E eu, no final da terceira série para a quarta série eu me inscrevi para realmente entrar no colégio. Terminei a quarta série, e eu não sei, ele não voltou mais, eu perdi o contato e eu desisti de estudar. E não havia quinta série ali em Rodeio 12, que ali a regiãozinha ali era um distrito. Só em Rodeio 90, ou centro, ou em Timbó. E da família nunca alguém saiu pra estudar um pouco mais distante, quer dizer, aquela coisa bitolada. Então o pai disse, olha, nós estamos precisando de ajuda na roça mesmo. Tanto é que chegou o ano seguinte, trabalhando, primeira semana de aula, aí aquela que me deu aula no quarto ano primário mandou um colega meu trazer um bilhete pra repetir a quarta série, que eu não desistisse. Aí eu disse: repetir eu não vou, pode dizer pra ela que eu não vou. Três dias depois tava ele lá de novo com um aviso, mandei o mesmo recado. Final de semana ela veio falar com o pai aí eu sei que eu demonstrei interesse, mas ao mesmo tempo repetir a quarta série eu não fazia questão. Que que ela fez, ela fez o contato com os irmãos maristas. Metade de março por ali eles vieram, eu sei que eu arrumei tudo e fui para o internato. Isso foi em 1962. Eu tinha o que... 12 anos. Aí eu vim pra São Bento do Sul. Nós éramos em 120 internistas ali. Tudo

gente do primeiro grau. Eu fiquei seis anos lá. (Ex-religioso Marista, 45 anos, Rodeio)

Quando o Edson foi, daí nós tinha o padre Ângelo que vinha lá com a gente aos domingos. Eles faziam encontro antes com o pessoal. Daí eles explicavam lá que o cara podia ir pra África como missionário, que o cara podia sair fora do país, e coisa e tal né. Mas nos tínhamos em mente o futebol. Aí depois começou a mudar as coisas. Aí depois me interessou de ir pra África, eles explicavam como é que o cara fazia, não fazia. Começou a me interessar um pouco assim, depois eu acabei indo. Depois veio o padre lá em casa. Depois de tudo o que ele falou ele veio lá umas quatro cinco vezes ainda, veio falar com a gente, comigo. Aí explicou, trouxe um monte de revistas pra gente vê. Era o padre Dante Possamai. Ele também era religioso da ordem Consolata. Foi pra Rondônia, ficou lá pouco tempo. Por causa dos borrachudo pegou a malária, e por causa da doença dele ele não podia mais ficar lá, porque por mais que fizesse ele ia morrer. Por isso ele veio pro sul, daí ele fez um trabalho vocacional, como faz até hoje. (Ex-seminarista das Missões Consolata, 42 anos, Primeiro Braço do Norte)

Um dos aspectos sugeridos por muitos entrevistados do sexo masculino que teria influído na sua decisão de ir para o seminário, tem a ver com a sedução pelos padres recrutadores ou "pescadores de vocações" nas suas promoções vocacionais, ao acenarem com a possibilidade deles terem acesso no seminário, a jogos, principalmente o futebol. Este esporte era extremamente valorizado por estes jovens na sua comunidade, ainda que na sua família não tivessem acesso até mesmo a uma bola de futebol de verdade. Normalmente segundo me foi relatado por alguns entrevistados de Primeiro Braço do Norte, esta bola era improvisada de várias maneiras, uma delas era enrolar serragem num pano de saco e amarrar em volta com um fio ou barbante.

O valor conferido aos esportes e aos jogos fica também evidente nas inúmeras falas dos entrevistados, ao descreverem a própria rotina de vida no seminário, onde ambos aparecem como um momento crucial e intensamente apreciado. Normalmente uma variedade imensa de jogos e esportes são arrolados.

Sabe-se também que estes jogos são utilizados pelas diversas Congregações religiosas de maneira pedagógica e buscando criar momentos de relaxamento e ludicidade na intensa vida de disciplina e estrita hierarquia a que o seminarista está sujeito de acordo com as regras da Instituição, tendo os jogos um papel preponderante na adaptação do candidato à própria rotina da Instituição:

> *Eles diziam que era futebol, é claro, pra animar a criança, bastante futebol, tem o estudo mas... Então é aquela euforia. Então a criança não pensa muito, vai. Cheguemo lá, claro, o regime deles era o estudo normal, tinha o futebol também, tinha os passeios, também tinha. Mas... era aquele regime fechado e a gente quase se acostumou, só que cada vez o regime endurecia mais. À medida que ficava endurecia mais. Então chegou um ponto que...* (Ex-seminarista e atual Ministro de Primeiro Braço do Norte, 42 anos)

> *Aquela vez eu fui mais por causa do futebol, da bola. Quando eu entrei lá. Porque o padre falava que tinha esporte, eu falei: oba! Já tinha uma coisa que eu posso fazer. Mas não foi porque eu quis, foi mais o pai só. Porque para falar, a coisa que eu gostava era do futebol só. Mas eles queriam que eu fosse pra ficar. Eu fui. No jogo. Sim, porque nós jogávamos bola com saco de café, enchia e nós amarrava com barbante, nunca ganhávamos bola do meu pai, nada. Nós jogava com aquilo. Lá no seminário eles tinham bola de couro, daí nós fomo pra lá. Eu fui mais motivado pela bola, não pelo fato de eu querer ir pra lá.* (Ex-seminarista das Missões Consolata, 42 anos, Primeiro Braço do Norte)

> *É, isso foi mais a propaganda, a coisa dos padres. Porque eles vinham aí e tá, era futebol, era tal e coisa, estudo, e todo mundo ia pro seminário, você tinha que ir pro seminário. Então... eu fui. Inclusive fomos em quatro daqui da minha turma. Fomos em quatro e fomos todos juntos. Sabe como é, criança, então vamos tudo junto, vamos pros padres, e fomos, e os outro saíram antes. Não gostaram, saíram antes e eu fiquei, dois anos e.... depois daí era pra mim ir pra São Paulo, em São Manuel, daí eu não fui. Aí eu pedi pra ficar em*

casa. (Ex-seminarista da Congregação das Missões Consolata, 58 anos, Primeiro Braço do Norte)

As meninas não pareciam tão atraídas pelos jogos quanto os meninos, embora esse interesse esteja presente, sendo também diferentes as modalidades apreciadas. Percebe-se que estes interesses se encontram também delimitados pelos seus respectivos papéis sociais de gênero. No depoimento que se segue, observa-se claramente que as definições estão realizadas em função das identidades de gênero, estando os interesses das meninas mais voltados para atividades de cunho mais expressivo, tais como o próprio estudo, a música, as leituras, os trabalhos manuais:

> *Tipo assim, você vai pra aula, você tem aquele objetivo de estudar bastante, de tirar notas boas, aí você se dedica inteiramente. Aí você tem jogos, você tem vôlei, aí você estuda piano. Estudei cinco anos de piano, estudei violão, estudei flauta, estudei encadernação. Então é um mundo que se abre, muito bonito. E você lia livros, assim, livros religiosos, e depois copiava frases no caderno.* (Ex-irmã da Divina Providências, 61 anos, Rodeio,)

Percebe-se na maioria dos casos, que a decisão de ser religioso ou religiosa somente irá tomar corpo nos seminários ou instituições religiosas femininas, através da formação religiosa recebida nestes (que conformava uma pedagogia própria) e dos modelos oferecidos, através das vidas de santos e pessoas, da família ou não, ligadas à própria instituição.

IV. 3. Modelos possíveis na comunidade para quem quisesse sair do Campesinato

Na época os modelos possíveis de serem aceitos na comunidade para quem quisesse sair do campesinato eram o de padre e professor para os homens e o de freira e professora para as mulheres. Como sugere um dos informantes:

> *E na época, o quê que se destacava numa comunidade pobre e simples, onde você não saía de casa, a não ser uma vez por ano, ia para a paróquia, na sexta-feira Santa, ia de carroça, ia na procissão? Não saía! A pé, cá e lá ou com a carroça, na casa dos tios, próxima. As pessoas não saíam e o que se destacava na comunidade era o padre, as irmãs e o prefeito, que eram mais falados. Então, o menino*

aspirava alguma coisa mais. Prefeito, nem pensar; freiras, também não; colégios de internos, só quem era muito... o colégio, o dinheiro, era tão longe que ninguém pensava - era Blumenau ou Lages. Então, era ser padre! Para escapar daquela rotina. (Frade Franciscano, 64 anos, Rodeio)

Em alguns casos, e aqui também se especificam as definições em termos de relações de gênero, a vocação encobre o próprio desejo de liberdade e estudo via os Institutos religiosos, para fugir do modelo possível de casamento existente na comunidade[7].

A história de vida de uma informante, oferece elementos para compreendermos como a vida de casada, passa a não ser desejada pela filha devido à situação de sujeição e opressão vivida pela mãe, e exemplifica uma situação vivida por muitas mulheres, cuja saída do campesinato não oferecia outra escolha além do casamento do que a de Irmã:

Então como é que podia ser, como é que vai ser, então a gente olhava a vida de casa, via assim a vida tão difícil, a mãe sempre nervosa, sempre com dificuldade. Dizia: eu vou querer essa vida? Eu me lembro que eu dizia assim: bom, eu vou me casar, mas eu não quero ter filhos, pelo amor de Deus! Sabe como é? Já havia programado minha cabeça. Daí... bom, acho que vou ser Irmã.

Diante disso, se explica todo um fascínio pelo modelo de Irmã, devido à vida diferente:

Tinha assim, por exemplo, as Irmãs que estão indo nas férias, elas descobriam que tinham uma vocacionada aqui e ali, então elas levavam uma santinha, medalhinha pra menina, conversavam um pouco. Mas eu lembro também, eu, quando entrei... na realidade assim a gente entrou porque via as Irmãs vestidas de hábito, aquela coisa toda, achava uma coisa diferente...(ReligiosaSalesiana, 34 anos, Primeiro Braço do Norte)

[7] Como vimos no Capítulo III, a mulher camponesa italiana do Vale, não herdava a terra, restando como ùnica forma de sair da casa paterna o casamento. Devido às características patriarcais da família de origem, muitas mulheres casavam-se para sair do jugo paterno, que consideravam muito penoso.

Daí eu me lembro uma coisa estranha: que eu fui falar com essas, essa Irmã catequista, que agora, ela também saiu logo depois, bem nova ela saiu. Irmã Augusta Toneta, era uma que tinha sido no início minha professora. Mas essa era a irmã que era, sabe, uma pessoa linda, uma moça linda, linda. Ela era noviça, ou sei lá, jovem, daí eu disse: ah, eu também queria ser irmã. Daí ela disse: ah, então vai falar com a madre. (Ex-religiosa da Divina Providência, 61 anos, Rodeio)

As catequistas nem sempre foram almejadas como modelo de Irmã, segundo me sugeriu o depoimento de uma das ex-religiosas entrevistadas, devido ao tipo diferente de vida que levavam na comunidade, sobretudo pela maior liberdade de que gozavam em relação às outras, como as próprias "Monegas" (que em italiano significa mosca) como eram chamadas também as Irmãs da Divina Prrovidência, vivendo menos reclusas (já que atuavam também como professoras nas localidades) pelo menos enquanto se formava o embrião da futura Congregação. Havia comentários sobre estas na comunidade, falava-se em estórias de abandono da Congregação por causa de namoros e casamentos, atribuindo-se a isso o fato de estarem menos "protegidas". Talvez tenha de fato ocorrido um processo desse tipo no período inicial de formação da Congregação porém responder a isto demandaria uma outra pesquisa, fugindo dos nossos objetivos. De qualquer modo devo esclarecer que encontrei entre os meus entrevistados dois informantes cujas mães haviam estado ligadas àquilo que seria o embrião da Congregação das Catequistas Franciscanas e a abandonaram para se casar, tendo ambas continuado a exercer uma liderança local como leigas, a nível de suas comunidades de origem.[8]

IV. 4. O processo de cooptação pela instituição dos futuros religiosos

Ao analisar a trajetória dos religiosos, percebemos que ocorria uma cooptação da Instituição Religiosa que atuava no sentido de preservar, aqueles membros postulantes que mais lhes interessavam. Inúmeros trabalhos que descrevem o processo de construção de vocações religiosas têm mostrado como as técnicas corporais, ideológicas e de confinamento a que se encontram submetidos os religiosos e religiosas, desde o

[8] Além destas duas, tive ocasião de entrevistar mais uma mãe e uma pai que haviam passado por uma Instituição Religiosa. O fato de não ter sido uma procura intencional, só evidência o quanto se faz presente entre estes o número de candidatos que desistiram de suas opções vocacionais.

momento em que ingressam num Instituto desse tipo[9], são responsáveis em última instância pela formação de um novo "habitus", que lhe conformará a nova identidade de religioso ou religiosa, conforme as regras das Instituições na qual os candidatos estão inseridos:

> *No início era um internato mesmo. Depois, claro, desse grupo... claro que as Irmãs também iam jogando sementes; no fundo elas tinham também essa questão assim, mais por baixo, de formar um grupo de repente vocacional, daí era assim o internato, e realmente muita gente se tornou Irmã a partir desse grupo aí. Desse nosso grupo temos a Irmã Elenita, a Iara e eu, somos, quer dizer, não tantas - três só. Depois aí eu fiquei ali, fui estudando, e sempre me encantando pela vida das irmãs até que um dia me fizeram a proposta. Realmente eu não tinha pensado em ser irmã, porque, eu por mim, eu não teria dado o primeiro passo. Daí eu disse que eu tinha várias vezes pensado, realmente, pelo fato de ter visto as irmãs, do jeito que elas tratavam a gente, e a gente acabava gostando mesmo dessa coisa que elas passavam pra gente. Daí eu pedi pra continuar realmente e daí fui pra Porto Alegre pra fazer a formação regular.* (Religiosa Salesiana, 34 anos, Primeiro Braço do Norte)

> *Dezoito, dezoito anos quando eu me decidi. Realmente a época em que eu fui pro postulado; antes eu fiz aspirantado, aos dezessete anos, o aspirantado. Aí aquela coisa de adolescente ainda. As vezes ou outra a gente vai dando os primeiros passos, fui. Não sei, eu fui assim me vendo dentro dessa vida e achando que realmente era por aí, e acho que quanto a essa questão da crise, muito forte, foi realmente em oitenta e nove. Daí a gente vai, também vai se defrontando com algumas situações mais difíceis, até via relacionamento pessoal com outras pessoas. Daí então tu vai, você vai: "será que é por ali, será que não é?"* (Religiosa Salesiana, 55 anos, Braço Seco)

Essa submissão às normas e incorporação de um novo "habitus" era facilitada também pela pouca idade com que os candidatos entravam em tais tipo de Instituições,

[9] Sobre isto consulte-se os seguintes trabalhos de ROCHA (1991) E TAGLIAVINI (1990))

tendo sido geral às várias Instituições da época a presença de crianças muito novas, na faixa de 11 a 13 anos, até pelo menos a década de 60:

> *Eu, quer dizer, olha, eu não sei se eu senti tanta mudança, porque quando, eu vejo, ainda era tão criança que tudo que diziam pra fazer a gente fazia. Você fazia, reclamava, e não dizia nada; você ia fazendo. Tanto é que, pra mim, se me davam um castigo ou não, era... você sentia na hora, mas até fazia brincando aí o meu castigo [risos]. Mas, depois, não tinha essa coisa assim de você receber um castigo, uma coisa, e reclamar ou ficar chateada, como hoje fica. Não; você levava tudo na brincadeira e ia, depois já ficava de bem com todo mundo - e assim ia. Tanto é que - é aquilo que eu falei -, por exemplo, eu cheguei no colégio, ainda a gente brincava de boneca. Sábados a tarde a gente ia lá pro prézinho, tinha umas bonecas lá e a gente brincava de boneca; nós éramos em quatro, pequenas, lá, e dê-lhe: uma era mãe da outra, e uns... brincava de boneca mesmo, como a gente brincava em casa! A gente ia brincar... No início, por exemplo, nos anos que eu peguei em Campos Novos, eu não sentia muito, não. Eu acho que depois, eu posso dizer que depois, quando a gente começou a tomar maior consciência das coisas, começou a ser também mais crítica, e outras coisas, que começou a sentir mais, no sentido assim de estar exigindo também mais as coisas.* (Religiosa Salesiana, 55 anos, Braço Seco)

Observa-se também neste depoimento, que o imaginário de menina, recém-chegada no Instituto Religioso, seus jogos e brincadeiras, ainda está voltado para a idealização do par conjugal e filhos, tal como no modelo conjugal paterno, padrão com o qual está ainda identificada, em contraposição à idealização do seu próprio Instituto de uma vida celibatária e casta, o que reafirma mais uma vez o papel preponderante do Instituto Religioso na formação da identidade do candidato.

IV. 5. A sustentação econômica dos filhos nas Instituições Religiosas

Uma das preocupações centrais do pai no momento de saber que um dos filhos se decidiu pela opção religiosa, é a dos custos financeiros que resultam da opção do estudo dos filhos, como explicitam estes depoimentos:

> *Meu pai nem falou muita coisa. Eu me lembro como se fosse hoje: eu estava num pedacinho de terra lá em casa, o meu irmão, o meu irmão mais velho, com outro irmão menor do que eu, que estava conduzindo a égua, e meu irmão com o arado, fazendo as valetas, o meu pai, minha mãe e eu, o pai na frente abrindo os buracos, as covinhas, e eu jogando milho dentro, e a mãe vinha atrás, cantando, ou a mãe jogava o milho e eu cantava, e eu falei assim pra mãe: "mãe, eu quero ir ser padre". Aí a mãe falou assim: "por mim tudo bem; fala com o pai". Aí eu falei assim: "pai, eu quero ir para os padres; quero ser padre". Aí o pai nem respondeu nada, continuou cavocando, e aí eu falei: "Pai! Eu quero ser padre, eu vou para os padres". Aí ele falou assim: "vai, você sabe que nós não temos nada, não tenho muita coisa para te ajudar". "É, mas eu...". Por isso que eu te digo: com a consciência que eu tinha de dificuldades econômicas... a gente vivia numa miséria doida, tinha lá uma calça pra se vestir e tudo, e quando eu vim pro seminário eu vim com duas calças, eu vim lá com pouquinha coisa; sapato eu não tinha, só sandálias "havaianas"... então a consciência, quer dizer, o momento que eu cheguei e disse para o meu pai, o meu pai disse pra mim das dificuldades.* (Padre Salesiano, 38 anos, Primeiro Braço do Norte).

A situação de um dos religiosos salesianos, serve como uma situação exemplar para evidenciar que de fato havia uma exigência em termos financeiros por parte das Congregações e Ordens Religiosas, sendo este inclusive o caso da Congregação Salesiana, uma das principais na atuação da região estudada, muito embora um outro religioso, me tenha afirmado que ela não existia. Creio que ele se referia à sua insignificância em termos monetários, pois houve muito franqueza nos seus relatos. Além da mensalidade havia custos com a própria viagem e o enxoval exigidos pelas Instituições. Percebe-se que este é o caso, ao se examinar a história de vida desse padre,

cuja Instituição à qual está ligado, utiliza na impossibilidade de contar com os recursos da família do candidato, do apoio de "benfeitores" de fora da Instituição que supram esta lacuna. No caso do religioso citado trata-se de uma família que já dispunha de vários dos seus membros como religiosos, desde a primeira geração, que pelas características descritas, bem como as observadas no candidato, pode-se inferir tratar-se de um modelo considerado ideal pela Instituição Religiosa. (Trata-se de família de origem trentina que desde o momento inicial de arregimentação das vocações, com a chegada dos Salesianos na região, pode contar com a dedicação de vários dos seus membros, ocupando muitos deles cargos importantes ao nível da própria hierarquia eclesiástica.[10]. Isto evidencia que mesmo existindo restrições a nível da esfera econômica do candidato, a Instituição através de seus agentes busca facilitar a sua permanência quando assim deseja, buscando soluções para o seu custeio, a benfeitoria é uma delas:

> *Na prática se pedia. Mas quem me trouxe pra cá foram o meu tio e o meu primo, padre Gentil, e eles tinham consciência da situação da minha família e então não...depois eu tive uma graça muito grande, porque, quando eu entrei, na sexta, na sétima e na oitava séries, foi uma pessoa que me ajudava; é como a mão de Deus: eu nunca tive nada e então uma pessoa que gostou da minha fisionomia e mandava mensalmente cinqüenta cruzeiros; era uma coisa irrisória, mas. Eram de fora; eu nem conhecia. Ela gostou de mim e começou a me ajudar. Não dava o dinheiro pra mim; levava direto para o padre administrador. E depois, na época do colegial, no primeiro, segundo e terceiro colegial, uma outra família também, um industrial daqui de São Paulo, que tem uma fábrica de cobertores em Guaratinguetá, num domingo nós fomos lá numa missa, ele se agradou da minha fisionomia e me adotou como afilhado. Gostou de mim e eu acho que também o padre, o diretor encarregado, disse que eu era de uma família muito pobre, e então ele me adotou como afilhado dele e ele pagava mensalmente o equivalente quase que a duas mensalidades. Então, se agradaram de mim, todo quinto dia útil ele mesmo vinha lá, ele e a esposa, e entregavam o dinheiro. E eu, na minha simplicidade,*

[10] Os trentinos são, a julgar pela declaração de um dos informantes entrevistados, as famílias mais ligadas

ia lá, dava um abraço, um beijo, prometia a ele as minhas orações e... me ajudou até na Teologia. Inclusive, na Teologia, a questão dos meus livros para os estudos, ele sempre me ajudava. É isso. Porque da minha família mesmo eu não tinha condições. Por parte do pai sempre sempre uma pessoa doente; e depois, a situação econômica da região. (Padre Salesiano, 38 anos, Primeiro Braço do Norte)

Observa-se portanto no caso deste postulante ao sacerdócio, saído de uma família pobre, que de fato não se deixou de cobrar do candidato, mas que a Instituição se encarregou de encontrar mecanismos externos de apoio. Embora o candidato em muitos casos possa permanecer na Instituição, não é sempre que isso ocorre, tendo eu encontrado vários casos, onde a desistência ocorreu pela impossibilidade de pagamento da família. Na verdade é possível inferir-se que a instituição usa também desse artifício quando não lhe interessa assumir o candidato, não facilitando o pagamento quando não identifica as qualidades requeridas no candidato. Tal fato não é comum somente à Congregação mencionada, mas extensivo às outras Congregações existentes na região.

Na verdade pude perceber que existe uma exigência em termos do pagamento das mensalidades por parte dos colonos, tendo me sido isso confirmado com o exemplo do Sr. S., que teve que liquidar a sua dívida com os Missionários da Consolata, para conseguir o histórico escolar de um dos seus dois filhos desistentes, e que dele necessitava para inscrever-se num colégio laico. A exigência se fez de forma tão firme neste caso, que o colono teve que vender a sua vaca fora do momento certo, o que lhe causou inclusive prejuízos:

Depois, o pessoal não tinha condições, os pais, e quantos seminaristas que desistiram, no caso do J., o J. desistiu do seminário porque eu não tinha condições de pagar o colégio pra ele, e ele não... padrinho não tinha, que ajudava, então... o padre vinha aqui e conversava, tem que pagar, mas eu dizia, eu não tenho. O padre vinha em casa! Sim! no caso do meu rapaz, do A.., quando ele saiu, o histórico dele para matricular na escola agrícola de Araquari, que ele tinha ficado em casa um ano, mas ele não ficava parado, ele disse eu quero continuar a estudar. Aí então em mandei pra cima, mandei pra cima e disse, ó, eu pago a minha conta desde janeiro, na safra do

à esfera religiosa

fumo, eu trabalho com o fumo. Mas disseram, ou tu paga ou não sai os documento dele daqui...

Se pagava...uma quantia, não era um salário, era uma certa quantia, pagava de janeiro até o outro janeiro, se pagava uma quantidade, então por isso que eu pagava sempre no fim de janeiro, por que eu sabia que tinha dinheiro porque eu recebia do fumo. E naquela época a matrícula, o histórico pra matricular lá, daí eu não podia. Aí então viemos pra casa e vendi uma vaca, tinha umas vacas, vendi a vaca, paguei e peguei o histórico. Não davam, não soltaram. É, não tinha dinheiro, eu não podia deixar o rapaz assim sem estudar um ano. Eu peguei o dinheiro, paguei o colégio e meu rapaz ficou lá, quatro ano. E quantas vezes não tinha dinheiro, e os padres não soltavam, não davam. Eles não queriam saber, se a senhora era pobre ou era rica, tinha ou não tinha, tinha que pagar, aquela quantidade tinha que pagar. E no caso assim mesmo, se não pagava isso aí, se o rapaz ficasse trabalhando em casa, se um dia precisasse do histórico, tinha que pagar tudo os atrasado, tudo de novo. Eh, quanta gente aí que depois queriam estudar, não pagaram naquela época em que saíram, eles precisavam dos documentos dos padre eles não deram, tinha que pagar um rio de dinheiro, era tanto, tanto, tanto. Ele lecionava, era professor, e precisava do documento, tinha que pagar um rio de dinheiro. (Ex-seminarista dos Irmãos da Consolata, casado com ex-noviça e pai de dois filhos ex-seminaristas - atualmente um formado em Economia e o outro em Química, 58 anos, Primeiro Braço do Norte)

IV. 6. A crise da Vocação

Interessante observação me fez um dos religiosos entrevistados quando lhe perguntei o porque de ter permanecido religioso depois de ter vivido um processo de crise de vocação. Sua resposta que transcrevo a seguir assim como algumas outras indicaram-me a importância da imposição realizada pela Instituição Religiosa para impedir a saída do vocacionado, quando se trata de um candidato do seu interesse por

reunir as qualidades desejadas pela Congregação. Certamente existe uma certa escolha deliberada por parte dos agentes religiosos, que enquanto representantes dessas Instituições pressionam aqueles que devem ou não permanecer, o que impede que muitas crises resultem em desistências. Esse fato aparece com freqüência nos depoimentos, embora muitas vezes disto não tenham consciência:

> *Não, imposição não. Apenas, talvez, uma motivação forte; uma motivação forte. Foi dito que eu tinha vocação e que se eu não seguisse eu não seria generoso - é a maneira do formador da época, incentivar pra continuar. Mas o incentivo, a motivação forte, foi a insistência um pouco forte, assim, pra continuar. Mas sempre era livre (sic). Tinha que fazer juramento antes de cada passo importante, antes dos votos simples, pré-temporários (podia fazer juramento, por isso pensava ser livre), antes dos votos perpétuos fazia juramento, e antes de ser ordenado, que era livre e espontâneo.* (Padre Franciscano, , 64 anos, Rodeio)

> *Ele disse que rezaram uma missa, que fez ele chorar, que os outros colegas rezassem, para amanhã quando ele levantasse ele não saísse do seminário. Então fizeram aquela missa toda, mas ele disse que para ele a missa não valeu e ele disse que ele ia embora. De certo a vocação não era dele, não era pra ser.* (Mãe, ex-noviça, sobre a saída de um dos seus dois filhos do Seminário)

A desistência dos candidatos também se encontra ligada, a razões de ordem econômica, quando o pai, na condição de colono, se encontra impossibilitado de realizar o pagamento exigido pela Instituição Religiosa responsável pela educação do seus filhos ou filhas, não podendo em alguns casos dispor de dinheiro até mesmo para o enxoval. O relato de vida de dona Carmelina ilustra bem essa última situação:

> *É, daí vamos, a gente tava lá, cada uma tinha o seu enxoval, e como nós, a turma daqui não tinha, e nenhuma foram mais. Ficava assim... Se sentia mal. Daí tu não podia pegá sabonete delas, não podia pegá pasta, nem escova, nem toalha, entende? Então tu ficava assim, na hora do banho, então dava pra cada um a sua roupa. Então a nossa era sempre aqueles trapos. E tinha que pedir a toalha emprestada, a*

outra já não fazia gosto dá... (Mãe de dois filhos ex-seminaristas, ex-noviça e casada com um ex-seminarista, 56 anos)

Não pra fazer diferença com os Salesianos, nada disso, mas a gente optou por um outro seminário. Tinha as mesmas vantagens, se bem que não tinha vantagem, mas afinal, pra ajudar também ao Instituto deles, então a gente entrou no seminário deles. Tivemos uma boa formação, não posso falar porque tivemos uma boa formação com os padres da Consolata também, só que... chegou um ponto que a gente... nem todos podem ficar padres. Então chegou um ponto que a gente teve que sair também. (Ex-seminarista do Instituto Missões Consolata, atual Ministro da igreja de Primeiro Braço do Norte, 42 anos)

IV. 7. Motivo para a desistência

Um dos motivos freqüentemente alegado para a desistência dos candidatos e candidatas era o regime disciplinar duro dos Seminários e Instituições religiosas:

Olha, foi muito duro pra mim. (Por que?) Porque, veja bem, a gente era pequeno, tava a 180 quilômetros longe de casa. Você entra no seminário hoje você tem uma rotina que nem um quartel. Você tem hora pra levantar, hora pra tomar café, hoje pra ir pra escola, hora pra almoçar, hora pra trabalhar, pra jantar. Então era... Você pensa bem, pega uma criança de dez anos que não era acostumada a ter horários pré-estabelecidos assim. Então foi muito duro pra mim no início. Chorava bastante, queria voltar. Mas depois foi se ajeitando. Os padres eram muito compreensivos, o nosso diretor na época, até que a gente foi entrando no esquema, e foi embora. Os novatos, como a gente chama quando entra, eram os mais sacrificados. (Por que?) Faz os pior trabalhos, limpa banheiro, faz de tudo. Em qualquer lugar tem isso. Tanto os Salesianos como a Consolata era um regime meio duro, hoje tá mais liberal, é claro que 30 anos passados... já hoje mudou muito. Mas um regime um pouco duro, e tal, então no fim a gente optou, mas eu continuei fazendo serviço aqui na igreja. (Ex-seminarista e atual Ministro de Primeiro Braço do Norte, 42 anos)

Percebe-se que neste caso se estabelece também uma comparação da casa como um ambiente menos repressor em termos da compartimentação do tempo, embora a vida nela seja uma vida de trabalho muito dura. O depoimento situa também a posição do novato, ou seja daquele recém-chegado à Instituição onde funciona como o encarregado dos trabalhos mais desprazeirosos (limpar banheiros) e pesados (cuidar das hortas e dos animais, ordenhar as vacas, cortar o trato, capinar a roça) como na própria casa paterna e estabelecendo-se uma hierarquia na divisão dos trabalhos entre estes em função do fator idade:

> *Eu desisti por causa do seguinte: lá os padre eram tudo italiano, tudo da Itália. Não tinha nenhum padre brasileiro naquela época, eram tudo da Itália, pra aquelas banda lá, e eles tinham uma certa exigência que naquela época eram padre missionário, só faziam nós reza mesmo, rezar e estudar. Eu tinha uma irmã que tava longe uns 50 metros do seminário, eu fiquei lá dois anos e não consegui falar com ela, só quando nós vinha em casa. É exigência é. Não podia conversar com uma colega, vamos supor que viesse lá uma visita, só se era, supor, os pais, mas outras pessoas, se viessem visitar, conversar.... daí então eu pensei que se era pra ficar aqui no seminário sacrificado, escondido... a gente vinha pra casa nas férias, a gente não podia chegar até a igreja lá, então tinha que pegar no oratório, como nós tinha oratório aqui, nós tava em 4 ou 5 cinco aqui, então nós ia rezar o terço, os seminaristas. Daí eu pensei que se fosse pra ficar tão sacrificado assim, então eu vou voltar pra casa. Daí eu voltei pra casa, trabalhei um pouco com meus pais aqui, e quanto eu tive 18 anos eu disse pro pai, óia pai eu vou servir o exército, aí o pai disse: Ah, deixa de servir o exército porque teus irmão não foi nenhum. Disse pro pai: eu vou, vou voluntário. Aí foi, saí daqui e de bicicleta fui a Guaramirim, fazer o alistamento aí então disseram: olha S., tu tens capacidade pra servir. Mas daí eu disse pra ele, sincero, mas o senhor acha mesmo que eu vou perder o ano aqui dentro? Ele disse, não, não vai. Então eu disse o seguinte: olha, eu vou, mas quanto mais longe o senhor me mandar pra mim seria melhor. Então eles me mandaram pro Rio de Janeiro, aí depois, isso*

era 49, fui pro RJ, passei meu ano lá e voltei. Daí como eu tava falando lá do colégio, daí os padre daquela época, uns padre da Itália muito exigente, e não só eu, pra ver que nós tava em 30 seminarista, ficaram dois. Um que hoje é padre lá no RJ é o padre Valdemar. Nenhum deles tão na mesma congregação, saíram, desistiram e foram pra outra congregação. Estudaram junto comigo e hoje são padres secular, era da Consolata e hoje são padres seculares. Era tudo aqui de Massaranduba a maioria, de Nova Trento, de Itajaí, Blumenau, tudo essa nossa região nossa aqui. (Ex-seminarista, casado com uma ex-noviça e pai de dois ex-seminaristas, 58 anos, de Primeiro Braço do Norte)

Interessante observação me fez também o último dos entrevistados citado, a respeito de sua desistência e ao comparar a sua situação atual com aquela dos parentes e vizinhos que permaneceram nos Institutos Religiosos:

Bom, agora eu digo, eu naquela época como criança não pensava o que podia acontecer no futuro, mas se fosse, sabe, hoje, naquela idade com 12, 13 anos que eu tava, não pensava, se fosse hoje eu acho ganha bem que eu continuava a carreira de ser padre. Vida boa, sombra, água fresca, carro (fala sorrindo) do ano pra passear. Tô vendo aí toda essa parentagem aí, naquela época nós andava a cavalo, ou andava de charrete ou carro de boi, então, fui eu que levei com carro de boi, não tinha condições de entrar carro aqui, e veio pra cá de carro de boi o coitado, é, era bispo. Cê vê então que naquela época os padre era padre santo, porque sacrificava mesmo, gostava mesmo. E hoje não, por que se vê, se hoje um padre desiste, então é porque não presta mesmo, porque hoje tem tudo quanto é liberdade, porque hoje padre vai em festa, vai em dança, conversa com moça, vai por tudo, hoje tá ali, tá livre, não tem mais aquela amarração. Então acho que hoje aqueles hoje que fica padre fica de boa vontade, e padre bom. Isso na minha idéia. Antigamente não, antigamente era uns padre fechado, por isso que os padre desistia naquela época, porque eles não tinham conhecimento nem com mulher, nem em termos de dança, festa. Hoje não, seminarista, e

padre mesmo, como eu já vi muitos padre por aí dançando junto com nós por aí. Eles sempre diziam: festa, vamo fazer festa, uma beleza, sim. Mas honestidade, não que embagunça. O padre José Stringari, o padre Vicentino, quantas vez que eles vinham aqui pra natal, ou final do ano e faziam domingueira aí, eles eram os primeiros que dançavam, e diziam pro pessoal dançar. (Ex-seminarista, casado com ex-noviça e pai de dois ex-seminaristas, 58 anos, Primeiro Braço do Norte)

Observa-se em seu depoimento um tom de ironia ao comparar trajetórias de religiosos e ex-seminaristas ao se referir à situação atual dos padres e seus parentes religiosos, que ao contrário da sua, deixaram de ser colonos e têm hoje uma vida boa, com conforto, status e segurança, em oposição aos padres do passado, estes sim que tinham uma vida sacrificada, mais santa. Embora exista uma alusão à mudança no modelo de padre, percebe-se nas entrelinhas, um certo ressentimento pela sua própria situação, face à dos parentes religiosos, inclusive pelo próprio fato de ter sido pressionado a desistir da sua opção religiosa pela própria Congregação diante de sua dificuldade de aprendizado.

IV. 8. Desistências em grupo

Um aspecto que aparece como recorrente no depoimento dos religiosos e religiosas entrevistados é a saída em grupo dos postulantes a religiosos e religiosas. Após o Concílio Vaticano II, ocorrido na década de 60, este fato irá se acentuar ocorrendo inclusive o abandono de religiosos e religiosas depois de terem feito os votos, o que dificilmente ocorria antes:

1964 em Joaçaba, 1965 em Canoinhas e 1966 em São Bento. Aonde nós desistimos mais ou menos uns sessenta ou setenta, só numa lambada. Porque tinha um morro que dividia as mulheres com nós e quando nós começamos a pegar o jeitinho nós se mandava (risos) e os marista ficavam na mão (risos). (Ex-seminarista Marista, irmão de mais três ex-seminaristas, de uma família de 14 filhos, 38 anos, Rodeio)

Acredito, tomando como base os dados coletados, que sempre houve desistência de candidatos a religiosos e religiosas na região, em número muito expressivo, a julgar pelo seu percentual, embora a desistência, principalmente daqueles que já fizeram o voto se torne mais freqüente na região em estudo somente da década de 60 em diante.

As desistências normalmente ocorrem como resultado de uma situação de crise, vivenciada pela maioria dos entrevistados, tanto ex-religiosos ou ex-seminaristas. Esta crise é resultado do conflito que se estabelece para o candidato entre querer continuar na Instituição Religiosa pelas oportunidades educacionais sem, no entanto, se definir como opção definitiva, como ilustra o depoimento:

> *A minha docilidade era a possibilidade de se conviver bem dentro desse ambiente, quer dizer, eu não tinha nem condições de saber que isso podia ser diferente, porque a minha mãe, quando eu saí de casa, ela disse assim fa-te volir bene, quer dizer, te faz querer bem. E uma outra minha amiga que é psicanalista, que também foi pro colégio (Instituto Religioso) um pouco mais velha, o pai dela disse assim: fa-te....., quer dizer, te faz esperta. Então você vê duas formas, um diz te faz esperta e prá mim, te faz querer bem. Então, eu não tinha parâmetro. Eu tinha que poder conviver com a única forma era você, se conformar. Então de tanto me conformar, e eu agora analiso, aos dezessete anos eu... praticamente tinha matado o meu eu. Eu sentia assim uma divisão interna grande demais, uma divisão muito grande. Ah, eu quero ir prô Rio de Janeiro. Fui prô Rio de Janeiro. Fiquei na casa onde as Irmãs trabalhavam, que era o jardim de infância, uma creche, um abrigo lá de crianças órfãs, já comecei a dar aula pra essas crianças no jardim da infância e comecei a estudar num dos maiores colégios do Rio de Janeiro que era o colégio Jacobino, onde estudavam as pessoas mais ricas, sabe? Então eu, uma pessoa que veio lá do interior, não tinha roupa adequada prá ficar naquele colégio. Uniforme, uniforme eu tinha, então quando veio a madre ela me comprou dois vestidos. Mas foi com isso que eu convivi, então como é que eu podia me sobressair ou ter o meu lugar? Era realmente sendo uma das primeiras e eu era uma das primeiras. Mas a angústia interna começou aí, porque até os dezessete foi assim uma coisa leve.*

Aos dezessete anos começou uma angústia, uma divisão interna, que durou até os trinta. Uma angústia, uma dor até no peito, sabe, por esse massacre do eu. (...) e depois a primeira coisa que eu senti quando fui prô Rio de Janeiro, é que eu táva fazendo um curso que eu tinha pavor. Porque eu tinha pavor de dar aula prás crianças pequenas, porque eu certamente me via nessas crianças. Eu me via uma criança mal resolvida, e eu tinha que dar aula prá essas crianças, quer dizer, eu fazia das tripas coração. Tanto que eu trabalhei nove anos angustiada, que eu não agüentava ver aquilo, mas todo mundo achava que eu tava adorando aquilo. Eu estudava, eu pesquisava, eu fazia apostilas, eu criava cursos, eu fazia tudo porque, assim nesse sentido, por causa da minha falta de esforço não podia cair a peteca, então eu faço tudo, mas com um desgaste tão grande interno que eu não sei como é que eu tô viva ainda, como é que a minha cabeça não pirou. Porque era um corte total na questão do afeto, na questão do sexo, na questão do namoro, na questão de tudo. (Ex-religiosa das Irmãs da Divina Providência, 61 anos, professora universitária aposentada, Rodeio)

Por outro lado os candidatos a religioso são os "escolhidos" pela Instituição e vivem uma pressão da mesma no sentido de que permaneçam na sua opção religiosa, o que pode gerar uma situação de crise e conflito . Esta situação pode levar, por sua vez, a duas opções por parte dos candidatos:

A primeira delas é a reafirmação da opção pela vida celibatária e casta. De acordo com um padre salesiano que se ocupa com a orientação vocacional de religiosos da sua Congregação, saído da localidade de Primeiro Braço do Norte, essa reafirmação da opção ocorre na proporção de 10%, o que evidencia uma percentagem muito pequena, em termos numéricos, dos candidatos que permanecem, e me permitiu compreender o número excessivo de membros pertencentes às famílias dos religiosos entrevistados que já tiveram uma vivência de passagem por uma Instituição Religiosa, sem nela permanecer.

A outra opção, é aquela representada por uma situação de ruptura e rebeldia, com a saída e inserção dos ex-pretendentes e ex-religiosos em profissões urbanas, aprendendo a sobreviver fora do mundo camponês e reconstruindo uma identidade não

mais religiosa, nem camponesa. Tais situações foram bastante descritas pelos entrevistados, podendo ser observadas em suas trajetórias.

Normalmente as crises ocorrem em idades especiais e momentos específicos, onde se põe em questão a própria vida como celibatário/a e casto/a, bem como a obediência cega à Instituição, aspecto considerado mais difícil por um dos ex-Salesianos entrevistado e que hoje é escritor catarinense e professor universitário aposentado.

Além dessa questão da autonomia, foram motivos para a saída dos religiosos (as) a impossibilidade de viverem uma vida celibatária e casta. Apesar da crise alguns ainda assim permanecem, como já visto muito influenciados pela instituição.

V. A VOCAÇÃO RELIGIOSA COMO UMA DAS ESTRATÉGIAS DE MANUTENÇÃO DA VIDA CAMPONESA DO VALE DO ITAJAI

Vimos que a migração saída do Norte da Itália para o Sul do Brasil era na sua maioria formada por agricultores, que tendo sido deserdados ou perdido as suas terras, partem em busca de uma melhor situação, principalmente atraídos pela possibilidade de aqui se tornarem proprietários de um pedaço de terra. Apoiados em valores do mundo camponês de origem e que a expansão capitalista não conseguira destruir, ao aqui chegarem recriam com base nessa sua tradição, uma sociedade com características próprias que a diferenciam de outros grupos camponeses do país.

Embora não faltem indivíduos que não tendo direito à terra, exerciam atividades artesanais, 95% destes camponeses se dedicavam inteiramente à agricultura. A deterioração das condições dos pequenos camponeses da Itália, a partir dos anos 70, tornara disponível para a aventura transoceânica um largo contingente de camponeses deserdados ou impossibilitados de manter a posse da terra.

Além dos fatores de ordem externa, como a situação específica da região Norte da Itália face à emergência do sistema capitalista de produção no processo de expulsão dos camponeses italianos, contribuíram também fatores de ordem endógena ao próprio sistema de transmissão da propriedade da família camponesa, decorrentes da condição camponesa e de uma ideologia que privilegia a terra como requisito de reprodução social, isto é, de uma reprodução "camponesa", consubstanciada num ethos camponês. Essa condição provoca impasses, e os movimentos migratórios são uma resposta a tais impasses, associados à pressão demográfica e aos modelos de organização social.

A própria lógica interna da pequena propriedade estimula a emigração. Alguns devem sair para que a propriedade e a família que lhe corresponde possam permanecer. É a própria emigração que constitui o futuro possível para quem fica. Ao fechamento no lugar de origem corresponde a abertura de um espaço social em outro lugar, mas esse novo espaço permite como uma "reabertura" temporária do espaço fechado original, crescentemente insuficiente com o passar das gerações, para a produção e para a reprodução social. A tradição emigratória do campesinato se acha embutida, como já disse, na própria tradição sucessória do campesinato: os que não herdam migram.

Por outro lado o sul do Brasil oferecia, aparentemente, as condições mais vantajosas para esse tipo de imigrante, cuja maior aspiração ainda era representada pela posse da terra. Mesmo que através da abertura de novos cultivos em terras virgens, a

região oferecia a esse imigrante a possibilidade de tornar-se, em poucos anos, dono de um sítio de dimensões em média bem maiores do que ele tinha na pátria, possibilidade que a Argentina já não oferecia, por ter iniciado antes a política de colonização e por uma predominância de latifúndio com exploração pecuária.

Apesar disso, a questão fundiária nessa região de colonização européia também se caracterizou pela escassez de terras desde o início, apesar de toda uma visão oficial responsável pela divulgação do mito de abundância de terras cultiváveis para imigrantes.

O problema da escassez de terras nunca foi resolvido. Após a segunda geração ficou difícil manter indivisíveis as propriedades. Diante de uma eventual partilha da propriedade familiar e sendo impossível um acordo entre os herdeiros, foram acionadas algumas alternativas. Inicialmente o caminho foi e continua sendo a migração para áreas de ocupação mais recente

Isto fez com que a colonização assumisse aparentemente a forma de uma frente de expansão, onde novas terras iam sendo colonizadas por filhos de imigrantes. Este é o caso de Rodeio, que através desse processo, vai dar origem às atuais cidades de Taió, Bom Sucesso, Dr. Pedrinho, Laurentino, Pouso Redondo, Rio do Oeste, Agronômica e o próprio município de Massaranduba, ao qual passa a pertencer o distrito de Primeiro Braço do Norte, ao ser desmembrado de Luiz Alves. Isto tudo, em terras catarinenses.

É interessante sobre esse aspecto, o significado que tem a festa da SAGRA para o reencontro das pessoas das famílias que se afastaram das colônias mães, constituindo-se num momento de congraçamento e reafirmação dos laços de parentesco, como já foi mostrado antes e de religação das colônias filhas com as colonias-mães.

A partir da segunda geração de imigrantes, as terras tornam-se difíceis e caras, impossibilitando aos pais a sua compra e consequentemente o costume que traziam da Itália de dar a terra aos filhos homens. Já as mulheres, como foi visto, eram excluídas da herança da terra, recebendo por ocasião do casamento um dote.

Por esta ocasião, como também visto, instalam-se entre os imigrantes várias Congregações européias, que vêm para a área de colonização com a incumbência de prestar-lhes assistência religiosa. De fato, para além da assistência religiosa, estas congregações trazem consigo o projeto de romanização do catolicismo na região, cujo fundamento básico é o processo de clericalização, em substituição às bases leigas na qual havia se estruturado o catolicismo dos imigrantes na ausência de padres entre eles.

A ponta de lança desse projeto será dada pela instrução religiosa dos imigrantes, através do processo de dinamização da catequese e da criação de escolas católicas lideradas por pessoas formadas sob a orientação dos religiosos ligados às Congregações e sob a supervisão do pároco local, a criação de inúmeras associações religiosas, a valorização da figura do padre e a intensificação de campanhas vocacionais lideradas por promotores vocacionais, quando não pelos próprios membros religiosos recrutados nas famílias.

A possibilidade de ter um filho padre ou uma filha freira que se coloca nesse processo - motivo de orgulho e status para a família e comunidade - passa também a ser vista pelos pais de família, como a possibilidade de estudo dos filhos e da aquisição de um bem cultural almejado para os mesmos, independente de que venham a se tornar religiosos. Deste modo, preparando-os para exercerem outras ocupações e atividades fora do campesinato, buscava-se preparar aqueles filhos, cuja reprodução camponesa se mostrava inviável, face à exiguidade da terra e de recursos. O pagamento do estudo nestes casos, passa a ser o equivalente às suas respectivas partes na herança e no caso da mulher ao dote. Tal fato permite uma situação mais folgada para aqueles que permanecem no campo e a garantia da reprodução camponesa, ao menos na mão de um dos filhos herdeiros, normalmente aquele que permanece cuidando dos pais e que quase sempre é o filho caçula.

Por outro lado um grande número de filhos e filhas que irão abandonar os seminários e conventos, não retornarão mais à casa paterna, empregando-se nos centros urbanos mais próximos e retomando seus estudos, principalmente, em escolas noturnas. Estes irão formar uma classe média urbana composta principalmente de professores de nível médio e superior, bem como profissionais liberais que irão disputar o mercado de trabalho, permanecendo nos centros regionais mais importantes da região.

Alguns filhos continuam, no entanto, mantendo um vínculo com a família de origem ao retornarem para a propriedade paterna conhecimentos técnico adquiridos e mesmo rendimentos provenientes do trabalho que permitem, em muitos casos, a integração da propriedade paterna à agroindústria, como é o caso atualmente de aviários implantados no sistema integrado.

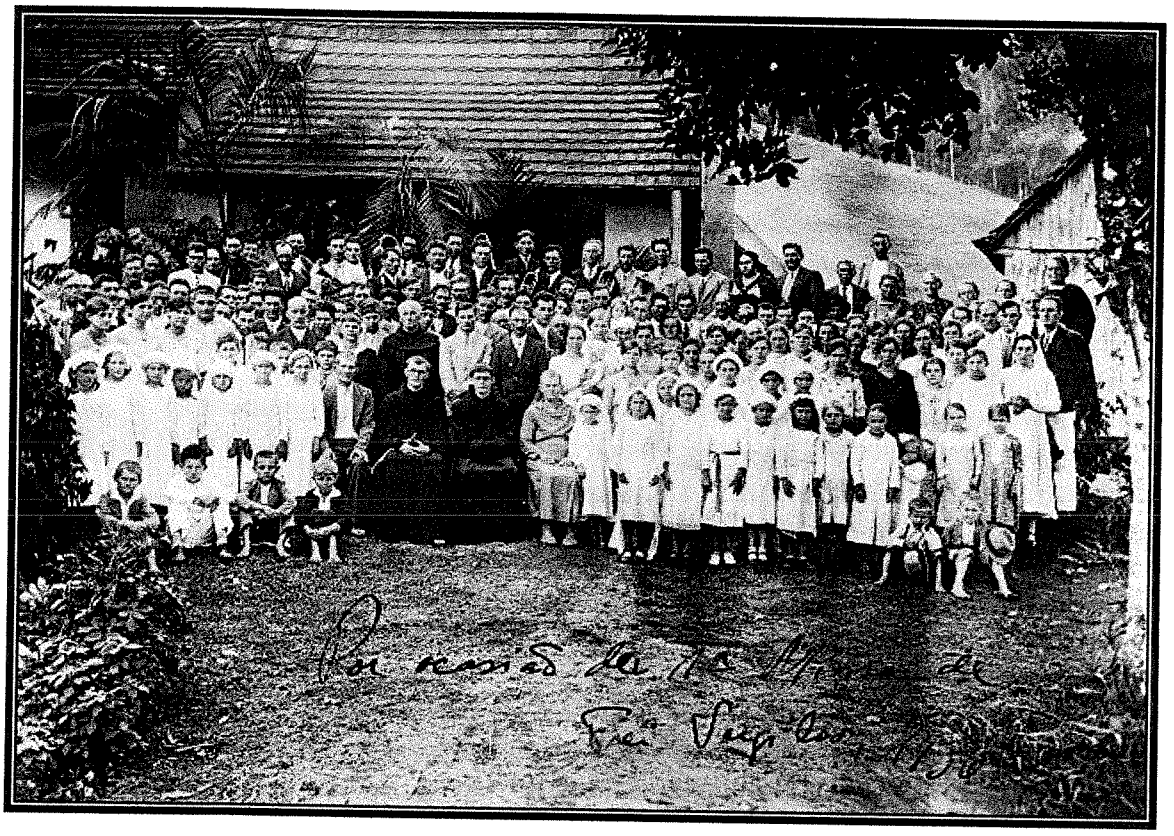
Por último alguns filhos mantêm-se trabalhando na propriedade como colonos-operários, trabalhando um período nas indústrias que se instalam na região durante o final do século XIX e que se encontram situadas nas imediações das propriedades e outro na lavoura.

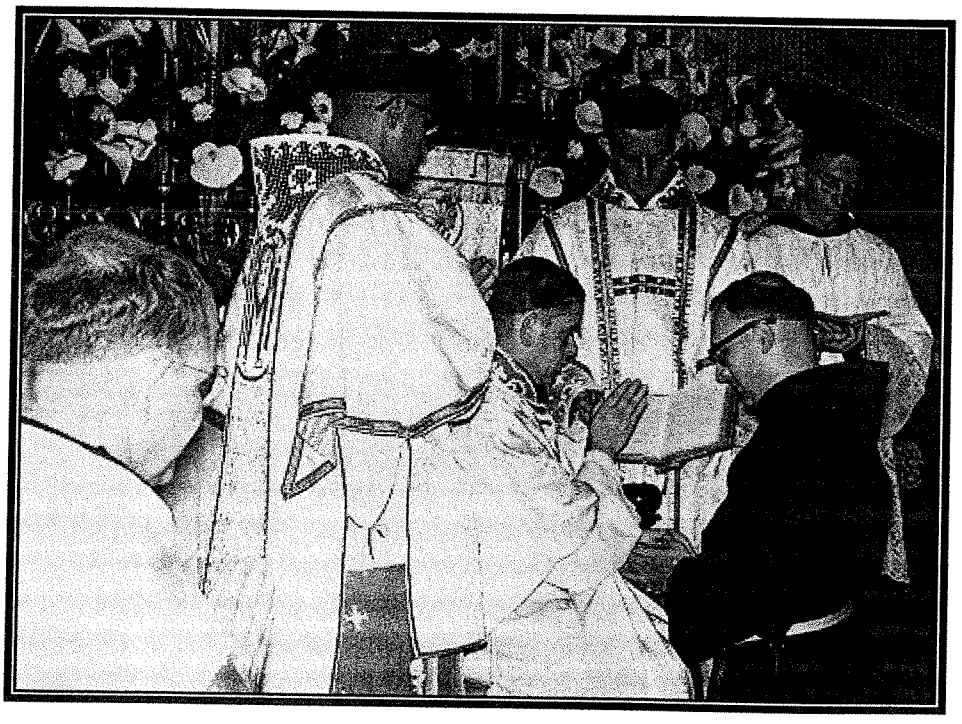
O processo de integração à agroindústria e conseqüente modernização da agricultura leva, por sua vez, a um aumento da produtividade e a um emprego menor da mão-de-obra familiar com uma conseqüente liberação da mão de obra feminina (em maior escala) e dos filhos que se empregam no setor industrial dos centros urbanos mais próximos, ou naqueles localizados nas imediações das propriedades.

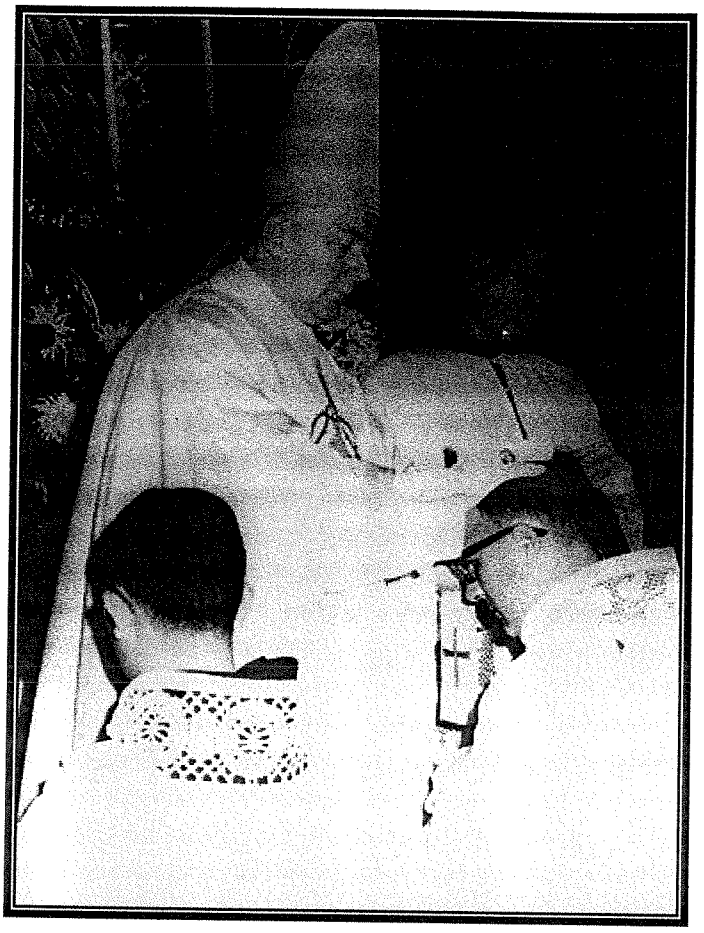
Esse processo, ocorrido mais recentemente, tem permitido aos descendentes dos imigrantes italianos a possibilidade de, através do trabalho, custear o próprio estudo e não mais recorrer às Instituições religiosas com esse objetivo, o que parece contribuir com o descenso mais recentemente verificado no número de candidatos aos Institutos religiosos, na região do Vale do Itajaí. Principalmente para as mulheres, pelo fato de estarem excluídas da herança, essa estratégia tem representado a possibilidade de ganhar autonomia frente à dependência paterna e da Instituição religiosa.

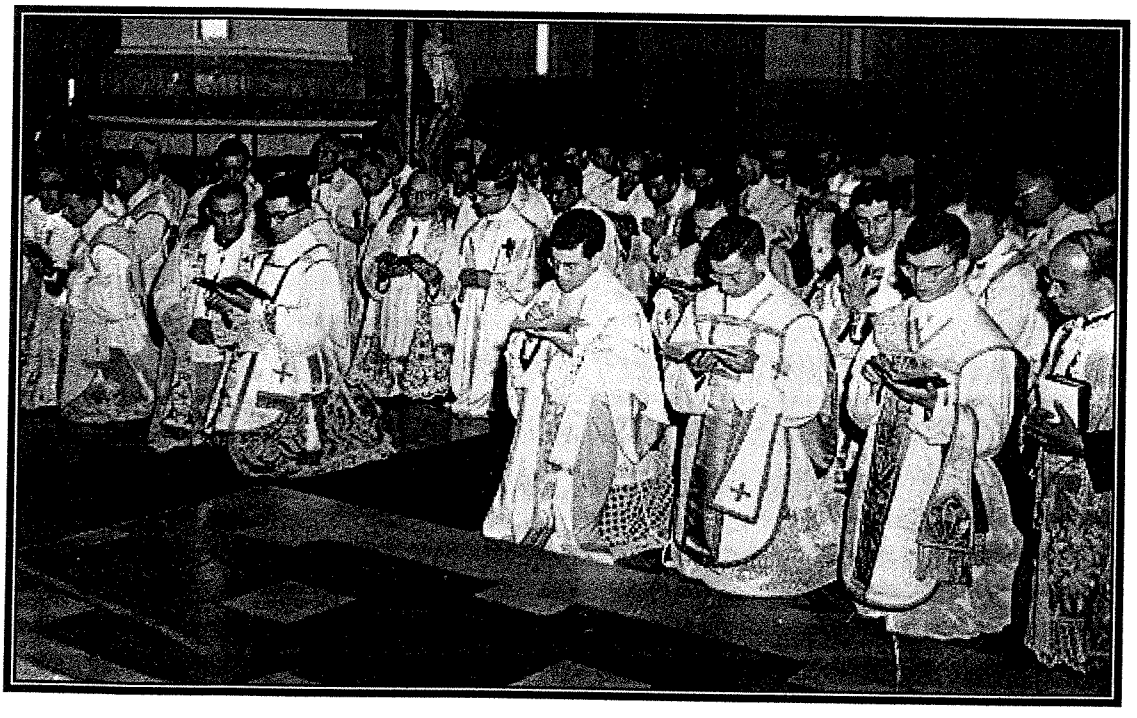
ANEXO 1

1. Os votos sacerdotais e a Primeira Missa

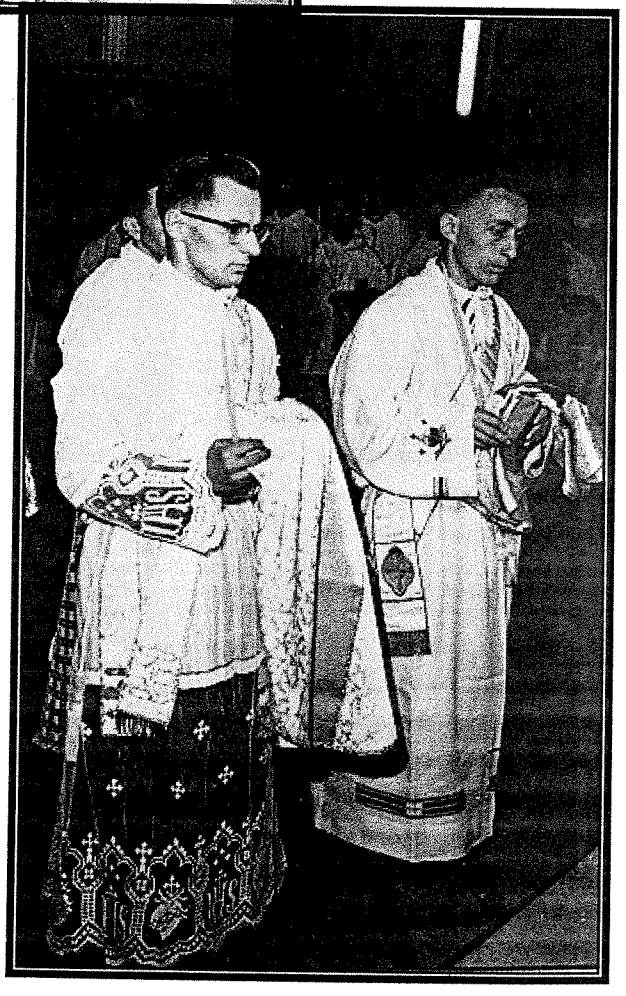








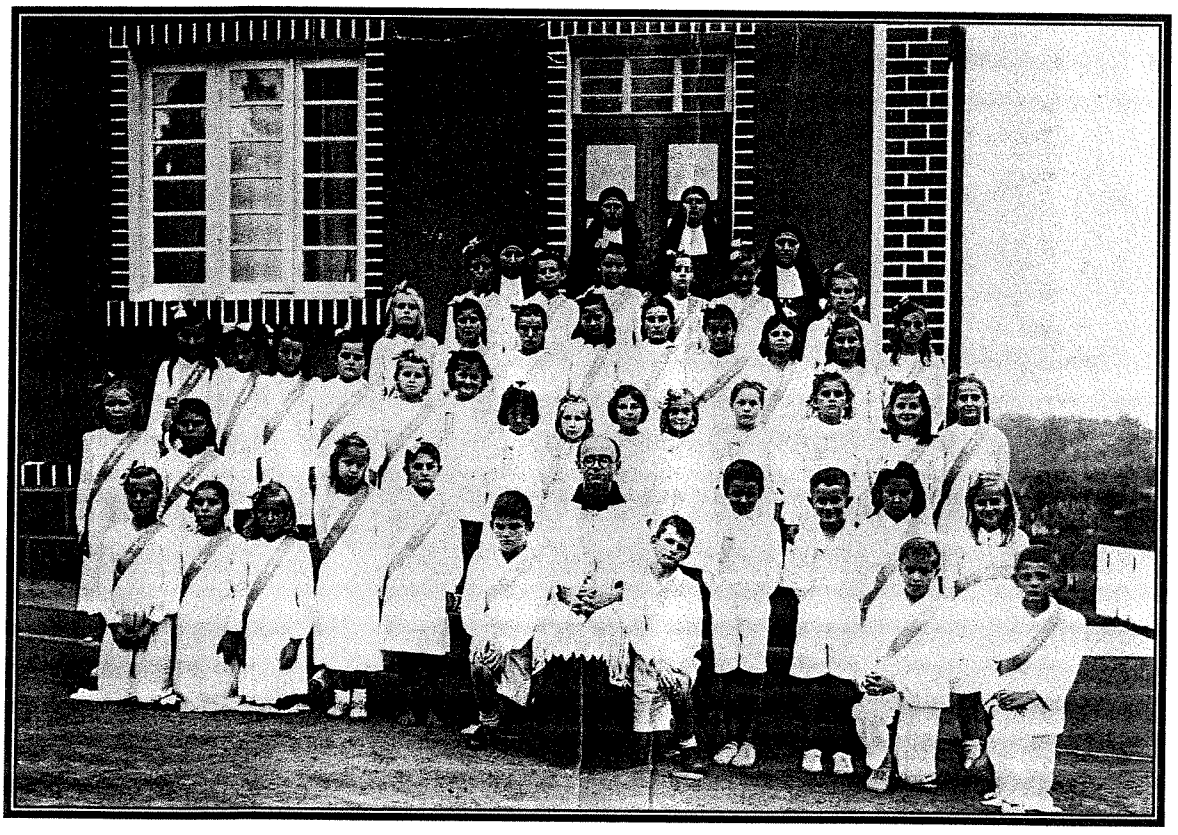


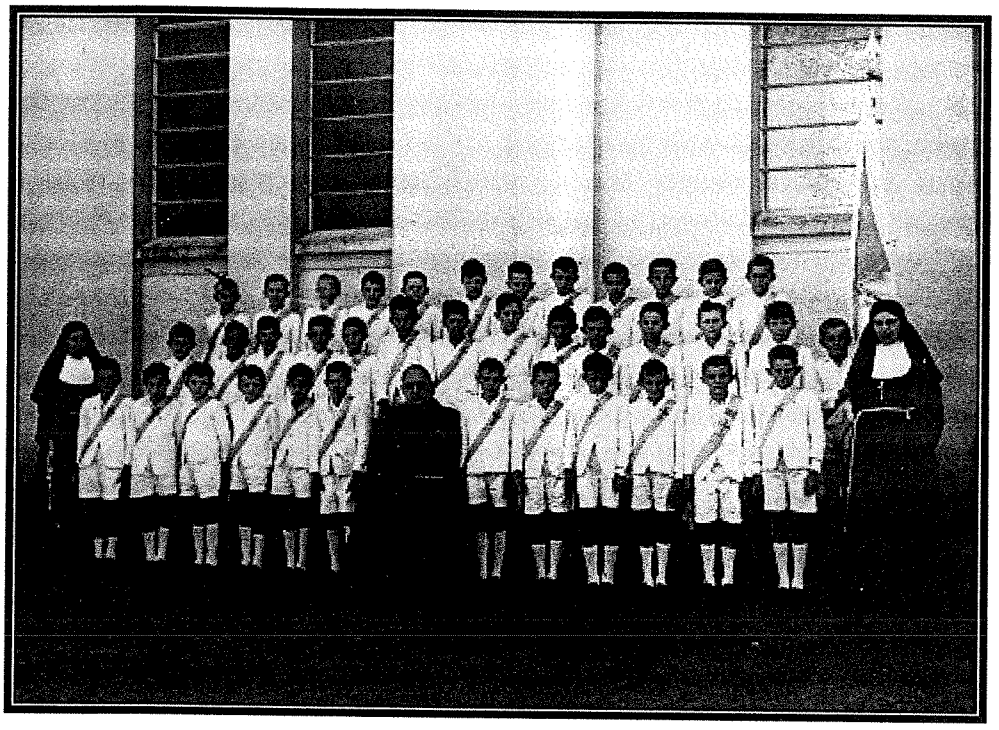




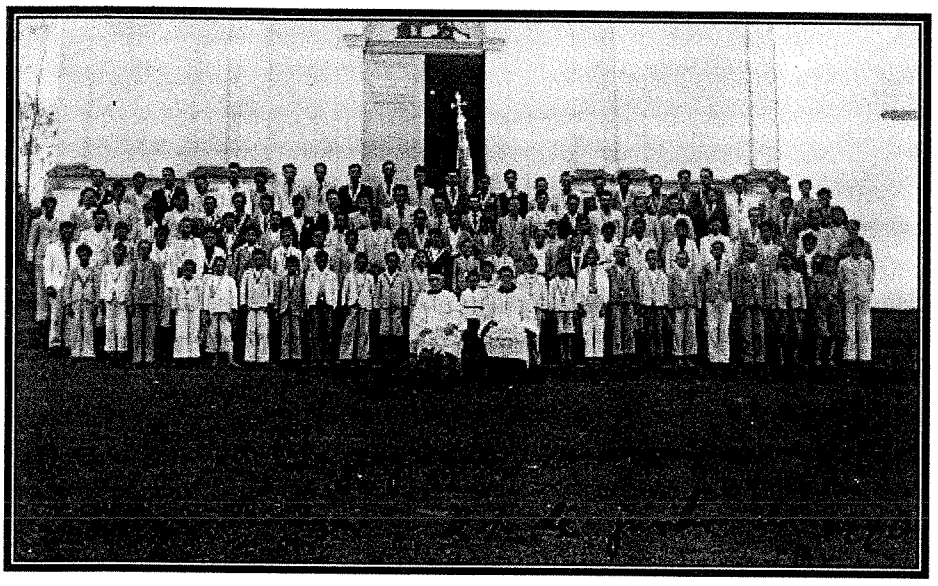
2. Associações religiosas e Santas Missões













3. Visita dos urbanos à família na contemporaneidade

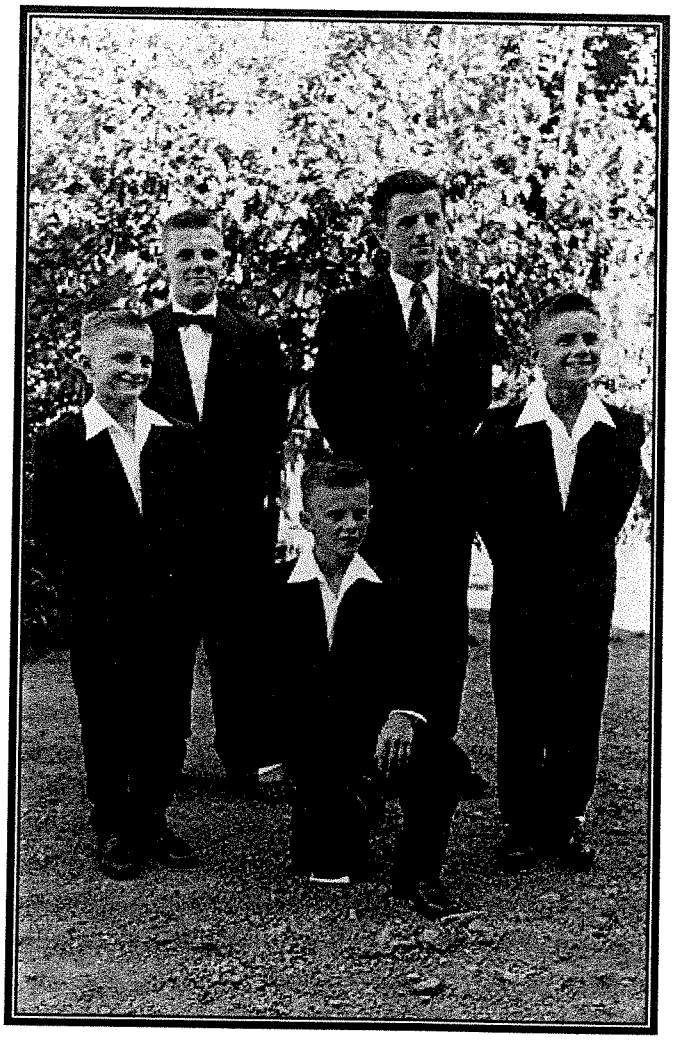




4. Famílias camponesas na contemporaneidade







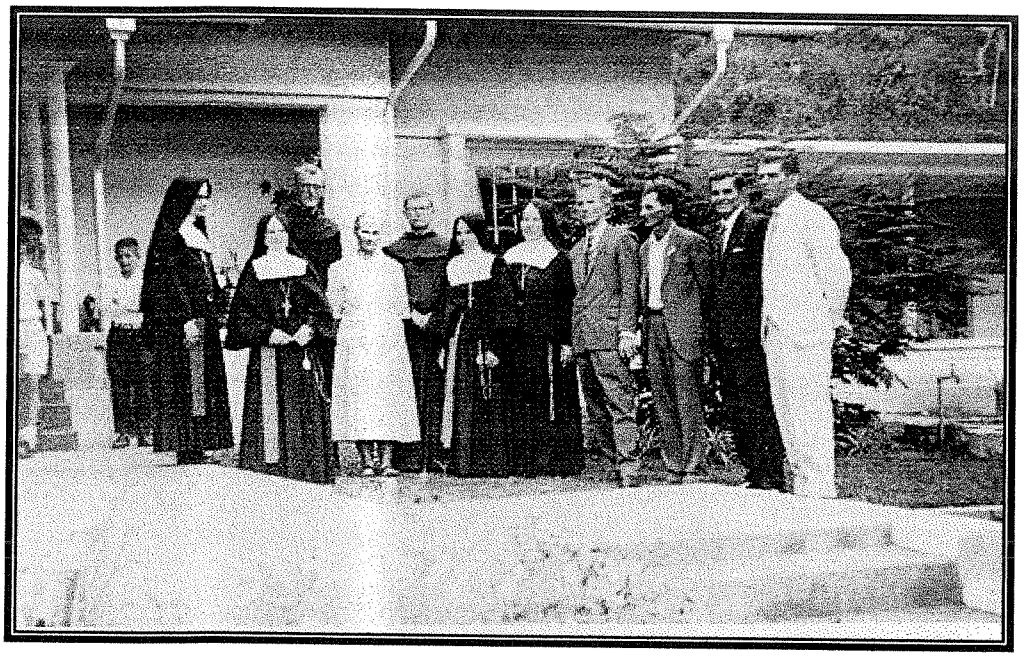


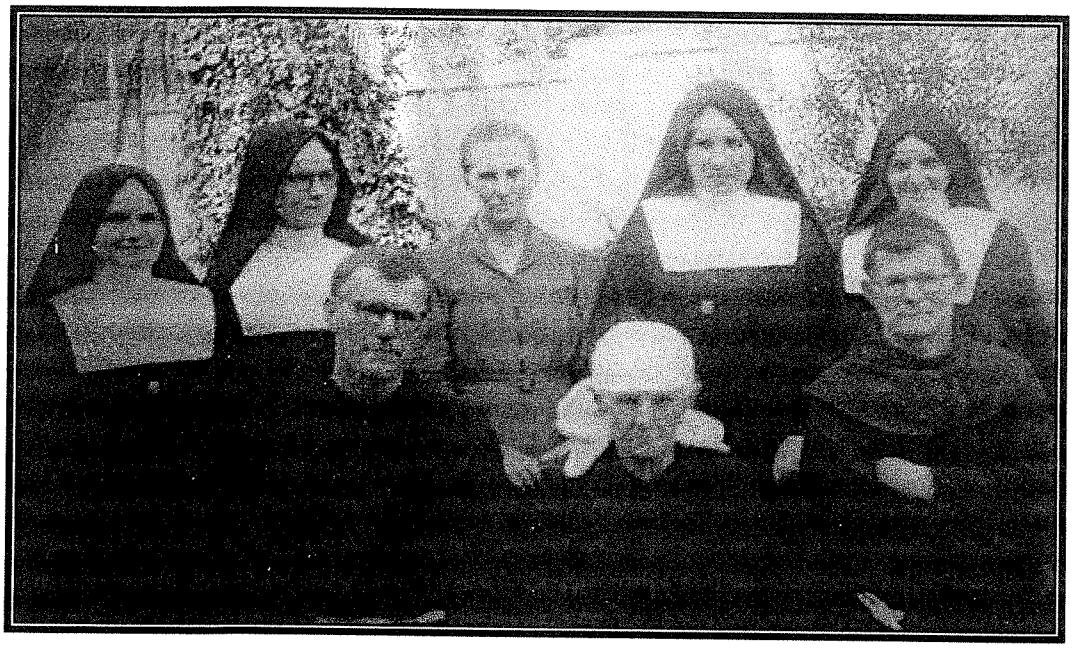


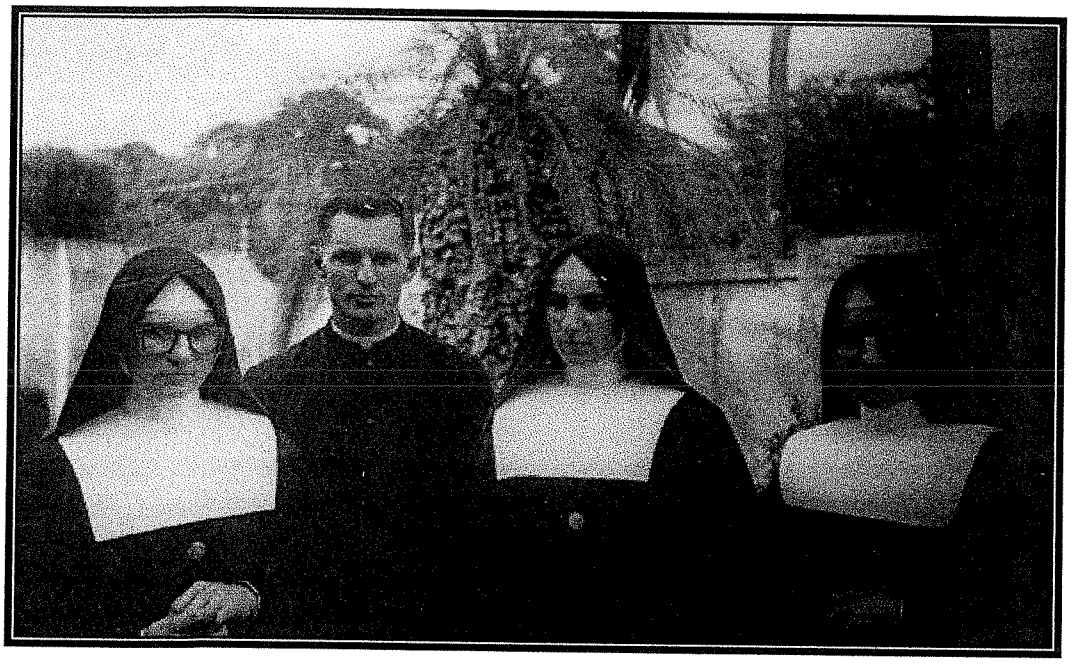



1930

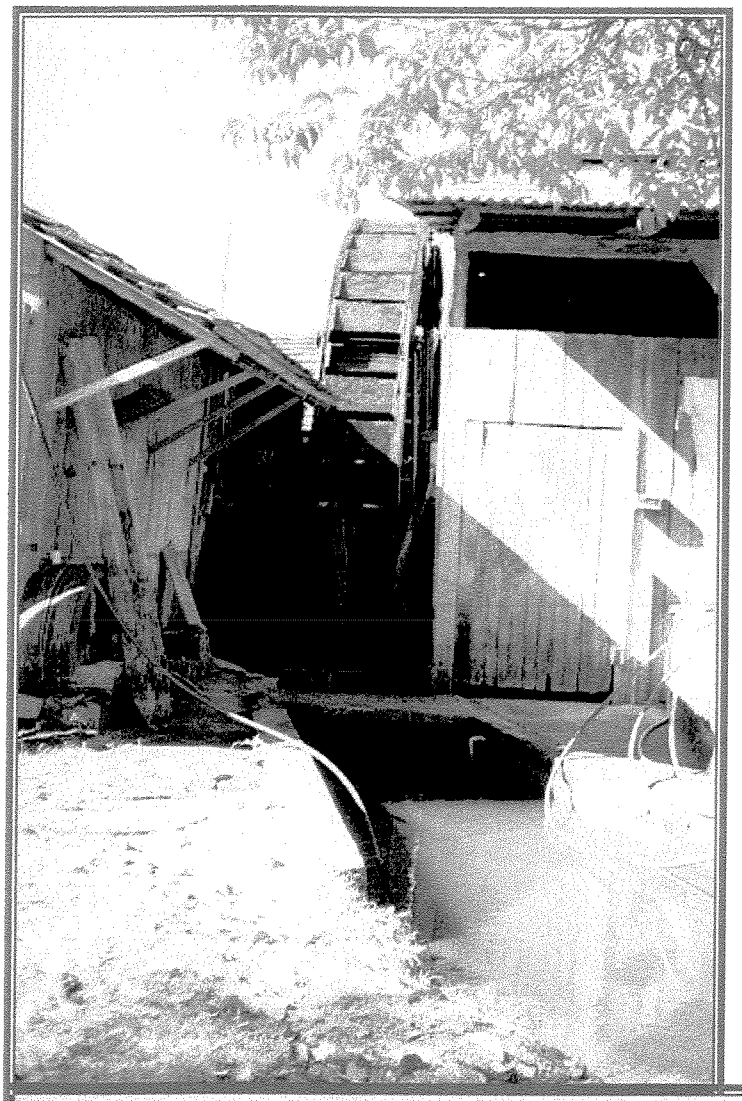
5. Família com alto índice de religiosos

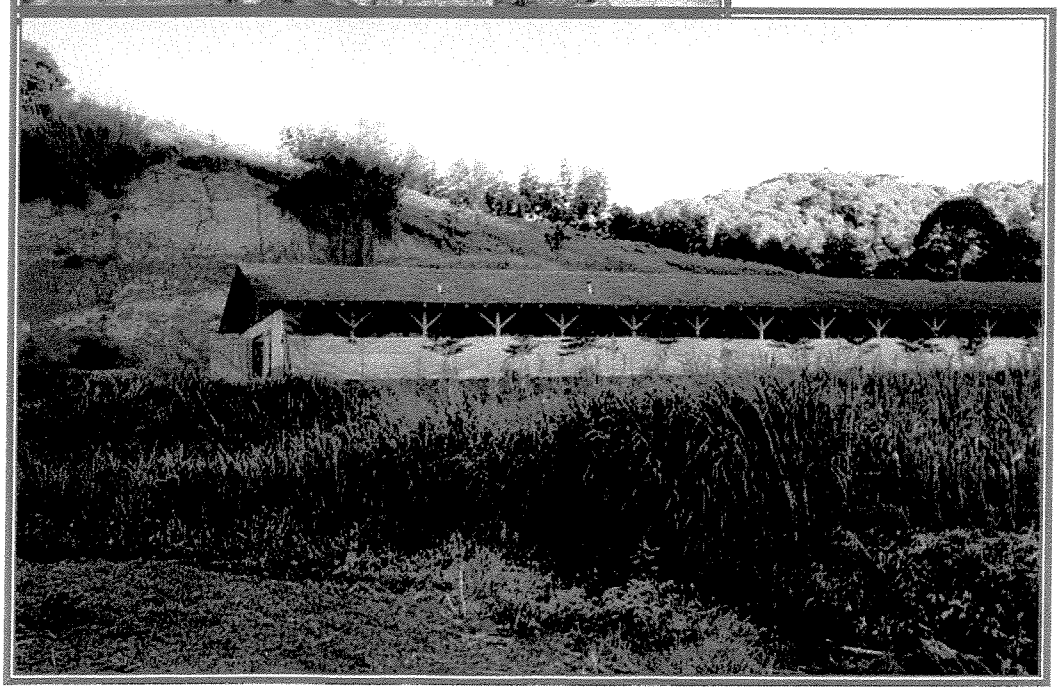


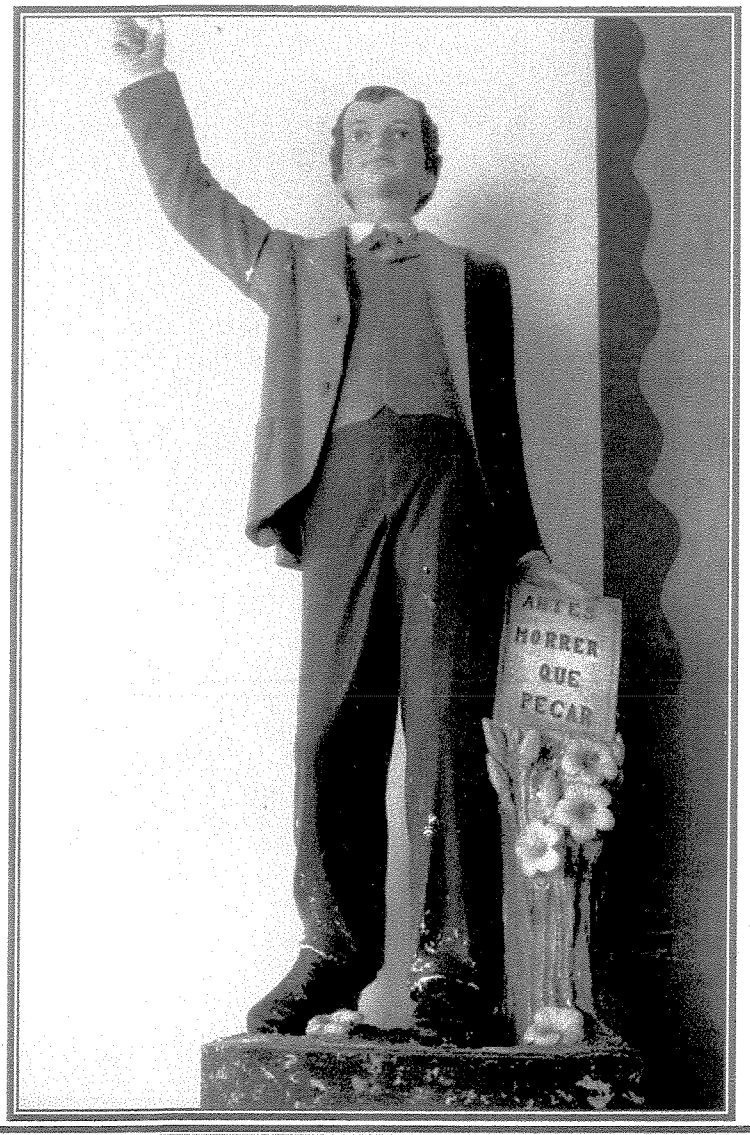


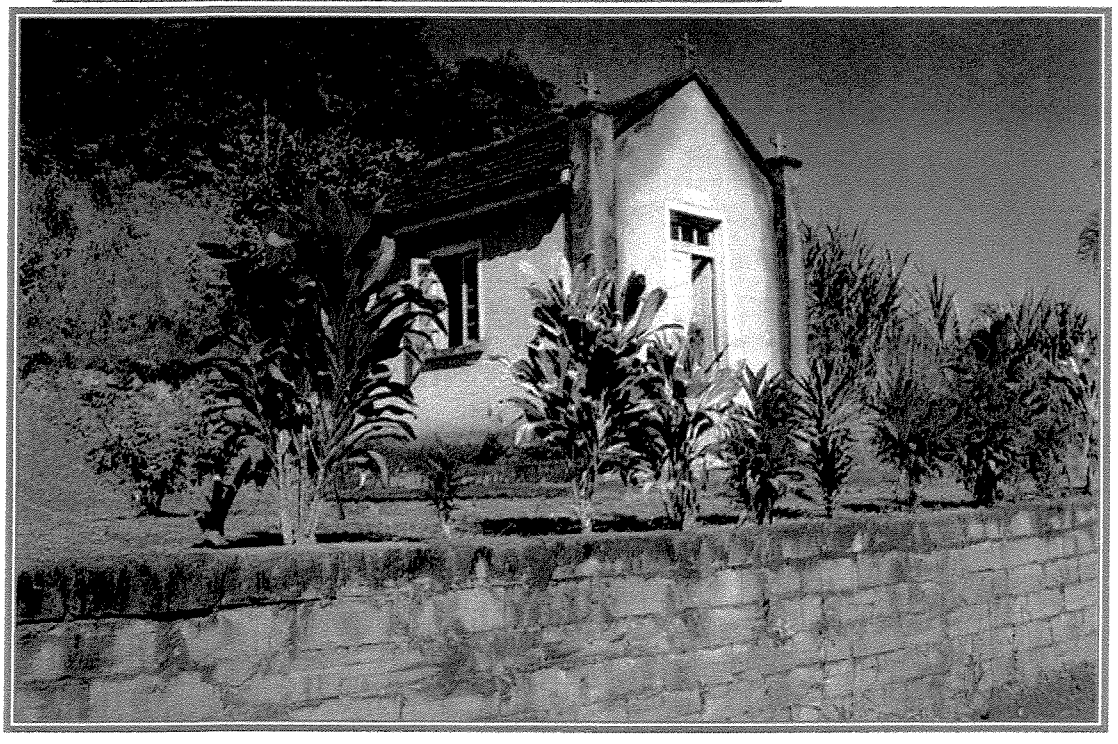


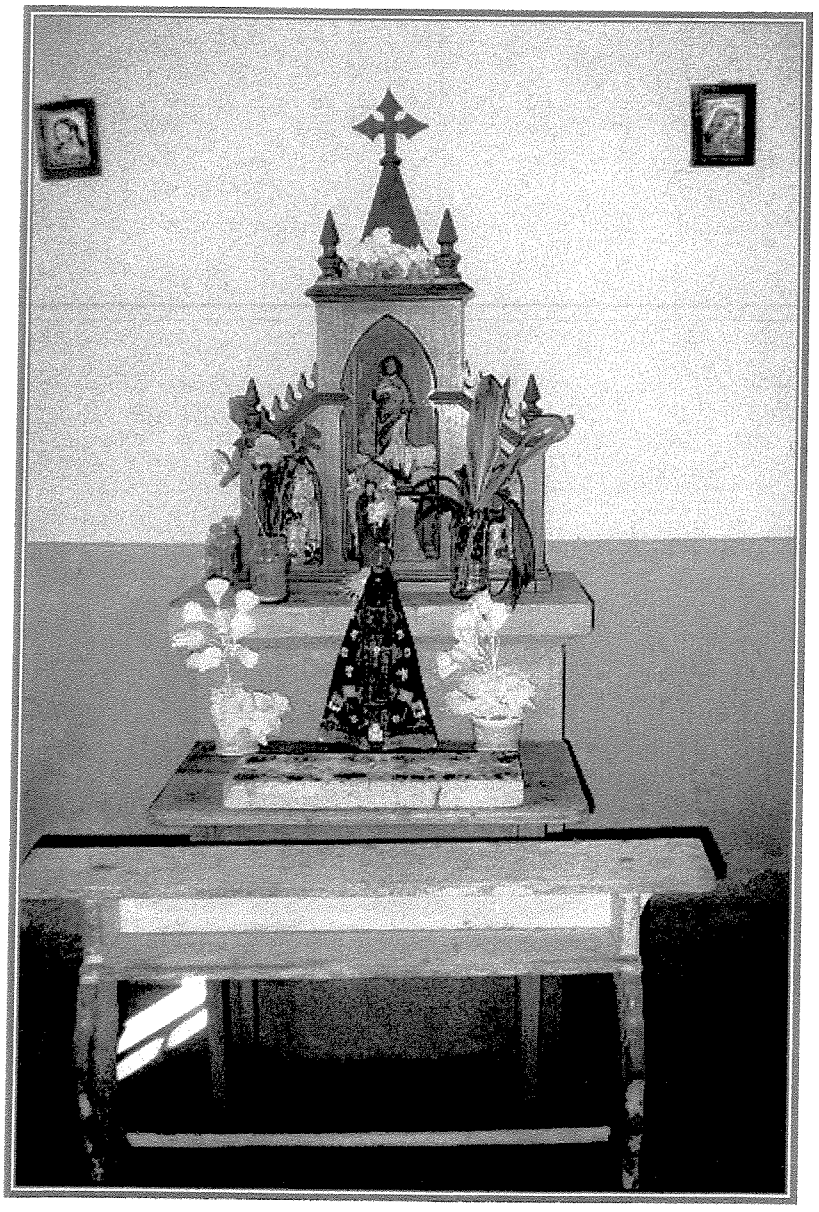
6. Temas variados






ANTES
MORRER
QUE
PECAR

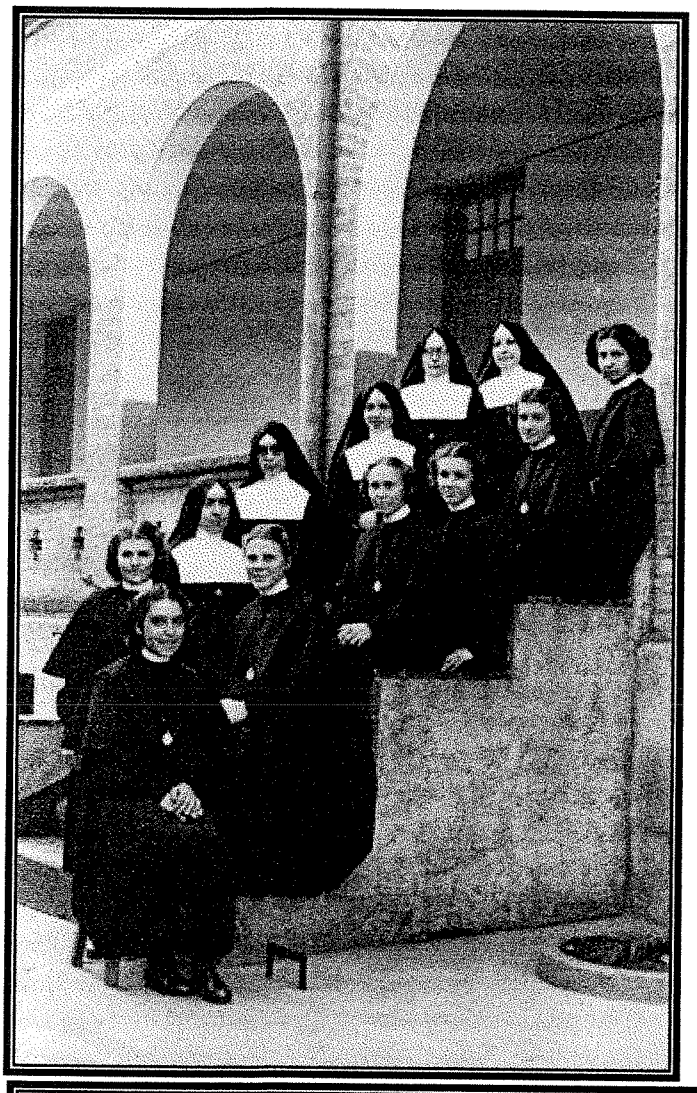


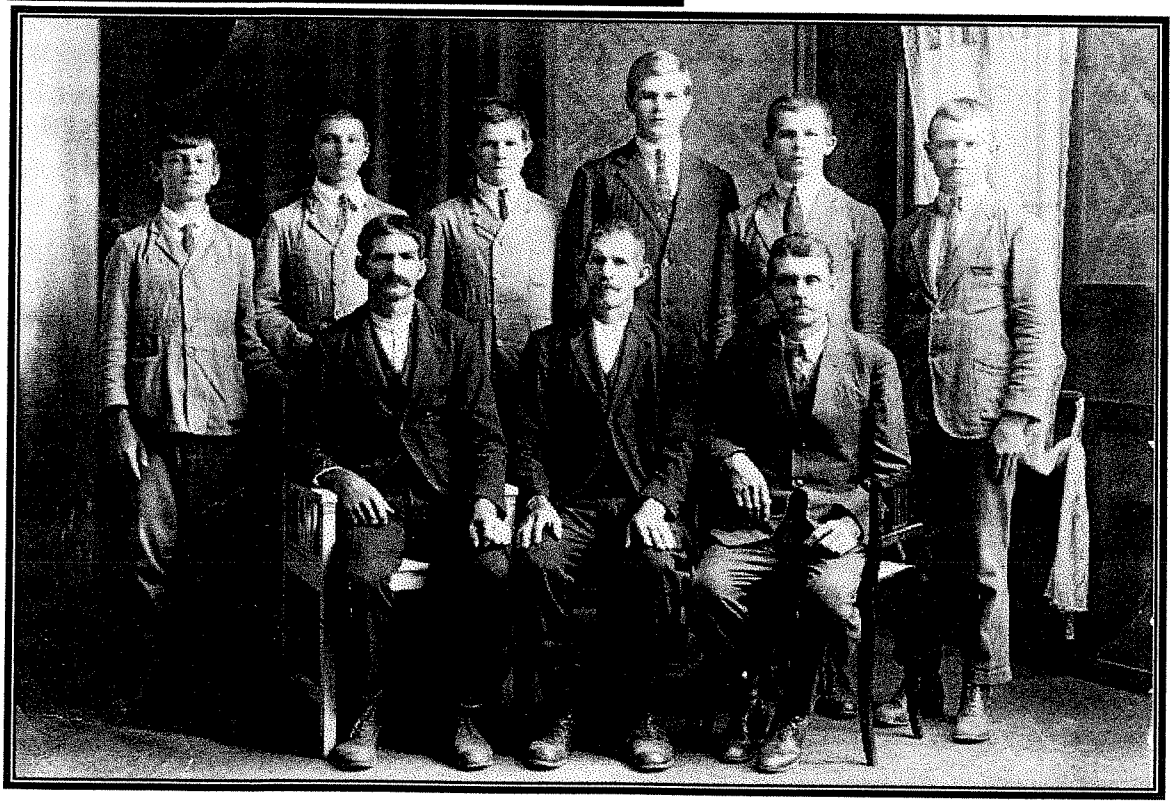


7. Vida nos seminários e conventos



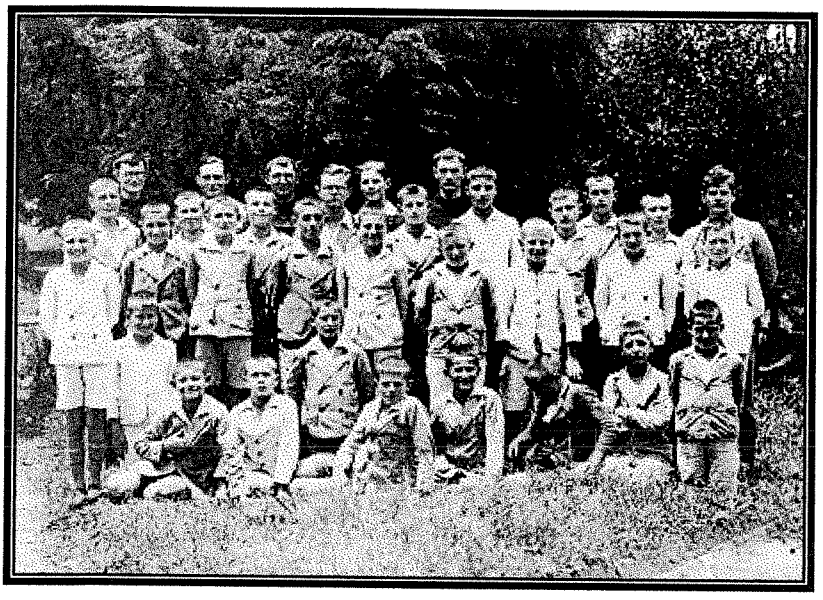


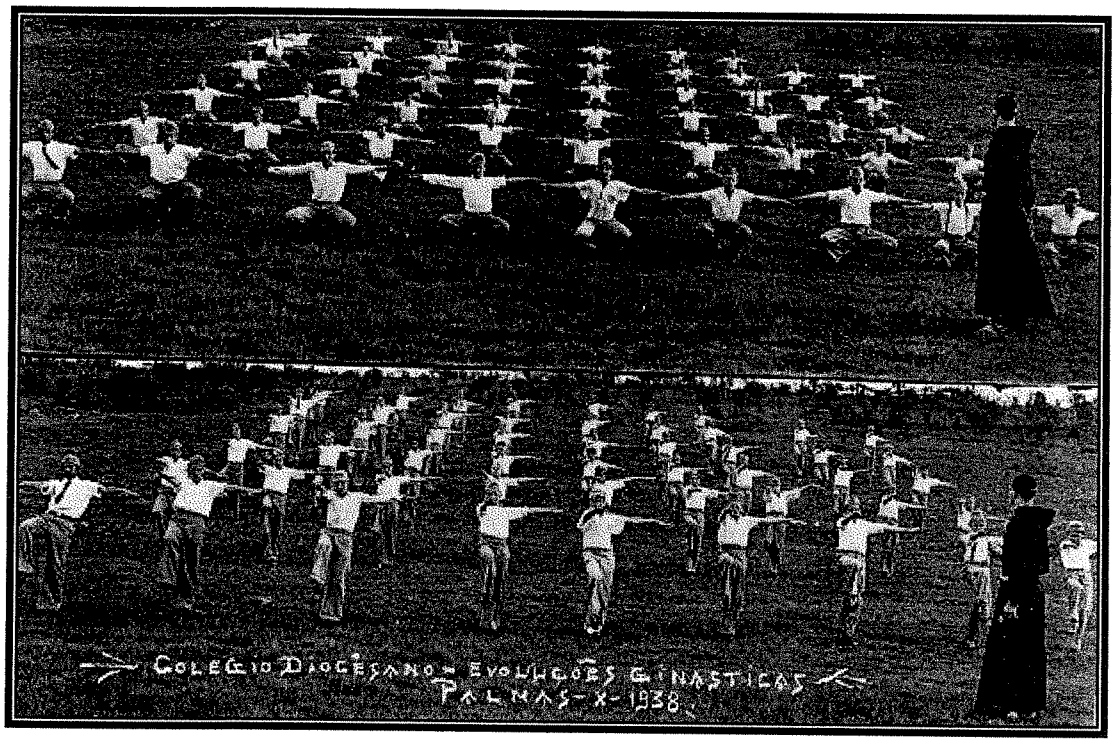





1924

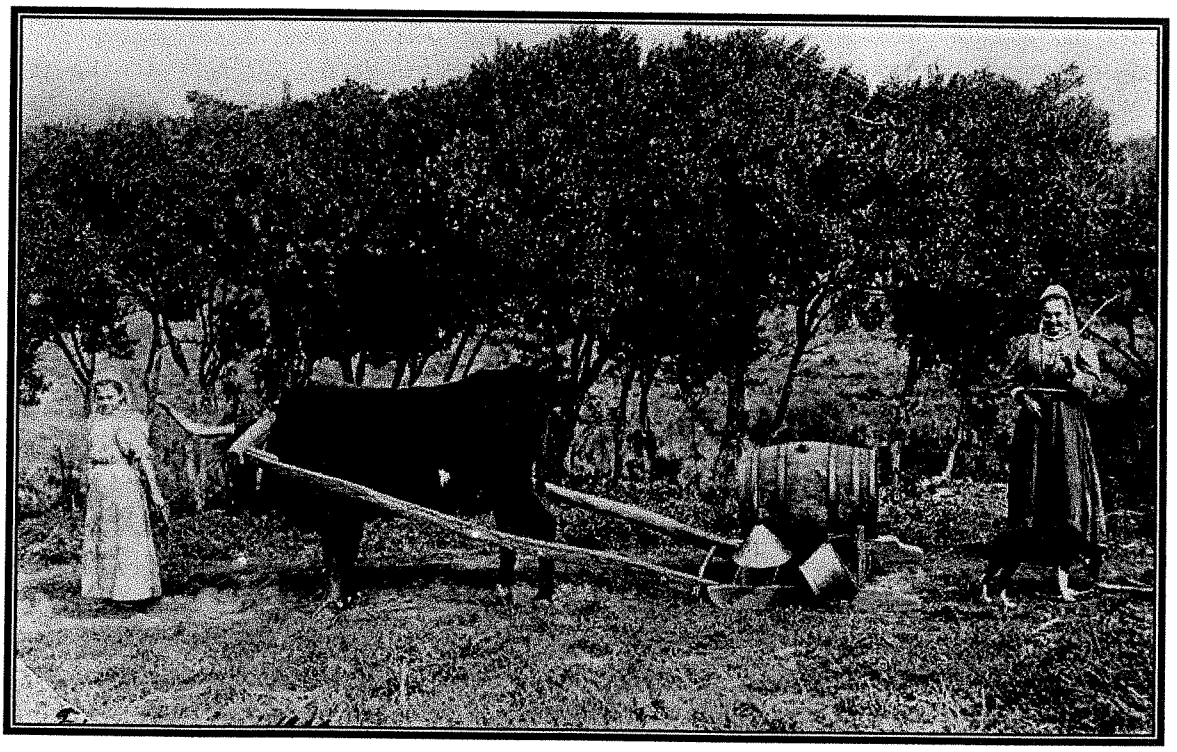





COLÉGIO DIOCESANO - EVOLUÇÕES GINÁSTICAS
PALMAS - X - 1938

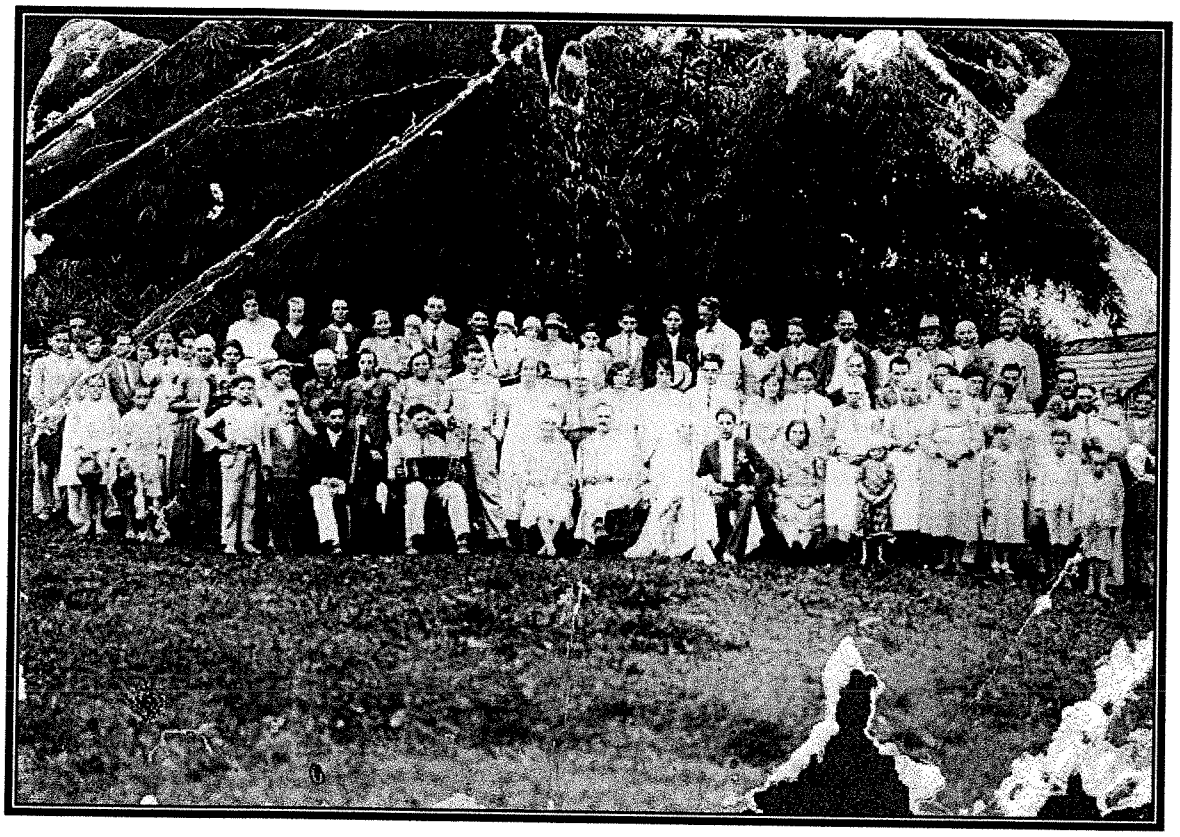
8. Famílias camponesas – primórdios

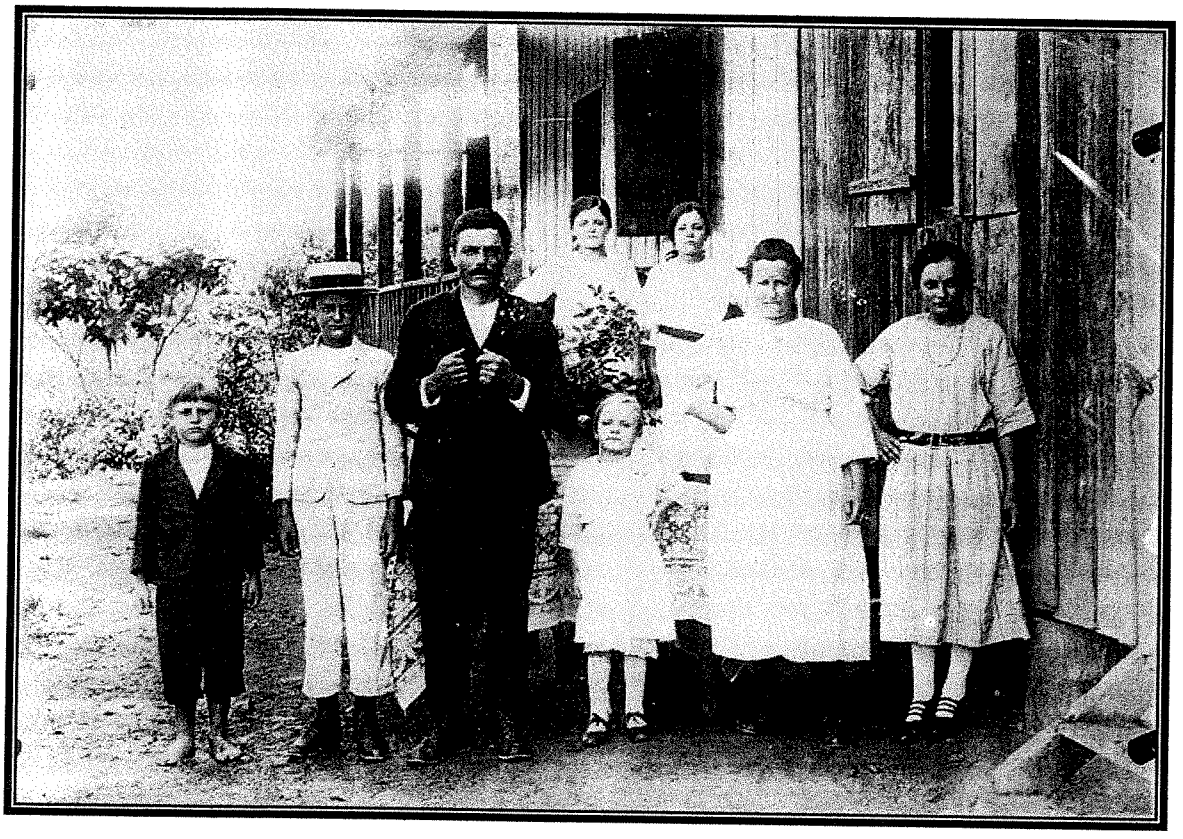










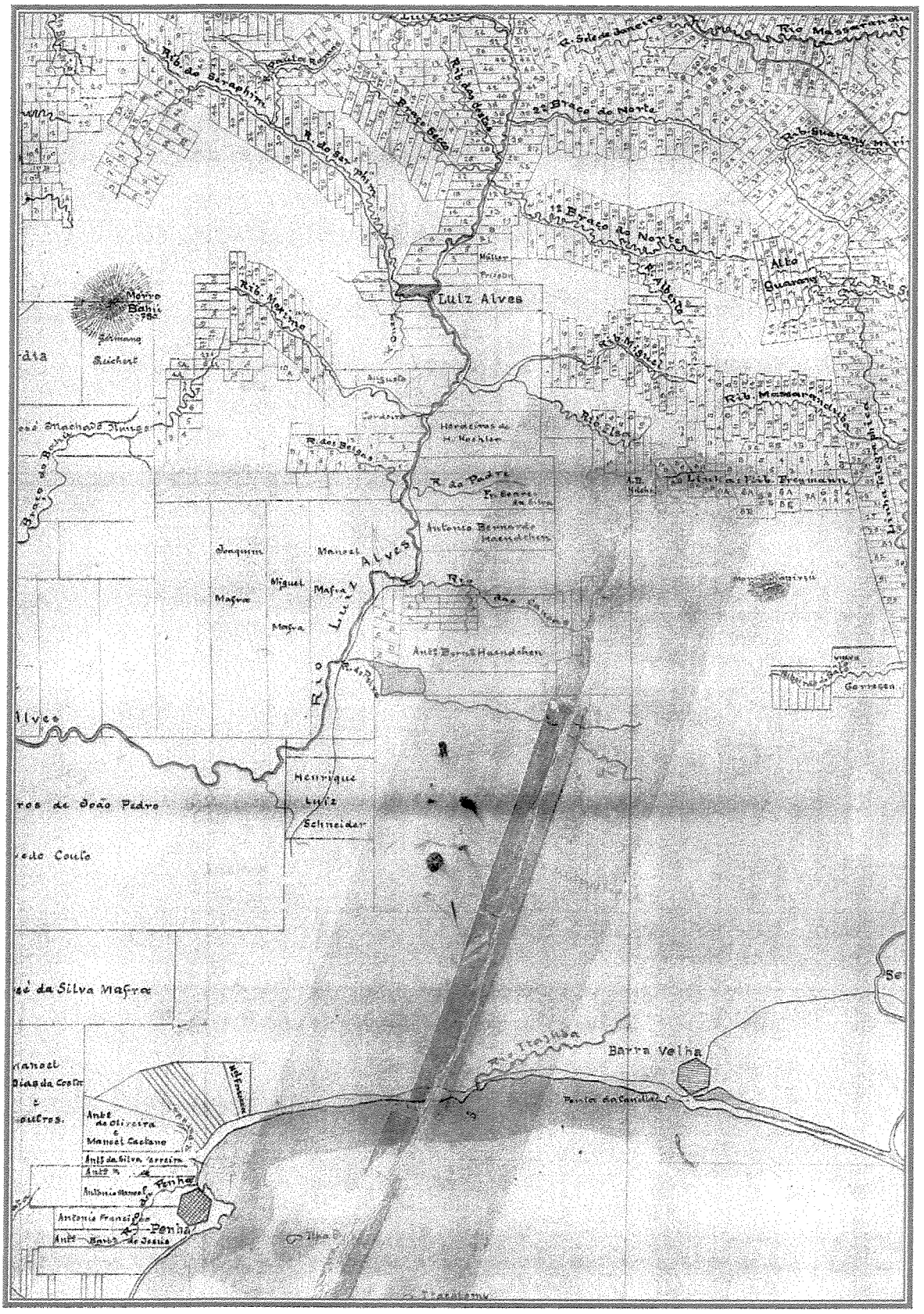








ANEXO 2


Luiz Alves
Barra Velha
Penha
Rio Itajahy
Rio Itajahy Mirim
Rio Marimbondo
Rio Miguel
Rio Mafra
Rio Luiz Alves
Rio Ribeirão
Rio Ribeirão Grande
Rio Ribeirão Pequeno
Rio Ribeirão Bonito
Rio Ribeirão Fortaleza
Rio Ribeirão Fortaleza Mirim
Rio Ribeirão Fortaleza Grande
Rio Ribeirão Fortaleza Pequeno
Rio Ribeirão Fortaleza Bonito
Rio Ribeirão Fortaleza Mirim Grande
Rio Ribeirão Fortaleza Mirim Pequeno
Rio Ribeirão Fortaleza Mirim Bonito
Rio Ribeirão Fortaleza Mirim Grande Pequeno
Rio Ribeirão Fortaleza Mirim Grande Bonito
Rio Ribeirão Fortaleza Mirim Grande Pequeno Bonito
Rio Ribeirão Fortaleza Mirim Grande Pequeno Bonito Grande
Rio Ribeirão Fortaleza Mirim Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno
Rio Ribeirão Fortaleza Mirim Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito
Rio Ribeirão Fortaleza Mirim Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande
Rio Ribeirão Fortaleza Mirim Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno
Rio Ribeirão Fortaleza Mirim Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito
Rio Ribeirão Fortaleza Mirim Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande
Rio Ribeirão Fortaleza Mirim Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno
Rio Ribeirão Fortaleza Mirim Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito
Rio Ribeirão Fortaleza Mirim Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande
Rio Ribeirão Fortaleza Mirim Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno
Rio Ribeirão Fortaleza Mirim Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito
Rio Ribeirão Fortaleza Mirim Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande
Rio Ribeirão Fortaleza Mirim Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno
Rio Ribeirão Fortaleza Mirim Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito
Rio Ribeirão Fortaleza Mirim Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande
Rio Ribeirão Fortaleza Mirim Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno
Rio Ribeirão Fortaleza Mirim Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito
Rio Ribeirão Fortaleza Mirim Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande
Rio Ribeirão Fortaleza Mirim Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno
Rio Ribeirão Fortaleza Mirim Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito
Rio Ribeirão Fortaleza Mirim Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande
Rio Ribeirão Fortaleza Mirim Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno
Rio Ribeirão Fortaleza Mirim Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito
Rio Ribeirão Fortaleza Mirim Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande
Rio Ribeirão Fortaleza Mirim Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno
Rio Ribeirão Fortaleza Mirim Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito
Rio Ribeirão Fortaleza Mirim Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande
Rio Ribeirão Fortaleza Mirim Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno Bonito Grande Pequeno
Rio Ribeirão Fortaleza Mirim Grande Pequeno Bonito

2-DOCTO. SUBSCRITO EM 14.10.1909, QUANDO DO LANÇCAMENTO DA PEDRA FUNDAMENTAL DE SUA 1ª IGREJA.

Giovinni !

1 Oggi, nel giorno quatordici (14) del mese Ottobre del anno
2 mile novecento e nove (1909) dopo la nascita di N. S.
3 Gesù Cristo quando fu
4 Sommo il Papa Pio X (Sart
5 Vescovo di Florianopolis dello Stato di St. Cattrina nel Brasile
6 il Sm João Becker,
7 Parroco de' Blumenau, sotto la sua direzione spirituale è stà Luiz Wes
8 il P. Jos. Oswaldo Hillenger O. S. A.
DIRETORES
9 Fabbricieri: Angelo Tironi, Carlo Spezia, Giovanni Seretti,
10 Emilio Stringari, Giuseppe Tironi, Francesco Veginni
11 nel consiglio del Terz. Ordine: Angelo Tironi (Ministro)
12 Giovanni Carlo Spezia Maestro del
discreti Giovanni Baroffi, Luigi Seretti,
Spezia Giovanni, Seretti Luigi, Seretti Franco,
13 Le donne: Annuita Tironi (Ministra)
Pierina Seretti (Maestra delle Nov.)
discrete Veginni Teresa, Vega Seretti Angela, Spezia
Josolina, Volpi Teresa, Stringari Maria
14 nel consiglio delle Figlie di Maria: Tironi Anna (Presidente)
Rachele Volpi, Ana Volpi, Carola Veginni
Veginia Spezia (Consultrice conselheira)
Cecilia Zanotti
15 Maestro di Cantu: Veginni Luigi
Presidente della Repubblica di Brasile: Dr Nilo Peçanha
Presidente dello Stato de Sta. Catharina: il Sr. Richard
Superintendente del municipio di Itajahy: il Dr Samuel Heusi
16 Curatore nelle nove : il Sr. Giovanni Jaucon (Capo)
Antonio Luciani
Valentino Borelli
Valentino Piccoli
Valentino

17 fu benedetta questa pietra fondamentale che contiene documento, dal Rev. P. Polycarpo Stuber OFM

In fidem sottoscrivono:
Deretti giovanni
Vegini Luigi
Vassori Francesco
Chiarotti Teodoro
Carbo Spezia de Antonio
Spezia Domenico
Dessoni Enrico
Stringari Emilio
Turoni Angelo
Turoni Guiseppe
Vegini Francesco

Tutte le famiglie del 1.° Braccio del Forte
in Luz Alves, il 14 Ottobre del 19C
Giorno della benedizione di questa pietra fondam

1.°	Vegini Davide	Volpi Maria	con	2 figli
2	Balestieri Pasquale	Cironi Angela	con	6 figli
3	~~Spezia~~ Domenico	Deretti Rosa		5 figlio
4	Santinella Giovanna			4 figli
5	Finazzi Rosa	Vedova	con	3 figli
6	Vegini Antonio	Vegini Antonia		1 figlio
7	Vegini Giuseppe	Volpi Carola		2 figli
8	Cironi Luigi	Gritti Caterina		
9	Cironi Angelo	Forlani Teresa		
10	Cironi Abramo	Volpi		
11	Cironi Giuseppi	Deretti Teresa		
12	Vegini Luigi	Deretti Teresa		1 figlio
13	Vegini Vitale	Deretti Luigia		1 figlio
14	Vegini Francesco	Micucelli Maria		1 figlia
15	Bersi Giovanni	Deretti Colomba		2 figli
16	Bersi Maria	Vedova		
17	Banghetti Francesco	Deretti Rosa		6 figli
18	~~Ranghetti~~ Giovanni	Deretti Malgaretta		figli
19	Ranghetti Luigi	Cironi Francesca		8 figli
20	Volpi Valente	Cironi Barbara		4 figli
21	Volpi Luigi	Deretti Luigia		1 figlio
22	Volpi Giovanni	Gatti Teresa		4 figli
23				
24	Deretti Luigi	Bringari Domenica		figli
25	Deretti Amadio	Spezia Angelina		
26	Angelo			figli

Deretti Luigi Volpi Ermelia con 6 figli
Deretti Giuseppe Lanotti Rosa 2 figli
Deretti Angelo Volpi Angela 5 figli
Deretti Giovanni Cironi Giuseppa 2 figli
Deretti Angelo Volpi Beatrice
Deretti Andrea Volpi Ester sn
Deretti Pietro, Alesandro e Natale (Orfani) e Lucia
Deretti Giovanni (Vedovo) 5 figli
Deretti Giuseppe Ranghetti Luigia 2 figli
Deretti Francesco Pessoni Maria 6 figli
Nicelli Giovanni Bettoni Rosina 1 figlia
Lanotti Teodoro Martini Cicilia 9 figli.

Deretti Maria 6 figli
Chiodini Luigi Volpi Maria 6 figli
Berloldi Egildo Deretti Angela 2 figli
Deretti Battista Elisabetta 2 figli
Lappellini Ricardo Bersi Teresa 2 figli
Lappellini Adelaide (Vedova) 5 figli
Stringari Giovanni Rossi Domenica 2 figli
Stringari Maria (Vedova)
Stringari Emilio Nicelli Luigia 2 figli.
Picinini Giusto Pons de Dr mistica De Fra Veniseia* 9 figli
Sordi Teodoro (Vedovo) 2 figli
P 2 figli
Nicelli Ludovico Leonice 1 figli
Nicelli Fortunato Ranghetti Luigina

Spezia Carlo Dadeà Maria con 12 figli

Spezia Giuseppa Parigi Virginia 2 figli

Stringari Ferdinando Deretti Giacoma 4 figli

Spezia Carlo Picinini Ernesta 11 figli

Spezia Giovanni Picinini Do[illegible] 10 figli

Baruffi Giovanni Stringari Maria 8 figli

Baruffi Angelo Stringari Maria 4 figli

Balsanelli Giacomo Gritti Giacoma 6 figli

Balsanelli Francisco Polesa Maria 4 figli

Balsanelli Giovanni Morbis Maria 12 figli

Balestieri Gegruda (Vedova) 5

Adroandi Antonio

Adroandi Irene (Vedova) 2 figli

Araldi Angelo Spezia Giuseppa 6 figli

Pessoni Enrico Balestieri Maria 4 figli

Lazari Paolo Rota Teresa 10 figli

Barbit Michele Adroandi Maria 8 figli

Monici Antonio Bettoni Girolima

Pessoni Marianna Vedova

Morlis Giovanni Vedovo

Safanella Teodoro Reinert Cathorina 1 figlio.

Costa Giovanni De Pra Veronica 6 figli

Manuel Venuto Balsanelli Cathorina 2 figli

Jose Meneca

ANEXO 4

Inspetoria de Nossa Senhora Auxiliadora

São Paulo — Brasil

São Paulo, 20 de dezembro de 1978.



Carissimos irmãos,

É sempre com a mão trepidante, o coração comovido e a mente tomada pelo respeito que assumimos o delicado dever de escrever a carta edificante, apresentando os traços característicos de nossos irmãos falecidos.

Mercê de Deus, nossa Congregação pode orgulhar-se de possuir em suas fileiras figuras de profunda vida espiritual, grandemente identificadas com o carisma e a missão de nosso Pai Dom Bosco.

Para o devido registro histórico e por imperioso dever de reverente gratidão, cumpre-nos hoje relembrar num rápido enfoque, certamente falho, um desses notáveis salesianos de projeção.

P. JOSÉ FERNANDES STRINGARI

Sua multiforme atuação nesta Inspetoria foi profundamente marcante: a doação total de sua vida de trabalho e oração dignifica o homem culto, ilumina o salesiano fiel, consagra o sacerdote autêntico.

Dados biográficos

O P. Stringari nasceu no dia 3 de outubro de 1902, em Luis Alves, Estado de Santa Catarina. Foram seus pais o Sr. Fernando Stringari e D.ª Jácoma Deretti Stringari. Foi o primeiro de treze irmãos.

De família tradicional e sentidamente cristã, educou-se no trabalho e na oração, beneficiando-se de uma segura formação moral e religiosa. Esse clima invejável, sadio e nobre, engendrou e maturou em três vocações religiosas: José (o padre), Irmã Colombina, F.M.A., Luiz, Salesiano Coadjutor.

No dia 11 de dezembro de 1916, provenientes de São Paulo chegaram os seis primeiros Salesianos para o trabalho dos Filhos de Dom Bosco nas abençoadas terras catarinenses, assumindo as Paróquias de S. Vicente de Paulo em Luis Alves e de Santo Ambrósio em Ascurra.

O P. Angelo Alberti, que assumira a Paróquia de Ascurra, desde o começo se preocupou de formar outros operários apostólicos, tirados daquela terra.

Vamos deixar a palavra ao próprio P. Stringari para que com sua linguagem fluente e pitoresca nos relate o trabalho do P. Alberti em favor das vocações e a sua chegada a Ascurra. São tópicos tirados de sua "Palestra Jubilar", pronunciada nos festejos do cinqüentenário da fundação da Obra Salesiana em Santa Catarina, no dia 8 de outubro de 1967, em Ascurra.

"Convém acentuar que o P. Angelo Alberti não perde tempo. Principia logo a trabalhar pelas vocações, mesmo sem colégio. Percebeu que o campo devidamente arroteado era promissor de messes ubertosas. Nas suas excursões apostólicas, ia semeando a boa semente vocacional, que medrava fácil e ao voltar ia trazendo um que outro jovem candidato, que alojava no sótão da "canônica", por tempo razoável, suficiente para sondar a índole do rapaz; fazia-o estudar na escola paroquial, ocupava-o em vários misteres domésticos, como limpar a igreja, arranjar a casa, preparar a ração para as mulas, e outras pequenas tarefas . . Os primeiros desses moços vieram da Paróquia de Luis Alves. No princípio de 1919, vem o João Batista Costa que após uns meses é enviado para o seminário São Manoel de Lavrinhas, São Paulo. No dia primeiro de abril do mesmo ano, entram mais dois de Luis Alves: João Balestieri e eu, que meses depois, numa aventurosa viagem de uns 15 dias, chegamos também nós a Lavrinhas, onde, juntamente com o João Batista Costa, fizemos o curso de humanidades requerido naquele tempo . . .".

Numa Nota Evocativa, assim fala o P. Stringari de sua ida para Ascurra: "Era uma tarde do dia primeiro de abril de 1919. Dezesseis anos estalados, amadurecidos ao calor e perfume do ambiente campesino. Terninho de riscado claro, amarfanhado, chapéu branco de palha flexível, sapato novo ringindo nos pés terrivelmente rebeldes a qualquer calçado — vindo de Luis Alves, entrava eu em Ascurra, juntamente com meu colega João Balestieri, trazidos pelo P. Angelo Alberti. Aboletaram-nos no sótão de telha vã da "canônica", atravancado de trastes, de cereais esparsos pelo soalho, arreios de bestas suspensos nos caibros, manojos de folhas de fumo dependurados a secar nas ripas do telhado.

"Nunca saíramos de nossa terrinha natal. Por várias noites curtimos acerbas saudades, aspergidas de copiosas lágrimas, que o travesseiro enxugava, agravadas pelos esbarros de cabeça na quina de um tarugo, a dois palmos da testeira da cama; de quando em quando, as mágoas eram distraídas com baforadas de charutos, improvisadamente enrolados com pedaços de fôlhas arrancadas das que pendiam roçando-nos a fronte. Depois dormíamos a sono solto.

"Eram as primeiras experiências vocacionais do P. Ângelo Alberti, superior das "Missões Salesianas" nestas paragens catarinenses".

No Ginásio São Manuel de Lavrinhas o jovem José Stringari fez o aspirantado, o noviciado e o curso filosófico.

Professa no dia 26 de janeiro de 1925 nas mãos do P. Pedro Rota, inspetor. Após os estudos filosóficos, fez o tirocínio prático no Liceu Nossa Senhora Auxiliadora de Campinas.

Em outubro de 1929 parte para Turim a fim de fazer os estudos teológicos; lá, no dia primeiro de janeiro de 1930 emite os votos perpétuos perante o Servo de Deus P. Felipe Rinaldi.

Coroa os estudos teológicos, ordenando-se sacerdote do Senhor no dia 9 de julho de 1933.

De volta, é destinado ao Ginásio S. Joaquim, Lorena, onde até 1940 exerce variadas atividades pedagógicas e pastorais. Especialista em língua pátria é então mandado a Turim como redator do Boletim Salesiano em português (1940-1945).

Porém, o Boletim Salesiano, dado o início da segunda guerra mundial, não pôde continuar a ser impresso na Itália. Com provas ainda no prelo, a pedido do P. Berrutti, então Prefeito Geral, os trabalhos de redação e impressão foram suspensos e o P. Stringari transferido para a Escola Agrícola de Cumiana, a trinta quilômetros de Turim, na qualidade de professor, confessor dos aspirantes e dos salesianos doentes da Casa de Piossasco.

Era edificante vê-lo locomover-se a Piossasco de bicicleta mesmo durante o rígido inverno italiano, com as mãos inchadas pelo frio e com grande perigo devido ao movimento de tropas em guerra.

Tudo foi superado. Além do auxílio de Deus foi-lhe de grande estímulo seu mestre de noviciado o P. Virgínio Batezzatti, então Diretor do aspirantado de Cumiana naqueles seis anos de guerra terrível.

Voltando ao Brasil em 1946 está à testa do Ginásio São Joaquim e do Estudantado Filosófico, em Lorena até 1952. É nessa ocasião, ao término do mandato, que seu coração de educador sonha fundar uma faculdade onde nossos salesianos pudessem aprimorar sua formação pedagógica e obter habilitação legal para o magistério. Assim nasce

a nossa "Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras". Diretor do Instituto Teológico Pio XI (1953-1955). A seguir, diretor do Liceu Coração de Jesus (1956-1958).

Por seis anos exerce o cargo de Inspetor da Inspetoria de Nossa Senhora Auxiliadora de São Paulo (1958-1963). Terminado este sexênio assume a direção do aspirantado do Ginásio São Manuel de Lavrinhas (1964-1965). De 1966 até à morte trabalha no Liceu Coração de Jesus, em diversos encargos do Centro Inspetorial.

Faleceu no dia 7 de julho de 1978 por insuficiência cardíaca.

Personalidade

Talvez pudéssemos sintetizar a personalidade marcante do caríssimo P. Stringari nesta expressão: um bom pastor. Sua memória de bondade e otimismo salesiano, de solícito amparo aos irmãos, perdura indelével em quantos o tiveram por amigo, formador, educador, irmão salesiano e superior.

O homem

O P. Stringari foi homem rico das virtudes humanas. Delicado com todos, respeitava as pessoas, confiava em seus colaboradores; o bom senso norteava todas as suas iniciativas e atitudes. Enorme a bondade de seu coração. Exerceu em alto grau a paternidade salesiana deixando no coração de todos uma lembrança suave de sua personalidade.

Como superior a característica que o distinguia era a sua atitude de verdadeiro pai. Todos se sentiam bem e confiantes ao seu lado e abriam-lhe facilmente o coração.

Amava ternamente seus alunos, tornando-se entre eles, nos últimos anos, a presença simpática de um "vovozinho".

Humilde, simples, de grande espírito de trabalho, disponível sempre.

Filho afetuoso: belo de ver, mesmo entrado em anos, expressando-se em palavras e gestos infantis e ternos no trato com sua mamãezinha, que faleceu aos 93 anos.

Constante sua calma, sorriso contagiante.

O sorriso para o P. Stringari foi uma característica e um meio de apostolado.

Entre os escritos que traduziu encontramos um sobre o sorriso, que retrata bem sua pessoa:

"Um sorriso não custa nada e produz muito.
Enriquece quem o recebe,
Sem empobrecer quem o dá.

Não dura mais que um instante,
Mas sua lembrança pode ser eterna.

Ninguém é tão rico que não precise dele,
Ninguém é tão pobre que não o tenha para dar,
Ninguém é tão mesquinho que o não mereça".

Figura simpática, amável, acolhedora, amiga e contagiante de otimismo.

Amante do belo, principalmente da natureza, foi um grande defensor da ecologia. Incentivava o contato com a natureza e quando diretor do Ginásio São Manuel de Lavrinhas, nos passeios, pedia aos aspirantes que lhe trouxessem "amostras de caprichos da natureza". Fazia delas exposição e premiava seus descobridores.

Ao falar das belezas naturais de Lavrinhas, depois de drescrever o festival das aves, o lago, o Rio Paraíba, a mata e a bica, assim conclui: "tudo empresta beleza e atração a este recanto, agradabilíssimo para horas regaladas com Deus e a natureza. Saboreia-se a alegria de viver."

Em alguns de seus versos demonstra esse seu amor à natureza; intitula-se:

Doce distração

"Quando eu rezo, me distraio,
Penso em flores, bichos, aves...
Mas são de Deus toques suaves,
De nosso encontro é mútuo ensaio!"

O salesiano

Distinguiu-se pela fidelidade aos seus compromissos de religioso, pelo grande amor à vida de comunidade e grande dedicação aos seus irmãos. Sua presença e suas palavras eram de estímulo. Amava muito a Dom Bosco e a Congregação. Suas conferências e boas noites eram abundantemente condimentadas com fatos da vida do Santo. Tenra sua confiança em Nossa Senhora Auxiliadora. Seus sermões eram ricos de conteúdo e de imagens que incidiam profundamente na alma de seus ouvintes.

O educador

Como Dom Bosco, amava os jovens e as crianças; entregou-se com dedicação à sua formação e educação. Consciente de suas obrigações, não descuidava o dever da presença educativa no meio dos alunos. Valorizou e utilizou constantemente as orientações do Sistema Educativo de Dom Bosco.

Como educador serviu-se esplendidamente do magistério, de seus dotes de inteligência e da sua alma de poeta para exercer um grande apostolado.

O P. Stringari ao saudar a instalação da sua Faculdade assim se expressava:

"Saudamos este avento qual data de uma grande vitória, qual marco miliário de uma era de conseqüências sadiamente inovadoras em ordem à formação intelectual dos educadores salesianos do Brasil, quebrando rotinas emperradas, abrindo novos horizontes de luz, beneficiando a nossa juventude."

O P. Stringari foi um mecenas. Muitos dos nossos salesianos sacerdotes que se doutoraram ou pelo menos se licenciaram, tiveram seus títulos garantidos pelo entusiasmo inteligente, incentivo e apoio que dava.

Seu entusiasmo e desejo de qualificar o pessoal salesiano dedicou-o também na formação dos Salesianos Coadjutores. Vários foram aperfeiçoar-se em Turim, outros, numa iniciativa pioneira, enviou-os a Curitiba para estudar e diplomar-se na "Escola Técnica Federal". Formaram uma comunidade dentro da própria Escola para que a vida religiosa e de oração os mantivesse unidos. Pessoalmente ou por meio do Diretor da Escola Salesiana São José, visitava-os mensalmente.

Estudioso tenaz, soube contagiar a muitos pelo seu amor à Literatura. Foi exímio escritor, deixando alguns trabalhos inéditos.

Versejava com facilidade e transmitiu a delicadeza de sua alma em inúmeras traduções e versos.

Homem de estudo, nos primeiros anos de sacerdócio achou tempo para editar, pioneiramente, um dicionário em dois volumes de regime de verbos. Apreciado é o seu "Canhenho de Português", onde ventila questões da língua pátria.

Neste ponto é interessante evidenciar uma grande virtude do P. Stringari: a disponibilidade. Tinha qualidades, preparo e grande inclinação para dedicar-se a um estudo aprofundado da língua portuguesa e à pesquisa neste ponto; no entanto, designado para vários cargos de responsabilidade na Inspetoria, soube generosamente renunciar à sua inclinação natural às letras.

O sacerdote

Entre os esquemas de homilias do P. Stringari, encontramos um referente ao sacerdócio, com este título: *"O PASTOR . . O PESCADOR . . O CONSTRUTOR . . "*

Estas três imagens se identificam muito bem com a figura do P. Stringari: ele foi o bom pastor que conheceu as suas ovelhas não só pelo nome, mas com conhecimento de coração . . . conheceu-as no íntimo. Como Pastor ele póde dizer ao final de sua missão: *"Eu os conservei no teu nome . . ." (Jo 17,11).*

Foi também um grande Pescador de almas. O apostolado trouxe-lhe preocupações, trabalho, sucessos, sacrifícios, e decepções. Tudo sentido e vivido em clima de fé e esperança . . . Na base do seu apostolado — Jesus Cristo.

Ao encontro do Pai

Os últimos anos de sua vida, com a saúde profundamente abalada, não tendo mais aquela vitalidade e alegria que os distinguia, dedicou-os à meditação, oração e à leitura. Nos últimos meses foi carinhosamente assistido pelo senhor Carmelo Giacomino, Cooperador salesiano, que, com dedicação e desinteressadamente, esteve sempre ao seu lado.

Aos primeiros minutos do dia 7 de julho passado, primeira sexta-feira do mês, brilhou para o P. Stringari a luz da feliz eternidade. Sua morte aconteceu no Hospital São José do Brás. Tinha à sua cabeceira seu irmão, nosso Salesiano Coadjutor Luiz Stringari e seu sobrinho o Salesiano P. Gentil Stringari que com outros parentes, salesianos e amigos, carinhosamente o assistiram em sua última enfermidade.

Estava hospitalizado há pouco mais de um mês por causa de um espasmo cerebral.

Avisado por telefone, dirigi-me de imediato ao hospital em companhia do vice-inspetor, P. Mário Quilici. Horas antes tinha estado com o querido enfermo, administrando-lhe a absolvição sacramental, tendo já ele anteriormente recebido a Unção dos Enfermos. Pela manhã o corpo foi transportado para o Liceu Coração de Jesus, ficando exposto no Santuário.

Às 14 horas houve a concelebração da missa de corpo presente presidida pelo Sr. P. Walter Bini, do Conselho Superior. Éramos mais de cinqüenta concelebrantes.

De Cuiabá chega a tempo de oficiar a encomendação final o Sr. Dom Bonifácio Piccinini, SDB, Arcebispo de Cuiabá.

Esta participação numerosa e fraterna dos irmãos salesianos reunidos aqui para o retiro espiritual anual, foi um tocante gesto da Pro-

vidência que certamente quis premiar no P. Stringari seu característico amor à vida de comunidade e sua disponibilidade jovial no serviço dos irmãos.

Lição que nos deixou

Além das inúmeras lições que nos deixou através de sua vida e virtudes, podemos dizer que a sua última mensagem, deixou-a em alguns de seus versos:

Noite e dia corre a fonte,
Que batida vem do monte.
Todos bebem nela.
Bebe o chão que de verde se alfombra,
E bebe a planta
Que se agiganta
E agradece com a sombra.
Bebe o meigo passarinho
E canta pendurado no raminho.
Bebe o bom e bebe o mau.
Estralando no duro calhau
Bebe a temerosa fera.
E a ninguém sem água a fonte deixa.
De ninguém nada espera.
Seu murmúrio contínuo não é queixa:
E convite cantante para todos,
Sem disfarçados engodos.
Serve de verdade . . .
Sempre disponível,
Parece até sensível
À necessidade.

Como a fonte, quisera eu ser isso;
"MENSAGEM DE SERVIÇO".

Rezemos pelo seu descanso eterno e imitemo-lo.

Uma prece, também, por esta Inspetoria.

P. Fernando Legal
Inspetor Salesiano

Dados para o Necrológico: O P. José Fernandes Stringari nasceu em Luis Alves, Santa Catarina, no dia 3 de outubro de 1902. Faleceu em São Paulo no dia 7 de julho de 1978, aos 75 anos de idade, 53 de vida religiosa e 45 de sacerdócio. Foi por 16 anos Diretor e por 6 Inspetor.

SUMMARY

RELIGIOUS VOCATION as a family strategy for peasant life reproduction among Italians in the Itajaí Valley, in Santa Catarina.

In the mid XIX century peasant family groups of North Italy abandoned their original villages, pressed by misery, as well as by the desire of re-build, in America, a model of society that was breaking apart because of the rise of the capitalistic production system. A system that brought deep changes in the ways of living and seeing the world. These families migrated to the State of Santa Catarina, in Brasil, occupying the area of forests located between the ocean and the highlands. They were attracted by the possibility of becoming landowners, freeing themselves from the "siori" and gaining autonomy to work for themselves and their families, assuring the maintenance of the traditional values such as family, faith and work, that had for so long been dear to them.

Facing the adversities of an unknown environment and the lack of the Brazilian and Italian governments assistance, as well as, the constant spiritual assistance they were used to in Italy, after their arrival they created here a kind of community without similar, centered at the chapel. Allied to a sacred worldview, the type of religiosity there arisen is markedly popular and centered at the family worshiping of the saints with the construction of small chapels, processions, prayers, plant and animal blessings.

During the first quarter of our century and in a strategic way, such type of religiosity was fought by the religious agents that came from Europe and settled in those regions to assist those families. These agents had the objective of implementing a romanization process.

This process' main strategy is the substitution of the lay leaders, the centralization of all religious life around priests and the formation of a native clergy to continue their work. The strong presence of the Catholic Church appears in many ways, such as the substitution and creation of new religious Orders and Associations under the tutorship of priests substituting the lay agents, its constant presence by the families and the religious teaching. This process is responsible for the creation of a sanctity environment that reinforces a local ethos and is propitious for the fact that the majority of that population joined in seminaries and convents. The great number of vocations, on the other hand, reflects the structural situation of the immigrants. After the second generation these families could not share the land among their children anymore, and a child in the religious life, or at least, "with some study", was seen as a guarantee of social ascendance. This allows the delay of the property fragmentation and the maintenance of the family patrimony, with the consequent exclusion from the heritage of those children who migrated or became religious.

For the children, on the other hand, the religious vocation is conditioned to the recruitment and seduction techniques developed by Religious Institutions.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVIM, Zuleika M. F. - **Brava Gente! Os italianos em São Paulo: 1870-1921** - 2a.edição . Editora Brasiliense, São Paulo. 1986.

ANJOS, Flávio Sacco dos – **A Agricultura Familiar em Transformação: o caso dos Colonos-Operários em Massaranduba (SC)** – Pelotas; UFPEL ed. Universitária:1995.

AZZI, Riolando – **A Obra de Dom Bosco em Santa Catarina -Volume I- A Atuação Salesiana em prol dos Imigrantes** – São Paulo, Ed. Salesiana Dom Bosco: 1988.

BEOZZO, José O. - "Decadência e morte, restauração e multiplicação das Ordens e Congregações Religiosas no Brasil", in AZZI, Riolando (org.) - **A vida religiosa no Brasil: Enfoques Históricos** - São Paulo, Paulinas, 1983.

BEOZZO, José O. - "As Igrejas e a Imigração" in **DREHER** Martin N. (org) - **I migrações e História da Igreja no Brasil** - Aparecida, Santuário, 1993.

BERGER, Peter L. - **O Dossel Sagrado: Elementos para uma teoria sociológica da Religião** - São Paulo, Paulinas, 1985.

BERRI, Aléssio - **A Igreja na Colonização Italiana no Médio Vale do Itajaí** - Blumenau, Fundação "Casa Doutor Blumenau", 1988.

BERRI, Aléssio - **Imigrantes Italianos, Criadores de Riqueza** - Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1993.

BRAUDEL, Fernand – **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico** – Martins Fontes, São Paulo, 1983.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de – **Católicos, Protestantes e Espíritas** – Petrópolis, Vozes: 1973.

CENNI, Franco – **Italianos no Brasil** – São Paulo; Martins; EDUSP: 1975.

DALLABRIDA, Norberto - **A Sombra do Campanário: O catolicismo romanizado na área de colonização italiana do Médio Vale do Itajaí Açu (1892-1918)** - Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina . Florianópolis, SC: 1993.

DE BONI, Luís & COSTA, Rovílio - **Os Italianos no Rio Grande do Sul** - Porto Alegre, Escola Superior de Teologia; Caxias do Sul, Correio Riograndense e Universidade de Caxias do Sul: 1984.

DERETTI, Miguel – **Primeiro Braço do Norte** – mímeo: s/d..

DREHER, Martin N. (org.) - **Imigrações e História da Igreja no Brasil** – Aparecida, Ed.Santuário: 1993.

FERREIRA, Gilson D. - **Pioneirismo, Fé e Trabalho: a identidade étnica dos descendentes italianos de Primeiro braço do Norte**. (mimeo), Blumenau: 1992

GROSSELLI, Renzo Maria - **Vencer ou Morrer: Camponeses Trentinos (Vênetos e Lombardos) nas Florestas Brasileiras** – Florianópolis; Editora da UFSC: 1987.

GROSSI, Miriam P. "Jeito de Freira: estudo antropológico sobre a vocação religiosa feminina" in **Cadernos de Pesquisas**, São Paulo (73): 48-58, maio 1990.

GUIMARÃES, Alba Zaluar – "Sobre a lógica do catolicismo popular" in **Dados** – Rio de Janeiro (11): 1973.

HEERDT, Moacir – As Escolas Paroquiais em Santa Catarina: 1890-1930 – Florianópolis; Dissertação de Mestrado paresentada no Curso de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Catarina: 1992

JAMUNDÁ, T. C. – **Interpretação Regional do Município de Rodeio,** Florianópolis; Insituto Histórico e Geográfico de SC: 1948.

MACEDO, Carmen Cinira - **Imagem do Eterno: Religiões no Brasil** - São Paulo, Moderna, 1989.

MANFROI, Olívio – **A Colonização Italiana no Rio Grande do Sul: Implicações Econômicas, Políticas e Culturais** – Porto Alegre; Grafosul/Instituto Estadual do Livro:1975

MOURA, Margarida Maria – **Os Herdeiros da Terra: parentesco e herança numa área rural** – São Paulo; Hucitec:1978

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de - **Gênese, Estrutura e Função do Catolicismo Romanizado no Brasil** - Petrópolis, Vozes, 1985.

PELUSO JR., Victor A .– **Aspectos Geográficos de Santa Catarina** – Florianópolis; FCC Ed.; Ed. Da UFSC: 1991.

PELUSO JR., Victor A. - - "A Bacia do Itajaí" in **Centenário de Blumenau-1950:** PMB: Blumenau; 1950:116-126.

PETRONE, Maria Thereza Schorer - **O imigrante e a pequena propriedade** - Coleção tudo é história, nº. 38, Brasiliense, São Paulo, SP, 1984, 2a. ed

PINTARELLI, Ary E. (Frei) – **Menor entre Pequenos: 100 anos de Vida Franciscana em Rodeio** – Cúria Prvincial Franciscana; São Paulo: 1993

POLI, Odilon Luiz – **Crise da Economia Camponesa tradicional e o surgimento de Movimentos Sociais no Oeste de Santa Catarina: a requalificação para a prática política** – Projeto de Qualificação para o Mestrado em Educação da UNICAMP, apresentado em 1994.

POMPÍLIO, Maria José – **O Homem e as Inundações na Bacia do Itajaí: uma contribuição aos estudos da Geografia do Comportamento e da Percepção, na**

linha da Percepção Ambiental – São Paulo; Tese de Doutorado apresentada no Departamento de Geografia da USP, em 1990.

SANTOS, José Vicente Tavares – **Os colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponcs ao capital** – São Paulo; Hucitec:1978.

SANTOS, Roselys Izabel Corrêa - **A Terra Prometida. Tese e Antítese. Os jornais do Norte da Itália e a emigração para o Brasil (1875-1899).** Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como requisito para a obtenção do grau de Doutora em História - área de concentração: História Econômica. São Paulo, maio de 1995.

SANTOS, Silvio Coelho - **Nova História de Santa Catarina** - 3a. edição- Florianópolis: Terceiro Milênio, 1995.

SEYFERTH, Giralda - **A Colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim** - Porto Alegre: Ed.Movimento/SAB, 1974.

SEYFERTH, Giralda - "Herança e Estrutura Familiar Camponesa" in **Boletim do Museu Nacional**, Antropologia nº 52 - Rio de Janeiro, 1985.

SEYFERTH, Giralda – **Imigração e Cultura no Brasil** – Brasília; Editora da UnB: 1990.

TOMELIN, Vitor - **Pedagogia do Silêncio: o tamanho do medo** - Campinas, SP: Papirus; Blumenau, SC: Fundação Universidade Regional de Blumenau, 1986.

TRENTO, Angelo - **Do Outro lado do Atlantico. Um século de imigração italiana no Brasil** - Instituto Italiano de Cultura de São Paulo, Nobel, São Paulo: 1989.

VALANDRO, Ede Maria - **Em resposta ao clamor do povo... a congregação das Irmãs Catequistas franciscanas**. 1990.

WOORTMANN, Ellen F. - **Herdeiros, Parentes e Compadres - Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste**. HUCITEC, São Paulo: 1995.

ERRATA

Na página 3, foi omitida nota de rodapé relativa à estrutura de plausibilidade*:
*Por estrutura de plausibilidade estou entendendo os "pré-requisitos sócio-estruturais de qualquer processo religiosos (ou, no que diz respeito ao assunto, de qualquer outro) de manutenção da realidade. É o que se pode formular do seguinte modo: os mundos são construídos socialmente e mantidos socialmente. Sua realidade perdurável, quer objetiva (como a facticidade comum, aceita como óbvia) quer subjetiva (como a facticidade impondo-se à consciência individual), depende de processos sociais específicos, a saber, aqueles processos que permanentemente reconstróem e mantêm os mundos particulares em apreço. Cada mundo requer, deste modo, uma 'base' social para continuar sua existência como um mundo que é real para os seres humanos reais. Essa 'base' pode ser denominada a sua estrutura de plausibilidade." (BERGER, 1985:58)

Na página 4, onde se lê: ... coletando histórias de vida **de duas delas**,
leia-se: ... coletando histórias de vida **de dois tipos de informantes,**

Na página 9, a fonte do mapa Regiões da Itália é:

Na página 9 e 10, onde se lê: ... se faz no sentido vertical...". **Sendo que** "69,95% **o** território...
leia-se: ... se faz no sentido vertical, **sendo que** 69,9% **do** território...

Na página 10, onde se lê: "O Trentino não era **a** região...
leia-se: "O Trentino não era região...

Na página 12, a fonte do mapa inserido é: (BRAUDEL:1966)

Na página 16, onde se lê: (SANTOS apud PEZZETA, 1996:37)
leia-se: (PEZZETA apud SANTOS, 1996:37)

Na página 18, onde se lê: ... num contexto mais **amplo a que** foi a expansão do Capitalismo...
leia-se: : ... num contexto mais **amplo que** foi a expansão do Capitalismo...

Na página 20, onde se lê: ... dar o salto **da faz de** acumulação...
leia-se: ... dar o salto **da fase de** acumulação...

Na página 23, onde se lê: ... de **uma redução** "camponesa",
leia-se: ... de **uma reprodução** "camponesa",

Na página 23, onde se lê: ... à pressão demográfica, e aos recursos, e aos modelos de organização social...
leia-se: ... à pressão demográfica, mas também aos modelos de organização familiar.

Na página 29, a fonte do mapa Roteiro da Colonização Italiana em SC é: IBGE, Conselho Nacional de Geografia, Departamento Estadual de Geografia e Cartografia -**Atlas Geográfico de Santa Catarina**, Florianópolis: 1959

Na página 30, a fonte do mapa Zonas de Colonização Européia em SC é: IBGE, Conselho Nacional de Geografia, Departamento Estadual de Geografia e Cartografia -**Atlas Geográfico de Santa Catarina**, Florianópolis: 1959

Na página 34, a fonte do mapa Bacias Hidrográficas de SC é: IBGE, Conselho Nacional de Geografia, Departamento Estadual de Geografia e Cartografia -**Atlas Geográfico de Santa Catarina**, Florianópolis: 1959

Na página 36, onde se lê: (SANTOS, 1995:185)
leia-se: (POLI, 1994:185)

Na página 38, onde se lê: ... no município de Hamônia, os selvagens que corriam...
leia-se-... no município de Hamônia, os "selvagens" que corriam...

Na página 43, onde se lê: ... com o desenvolvimento do **arroz irritado**,
leia-se: ... com o desenvolvimento do **arroz irrigado**,

Na página 46, onde se lê: ... puderam colocar-se espaço de transição,
leia-se: ... ... puderam colocar-se como espaço de transição,

Na página 47, onde se lê: ... conforme informações de Destefani, veio formar...
leia-se: ... conforme informações de DESTEFANI (apud BERRI, 1993:22), veio formar...

Na página 54, onde se lê: ...livrar o Brasil da **degredação.**
leia-se: ...livrar o Brasil da **degradação**.

Na página 56, onde se lê: ...entre a capital **desterro** e o planalto...
leia-se: ...entre a capital **Desterro** e o planalto...

Na página 57, onde se lê: ...pura subsistência, mas que fosse votada para o mercado.
leia-se: ...pura subsistência, mas que fosse voltada para o mercado.

Na página 59, onde se lê: ... o imigrante a idéia teve pela frente...
leia-se: ... o imigrante teve pela frente...

Na página 60, onde se lê: ... os casais jovens, vêem abrir-se diante de si...
leia-se: ... os casais jovens vêm abrir-se diante de si...

Na página 61, onde se lê: ... produção e comercialização e do fumo, a produção de frangos...
leia-se: ... produção e comercialização do fumo, a produção de frangos...

Na página 62, os 2 parágrafos devem ser omitidos.

Na página 63, onde se lê: ... se estabeleceram na região do **Médio Vale**, a situação...
leia-se: ... se estabeleceram na região do **Vale do Itajaí**, a situação.....

Na página 74, onde se lê: (BEOZZO apud GALIOTO, 1993:50-51)
leia-se: (GALIOTO apud BEOZZO, 1993:50-51)

Na página 75 e 76, onde se lê: (DE BONI & COSTA apud CAMARGO, 1984:122)
leia-se: (CAMARGO apud DE BONI & COSTA, 1984:122)

Na página 77, onde se lê: (DE BONI & COSTA apud GALILEA, 1984:123)
leia-se: (GALILEA apud DE BONI & COSTA, 1984:123)

Na página 78, onde se lê: (BEOZZO apud GILLONNAY, 1993:58-59)
leia-se: (GILLONNAY apud BEOZZO, 1993:58-59)

Na página 78, onde se lê: (BEOZZO apud D'APREMONT, 1993:59-60)
leia-se: (D'APREMONT apud BEOZZO, 1993:59-60)

Nas páginas 80 e 81, onde se lê, respectivamente: (Ex-seminarista, .. anos) e (Ex-seminarista e Ministro...)
leia-se: : (Ex-seminarista do Instituto Missões Consolata, atual Ministro da igreja de Primeiro Braço do Norte, 42 anos)

Na página 86, exclua-se a palavra (Complementar)

Na página 98, a imagem inserida é um fragmento da Planta das Colônias de Santa Catarina, de José Deeke, de 1925, cujo original se encontra no arquivo da Fundação Casa Doutor Blumenau, Blumenau/SC.

Na página 131, onde se lê: Como **mestra** esse depoimento:
leia-se: Como **mostra** esse depoimento:

Na página 133, onde se lê: ... aqueles que estudam ou aprendem um oficio, como no exemplo que se segue:
leia-se: ... aqueles que estudam ou aprendem um oficio.
Ignore-se todo o texto que a este se segue, retomando-o mesmo no início do parágrafo onde se lê, "No mundo camponês, é ..."

Na página 157, onde se lê: (SAINT HILAIRE apud DURHAN, 1984:49-50)
leia-se: (apud POLI, 1994:242)

Na página 157, onde se lê: (SPIX e MARTIUS apud DURHAN, 1984:500)
leia-se: (apud POLI, 1994:242)

Na página 158, onde se lê: SIMMERMANN (s.d.3)
leia-se: ZIMMERMANN (apud POLI, 1994:245)

Na página 158, onde se lê: CARVALHO FRANCO [1974]
leia-se: : CARVALHO FRANCO (apud POLI, 1994:246)

Na página 158, onde se lê: Segundo CARVALHO FRANCO (1974)

leia-se: Segundo CARVALHO FRANCO (apud POLI, 1994:247)

Na página 160, onde se lê: Nesse sentido, BRUMER et alii (1993)
leia-se: Nesse sentido, BRUMER et alii (apud POLI, 1994:247)

Na página 160, onde se lê: (BRUMER et alii, 1993:213)
leia-se: (BRUMER apud POLI, 1994:247)

Na página 161, onde se lê: ... por SANTOS (1978)
leia-se: por SANTOS (apud POLI, 1994:249)

Na página 162, onde se lê: "(...) **os que os** vislumbra é um grupo...
leia-se: "**O que se** vislumbra é um grupo...

Na página 167, onde se lê: ... o depoimento de um ex-seminarista Marista , hoje com XX anos:
leia-se: ... o depoimento de um ex-seminarista Marista:

Na página 171, onde se lê: O depoimento de **um informante**, confirma...
leia-se: O depoimento de **alguns informantes**, confirma

Na página 188, onde se lê: ...tem a ver com a sedução pelos padres recrutadores...
leia-se: ... tem a ver com a sedução **exercida** pelos padres recrutadores...

Na página 193, onde se lê: ...consulte-se os seguintes trabalhos de...
leia-se: consulte-se os trabalhos de...

Na página 207, onde se lê: ...associados à pressão demográfica e aos modelos de organização **social.**
leia-se: ...associados à pressão demográfica e aos modelos de organização **familiar**.

Na página 225, Roda D'água ainda em funcionamento.
Modernização da Empresa Agrícola.

Nas páginas 226 e 227, Resquícios da Religiosidade Popular.

Na página 237, onde se lê: ... elaborado por John Deeke, em 1925...
leia-se: ... elaborado por José Deeke, em 1925...

Nas REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, deixaram de ser incluídos os seguintes títulos:

ANDRÉ, Marli E. D. A. – "A Pesquisa no Cotidiano Escolar", in **FAZENDA**, I (org.) **Metodologia da Pesquisa Educacional**, Cortez Editora, São Paulo, 1989.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri – "Trabalhando com relatos orais: reflexões a partir de uma trajetória de pesquisa" **in Reflexões sobre a Pesquisa Sociológica**, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, São Paulo, 1992.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de – "Relatos orais: do 'indizível' ao 'dizível'" in **Experimentos com Histórias de Vida (Itália-Brasil)**, Edições Vértice, São Paulo, 1988.

THOMPSON, Paul - **A Voz do Passado**, Editora Paz e Terra, São Paulo, 1992.

BIBLIOGRAFIA PESQUISADA

ABREU FILHO, Ovídio de - "Parentesco e Identidade Social" in **Anuário Antropológico/80**, Rio de Janeiro, 1992.

ALMEIDA, Angela M. de - Notas sobre a Família no Brasil in Pensando a Família no Brasil, Espaço e Tempo: UFRJ, Rio de Janeiro, 1987.

ALMEIDA, Mauro William B. de - "Redescobrindo a Família Rural" in **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.1 - vol.1, jun.1986.

ANDRÉ, Marli E. D. A. - A Pesquisa no Cotidiano Escolar, in **FAZENDA**, I (org.) **Metodologia da Pesquisa Educacional**, Cortez Editora, São Paulo, 1989.

ARAGÃO, Luiz T. de - Em nome da mãe in **Perspectivas Antropológicas da Mulher**, nº3, Zahar, Rio de Janeiro, 1983.

ARNS, Alice Bertoli - **Crônica à Margem da História de Rio do Oeste** - 1987.

AZEVEDO, Thales de - **Italianos e Gauchos : Os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul** - Ed. Cátedra : Rio de Janeiro; INL: Brasília, 1982, 2a. ed.

AZZI, Riolando - "Catolicismo Popular e autoridade eclesiástica na Evolução Histórica do Brasil" in **Religião e Sociedade**, nº. 1, maio de 1977.

AZZI, Riolando - "Fé e italianidade: a atuação dos Escalabrinianos e dos Salesianos junto aos imigrantes" in **DE BONI**, Luis A. (org.) - **A Presença Italiana no Brasil** v. 2.- Fondazione Giovanni Agnelli, EST; Torino/Porto Alegre: 1990.

AZZI, Riolando - **A Vida do Clero no Brasil (síntese histórica)** - Rio de Janeiro, CERIS, 1969, mimeo.

AZZI, Riolando - **Os Leigos na Vida Religiosa do Brasil** - Rio de Janeiro, CERIS, 1969

BALAN, Jorge (org.) - **Las historias de vida en ciencial sociales - Teoría y técnica** - Ediciones Nueva Visión, Buenos Aires, 1974.

BALHANA, Altiva Pilatti - **Santa Felicidade - Uma Paróquia Vêneta no Brasil** - Fundação Cultural de Curitiba, Curitiba, PR, 1978

BARRETO, Maria Theresinha Sobierajski - **Poloneses em Santa Catarina** - Ed. da UFSC - Co-Edição Editora Lunardelli

BASSANEZI, Maria Silvia C. - "Imigrações Internacionais no Brasil: um panorama histórico" in **PATARRA**, Neide Lopes (coord.) - **Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo** - Programa de Avaliação e Acompanhamenmto das Migrações Internacionais no Brasil, v. 1, NEPO, UNICAMP, 1996.

BATTISTEL, Arlindo Itacir - **Colônia Italiana: religião e costumes** - Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1981

BEOZZO, José O – "A família escrava e imigrante na transição do trabalho escravo para o livre. A Igreja Católica entre os dois tipos de famílias" in **MARCÍLIO**, Maria Luiza, **Família, Mulher, Sexualidade e Igreja na História do Brasil** - SP, CEDHAL - CEHILA - Loyola, 1993

BERRI , Aléssio - **Genealogia familias Berri e Pisetta** - Com sumário histórico da colonização italiana em Rodeio (SC), Fundação Casa Dr. Blumenau, Blumenau: 1983.

BERTAUX, Daniel – "L'Approche Biographique: Sa Validité Méthodologique, ses Potentialités" in **Cahier Internacionaux de Sociologie**, Vol. LXIX, Presses Universitaires de France, 1980

BÔA NOVA, Antonio Carlos - **Clero e Povo - o Catolicismo da América Latina nos anos 60** - São Paulo, CERU e FFLCH/USP, 1981. Coleção Textos, 2, 1981.

BORTOLOTTO, Zulmar H. - **História de Nova Veneza** -. Nova Veneza: Prefeitura Municipal, 1992

BOSCATTO, Claudino Antonio - **Memórias de um Neto de Imigrantes italianos - Pioneiros de Nova Trento**. Flores da Cunha: O Florence, 1994.

BOSI, Alfredo - "Cultura como Tradição" in Tradição - Contradição, Jorge Zahar Editor/ Funarte, Rio de Janeiro: 1987.

BOURDIEU, Pierre - "Celibat et condition paysanne" in **Etudes Rurales**, 5-6, avril/septembre, 1962.

BOURDIEU, Pierre - "Du cas particulier à l'invariant", **Journée de Discussion Interdisciplinaire**, Paris: 1990 (mimeo)

BOURDIEU, Pierre - **O Poder Simbólico** - Difel: Lisboa; Editora Bertrand Brasil S.A. Rio de Janeiro, RJ, 1989.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues - "O desencanto do outro: mistério, magia e religião nos estudos do mundo rural no Brasil" in **Anuário Antropológico/ 91** - Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1993.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.) - **As Faces da Memória**. Coleção Seminários, 2. CMU/UNICAMP. 1996.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio "As Colonias de Parceria" in **BUARQUE DE HOLANDA** (coord) - História Geral da Civilização Brasileira - t2, v.3, 5a. ed., DIFEL, São Paulo: 1987.

CABRAL, Oswado R. - **História de Santa Catarina** - Ed. Lunardelli, 4a. edição, 1994

CADERNOS PAGU, **Sedução, tradição, transgressão** - Publicação semestral do Núcleo de Estudos de Gênero da UNICAMP, n. 2, Campinas, 1994.

CADERNOS PAGU, **De trajetórias e sentimentos** - Publicação semestral do Núcleo de Estudos de Gênero da UNICAMP, n. 1, Campinas, 1993.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio – "A Presença do Autor e a Pós-modernidade em Antropologia" in **Novos Estudos CEBRAP**, n.21, São Paulo, 1988.

CAMARGO, Aspásia, HIPPÓLITO, Lúcia e LIMA, Valentina da Rocha – "Histórias de Vida na América Latina" in **Boletim Informativo Bibliográfico**, n.16, Rio de Janeiro, 2º Semestre de 1983.

CAMARGO, Procópio F. de Camargo - **Católicos, Protestantes, Espíritas** - Editora Vozes Ltda., Petrópolis, RJ, 1973.

CAMPOS, Maria Christina de Souza – "A associação da fotografia aos relatos orais na reconstrução histórico-sociológica da memória familiar" in **Reflexões sobre a Pesquisa Sociológica**, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, São Paulo, 1992.

CAMPOS, Maria Christina de Souza - **Reflexões sobre a teoria de Bourdieu** (Texto para estudos, baseado em Kraemer, K.1994)

CARDOSO, Fernando Henrique - "Rio Grande do Sul e Santa Catarina" in BUARQUE DE HOLANDA (coord.) - História Geral da Civilização Brasileira - t. 2, v.2, 5a. ed., DIFEL, São Paulo: 1985

CARDOSO, Fernando Henrique - **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional** - Difusão Européia do Livro, São Paulo. 1962.

CERTEAU, Michel de - **Artes de Fazer - A invenção do Cotidiano** - Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 2a. edição, 1996.

CORREIA, Ana Maria Martins Coelho - **A expansão da Igreja em Santa Catarina, a reação anticlerical e a questão do clero nacional. (1892-1920)** - Dissertação de mestrado apresentada no curso de pós-graduação em História da UFSC. 1988

COSTA, Emilia Viotti da. "O Escravo na Grande lavoura" in BUARQUE DE HOLANDA(coord) - História Geral da Civilização Brasileira, t. 2, v. 3, 5a. ed. DIFEL, São Paulo: 1987

D'INCAO, Maria Angélica (org.) - **Amor e Família no Brasil** - São Paulo: Editora Contexto, 1989.

DAUMARD, Adeline et alli - **História Social do Brasil: teoria e metodologia** - Curitiba: Editora da UFPR, 1984.

DE BONI, Luis Alberto (et al.) - **A Presença Italiana no Brasil** - Edições EST: Porto Alegre; Fondazione Giovanni Agnelli :Torino, 1996.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri – "Histórias de vida na abordagem de problemas educacionais" in **Experimentos com Histórias de Vida (Itália-Brasil)**, Edições Vértice, São Paulo, 1988.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri – "Relatos Orais: a Participação dos Sujeitos na Pesquisa Histórico-Sociológica" in **Cadernos CERU**, n.5, Série 2, São Paulo, 1994.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri – "Trabalhando com relatos orais: reflexões a partir de uma trajetória de pesquisa" **in Reflexões sobre a Pesquisa Sociológica**, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, São Paulo, 1992.

DENZIN, Norman K. & **LINCOLN**, Yvonna S. - **Handbook of Qualitative Research**, SAGE Publication, California, 1994.

DI POLLINI, Gabriele - "I fattori principali dell'orientamento culturale"in **GUBERT**, Renzo - **Cultura e sviluppo: Un'indagine sociologica sugli immigrati italiani e tedeschi nel Brasile meridionale**, FrancoAngeli, Milano, Itália: 1995.

DI SCIDÀ, Giuseppe - "Mutuamento della struttura familiare in un contesto migratorio in **GUBERT**, Renzo - **Cultura e sviluppo: - Un'indagine sociologica sugli immigrati italiani e tedeschi nel Brasile meridionale** - FrancoAngeli, 1995, Milano, Itália.

DUCATTI NETO, Antonio - **A vida nas colônias italianas** - Escola Superior de Teologia de São Lourenço de Brindes: Caxias do Sul, Universidade de Caxias, 1979.

DUMONT, Louis - **O Individualismo: Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna.** Rio de Janeiro, Ed. Rocco, 1985.

DURHEIM , Émile – **As formas elementares de vida religiosa** – São Paulo, Paulinas, 1989

EHLKE, Cyro - **A conquista do planalto catarinense** - Laudes, 1973.

ELIADE, Mircea – **O sagrado e o Profano** – São Paulo, Martins Fontes, 1995.

FELDMAN-BIANCO, Bela - Unicamp & **HUSE**, Donna - University of Massachusetts Dartmouth - "Entre a Saudade da Terra e a América: Memória cultural, Trajetórias de Vida e (re) Construções de Identidade feminina na Intersecção de Culturas" in BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.) - **As Faces da Memória** - Coleção Seminários 2, CMU, s/d.

FELDMAN-BIANCO, Bela (org.) - **Antropologia das Sociedades Contemporâneas** - Global, São Paulo. 1987.

FERREIRA, Marieta de Moraes – "História oral: um Inventário das diferenças" in **Entre-vistas: abordagens e usos da história oral,** Editora da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1994.

FINARDI, José E. e **BUZZI,** Amauri Alberto - Blumenau: Letra Viva, 1995.

FOCHESATTO, Iloni - **Descrição do culto aos mortos entre descendentes italianos no Rio Grande do Sul** - Escola Superior de teologia São lourenço de Brindes. Universidade de Caxias do Sul.1977.

FONSECA, Claudia - "A História Social no Estudo da Família: Uma Excursão Interdisciplinar" in **BIB nº 27**, Rio de Janeiro, 1989.

FOURNIER, Marcel - "Marcel Mauss ou a dádiva de sí" **in Revista Brasileira de Ciências Sociais** - ANPOCS, n. 21, ano 8, fev de 1993.

FRANZINA, Emilio. **Merica! Merica! Emigrazione e colonizzazione nelle lettere dei contadini veneti e friulani in America latina - 1876 - 1902** - Cierre Edizioni, Verona - Itália, 1994.

FUKUI, Lia F. G. - "Estudos de família no Brasil: bibliografia comentada." in **Cadernos CERU** -3, São Paulo, 1970

GERGEN, Mary McCanney (ed.) - **O Pensamento Feminista e a Estrutura do Conhecimento** - Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Ventos, 1993.

GROSSI, Miriam P. "Jeito de Freira: estudo antropológico sobre a vocação religiosa feminina" in **Cadernos de Pesquisas**, São Paulo (73): 48-58, maio 1990.

GUSMÃO, Neusa M. Mendes - **Terra de Pretos, Terra de Mulheres: terra, mulher e raça num bairro rural negro** - Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares. 1996.

HALBWACHS, Maurice - **A memória coletiva** - Vértice/Revista dos Tribunais, São Paulo. 1990.

HEILBORN, Maria Luiza - "A costela de Adão revisitada: gênero e hierarquia" in **Revista Estudos Feministas**, vol.1, n.1, Rio de Janeiro, 1993

HERING, Maria Luiza Renaux - **Colonização e Indústria no Vale do Itajaí: O Modelo Catarinense de Desenvolvimento** - Blumenau: Editora da FURB, 1987.

ISAIA, Artur Cesar - **Os Jesuítas e a formação das Elites no Brasil Meridional** - Departamento de História - Universidade Federal de Santa Catarina - mimeo.

KIKUCHI, Mário Yasuo - **Concepção de Beneficência: o caso da Società Italiana di Beneficenza in San Paolo Ospedale Umberto I**. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas da Universidade de São Paulo. 1997.

Kreutz, Lúcio - **O Professor Paroquial: Magistério e Imigração Alemã** - Porto Alegre: Editora da UFRGS; Florianópolis: Editora da UFSC; Caxias do Sul: Editora da EDUCS, 1991.

LEITE, Miriam Moreira - **Retratos de Família, Leitura da fotografia Histórica**, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993 - Texto & Arte; vol. 9

LEITE, Miriam Moreira & **VON SIMSON**, Olga R. de Moraes – "Imagem e linguagem: reflexões de pesquisa" in **Reflexões sobre a Pesquisa Sociológica**, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, São Paulo, 1992.

LÉVY-STRAUSS, Claude – **L'ídentité** - Seminaire Interdisciplinaire dirigé par C. Levy-Strauss professeur au Collège de France, 1974/1975, Bernard Grasset, Paris: 1977.

MACFARLANE, Alan - **História do casamento e do amor** - São Paulo, Companhia das Letras, 1990

MAMIGONIAM, Armen - "Vida Regional em Santa Catarina" in **Orientação** -Revista do Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo, 1966.

MAMIGONIAM, Armen - "Estudo Geográfico das Indústrias de Blumenau" Separata da **Revista Brasileira de Geografia, ano XXVII, no. 3**, 1965.

MANNHEIM, Karl - **Le Problème des générations**, Ed. Nathan, Paris, 1990.

MARCÍLIO, Maria Luiza - (org.) - **População e Sociedade: Evolução das Sociedades pré-industriais** - Petrópolis: Editora Vozes, 1984

MARCÍLIO, Maria Luiza - **Família, Mulher, Sexualidade e Igreja na História do Brasil** - São Paulo: Editora Loyola, 1993.

MARQUES, Ana Maria - **Cotidiano e Religião: A construção de uma cultura religiosa em Nova Trento**. Dissertação de mestrado apresentada no curso de Pós-Graduação de História da UFSC, 1995.

MARTINS, José de Souza - **O Cativeiro da Terra** - Ed. HUCITEC, São Paulo, SP, 1996, 6a. ed.

MEIHY, J.C. Sebe Bom (org.) - **(Re)introduzindo História Oral no Brasil** - Ed. Xamã, São Paulo. 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom – "Definindo História Oral e Memória" in **Cadernos CERU**, n.5, Série 2, São Paulo, 1994.

MOURA, Margarida Maria - **Camponeses** - Série Princípios. Editôra Ática, São Paulo. 1986.

MOURA, Margarida Maria - **Os Herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural** - São Paulo, Hucitec, 1978.

OBERACKER JR., Carlos H., "A Colonização baseada no regime da pequena propriedade agrícola" in Holanda, Buarque (coord.) , **História Geral da Civilização Brasileira** , São Paulo: DIFEL, 1987, t. 2, v. 3.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de - "O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever" in **Revista de Antropologia** - Depto. de Antropologia - USP - vol. 39 - no. 1 - 1996.

PEIRANO, Mariza - **A favor da etnografia**. Relumé-Dumará, Rio de Janeiro. 1995.

PENIN, Sonia - **Cotidiano e Escola: A Obra em construção**, Cortez Editora, São Paulo, 1989.

PEREIRA, João Batista Borges - **Italianos no Mundo Rural Paulista** - São Paulo, Pioneira, Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, 1974.

PETRONE, Maria Thereza Schorer - "Imigração assalariada", in **BUARQUE DE HOLANDA** (coord.) - **História Geral da Civilização Brasileira**, DIFEL, São Paulo: 1987 t.2, v.3

PIAZZA, Walter F. - **A colonização de Santa Catarina** - Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1994.

PIAZZA, Walter F. - **A Igreja em Santa Catarina - notas para sua história** - Ed. do Governo do Estado de Santa Catarina, Florianopólis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina S.A., 1977

PIAZZA, Walter F. - **Santa Catarina: sua história** - Ed. da UFSC e Ed. Lunardelli, 1983

PIAZZA, Walter Fernando - **Atlas Histórico do Estado de Santa Catarina** - Edição do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura . 1970

PIÑA, Carlos – "Sobre la Naturaleza del Discurso Autobiográfico" in **Anuário Antropológico/88**, Editora Universidade de Brasília, Brasília,1991.

PINTARELLI, Frey Ary. (O.F.M.) - **Menores entre Pequenos - 100 anos de Vida franciscana em Rodeio** - Cúria Provincial. São Paulo, SP

PISCITELLI, Adriana – "Tradição Oral, Memória e Gênero: um comentário metodológico" in **Cadernos Pagu**, n.1, Campinas, 1993

POZENATO, José Clemente - **O Quatrilho** - Ed. Mercado Aberto - Série Novo Romance no. 5 - porto Alegre, RS, 1996.

PRICE, Richard - "Novas direções na história etnográfica" in **Estudos Afro-Asiáticos n.23**, 1992.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de - "Da Pesquisa de Bairros rurais para a pesquisa do meio rural em geral: perspectivas e conclusões" in **O Campesinato Brasileiro** - Petrópolis: Vozes; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo: 1973.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de - "O Catolicismo rústico no Brasil" in **O Campesinato Brasileiro** - Petrópolis: Vozes; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo: 1973

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de – "O pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões" **in Reflexões sobre a Pesquisa Sociológica,** Centro de Estudos Rurais e Urbanos, São Paulo, 1992.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de – "Relatos orais: do 'indizível' ao 'dizível'" in **Experimentos com Histórias de Vida (Itália-Brasil),** Edições Vértice, São Paulo, 1988.

RADIN, José Carlos - **Ítalo-brasileiros em Joaçaba** - dissertação de mestrado apresentada no Curso de Pós-Graduação em História da UFSC

RENAUX, Maria Luiza - **O outro lado da História - O Papel da Mulher no Vale do Itajaí (1850/1950)** - Ed. da FURB, Blumenau: 1995

RICHTER, Klaus - **A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e a Colonização do Interior de Joinville e Blumenau** (2a. edição rev. e ampl.) - Florianópolis, Editora da UFSC, 1992.

ROCHA, Celia Luisa Reily - **"Muitos são chamados, mas poucos escolhidos: um estudo sobre a vocação sacerdotal"** - Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas: 1991.

RODOWICZ-OSWIECIMSKY, Theodor - **A Colônia Dona Francisca no Sul do Brasil** - Florianópolis: Editora da UFSC; Joinville: Arquivo Histórico de Joinville; Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1992.

RODRIGUES, Lelia Lofego - "O avesso do casamento: uma leitura antropológica do celibato campones feminino" in **Anuário Antropológico/91**, Rio de Janeiro, 1993.

SAMARA, Eni de M - "Tendências atuais da História da Família no Brasil" **in Pensando a Família no Brasil, Espaço e Tempo** - Rio de Janeiro, UFRJ, 1987.

SAMARA, Eni de M – **A família Brasileira**, Coleção Tudo é História - São Paulo, Brasiliense, 1986.

SANTOS, José Vicente Tavares dos - **Colonos do Vinho: Estudo Sobre a Subordinação do Trabalho Camponês ao Capital** - HUCITEC, São Paulo: 1984, 2a. ed.

SANTOS, Nelvio Paulo Dutra - **Trentinos em Santa Catarina - A evolução econômica de Nova Trento - 1875 - 1960** - dissertaçào de mestrado apresentada no Curso de pós-Graduação em História da UFSC, 1993.

SANTOS, Roselys Izabel Corrêa - **A Colonização Italiana no Vale do Itajaí-Mirim** - Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1981.

SCHAETTE, Frei Estanislau (O.F.M.) -1950 "Vida Católica em Blumenau - Os primórdios do Catolicismo em Blumenau" in **Centenário de Blumenau:**260-276.

SCOTT, R. Parry - "O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico" in **Cadernos de Pesquisa (73),** São Paulo. 1990.

SERPA, Élio Cantalício - **Igreja e catolicismo popular no planalto serrano catarinense, 1891-1930** - Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História, Florianópolis, 1989

SEYFERTH, Giralda - **Imigração e Cultura no Brasil**, Brasília, UnB, 1990.

SOUZA, Rogério Luiz de - **A Construção de uma Nova Ordem. Catolicismo e ideal Nacional em Santa Catarina (1930-1945).** Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da UFSC, 1996.

TAGLIAVINI, João V. - **A Reprodução Social do Clero: a origem sócio cultural do clero e suas instâncias socializadoras: os Seminários**. Campos de Jordão, 1986, mimeo. (trabalho apresentado no X Encontro Anual do ANPOCS, 1986)

TAGLIAVINI, João Virgílio - **Os Garotos no Túnel: Um Estudo sobre a imposição da vocação sacerdotal e o condicionamento nos seminários**. Tese de Mestrado em Sociologia, UNICAMP, Campinas: 1990. (mimeo)

THOMPSON, Paul – "A Transmissão Cultural entre Gerações dentro das Famílias: uma abordagem centrada em Histórias de Vida" in **Ciências Sociais Hoje**, ANPOCS & Editora Hucitec, São Paulo, 1993.

THOMPSON, Paul - **A Voz do Passado**, Editora Paz e Terra, São Paulo, 1992.

TRIGO, Maria Helena Bueno & BRIOSCHI, Lucila Reis – "Interação e comunicação no processo de pesquisa" **in Reflexões sobre a Pesquisa Sociológica**, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, São Paulo, 1992.

VICENZI, Victor - **História e Imigração Italiana de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina** - Blumenau: Fundação "Casa Dr. Blumenau", 1985.

VON SIMSON, Olga R. de - "**Imagem e Memória**", XIX Encontro Anual da ANPOCS - 17 a 21 de outubro de 1995, Caxambú/MG.

VON SIMSON, Olga R. de Moraes - "Folguedo Carnavalesco, Memória e Identidade Sócio-Cultural" in **Resgate - Revista de Cultura do Centro de Memória,** nº 3 - UNICAMP - Campinas, 1991.

VON SIMSON, Olga R. de Moraes – "Depoimento Oral e Fotografia na Reconstrução da Memória Histórico-Sociológica: Reflexões de Pesquisa" in **Boletim do Centro de Memória UNICAMP** v.3, n.5, Campinas, 1991.

WERNET, Augustin - **A Igreja Paulista no Século XIX** - Ed. Ática, São Paulo: 1987.

WERNET, Augustin - A Igreja Paulista no Século XIX, Ed. Ática, São Paulo: 1987.

WILLEMS, E. - **A Aculturação dos Alemães no Brasil** - Companhia Editora Nacional/ Instituto Nacional do Livro, São Paulo: 1980.

WILLEMS, E. - **A Aculturação dos Alemães no Brasil** - Companhia Editora Nacional/ Instituto Nacional do Livro, São Paulo: 1980.

WOORTMANN, Ellen F. - "Relações matrimoniais, família e patrimônio: uma análise preliminar do parentesco em um grupo camponês de descendência alemã no Rio Grande do sul" in: **Anais do Seminário MULHER RURAL: Identidade na pesquisa e na luta política** - Rio de Janeiro, Publipur, 1988.

WOORTMANN, Ellen F. - "O sítio camponês" in **Anuário Antropológico 81**, Edições Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro. 1983

WOORTMANN, Ellen F. – "Parentesco e Reprodução Camponesa" in **Ciencias Sociais Hoje/85** - São Paulo, 1985

WOORTMANN, K & WOORTMANN, E. F. - "Amor e Celibato no Universo Camponês" in **Textos NEPO 17**: 1-90

WOORTMANN, K & WOORTMANN, E. F. - "Fuga a três vozes" in **Anuário Antropológico/ 91** - Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1993.

WOORTMANN, Klaas - "Reconsiderando o parentesco" in **Anuário Antropológico/87**, Brasília, Ed. Universidade de Brasília / Tempo Brasileiro, 1990"

WOORTMANN, Klaas - "Com Parente Não se Neguceia - O Campesinato Como Ordem Moral" in **Anuário Antropológico 87**, Edições Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro. 1988.

WOORTMANN, Klaas - "Reconsiderando o parentesco" in **Anuário Antropológico 76**, Edições Tempo Brasileiro. 1987.

WOORTMANN, Klaas -"'Com Parente Não se Neguceia' O Campesinato como Ordem Moral" in **Anuário Antropológico/87**, Brasília, Ed. Universidade de Brasília / Tempo Brasileiro, 1990.

ZAGONEL C. A. - **Igreja e imigração italiana** - Escola Superior de Teologia / Ed.Sulina, Porto Alegre: 1975

ZAGONEL C. A. - Igreja e imigração italiana, Escola Superior de Teologia / Ed.Sulina, Porto Alegre: 1975

ZILIO, G. Meo - **Presenza, Cultura, Lingua e Tradizioni dei Veneti nel Mondo**. Parte I - America Latina: Prime Inchieste e documenti, Regione Veneto/Centro Interuniversitario di Studi Veneti, Venezia: 1987.